mosaico

ISSN: 2176-8943
Vol. 10 | nº. 16 | 2019

16

Revista Discente
Programa de Pós-Graduação em História,
Política e Bens Culturais (PPHPBC)
FGV CPDOC

Mosaico é a revista discente do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais (PPHPBC) da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getulio Vargas (FGV/CPDOC) que tem como objetivo divulgar artigos e outras produções voltadas para as áreas de Ciências Humanas e Sociais.

Editores-chefes
Philippe Chaves Guedon e Thais dos Santos Portella

Conselho editorial
Alexandre Pinto de Souza e Silva, Amanda dos Santos Lemos, Anna Cristina de Almeida Jesus, Antônio Mariano, Camilla Gomes, Daniela Torres de Araújo, Fernanda Torres Lima, Ícaro Silva Jatobá, Isabella Loureiro Khaled Poppe, Philippe Chaves Guedon, Ronaldo Pires Canabarro, Sérgio de Melo Doce Taibo, Thais dos Santos Portella e Viviane Lima da Conceição.

Professor Conselheiro
Marco Aurélio Vannucchi Leme de Mattos

Conselho consultivo
Alexandre Fortes (UFRRJ, Nova Iguaçu, Brasil), Alexandre Moreli (USP, São Paulo, Brasil), Ana Maria Colling (UFGD, Dourados, Brasil), Angela de Castro Gomes (UNIRIO, Rio de Janeiro, Brasil), Bernardo Borges Buarque de Hollanda (CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, Brasil), Celso Castro (CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, Brasil), Dulce Chaves Pandolfi (CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, Brasil), Giselle Martins Venancio (UFF, Niterói, Brasil), João Marcelo Ehlert Maia (CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, Brasil), Julia Galli O'Donnell (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil), Juniele Rabêlo (UFF, Niterói, Brasil), Luciana Quillet Heymann (CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, Brasil), Marco Aurélio Vannucchi Leme de Mattos (CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, Brasil), Maria Celeste Simões Marques (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil), Maria Celina Soares D'Araujo (PUC-RIO, Rio de Janeiro, Brasil), Marize Bastos Cunha (ENSP/Fiocruz, Rio de Janeiro, Brasil), Martha Campos Abreu (UFF, Niterói, Brasil), Martin Christoph Curi Sporl (UFF, Niterói, Brasil), Miriam Hermeto (UFMG, Belo Horizonte, Brasil), Monica Almeida Kornis (CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, Brasil), Pablo Antonio Iglesias Magalhães (Universidade Federal do Oeste da Bahia, Barreiras, Brasil), Paulo Fontes (CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, Brasil), Roberto José Bozzetti Navarro (UFRRJ, Seropédica, Brasil), Rosana da Câmara Teixeira (UFF, Niterói, Brasil), Verena Alberti (CPDOC/FGV e UERJ, Rio de Janeiro, Brasil), Victor Andrade Melo (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil), Viktor Chagas (UFF, Niterói, Brasil), Ynaê Lopes dos Santos (CPDOC/FGV e UFF, Rio de Janeiro e Niterói, Brasil).

Pareceristas desta edição

Adriana Gomes (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil), Adriana Sansão Fontes (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil), Alex Fernandes Bohrer (IFMG, Ouro Preto, Brasil), Ana Carolina Santos Barbosa (UFF, Niterói, Brasil), Carolina Margarido Moreira (UFV, Viçosa, Brasil), Daniela Cardoso (UPF, Passo Fundo, Brasil), Elson de Assis Rabelo (UNIVASF, Juazeiro, Brasil), Frederico de Almeida Castro Marinho (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil), José Leandro Peters (UFV, Viçosa, Brasil), Kláutenys Dellene Guedes Cutrim (UFMA, São Luís, Brasil), Laura Janaina Dias Amato (UNILA, Foz do Iguaçu, Brasil), Marcos Vinicius Torres Pereira (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil), Maria Celeste Simões Marques (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil), Marilene Antunes Sant'Anna (UERJ, São Gonçalo, Brasil), Moema de Bacelar Alves (UFF, Niterói, Brasil), Paulo Cesar Tomaz (Mackenzie, São Paulo, Brasil), Rafael Navarro Costa (UERJ, Rio de Janeiro, Brasil), Sabrina Fernandes Melo (UFPB, João Pessoa, Brasil), Veronica Eloi de Almeida (UNICARIOCA, Rio de Janeiro, Brasil), William dos Santos Melo (UENF, Campos dos Goytacazes, Brasil).

Mosaico é a revista discente do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais (PPHPBC) da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getulio Vargas (FGV/CPDOC) que tem como objetivo divulgar artigos e outras produções voltadas para as áreas de Ciências Humanas e Sociais.

Sumário

Apresentação
Camilla Gomes e Philippe Guedon 6-9

Dossiê

O processo de implantação da Vila de Santa Maria de Baependi como estudo de caso do conceito de regularidade no urbanismo português (1754-1814)
Maria Cristina Neves de Azevedo 10-30

História do cotidiano de Brasília: "experiência" e resistência dos candangos na construção da nova capital (1959-1961)
Ramon Lamoso de Gusmão 31-49

Megatemplos Evangélicos: Linguagens híbridas e estéticas de consumo no espaço sagrado
Rita Cássia Alves 50-72

Hortas urbanas como intervenções temporárias: Uma breve reflexão
Thais Yamamoto
Cintia M. do A. Moreira 73-86

A preservação do patrimônio cultural da humanidade como um direito subjetivo e exercício de cidadania
Edvaldo Rodrigues 87-106

O desafio da educação popular na luta pela reforma urbana: o exemplo do Espaço Criarte Mariana Crioula (ECMC) na Ocupação Manuel Congo (MNLM-RJ)
Laura Rêdes
Vinícius Neves 107-124

Patriotismo luso-brasileiro: a felicidade e o bem comum no imaginário ilustrado das primeiras décadas do século XIX
Wederson de Souza Gomes 125-140

Edmundo de Macedo Soares e Silva: o agente público-privado, o estado do Rio de Janeiro e a companhia siderúrgica nacional
José Luis Honorato Lessa 141-154

Capitalismo de Vigilância na Sociedade da Transparência: Um estudo discursivo sobre as bibliotecas da Universidade de Berkeley
Ana Elisa Sobral Caetano da Silva Ferreira 155-173

Judicialização desenfreada: as ações do Desastre de Mariana
Luciana Picanço de Oliveira Brandolin 174-191

Entrevista de Cecilia Maria Morais Machado Angileli
Philippe Guedon e Ícaro Jatobá 192-200

Apresentação

Dossiê "Direito à Cidade"

A cidade, como o cenário essencial do desenvolvimento das relações sociais, vem sendo estudada, debatida, historicizada e até planejada na disciplina moderna do urbanismo desde o século XIX, quando este se afirma enquanto campo do conhecimento. Como reverberação direta da Revolução Industrial, é, porém, no século subsequente que as mais profundas transformações em termos de escala, forma, dimensão, ação do capital imobiliário e adensamento populacional nos centros urbanos acontecem.

A modernização das cidades traz consigo tanto vantagens quanto desafios para a vida em sociedade, sobretudo quando pensamos cidades de países em desenvolvimento, como é o nosso, que acabam por apresentar situações de discrepância no padrão de ocupação do solo que são flagrantes de uma sociedade marcada por profundas desigualdades em termos socioeconômicos, trazendo, em consequência, cidades marcadas por abismos sociais e entraves urbanos. Figura para nós aquela imagem da favela ao lado de um condomínio de luxo. Ou da palafita ao lado de edifícios de quarenta andares. O Brasil traduzido em sua arquitetura.

Do ponto de vista dos direitos sociais, é claro que as questões socioeconômicas e políticas consternam o acesso a sistemas e serviços essenciais da vida urbana como o transporte, a moradia, os espaços de lazer, equipamentos culturais, e o simples ir e vir. A cidade é o palco onde performam as relações de poder, sobretudo as ligadas ao capital. É por isso que pensar o Direito à Cidade é fundamental como ciência social, sobretudo num momento em que vivemos ainda transformações na relação sociedade-meio e também no acesso (ou no não-acesso) de determinadas parcelas da população à cidade, nos mais diversos sentidos que esta relação possa abranger.

É com o sociólogo francês Henri Lefebvre, em seu livro O direito à Cidade (*Le droit à la ville*), de 1968[1], que a temática ganha campo de discussão. Neste livro, Lefebvre (1968, p.105) define o direito à cidade como um direito de não exclusão da sociedade das qualidades e benefícios da vida urbana, nos fazendo refletir se a cidade tem sido a construção de sujeitos ou a construção, manutenção e perpetuação do capital.

O filósofo aponta que o processo de urbanização tal como tem se dado acabou por capitalizar a cidade, colocando o Estado e a política urbana como burocratas a serviço do Capital Imobiliário, de modo que o fazer coletivo, a cidadania e a construção participativa de cidades para pessoas só se dá enquanto luta pelo direito à cidade, ou do contrário,

[1] LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 1ª ed. São Paulo: Moraes, 1991.

continuamos a construir e legitimar a segregação socioespacial tão latente em nossa realidade latino-americana.

David Harvey[2], dialogando com Lefebvre, entende que o processo de urbanização, tal como tem acontecido, exerce papel de estabilização econômica no sistema capitalista, e atribui um significado anticapitalista na luta pelo Direito à Cidade. Para Harvey, a cidade segregada está diretamente relacionada ao capitalismo neoliberal, "isso implica a dominação da classe capitalista não apenas sobre os aparelhos do Estado (em particular, as instâncias do poder estatal que administram e governam as condições sociais e infraestruturais nas estruturas territoriais), como também sobre populações inteiras [...]" (HARVEY, 2014, p. 133).

O geógrafo aponta que o sujeito acabou sendo invisibilizado no processo de construção da cidade, dando lugar ao capital. Essa lógica operativa acaba por tratar o solo urbano como mercadoria, sem se preocupar com a função social do solo urbana, como aliás preconiza nosso Estatuto da Cidade. Essa urbanização centrada no mercado acaba por deixar à margem do acesso e da participação da cidade os grupos sociais menos favorecidos.

Quando o capitalismo se alicerça, sobretudo o capital financeiro e imobiliário, acaba por trazer uma nova compreensão da cidade, de acordo com Rolnik[3] (1995, p.71), pois é a partir desse momento que a cidade passa a se desenhar em razão do mercado, gerando um tipo de estruturação urbana específica que opera reorganizações espaciais não em favor da população, mas tendo o lucro como norte.

Discutir Direito à Cidade no dossiê da Mosaico significou um diálogo com áreas afins e uma abertura a temas que se complementam à presente discussão, trazendo-nos importantes reflexões. Este volume contou com a colaboração de dez artigos, sendo seis artigos compondo a número específico do dossiê e quatro compondo a seção de artigos livres. Além desses, contamos com a entrevista realizada com a professora Cecília Maria de Morais Machado Angieli, professora da Universidade Federal para Integração Latino-Americana, em Foz do Iguaçu.

De modo que a Revista Mosaico sempre se caracterizou por uma perspectiva multidisciplinar, tal como é a estrutura do CPDOC FGV, o número contou com colaborações nas mais diversas áreas das ciências sociais.

Em perspectiva mais histórica, o número conta com o artigo de Maria Cristina Neves de Azevedo que explora a implantação de povoações nos domínios coloniais europeus na América caracterizando as suas descrições sobre a cidade. Operacionaliza esse empreendimento a partir do estudo de caso da implantação da vila de Santa Maria de Baependi entre 1754 e 1814.

Também de modo histórico, mas distante em termos temporais, apresentamos a contribuição de Ramon Lamoso de Gusmão que trabalha com a temática de Brasília, em sua construção nos anos 1950-1960, a partir da análise do cotidiano das "pessoas comuns",

---

[2] HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes – selo Martins, 2014.

[3] ROLNIK, Raquel. **O que é a cidade**. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

caracterizados pelos candangos. As fontes utilizadas são os boletins de ocorrência da política e também fontes produzidas pelos próprios candangos, como o diário de um deles.

Além dos artigos históricos, o dossiê conta com colaborações que dialogam com as áreas de antropologia e sociologia. Dentre esses, chamamos atenção para o artigo de Rita Cássia Alves que explora a construção dos megatemplos evangélicos como uma forma de construção estratégica de imagem e posição na metrópole. Analisa, de modo específico, o Templo da Glória do Novo Israel – IURD, em Del Castilho, Rio de Janeiro.

Também de modo a analisar as novas composições nos espaços urbanos, há a contribuição de Thais Yamamoto e Cintia Moreira que analisa a construção de hortas urbanas como intervenções temporárias no espaço de modo a revitalizá-los. Além de trazer debate teórico sobre a temática, explora o caso de uma horta construída na comunidade do Morro da Formiga, no Rio de Janeiro, que utilizou essa experiência.

Em outro eixo também do dossiê, articulam-se os temas de cidadania e cidade. Edvaldo Rodrigues trabalha com o conceito de patrimônio cultural à partir de uma discussão normativa sobre o valor da preservação do patrimônio e, além disso, sobre a necessidade de vislumbrar o caso da cidade de São Luís do Maranhão como um caso limite de necessidade de preservação. É um caso de um estudo engajado no sentido de influenciar o debate público.

Em sentido semelhante, Laura Rêdes e Vinícius Neves fazem um estudo de caso no Rio de Janeiro, no Espaço Criarte Mariana Crioula na Ocupação Manuel Congo. O objetivo do artigo é articular os temas de Reforma Urbana, Educação Popular e Direito à Cidade. O estudo de caso ajuda a vislumbrar um cenário de possibilidades quando a pedagogia está à serviço da emancipação e liberdade nos sentidos mais amplos.

A despeito da temática do dossiê, Direito à Cidade, a Revista publica também quatro artigos livres.

O primeiro desses artigos livres é contribuição de Wederson de Souza Gomes que, em perspectiva histórica, analisa o conceito de patriotismo e patriota nos séculos XVIII e XIX no Império luso-brasileiro. De modo a operacionalizar o seu estudo, narra a trajetória de José de Resende Costa Filho, como um importante membro da geração oitocentista que se vislumbrava como patriota.

Outro artigo que trabalha com ideia de elites políticas é o de José Luis Honorato Lessa, analisando a contemporaneidade fluminense e carioca à luz da figura de Edmundo de Macedo Soares. O objetivo do artigo é vislumbrar como a figura desse indivíduo relaciona-se com discussões mais gerais sobre o processo de industrialização fluminense e, de modo mais específico, a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda/RJ.

A partir de uma abordagem linguística, Ana Elisa Sobral Caetano da Silva Ferreira parte da reforma da biblioteca Moffitt da Universidade de Berkeley para discutir as temáticas discursivas e materiais dos espaços urbanos. Faz, sobretudo, uma discussão teórico-metodológica sobre os conceitos de capitalismo de vigilância, homo economicus, assujeitamento e Sociedade da Transparência.

Fecha a edição o artigo de Luciana Picanço de Oliveira Brandolin sobre a judicialização no caso de Mariana/MG, no rompimento das barragens. A autora chama a atenção para o

número demasiado alto de ações judiciais e os seus desdobramentos sobre as estratégias de minimização dos efeitos devastadores no meio ambiente. Trabalha, portanto, com os conceitos de judicialização da política e o poder judiciário como um agente também "policy maker".

Além dos artigos, conforme mencionado, a edição conta com a entrevista de Cecília Maria de Morais Machado Angieli, professora da Universidade Federal para Integração Latino-Americana, em Foz do Iguaçu. A escolha da entrevistada deu-se pela sua atuação imbricada entre o universo acadêmico e os movimentos sociais. A articulação do conhecimento acadêmico serve a professora Cecília Angieli como instrumento de transformação social como é o caso do projeto Bubas, o qual está melhor descrito na entrevista.

Camilla Gomes
Philippe Guedon

O processo de implantação da Vila de Santa Maria de Baependi como estudo de caso do conceito de regularidade no urbanismo português (1754-1814)

Maria Cristina Neves de Azevedo[1]

The process of implantation of the village of Santa Maria de Baependi as a case study of the concept of regularity in Portuguese urbanism (1754-1814)

[1] Mestre pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura pela PUC-Rio com foco nas relações entre arte sacra e afirmação de hierarquia e distinção social. E-mail: maria.neves1@aluno.ufop.edu.br

Resumo:

No debate sobre a implantação de povoações nos domínios coloniais europeus da América são relevantes as questões sobre a regularidade do espaço urbano. Utilizando como referência artigos produzidos sobre o urbanismo português, recorre-se aos argumentos que exploram a descrição da cidade em seus aspectos morfológicos, propondo como estudo de caso uma leitura da organização espacial do processo de implantação da vila de Santa Maria de Baependi entre 1754 e 1814.

Palavras-chave: Urbanismo, Minas Gerais, Baependi, Séculos XVIII e XIX.

Abstract:

In the debate on the implantation of settlements in the European colonial domains of America, questions about the regularity of urban space are relevant. Using as reference articles produced on Portuguese urbanism, the arguments that exploit the description of the city in its morphological aspects are resorting to proposing as a case study a reading of the spatial organization of the process of implantation of the village of Santa Maria de Baependi between 1754 and 1814.

Keywords: Urbanism, Minas Gerais, Baependi, 18th and 19th centuries.

Introdução

Levando em consideração a especificidade dos diferentes contextos - históricos, geográficos e políticos - nos quais se desenvolveram as povoações no território colonial luso americano propõe-se refletir sobre os sentidos de tradição, experiência e conveniência subjacentes à *regularidade urbana*. Entendemos que o conceito não atende exclusivamente aos preceitos da geometria, revelando uma multiplicidade de sentidos (REIS FILHO, 1999) e escolhas que estariam implícitas na tradição urbanística portuguesa, no reino e em seus domínios.

Partindo destas premissas, a escolha da *topografia* e a repetição de padrões, por *experiências sucessivas*, podem ser identificados como *regularidade* nos processos de ordenação do espaço promovidos em domínios portugueses. Como estudo de caso será apresentado o processo de estabelecimento do povoado de Baependi, situado no sul de Minas Gerais, em período anterior à sua elevação a vila, entre o século XVIII e 1820. O recorte cronológico está considerando um conjunto de documentos que permite percorrer a ocupação do povoado desde seus primórdios, tendo como referência inicial a capela particular de Tomé Rodrigues Nogueira do Ó, com registro de solicitação de funcionamento em 1723.

A posterior edificação da Igreja Matriz, com o registro do Termo de Doação do patrimônio para sua edificação (24/01/1754) institui, concomitantemente, o arraial de Baependi. Como limite temporal, a década de 1820, pelos registros de arrematação de obras públicas que resultaram na alteração da paisagem urbana da localidade em contexto histórico, político, econômico e cultural bastante diverso. Recorre-se à documentação coeva à formação da povoação e registros recentes - especialmente fotográficos - como suporte para a hipótese que se apresenta.

A regularidade no urbanismo português: topografia como oportunidade, tradição, experiência e conveniência

O pintor Alberto da Veiga Guignard materializou em suas telas paisagens de Ouro Preto nas quais é possível visualizar aspectos da organização urbana que podem ser considerados como implícitos às povoações coloniais brasileiras. Dentre estas, a utilização de áreas elevadas para a implantação de povoações e construção dos principais edifícios locais, sejam religiosos ou civis; a relação intrínseca entre a morfologia urbana e a topografia, considerada “como oportunidade”; a relevância arquitetônica na ordenação espacial, tendo os edifícios institucionais função estruturante na organização da malha urbana e o alinhamento dos prédios em relação às vias.

O quadro *Fantasia de Minas* (Fig. 1) traz em sua composição a escolha de paleta de cores que promove contraste com a cor branca dos templos, salientando sua localização na topografia local e permitindo deduzir uma relação de predominância hierárquica do espaço entre os edifícios religiosos e demais componentes da povoação. Destaque para as igrejas e edifícios no tecido citadino, que apresentam aparente inserção aleatória na topografia,

sendo reconhecível discreto *alinhamento* para alguns dos conjuntos ao longo das ruas, e um mesmo direcionamento para suas portas (Bresciani, 2002, p. 20)[1].



Figura 1. *Fantasia de Minas* [Paisagem imaginante] (1955). Alberto da Veiga Guignard. Óleo sobre tela, c.i.d., 95 x 78 cm. Coleção Luiz Antônio Almeida Braga e Sr.ª
Reprodução fotográfica: Pedro Oswaldo Cruz. Enciclopédia Itaú Cultural. Disponível no site: http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa8669/guignard

O conceito de *regularidade* foi por muito tempo estritamente associado à geometria nos estudos urbanos. Ao longo das últimas décadas, esta perspectiva foi ampliada privilegiando leituras que o associam à "múltiplos sentidos" (REIS FILHO, 1999, p. 19). Esta perspectiva possibilita a análise da implantação de vilas e povoações a partir de matrizes e referências culturais baseadas em um conceito de *regularidade* mais amplo (TEIXEIRA;

[1] Em artigo publicado na coletânea *Cidade e História*, Maria Stella Bresciani recorre à *Encyclopédie ou Dictionnaire Raisonné des Sciences et des Métiers*, para o verbete cidades, no século XVIII, que identifica como convencional "e quase teatral da urbanidade". Na descrição para a cidade um "conjunto de várias casas dispostas em ruas e cercadas por uma cinta em comum (...) indicando que todas as ruas conduzissem às portas" (Bresciani, 2002, p. 20).

VALLA, 1999, p. 14). Refere-se, portanto, a determinada normatividade presente na ordenação das povoações que não conheceram a intervenção formal e técnica de engenheiros militares ou a determinação de plano prévio para sua instalação. Considera-se como regularidade[2] determinados aspectos a partir da observação de "séries de eventos" repetitivos[3], imprimindo características específicas aos espaços urbanos (REIS FILHO, 1999, p. 19) que seriam afeitas à tradição, à aplicação de rotina e experiência para o atendimento da conveniência e da comodidade dos povos.

A visualidade proporcionada pela utilização da topografia não escapou aos autores que tem a cidade como objeto de reflexão. Em referência específica à cidade de Ouro Preto, John Russell-Wood propõe que caminhar pelas cidades pode ser um bom exercício para "aprendermos a história de um lugar"[4], afirmando que os portugueses teriam aproveitado a "topografia complicada [como] uma grande oportunidade" (RUSSEL-WOOD, 2008, p. 1). Sergio Buarque de Holanda, também aponta a "aceitação da *topografia* como *sugestão*" pelos portugueses (HOLANDA, 1988, p. 76), enquanto Paulo F. Santos defende que a escolha dos terrenos de destaque seria fator de valorização das perspectivas criadas nas cidades, ressaltando que este conhecimento era partilhado por arquitetos medievais e mestres coloniais que previam a "experiência desses resultados" sabendo de "antemão [os] efeitos dessa irregularidade para os tipos de edifício que usavam" (SANTOS, 1968, p. 7)[5].

Interessado em identificar as tradições que estiveram na base da cidade portuguesa, Manuel Teixeira aponta a tradição vernácula tendo como referência os *castros*[6] e a herança grega defendendo que a solução topográfica das "colinas" para a implantação das povoações lusas seria tradição longeva (TEIXEIRA; VALLA, 1999, p. 16). Segundo o arquiteto, a tradição mediterrânica/grega teria como orientação a estruturação da malha urbana a partir de edifícios singulares – de natureza cívica ou religiosa – que dominam a paisagem por sua localização em pontos culminantes da topografia.

Para o pesquisador, as cidades portuguesas têm como especificidade a "criteriosa [e] cuidadosa adaptação ao sítio e o papel determinante que os edifícios institucionais, (...), na estruturação do território urbano" (TEIXEIRA; VALLA, 1999, p. 15-17). As povoações estariam

[2] A se pensar no sentido de regularidade para o século XVIII, o jesuíta Raphael Bluteau o define por "disciplina regular, observância regular, regras bem guardadas (Bluteau, 1728, p. 206).

[3] Dentre estes eventos o *alinhamento das casas* que determinavam a divisão entre os espaços públicos e privados, mesmo em terrenos nos quais a "acomodação às condições topográficas" implicassem em maior dificuldade; a *largura constante* para as ruas e a *uniformidade das fachadas* (Reis Filho, 1999, p. 19-22)

[4] Considero a perspectiva da observação *in loco* por pesquisadores que tem a cidade como objeto de análise bastante sugestiva, pois permite a percepção da relação entre visualidade e inserção dos edifícios e equipamentos urbanos na malha citadina. Sobre a visita *in loco* em estudos de história da cidade ver Teixeira e Valla, 1999. Sobre a percepção da visualidade dos edifícios na malha urbana ver Pereira, 2000; Brenna, 1981.

[5] No projeto Arquivo Virtual de Cartografia Urbana Portuguesa coordenado por Manuel Teixeira, o tópico 19 refere-se "A dupla vertente do urbanismo português. A síntese da teoria e da experiencia prática" no qual afirma que a "experiência prática" teria sido preponderante até o século XVII. No entanto, ressalva é feita à reconstrução de Lisboa após o terremoto, em que o projeto de Manuel da Maia deveria atender uma necessidade imediata, qual seja a edificação de moradias para a população.

[6] Os castros seriam uma forma típica de aglomerado populacional pré-romano que não contava com arruamentos regulares ou praças urbanas. Jorge Alarcão. "A cidade romana em Portugal: a formação de 'lugares centrais' em Portugal, da Idade do Ferro à romanização". In: *Cidades e História*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1992.

sempre "projetadas no sítio e com o sítio (...) [e] o seu traçado apenas se [concretizaria] no confronto com a estrutura física do território" (TEIXEIRA, 2000). Nesta perspectiva urbanística, os edifícios religiosos e administrativos predominam no espaço urbano, como "pólos aglutinadores [que] dão sentido aos espaços em volta" (TEIXEIRA; VALLA, 1999, p. 18).

Inúmeros foram os núcleos de um povoado, arraial ou vila que partiram de uma capela singela ou a edificação da matriz de uma freguesia colada como fator normativo para sua ordenação, constituindo seus adros, pátios e terreiros os antecessores dos espaços públicos e coletivos, como praças e largos (MARX, 1989, p. 8)[7]. Desse modo, pode ser considerado como uso *costumeiro* para o estabelecimento das povoações no território luso americano (AZEVEDO, 1944, p. 63) as cidades que tem como elementos geradores "as igrejas e os conventos" localizados em pontos culminantes da topografia[8].

Rodrigo de Almeida Bastos entende que a Coroa portuguesa, em seu processo de ocupação do território de sua colônia americana, aceitava as "sugestões topográficas" adaptando a implantação dos arraiais, vilas e cidades "às circunstâncias, costumes e pré-existências físicas, naturais e construídas" (BASTOS, 2007, p. 40). Segundo esta perspectiva, os assentamentos seguiriam regras de *conveniência* que regulavam e orientavam a administração urbana, adequando os objetivos da política metropolitana "ao modo de vida colônia que se estabelecia" (BASTOS, 2012, p. 204-205). Para Vila Rica, defende que a implantação da nova vila no alto entre as duas freguesias – de Antônio Dias e Pilar – seria uma ocupação estratégica do ponto de vista administrativo por sua "proeminência topográfica [que] proporcionava amplo domínio visual sobre os arraiais" (BASTOS, 2012, p. 209).

Não se pode, no entanto, restringir a análise das vilas e cidades brasileiras ao exame de modelos vernáculos repetindo a máxima da ausência de racionalidade e planejamento nas povoações implantadas por Portugal em terras americanas. Neste sentido, considera-se válido aproximar o conceito de *regularidade* à ideia de planejamento e de poder: "poder planear e poder de impor a concretização do modelo planeado" como faz Manuel Teixeira (TEIXEIRA; VALLA, 1999, p. 13). A partir deste referencial a *cidade racional*, *geométrica* deve ser entendida como expressão de um maior controle do processo de implantação de povoações pelo poder dominante no território em questão.

[7] Para o caso do Brasil foi relevante a influência jesuítica na composição de aldeamentos que, posteriormente, transformaram-se em vilas e cidades. A formação erudita destas povoações, pelos conhecimentos de matemática, arquitetura e engenharia militar deve ser reconhecida como grande influenciadora das urbes luso americanas.

[8] Fernando de Azevedo traz um conjunto de imagens fotográficas apresentando perspectivas de antigas cidades brasileiras, dentre elas Ouro Preto, Mariana, São João del Rei. Ao se referir ao desenvolvimento de Vila Rica diz que a povoação estava a "corcovear por sobre o atormentado relevo do local em que se plantou" (Azevedo, 1992, p. 51-52)

Entendendo que todas as povoações são planejadas, Teixeira afirma que aquelas que foram racionalmente ordenadas estariam submetidas a um maior controle do poder administrativo, contando com a elaboração de planos de edificação (ou reestruturação) de seu espaço urbano em perspectiva geométrica. Esta proposta seria indicativa para contextos históricos e políticos relacionados à delimitação territorial e maior centralização do poder (RAMINELLI, 2012, 42; RODRIGUES, 2013, 2015). Partindo dessa premissa, Walter Rossa e Manuel C. Teixeira apresentam recortes cronológicos para a criação ou reformulação de vilas e cidades em Portugal. Seriam estes os períodos relativos à formação do Estado-Nação - com a delimitação do território nacional -, o contexto da Restauração - com a necessidade de fortificações - e a reconstrução de Lisboa. Especialmente após o século XVII, muito desta cronologia pode ser relacionada aos domínios ultramarinos, em especial o Brasil (ROSSA, 2002, p. 364; TEIXEIRA, 1999, p. 14-24).

A organização do espaço brasileiro contou com profissionais ligados à carreira militar desempenhando tarefas diversificadas como a edificação de estruturas de defesa, prédios institucionais e residenciais e a produção de conhecimento sobre a topografia local (SILVA, 1999, p. 71; RAMINELLI, 2012, p. 42). Nos reinados de D. João V e D. José I foram empreendidos esforços voltados à ocupação do território fronteiriço e da ampliação da exploração colonial, solicitando o desenvolvimento de conhecimento cartográfico e científico amplo[10] o que levou profissionais - primeiramente estrangeiros - a percorrer e desenhar o território, planejar e levantar vilas sendo o espaço urbano uma expressão do controle e domínio dos povos e terras[11].

Para Ronald Raminelli, o século das luzes teria promovido uma expansão do conhecimento espacial dos impérios coloniais, a partir do registro cartográfico do litoral e interior, inventariando fronteiras em áreas estratégicas e limítrofes na América, sendo uma ferramenta para a preservação dos domínios coloniais “cartografar, proteger, ocupar e

[9] Este subtítulo foi retirado do texto de Ronald Raminelli por considerá-lo síntese da ação dos engenheiros e cartógrafos no processo de implantação de vilas e cidades no território brasileiro, ao longo do século XVIII. (Raminelli, 2012, p. 37).

[10] As áreas de interesse nas expedições se voltavam à história natural – que hoje compõe os campos da biologia, economia, química, agronomia e etnologia – ao registro de plantas e animais, localização de acidentes geográficos, reservas minerais, potencialidades produtivas, descrição geral dos povos - incluindo suas doenças, áreas e capacidade de produção, cultura e política de forma geral. Para a descrição e catalogação desses materiais foram produzidos manuais com normas e diretrizes para a descrição e coleta. Segundo Magnus Pereira e Ana Lúcia Cruz, Portugal teria acompanhado o movimento de padronização das observações de campo dos naturalistas que ocorria na Europa e que, no seculo XVIII, produziu duas vertentes de manuais: ”obras de cunho mais geral [e] obras específicas que aprofundavam assuntos como transporte [de espécimes], conservação, transplante e cultivo de vegetais“ (Pereira e Cruz, 2009, p. 243).

[11] Sobre o tema também dissertam Damião Rodrigues – que traz abordagem acerca da cartografia como ferramenta para as negociações diplomáticas e o estabelecimento de fronteiras entre os domínios espanhol e português na América do Sul –, Magnus Pereira que analisou a produção de manuais científicos de orientação aos viajantes e pesquisadores, fossem estes à serviço da Coroa ou mesmo leigos, considerando a prática da observação comum à todos os que se interessavam pelas ciências e Ronald Raminelli que procurou analisar as iniciativas de reconhecimento científico, geográfico, econômico e social no espaço colonial português e a efetivação destas propostas (Rodrigues, 2018; Pereira e Cruz, 2009, Raminelli, 2012).

explorar terras" (RAMINELLI, 2012, p. 37). Tiago Kramer Oliveira aponta a necessidade do aprofundamento dos estudos sobre a "relação entre a espacialização das conquistas e a produção de mapas que fazem referência a elas" (OLIVEIRA, 2015, p. 44), pois a representação do espaço seguia diretrizes múltiplas, servindo à "interesses econômicos, políticos, geopolíticos e científicos, todos eles relacionados às conquistas territórios americanos representados nos mapas" (OLIVEIRA, 2015, p. 41).

Segundo José Damião Rodrigues, a relação entre saber e poder - através do incentivo e patrocínio régio para a efetivação de viagens de exploração - configurou-se como uma das ferramentas dos impérios europeus para a afirmação de soberania em espaços coloniais (TEIXEIRA; VALLA, 1999, p. 136; RAMINELLI, 2012, p. 38-39; RODRIGUES, 2015, p. 1-3)[12]. As iniciativas de coleta e organização de dados sobre os domínios ultramarinos produziu material de reconhecimento sobre o território brasileiro contribuindo para "redescobrir uma geografia e uma história natural e a inventar uma identidade" (RODRIGUES, 2015, p. 26)[13]. A produção cartográfica foi relevante em função dos investimentos realizados pela Coroa, produzindo uma "admirável coleção de mapas" que transportaram para Lisboa, "em forma de papéis" as "fronteiras americanas do império" (RAMINELLI, 2012, p. 42)[14].

Como estratégia fundamental da ocupação e domínio foram efetivadas a fundação e refundação de povoações, a edificação de fortificações, o controle de acessos, medidas políticas e econômicas voltadas para o desenvolvimento da colônia e controle territorial "nas mais distantes paragens da Amazônia setecentista" (RODRIGUES, 2015, p. 1-2)[15].

---

[12] Manuel C. Teixeira informa sobre a ocorrência de duas missões de reconhecimento e registro cartográfico da colônia portuguesa na América. A primeira conhecida pela presença dos padres matemáticos, que esteve no Rio de Janeiro entre os anos de 1730 e 1748, levando ao estabelecimento dos termos do Tratado de Madrid. Uma segunda leva composta por engenheiros, matemáticos e astrônomos – com conhecimento mais atualizado – foi nomeada em 1750. Dentre os técnicos que compunham a missão, num total de 34 integrantes, apenas 10 eram portugueses. Este grupo teve ação determinante no projeto de urbanização da região amazônica e nas negociações que se desenrolavam com a Espanha e outras nações europeias com interesses na ocupação daqueles territórios (Teixeira, 1999, p. 136; Raminelli, 2012, p. 38-39).

[13] As iniciativas promovidas pela Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, na administração de Furtado de Mendonça, Melo e Castro e Rodrigo de Sousa Coutinho, permitiu o acúmulo de conhecimento sobre o território brasileiro com a participação de inúmeros luso-brasileiros formados na Europa, especialmente em Coimbra e Montpellier. Publicaram obras que permitiram o registro de conhecimento sobre o Brasil, sendo considerado por Damião Rodrigues "um dos mais importantes elos na linha de continuidade intelectual e reformista" entre o fim do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX (Rodrigues, 2015, p. 26).

[14] Para José Damião Rodrigues, os esforços promovidos pela Coroa teriam revelado uma grande discrepância entre os objetivos e os resultados efetivados visto o conhecimento acumulado não ter produzido o controle territorial almejado pela monarquia portuguesa (Rodrigues, 2015, p. 3).

[15] Ronald Raminelli ressalta que as iniciativas de "inventário do espaço" não foram uniformes no que diz respeito às conquistas, visto no território das colônias africanas não haver o resultado de consolidação de limites em função da ausência de investimento metropolitano e da instabilidade política da colonização do continente (Raminelli, 2012, p. 36-37). Tendo como estudo de caso a ocupação e desenvolvimento da bacia amazônica na segunda metade do século XVIII, Jose Damião Rodrigues buscou analisar a relação entre a produção de conhecimento a partir do incentivo régio voltado para a execução de viagens de exploração entendendo estas iniciativas como uma das modalidades utilizadas pelos impérios europeus para a afirmação de soberania em espaços coloniais com vistas à sua apropriação e controle territorial (Rodrigues, 2015, p. 1-2). No que toca especificamente à implantação de novas vilas, Maria Beatriz Nizza da Silva afirma que a política de

> Porque ali, [na Amazônia e no Mato Grosso] mais do que em qualquer outra região do Brasil, as cidades representavam elementos discursivos enfáticos da relação de domínio sobre o território que se pretendia estabelecer ou, antes, reivindicar. E a decisão de as fazer, várias, e no mato, implicou uma importante e significativa mudança na leitura do próprio território (ARAÚJO, 2012, p. 42).

A criação de vilas e cidades no contexto de delimitação do território colonial na América portuguesa promoveu a instauração da legitimidade da Coroa portuguesa sobre este espaço regulamentando - através da edificação "*conveniente*", decente e cômoda das novas povoações - sua "boa direção" desde a implantação dos novos núcleos. Em uma mesma "providencia política" foram ordenados o espaço e as relações sociais, incorporado o território e seus habitantes "ao controle fiscal e administrativo da Coroa" (ARAÚJO, 2012, p. 43).

Segundo Bastos as "regulações (...) deveriam reger também, pois, a *prudente* implantação das povoações, assim como a acomodação dos povos" (BASTOS, 2012, p. 224). É a partir da associação entre *decoro*, adequação e *conveniência*[16] que Rodrigo de Almeida Bastos irá sustentar um paradigma diverso da historiografia clássica para o processo de urbanização portuguesa na América. Tomando como estudo de caso a cidade de Ouro Preto, antiga Vila Rica, aponta que

> a consideração do *decoro* contribuiu para a consolidação de uma política de expansão e conservação das conquistas e povoações mineiras, *baseada na atenção aos costumes*, *às condições dos sítios* e dos edifícios já construídos; contribuiu também para a *consolidação de uma disposição portuguesa pela adequação aos contextos e circunstâncias coloniais*, efetivada em povoações cuja *regularidade primordial* não *deveria advir senão justamente dessa decorosa disposição pela adequação*, e não apenas da geometria (BASTOS, 2012, p. 202. Grifo meu).

A necessidade de estabelecimento de jurisdição, com a criação das primeiras vilas, para as descobertas auríferas no território das Minas Gerais, foi segundo Bastos uma ação política, ação que permaneceu durante todo o período colonial[17]. A ocupação dos terrenos

---

povoamento implementada por Sebastião José de Carvalho e Melo teria sido mantida, mesmo após a sua saída (Delson, 1997, p. 31 e seguintes; Silva, 1999, p. 74-75).

[16] Rodrigo de Almeida Bastos busca explicitar a utilização do termo "urbanismo" em sua reflexão sobre a regularidade e a ordem nas povoações das Minas setecentistas. Concordando com Rafael Moreira, que alerta para o uso do termo para a implantação das cidades coloniais luso-brasileiras, Bastos define "urbanismo" como o "conjunto de tradições, práticas e princípios que condicionaram os processos de implantação, aumento e conservação de povoações" (Bastos, 2007, nota 16, p. 37).

[17] Claudia Damasceno Fonseca, em artigo que propõe a analisar a formação dos espaços e territórios urbanos nas Minas setecentistas, alerta que a imposição do Estado naquela região se fez sem retardo e, a criação de vilas esteve ligada tanto aos interesses da metrópole quanto dos moradores das localidades. No entanto, devem ser levadas em consideração a desproporcionalidade entre o número de vilas e a população mineira, considerando que o número de concelhos/vilas é ínfimo se contraposto ao número de arraiais existentes no mesmo período – mais de 300. Esta irregularidade na implantação de unidades administrativas no território seria outro ponto relevante a se considerar (Fonseca, 2012, p. 83).

seguia uma determinação metropolitana, gerando negociações e jogos de interesse mútuos – entre aqueles que ocupavam (os colonos) e aquele que concedia (a Coroa) – viabilizando o domínio e a exploração colonial em todos os sentidos. Para o Rio de Janeiro, Silvia H. Lara destaca que a interferência na legislação que regulava o uso dos terrenos urbanos constituía "um ato político, garantindo lugar privilegiado e uma posição estratégica do ponto de vista econômico" (LARA, 2007, p. 38).

Nesse sentido, a topografia utilizada como uma *oportunidade* (RUSSELL-WOOD, 2008, p. 1) para a conformação da ocupação territorial no Brasil-colônia pode ser pensada como uma possível chave de leitura da configuração urbana nas Minas Gerais no contexto de dominação colonial. Tirando proveito de sua topografia para a edificação dos prédios civis e religiosos, as povoações mineiras apresentam expressiva plasticidade, sugerindo a elaboração de uma narrativa espacial como representação da sociedade ali estabelecida. Importante salientar que, como organismo vivo e em constante transformação, diversas camadas de intervenção e narrativa são encontradas no processo de organização do espaço físico e social.

Reconhecidas como vilas e cidades orgânicas, que pontualmente teriam recebido a implantação de projetos urbanísticos voltada para uma ordenação de seus espaços públicos, pesquisas no âmbito da arquitetura sugerem que sua irregularidade não significaria ausência de ordenação. Enquanto as cidades planejadas seriam exemplo da interferência direta do poder, aquelas em que a morfologia não apresenta uma regularidade formal, sendo considerada "menos regular – do ponto de vista de uma ordem aparente, geométrica – e baseada em princípios de cultura urbanística não codificados explicitamente" seriam o fruto de um processo de "múltiplos interesses privados" (TEIXEIRA; VALLA, 1999, p. 14), designadas por *populares* ou *vernáculas.*

As cidades sem "ordem aparente" seriam constituídas de uma "racionalidade implícita e sempre presente no ato de construir e de urbanizar". Para Teixeira, esta não-racionalidade seria a dimensão mais importante da "natureza dos espaços urbanos" (TEIXEIRA; VALLA, 1999, p. 14). Considerando-se este como um ponto relevante para se refletir acerca da ordenação dos espaços urbanos nas Minas Gerais, entre a segunda metade do século XVIII e princípios do século XIX, será apresentada uma interpretação para a implantação da povoação de Baependi. Localizada em região onde não foi identificada a orientação técnica, registro gráfico ou intervenção administrativa direta[18], propomos analisar algumas características que podem ser encontradas em vilas e cidades como ocorrência do urbanismo português.

Regularidade como experiencia e conveniência em Baependi, Minas Gerais

[18] Refiro-me especificamente à presença de engenheiros e arquitetos militares, à execução de planos e plantas para implantação dos prédios, ruas e demais equipamentos urbanos ou, ainda, a orientação manuscrita para a organização do espaço urbano em vila recém-criada, como presente em Ordens e Cartas Régias para algumas localidades do Brasil colônia. Cf. Delson, 1997; Araújo 1992, 2001, 2012; Reis Filho, 1968, 1999; Bastos, 2007, 2012; Santos, 1968; Fonseca, 1999, 2003, 2007, 2011.

Geograficamente, Baependi está localizada na porção sul do território de Minas Gerais que conheceu ocupação contemporânea aos primeiros tempos da colonização da capitania (VASCONCELOS, 1974, v. 1, p. 79 e 96) sendo registrada a ocorrência do rio Baependi em roteiro datado para o ano de 1710, o que confirma a assertiva de Diogo de Vasconcelos em relação à sua origem coeva aos primeiros descobrimentos. Interessante ressaltar, que o rio Baependi (Fig. 3 – em destaque), faz referência ao cruzamento dos caminhos que levam ao rio das Mortes, sendo indicado pelo historiador como o "atalho em muito melhores condições, [que] partindo do *Mbaependy*[19] e atravessando o sertão das Carrancas para sair em São João d'El Rei" (VASCONCELOS, 1974, v. 2, p. 223).

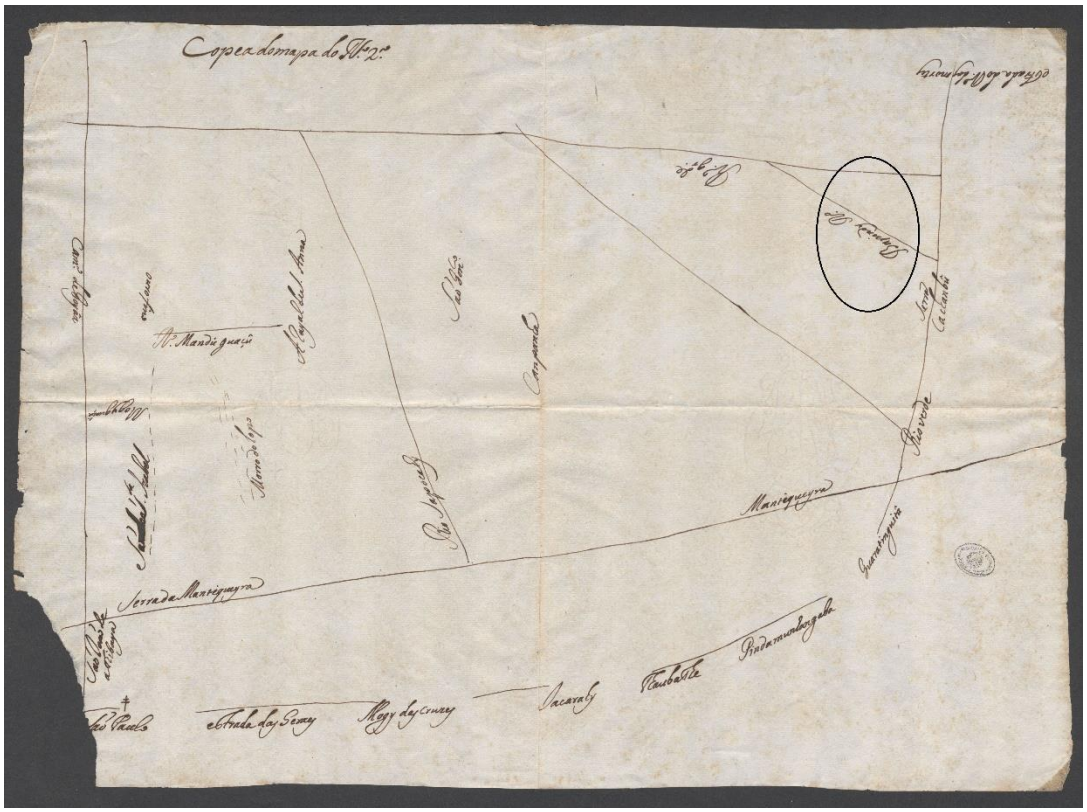


Figura 3. Em destaque, no círculo, registro do rio Baependi, confirmando fazer parte do caminho para as Minas

Fonte: *Roteiros de São Paulo, Minas Gerais e Goiás, Serra da Mantiqueira*, 1710. AHU_CARTm_023, D. 1207.

Não podemos afirmar que a localidade tenha sido contemplada com a intervenção voltada ao planejamento urbano[20], no entanto, é possível verificar que a fiscalização real esteve presente desde o século XVIII, através da nomeação de funcionários visando a implantação e controle das atividades produtivas, a distribuição de terras e o controle do

[19] O topônimo Baependi seria corruptela de *Mbaependy* que tem inúmeras traduções. Dentre estas, destacamos "muitos caminhos dependurados" do dr. José Mendes de Almeida Júnior, citada por Waldemar de Almeida Barbosa em seu *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Saterb Ltda, 1971, p. 55.

[20] Não há no acervo histórico local, ou mesmo no Arquivo Público Mineiro, referência documental que faça menção à planta ou plano de ordenação urbana para a localidade. São identificados inúmeros militares na região, inclusive um Mestre Campo na Fazenda do Caxambu, integrante da Freguesia de Baependi. No entanto, não há menção a qualquer interferência na organização espacial do arraial, criado em 1754.

comportamento da população sedentária e circulante[21]. Concomitantemente, se fizeram presentes instâncias de controle no âmbito religioso, com a instalação de freguesias e o atendimento ao pedido de assistência religiosa, sendo Baependi identificada como freguesia[22] desde as primeiras décadas do século XVIII[23]. Nesse sentido, o espaço foi controlado tanto pela instância religiosa quanto pela administração metropolitana, sem que houvesse a implantação e a ordenação urbanística de uma povoação, vila ou cidade.

Documentos referentes à história local permitem vislumbrar a existência de uma *regularidade* "não codificada explicitamente" na escolha para a implantação dos prédios religiosos, com destaque para a igreja matriz e seu largo, e na disposição das moradias junto aos principais edifícios religiosos e civis. Segundo Teixeira, as influências culturais e de modelos arquitetônicos e urbanísticos na experiência portuguesa, teriam amalgamado a particularidade de muitas das suas povoações. Neste sentido, podem ser consideradas como uma síntese de "elementos tradicionais e eruditos" que estariam vinculados aos contextos históricos nos quais estariam inseridos (TEIXEIRA; VALLA, 1999, p. 216).

No ano de 1754, em registro de Termo de Doação de "uma sorte de Campos à N. Snrª para a fatura de nova Matriz"[24] foi criado o "arraial franco e livre" (PELÚCIO, 1942, p. 45-48). Para a matriz de Baependi, o lugar escolhido no Campo do Formigueiro permitiria o atendimento aos quesitos das prescrições tridentinas (VIDE, 2007, p. 252-253), sendo o terreno alto e longe de umidade, configurando-se um padrão recorrente no urbanismo português (Fig. 4). O predomínio de patrimônios eclesiásticos em terras seria a premeditação da construção de casas no entorno do prédio religioso o que representa, materialmente, a "proeminência da função religiosa que serviu de ponto de concentração inicial" (DEFFONTAINES, 1944, p. 299) para as povoações. O Termo de Doação da matriz de Baependi pode corroborar esta hipótese.

> (...) por quanto a nossa *intenção* é *Doarmos o dito campo para fazerem as suas moradas e casas, e Quintais*, (...) *poderão porém, as suas lojas e venda*

[21] Segundo as Cartas Patente passadas em nome de Tomé Rodrigues Nogueira do Ó, datadas para os anos de 1717 e 1723, quando foi nomeado *Sargento-mor com a superintendência das Coudelarias do Caminho Velho* (APM, Seção Colonial, Códice 12, Registro de Provisões, Patentes e Sesmarias, f. 22-22v) e *Capitão-mor* (APM, SC-21, Livro de 1721-1725, Registro de Cartas Patentes, Provisões, etc., ff. 130v e 131).

[22] Com a criação do Bispado de Mariana, em 1752, Baependi foi elevada à vigairaria colativa contando com padre com côngrua paga pela Coroa. AHU_ACL_CU_011, Cx.59, doc. 37 – 1752, fev 16 – *Alvará de criação da nova vigairaria de Nossa Senhora de Monsserate de Baependi côngruas de 200 mil reis*.

[23] No ano de 1723, o capitão-mor Tomé Rodrigues Nogueira do Ó, solicita a permanência de padre para a assistência aos sacramentos em sua capela particular, se responsabilizando por sua manutenção. DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. SEÇÃO HISTÓRICA. Solicitação em nome dos moradores de Baependi, de interseção junto a uma autoridade eclesiástica para permanência de religioso no lugar. 04/04/1723. APESP 88-2-22. Transcrição 7 – Fólio 1r. Cópia cedida por Maria Celia Maciel Dias, responsável pelo Arquivo Municipal de Baependi.

[24] Entre as partes os doadores Luiz Pereira Dias e Maria Nogueira do Prado, filha do capitão-mor Tomé Rodrigues Nogueira do Ó, que teria trazido a imagem de Nossa Senhora de Montserrat para a localidade. No termo de doação, além da exigência da edificação da matriz no local indicado, o orago deveria ser o mesmo da antiga capela particular sediada na Fazenda do Engenho, de propriedade do dito capitão (Pelúcio, 1942, p. 45-48).

de Molhados, tendas de ofícios; cujas moradas de casas, *que os moradores fabricarem* poderão venderem a quem quiserem, e disporem delas na forma, que lhes parecerem (PELÚCIO, 1942, p. 47).



Figura 4. Atualmente rua Major José Izalino, que comunica a praça central à antiga estação ferroviária. A imagem permite a percepção do protagonismo da igreja matriz na paisagem local, por sua localização em ponto dominante da paisagem, destacando-se em relação ao conjunto edificado, corroborando a tese de uma tradição para a edificação de templos
Fonte: Acervo Histórico da Prefeitura Municipal de Baependi. s.a., s.d.

Não apenas a igreja matriz tem sua localização privilegiada na topografia local. As capelas das irmandades de Nossa Senhora do Rosário e de Nossa Senhora da Boa Morte foram construídas em pontos de destaque da localidade, reafirmando a escolha por uma ordenação espacial em que os edifícios principais estruturam as povoações. Junto às capelas formaram-se, ao longo do tempo, os largos que deram origem às praças que atualmente existem (Fig. 5 e 6).



Figura 5 – Em primeiro plano a praça Monsenhor Marcos, em frente à Matriz. Ao fundo, a capela da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, que foi edificada em plano superior. A Irmandade teve seu compromisso registrado no ano de 1820

Fonte: Acervo Histórico da Prefeitura Municipal de Baependi. s.a., s.d.



Figura 6. A capela da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, cujo compromisso foi registrado no ano de 1815, concomitante à criação da vila, mas que teve sua construção efetivada na segunda metade do século XIX

Fonte: Acervo Histórico da Prefeitura Municipal de Baependi, s.a., entre as décadas de 1930 a 1940.

A necessidade da identificação da origem do chão onde surgiram os arraiais foi dos geógrafos, como aponta Sergio da Mata e, por isso, a "eles devemos a descoberta da importância dos patrimônios como espaço primordial onde se formou uma parcela significativa dos embriões de cidades brasileiras" (MATA, 2002, p. 200). Para Zoroastro Passos, para conhecer a história de nossas cidades deveríamos conhecer a história de nossas capelas (MATA, 2002, p. 200), o que explicaria a configuração espacial de nossas povoações a partir de "uma igreja e uma praça", expressando o vínculo entre a organização espacial e a vida social que engendra (Fig. 7 e 8).

> Seu entorno, a *praça*, é o *espaço de socialização* no qual os habitantes do arraial e os que vem das redondezas travam contato, fazem as *festas* do padroeiro e desfilam procissionalmente (MATA, 2002, p. 204).

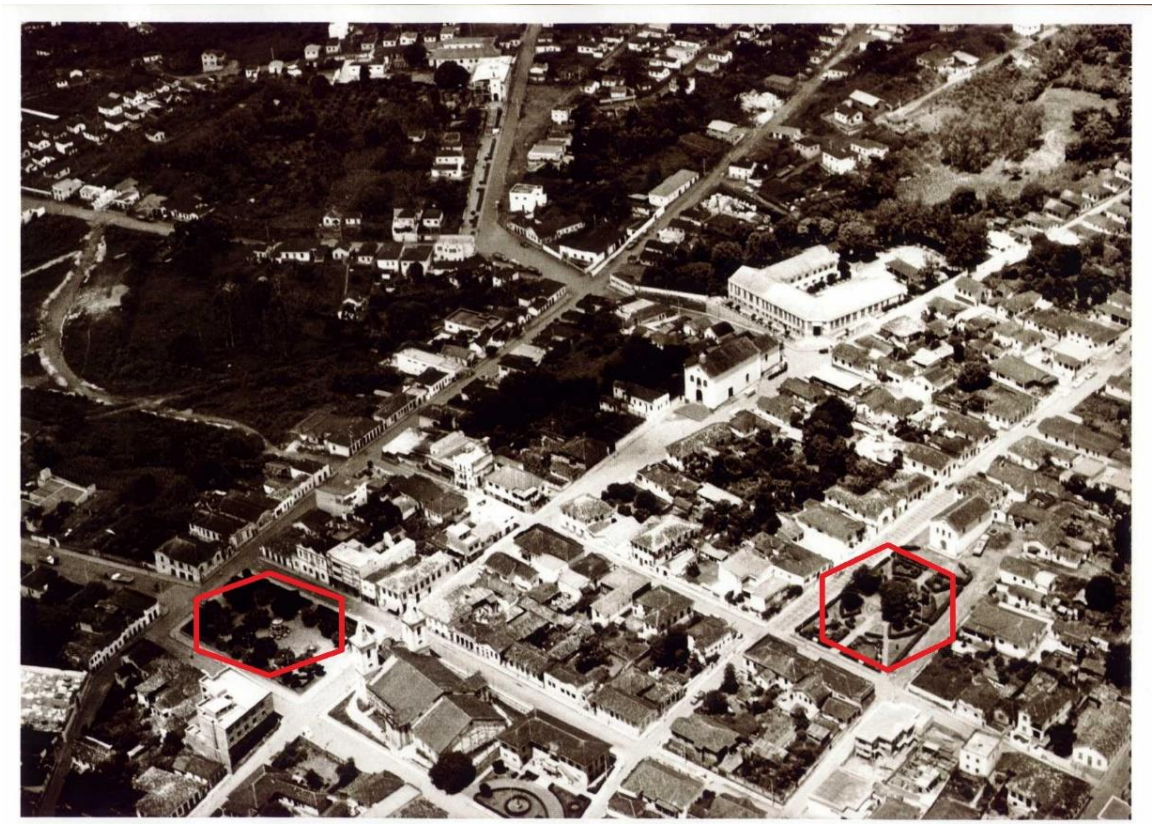


Figura 7. Vista aérea do centro de Baependi, vendo-se à esquerda – em destaque vermelho – a praça Monsenhor Marcos, antigo Largo da Matriz. À direita, também destacado, a praça Argentino Rios, antigo Largo da Boa Morte

Fonte: Acervo Histórico da Prefeitura Municipal de Baependi, s.a., entre as décadas de 1940 e 1950.



Figura 8. Procissão em direção à igreja matriz, vendo-se a população acompanhando o cortejo.
Fonte: Acervo Histórico Municipal, s.a., s.d.

Alçada à vila somente na primeira década do século XIX, especificamente em 1814[25], foi a partir daí que efetivamente tiveram início os investimentos e as intervenções do poder público no espaço da sede da Vila. A instalação da Casa da Câmara e Cadeia e o Pelourinho ocorreram na principal área da localidade, especificamente junto à igreja matriz, qualificando o espaço e seus moradores. Para os primeiros anos da vila não ocorreram transformações substanciais em sua morfologia. A instalação de equipamentos urbanos, como chafarizes e fontes para o abastecimento da população somente será executada após 1826.

O alinhamento das ruas e a construção de calçadas também não foram imediatos, tendo ocorrido a partir da década de 1820, no entanto, pelo levantamento efetuado para o imposto da Décima dos Prédios Urbanos[26] é possível vislumbrar uma sequência de imóveis o que leva a acreditar que as edificações se organizavam segundo um critério pré-concebido, organizando-se em linhas contínuas nas áreas de maior relevância e concentração de poderes. Dessa maneira, junto à igreja de Nossa Senhora de Montserrat, ao redor do largo da matriz, residia a maior parte dos habitantes da nova vila, oscilando entre 40 e 43 imóveis

[25] APM. Secretaria de Governo da Província. Cx. 91, Doc. 18 - Alvará de Criação da Vila de Santa Maria de Baependi, 19 de julho de 1814.

[26] Nas listas da Décima dos Prédios Urbanos de Baependi (1815-1833), não é citada a rua do Cavaco como pertencente à povoação. No entanto, em documento relativo à construção de equipamento urbano para abastecimento de água à população, encontra-se referência ao logradouro, com indicação de sua distância e da situação econômica de seus moradores "de reconhecida pobreza" ("Requerimento da Câmara ao Procurador sobre a arrematação do Aqueduto por Domiciano Ribeiro Nogueira". 17/01/1826. Arquivo Histórico Municipal de Baependi, Documentação Avulsa - Cx. 9, Doc. 212, f. 2v.).

entre os anos de 1815 e 1820. Para a rua do Rosário, a variação também foi pequena, com acréscimo de duas edificações no mesmo período. Somente em 1820 a vila ganhou sua rua Direita, que contava com 18 edifícios habitados por militares, clérigos e oficiais do senado. A vila, em seus primeiros anos, contou com o acréscimo de 13 imóveis (105 para o primeiro levantamento e 118 para o ano de 1820).

A malha urbana de Baependi conheceu significativa complexificação ao longo do século XIX, com o acréscimo de áreas de circulação e moradia materializadas na abertura de novas ruas. Estas indicações aparecem nos registros da Câmara para anos posteriores ao do recorte deste artigo sugerindo o crescimento demográfico local e a ampliação da intervenção nos espaços citadinos.

Conclusão

Buscou-se neste artigo entender os processos de ordenação do espaço em uma povoação que não foi contemplada com plantas ou planejamento técnico, visando identificar aspectos característicos de sua configuração espacial tendo como parâmetro o conceito de *regularidade* associado à tradição e à experiência. Foi possível perceber um modelo de implantação de povoações sob a influência do urbanismo português, como propõem os pesquisadores Manuel Teixeira, Nestor Goulart Reis Filho e Rodrigo de Almeida Bastos.

Para o caso de Baependi, pode ser verificada a recorrência da utilização da topografia para a implantação dos edifícios religiosos, pela localização dos templos em áreas de destaque na paisagem local e, seguindo a lógica urbanística em que a hierarquização dos espaços se funde à hierarquia da própria sociedade que os engendra, confirmou-se a concentração dos poderes civil, religioso e dos imóveis de parcela significativa dos habitantes no espaço central da localidade. A ordenação do espaço seguiu o modelo hierárquico da sociedade considerando conveniente excluir aqueles que habitavam fora dos padrões – espacial e social – almejado. Esta proposta pode ser corroborada pela ausência das ruas com concentração de população de “reconhecida pobreza” nas Décimas dos Prédios Urbanos o que pode indicar a dupla desqualificação: do logradouro e de seus moradores.

Artigo recebido em 06 mai. 2019

Aprovado para publicação em 14 jun. 2019

Referências Bibliográficas

Fontes primárias

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE BAEPENDI. Documentação Avulsa - *Requerimento da Câmara ao Procurador sobre a arrematação do Aqueduto por Domiciano Ribeiro Nogueira, 17/01/1826*. Cx. 9, Doc. 212.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. *Alvará de criação da nova vigairaria de Nossa Senhora de Monsserate de Baependi côngruas de 200 mil reis*. AHU_ACL_CU_011, Cx.59, doc. 37 – 1752, fev 16.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO. Roteiros de São Paulo, Minas Gerais e Goiás, Serra da Mantiqueira, 1710. PT-AHU-CARTM-023-01207-00001.tiff.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Seção Colonial. Códice 12, *Registro de Provisões, Patentes e Sesmarias*, f. 22-22v.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Seção Colonial. Códice 21, Livro de 1721-1725, Registro de Cartas Patentes, Provisões, etc., ff. 130v e 131.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Secretaria de Governo da Província - *Alvará de Criação da Vila de Santa Maria de Baependi, 19 de julho de 1814*, Cx. 91, Doc. 18.

DEPARTAMENTO DO ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Solicitação em nome dos moradores de Baependi, de interseção junto a uma autoridade eclesiástica para permanência de religioso no lugar, 04/04/1723*. APESP 88-2-22. Transcrição 7 – Fólio 1r.

Fontes secundarias

ARAÚJO, Renata Malcher de Araújo. "A urbanização da Amazônia e do Mato Grosso no século XVIII. Povoações civis, decorosas e úteis para o bem comum da coroa e dos povos". In: *Anais do Museu Paulista*. vol.20, n. º 1, São Paulo, jan/jun., 2012, p. 41-76.

AZEVEDO, Aroldo. "Vilas e cidades no Brasil Colonial. Ensaio de geografia urbana retrospectiva". In: *Revista Terra Livre. Geografia, Espaço e Memória*. São Paulo, pp. 23-78, nº 10, janeiro-julho, 1992.

AZEVEDO, Fernando. *A cultura brasileira. Introdução ao estudo da Cultura no Brasil*. 2ª ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora Saterb Ltda, 1971.

BASTOS, Rodrigo de Almeida. "Regularidade e ordem das povoações mineiras no século XVIII". In: *Revista do IEB*, n. 44, p. 27-54, fev. 2007.

____. "O urbanismo conveniente luso-brasileiro na formação de povoações em Minas Gerais no século XVIII". *Anais do Museu Paulista*. vol. 20 nº.1, pp. 201-230, jan./jun. 2012 Dossiê –

Caminhos da História da Urbanização no Brasil-Colônia, p. 204. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-47142012000100008 >. Acesso: 19/01/2014, 13:45.

BRESCIANI, Maria S. "Cidade e História". In: OLIVEIRA, Lucia Lippi (org.). *Cidade: História e desafios*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002, pp. 16-35.

BRENNA, Giovanna Rosso Del. "Medieval ou Barroco? Proposta de leitura do espaço urbano colonial". In: *Revista Barroco*, v. 12, UFOP, 1981.

BUENO, Beatriz Picolloto Siqueira. "Dossiê Caminhos da história da urbanização no Brasil-colônia". *Anais do Museu Paulista*. vol.20, n. º 1, São Paulo, jan/jun., 2012, p. 11-40.

COSTA, Antonio Gilberto. "Controles Setecentistas nos Caminhos para as minas de ouro de Minas Gerais". In: *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, pp. 82-96, jan./jun, 2016.

COVERLEY, Merlin. *A arte de caminhar. O escritor como caminhante*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2014 [2012].

DEFFONTAINES, Pierre. "Como se constituiu no Brasil a rede de cidades". In: *Boletim Geográfico*, n. 15, 1944.

DELSON, Roberta. *Novas vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no Século XVIII*. Tradução e revisão Fernando Vasconcelos Pinto. Brasília: Ed. ALVA-CIORD, 1997 [1979].

FONSECA, Claudia Damasceno. "O espaço urbano de Mariana: sua formação e suas representações". In: *LPH: Revista de História*, Mariana, n.º 7, 1997, pp. 67-107.

_____. *Arraiais e vilas d' El Rei, Espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG 2011.

_____. "Urbs e civitas: A Formação dos espaços e territórios urbanos nas Minas setecentistas". In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.20. n.1. p. 77-108 jan.- jun. 2012.

FRIDMAN, Fania. *Cidades do Novo Mundo. Ensaios de urbanização e história*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

FURTADO, Junia. "Guerra, diplomacia e mapas: a Guerra de Sucessão Espanhola, o Tratado de Utrech e a América portuguesa na cartografia de D'Anville". In: *Topoi*, v. 12, n. 23, jul-dez, 2011, pp. 66-83.

GOITIA, Fernando Chueca. *Breve História do Urbanismo*. Tradução Emílio Campos Lima. 5ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 2003 [1982]

HOLANDA, Sérgio Buarque de. "O Semeador e o Ladrilhador". In: *Raízes do Brasil*. Prefácio de Antônio Cândido, 20ª edição, Rio de Janeiro: José Olympio, 1988

LARA, Silvia Hunold. *Fragmentos Setecentistas. Escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LEAL, Joana da Cunha. *A arquitetura privada política e factos urbanos em Lisboa: da cidade pombalina à cidade liberal.* 2 V., Tese de Doutorado, orientadora Margarida Acciaiuoli, História da Arte contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Nova de Lisboa, 2005.

MARX, Murilo. "Arraiais Mineiros: relendo Sylvio de Vasconcellos". In: *Revista Barroco*, v. 15, pp. 389-393, UFOP, 1989 (1)

____. *Nosso chão: do sagrado ao profano*. São Paulo: Edusp, 1989 [1988]. Série Espaço e Desenho

MATA, Sergio da. "O Sagrado e as formas elementares do espaço urbano mineiro (séculos XVIII-XIX)". In: *Revista Rhema*, Juiz de Fora: Instituto Teológico Arquidiocesano Santo Antônio, v. 4, n.º 16, 1998, pp. 11-43

_____. "O espaço do arraial na Minas antiga". In: O espaço do arraial na Minas antiga. Dimensões. Revista de História da UFES, n. 14, p. 191-223, 2002.

_____. "O espaço do poder". In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Dossiê Camaras Coloniais Mineiras, Ano XLII, nº 2, jul-dez, 2006.

OLIVEIRA, Tiago Kramer de. "A 'cartografia sertanista' e as conquistas portuguesas no centro da América do Sul (primeira metade do seculo XVIII)". In: *Atas do VI Colóquio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*, 4 a 7 de novembro de 2015, Braga, Portugal, pp. 41-60.

PELÚCIO, José Alberto. *Baependi*. São Paulo: Graphica Paulista, 1942.

PEREIRA, André Luiz Tavares. *Arquitetura, urbanismo e topografia em Ouro Preto no século XVIII*. Dissertação apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2000.

PEREIRA, Magnus R. de M.; CRUZ, Ana Lúcia R. B. da. "O viajante instruído: os manuais portugueses do Iluminismo sobre métodos de recolher, preparar, remeter e conservar productos naturais". In: SANTOS, A. C. A; DORE, Andrea (org.). T*emas Setecentistas. Curitiba*: UFPR/SCHLA, 2009, v. pp. 241-252.

PIRES, Maria do Carmo; ANDRADE, Francisco Eduardo de; BOHRER, Alex Fernandes. *Poderes e lugares de Minas Gerais: um quadro urbano no interior brasileiro, Séculos XVIII-XX*. São Paulo: Scortecci; Ouro Preto: Editora UFOP, 2013.

RAMINELLI, Ronald. "Ilustração e império colonial'. In: *História* (São Paulo), v. 31, n. 2, p. 36-67, jul/dez 2012.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição aos estudos da Evolução urbana do Brasil, (1500 – 1720)*. São Paulo: Edusp, 1968.

____. "A urbanização e o Urbanismo na Região das Minas". In: *Revista de Estudos sobre Urbanismo, Arquitetura e Preservação. Cadernos de Pesquisa do LAP*. São Paulo, jul-dez, 1999, pp. 5-35.

RODRIGUES, José Damião. "Ciência, viagens e controlo do território: o caso do Brasil na segunda metade do seculo XVIII". In: *Revista Digital de Historia y Arqueologia desde el Caribe Colombiano*. Año 11, nº 25, Barranquilla, Enero-Abril, 2015.

____. "Geopolítica e migrações no contexto de Utrech: colonos portugueses no Brasil meridional". In: *Cuadernos de Historia Moderna*, 2013, XII, 101-108.

ROSSA, Walter. *A urbe e o traço. Uma década de estudos sobre o urbanismo português*. Coimbra: Livraria Almedina, 2002.

RUSSELL-WOOD, John. "A sola dos pés é boa para aprendermos a história de um lugar". *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro. Edição 38, 09 dez. 2008. Disponível em: http://www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/a-j-r-russell-wood. Acesso em 30/01/2014, 16:20h.

SANTOS, Paulo F. *Formação de Cidades no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

SILVA, Maria Beatriz N. da. "Espaço e urbanismo". In: *A cultura Luso-Brasileira. Da reforma da Universidade à independência do Brasil*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999, pp. 71-76.

TEIXEIRA, Manuel; VALLA, Margarida. *O urbanismo português. Séculos XIII-XVIII. Portugal – Brasil*. Lisboa: Livrarias Horizonte, 1999.

____. (coord.). *Projeto Arquivo Virtual de Cartografia Urbana Portuguesa.* Base de dados informatizada. Desenvolvido pelo Centro de Estudos de Urbanismo e Arquitetura do ISCTE, financiado pelo programa PRÁXIS XXI da Fundação para a ciência e a tecnologia, 2000. Disponível em: https://www.pavconhecimento.pt/641/as-cidades-pensadas-em-portugues-uma-heranca-para-o-seculo-xxi-arquivo-virtual-de-cartografia-urbana-portuguesa. O link para este arquivo não se encontra disponível, sendo o acesso feito pelo CD-Rom existente no Arquivo Histórico Militar, em Lisboa.

TRINDADE, Conego Raimundo. *Instituições de Igrejas no Bispado de Mariana*. Publicações do SPHAN, nº 13. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde/Imprensa Nacional, 1945.

VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, v. 2, 1974.

VIDE, D. Sebastião Monteiro de. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. 2. ed., São Paulo: Typographia 2 de dezembro, 1707/1853. Reedição comemorativa, 2007. Título XVII, 688, p. 253. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/222291.

História do cotidiano de Brasília: "experiência" e resistência dos candangos na construção da nova capital (1959-1961)

Ramon Lamoso de Gusmão [1]

History of Brasília's diurnal: "experience" and resistence of the candangos in the construction of the new capital (1959-1961)

[1] Mestre em História pela Universidade Nova de Lisboa. Jornalista da Empresa Brasil de Comunicação. E-mail: rgusmao07@hotmail.com

Resumo:

Este artigo é uma tentativa de trazer à luz parte da história de Brasília que não é ufanista, que não aborda a capital apenas sob a ótica do nacional-desenvolvimentismo, da arquitetura modernista, a síntese do Brasil que deixava de ser um país agrário-exportador para se transformar em uma nação urbana e industrializada, nas décadas de 1950/1960. Trata-se de uma análise sobre o cotidiano de pessoas comuns, dos candangos, como ficaram conhecidos os operários que construíram a nova capital. Eles viveram experiências além do trabalho, que precisam ser contadas. É uma versão praticamente desconhecida, apagada, omitida da história de Brasília, cujos protagonistas são milhares de nordestinos, goianos e mineiros. Eles chegaram ao Planalto Central com esperanças que ao longo do tempo se tornariam ilusões. A "experiência" desses trabalhadores ficou registrada nas duas fontes usadas neste trabalho: boletins de ocorrência da polícia e o diário escrito por um candango.[2]

Palavras-chave: História de Brasília, História da Vida Cotidiana, Candangos.

Abstract:

This article is an attempt to bring to light part of the history of Brasilia that is not a vainglorious, which does not approach the capital only under the point of view of the national-developmentalism, of modernist architecture, an assumption of Brazil that ceased to be an agrarian-exporting country to become an urban and industrialized nation, in the 1950s and 1960s. This is an analysis of the daily life of ordinary people, the candangos as they became known, the workers who built the new capital. They have lived experiences beyond work, which need to be told. This is a virtually unknown, obliterated, omitted version of the history of Brasilia, whose protagonists are thousands of northeastern, goianos and mineiros. They arrived at the Central Plateau with hopes that over time become illusions. The experience of these workers was recorded in two sources used in this study: case reports of the police force and a diary written by a candango.

Keywords: History of Brasília, History of Daily Life, Candangos.

[2] Este artigo é uma versão do trabalho de conclusão *História do Cotidiano de Brasília: A Vida na Nova Capital pelos Boletins de Ocorrência e um Diário*, apresentado ao Curso de Especialização em História Contemporânea, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), em 2011.

Introdução

Prestes a completar 60 anos de inaugurada, Brasília continua a despertar paixões, assim como ocorreu ao longo dos séculos em que foi apenas uma ideia. Para além das predileções pró e contra, a capital do país é também objeto de estudo em ciência política, arquitetura, história. No caso da historiografia, há lacunas a serem preenchidas, especialmente sobre aqueles responsáveis por erguer a cidade.

Não estamos falando do então presidente Juscelino Kubitschek, do arquiteto Oscar Niemeyer, nem do urbanista Lúcio Costa, a quem se pode associar a grandiosidade da arquitetura, o urbanismo inovador e o simbolismo de um país que se pretendia moderno. Estamos falando dos trabalhadores que construíram a nova capital.

Os candangos[3], como ficaram conhecidos, deixaram rastros e vestígios que, a princípio, poderiam ser considerados apenas documentos sem importância. Mas quando lidos e interpretados com cuidado, boletins de ocorrência registrados pela polícia e um raro diário escrito por um trabalhador, são fontes históricas valiosas para conhecer aspectos do cotidiano durante a construção e nos primeiros anos da cidade.

A partir dos registros policias feitos entre 1959 e 1961 – hoje sob a guarda do Arquivo Público do Distrito Federal (ARPDF) –, e do *Diário de um Candango* (1963), escrito pelo migrante goiano José Marques da Silva, pode-se contar uma versão inusual da história de Brasília. Versão com base na vida de operários e pessoas comuns.

Para Michel de Certeau (2011), o ordinário, o cotidiano, o comum, na verdade é extraordinário, e assim são os candangos personagens deste artigo. "É lastimável constatá-lo: quanto nos falta ainda compreender dos inúmeros artifícios dos 'obscuros heróis' do efêmero, andarilhos da cidade, moradores dos bairros, leitores e sonhadores, pessoas obscuras das cozinhas. Como tudo isto é admirável!" (CERTEAU, 2011, p. 342)

[3] A palavra candango era usada para se referir aos migrantes que trabalharam como operários na construção de Brasília. Para este artigo interessa o contexto histórico em que foi usada e o significado que recebeu a partir de então. Muitos historiadores diferenciam candangos e pioneiros. Estes últimos seriam funcionários públicos, engenheiros, médicos, jornalistas, os primeiros políticos a chegarem e fixarem residência na nova capital.

Peter Burke segue linha de raciocínio semelhante e afirma que "[...] a vida cotidiana ou a 'cultura cotidiana' é fundamental para essa abordagem, sobretudo as 'regras' ou convenções subjacentes à vida cotidiana." (BURKE, 2006, p. 247)

Cotidiano que, no caso da capital em construção, não se restringia ao trabalho, ainda que esse tenha sido o elo principal entre os migrantes que construíram a cidade em pouco mais de três anos. Tão importante quanto as relações de trabalho com o Estado e as empreiteiras privadas, foram os sonhos, anseios, espaços de sociabilidade, condições de moradia, o lazer, o consumo do álcool, a repressão policial, as formas de identidade e resistência.

Sempre omitidas ou negadas na versão oficial, os registros policiais comprovam, por exemplo, que houve mortes causadas por acidentes de trabalho. Os documentos também não deixam dúvidas quanto à repressão ao consumo e ao comércio de bebidas alcoólicas entre os operários.

Mesmo com as lacunas da documentação, os boletins de ocorrência analisados apontam para a tentativa de controle social dos trabalhadores. Prisões por vadiagem, comércio ilegal e desordens causadas pelo consumo excessivo de álcool estão entre as acusações contra aqueles que não se adequavam à ordem e disciplina necessárias a uma das maiores empreitadas do século XX.

As ocorrências policiais e o *Diário de um Candango* (1963) também deixaram indícios sobre como e o que milhares de trabalhadores fizeram para resistir a esse controle e manter as identidades ou transformá-las, reconfigurá-las. A análise das fontes indica outros tipos de "experiência" tão importantes quanto as oito, dez, doze ou até vinte e quatro horas de trabalho nos canteiros de obras.

Essa "experiência" – a partir do conceito desenvolvido pelo historiador britânico E. P. Thompson no clássico *A Formação da Classe Operária Inglesa* (1987) –, é uma das chaves para desvendar o cotidiano dos candangos e a relação com o momento político, econômico e social do Brasil de então. Segundo Thompson (1987, p. 17, volume II), "o fazer-se da classe operária é um fato tanto da história política e cultural quanto da econômica. Ela não foi gerada espontaneamente pelo sistema fabril. […] A classe operária formou a si própria tanto quanto foi formada."

É preciso esclarecer que o foco desta análise não está na formação de um subgrupo da classe trabalhadora brasileira, definido arbitrariamente por "candangos", o que iria de encontro às teses defendidas pelo historiador britânico. O que se pretende é justamente o contrário. Para E. P. Thompson (1987, p. 10, volume I), a consciência de classe, ou identidade, é formada "quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus".

E vai além, ao afirmar que "essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais" (THOMPSON, 1987, p. 10, volume I). Em momento nenhum, contudo, ele esquece as relações econômicas, as condições materiais da existência humana.

Em uma linha de raciocínio semelhante[4], os operários que construíram Brasília não devem ser reconhecidos apenas como fruto do desenvolvimento do capitalismo e do processo de urbanização do Brasil, a partir da década de 1950.

Eram migrantes nordestinos, mineiros e goianos, a absoluta maioria de homens (cerca de 42 mil), boa parte analfabeta e católica[5], que acreditaram na propaganda do governo ou foram para o Planalto Central por conta própria, em busca de uma vida melhor. Milhares de nordestinos fugiam da seca que atingiu a região em 1958.

Mas na história oficial tentou-se esconder, foram omitidos ou deliberadamente apagados o cotidiano, as condições de trabalho e moradia, a repressão, a identidade, as formas de resistência ao controle imposto aos operários que construíram Brasília.

[4] Na Introdução de *A Formação da Classe Operária Inglesa*, E. P. Thompson (1987, p. 10, volume I) observa que é possível "ver uma lógica nas reações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não podemos predicar nenhuma lei." Por isso, consideram-se candangos e operários ingleses pré-revolução industrial apenas e tão somente como grupos profissionais que viveram experiências semelhantes. Não há uma comparação direta, mas apenas o uso do conceito. E neste caso não estamos dando ênfase à formação de uma classe, mas essencialmente às experiências do cotidiano: condições de trabalho, moradia, repressão, controle social, solidariedade, espaços de sociabilidade, lazer, tradições, formas de resistência.

[5] Esses dados estão no Censo Experimental do IBGE de 1959.

O apagamento da história

No livro de memórias *Por que construí Brasília* (1975), o ex-presidente da República Juscelino Kubitschek defende a tese de que a "cidade modernista" ofereceu ao Brasil e ao mundo novos conceitos de arquitetura e urbanismo, mostrou a capacidade de planejamento, trabalho e execução de um país latino, na época uma nação da periferia do capitalismo. "Assim estava sendo construída Brasília. Velocidade. Espírito de pioneirismo. Audácia de fazer acordar um país que vivera dormindo durante quatrocentos anos". (KUBITSCHEK, p. 70, 1975)

Os boletins de ocorrência e o diário, no entanto, estão repletos de exemplos sobre o cotidiano dos candangos que revelam contradições entre o desenvolvimento pretendido e alardeado pelo discurso oficial e a realidade.

A repressão ao consumo e ao comércio de álcool é um dos fatos que se tentou esconder. Mas esse controle não foi por acaso, existia uma lógica: todo o tempo e o esforço dos trabalhadores precisavam ser concentrados nas obras. Lazer, diversão, tempo livre e descanso não eram bem-vindos naquele contexto histórico.

No dia 9 de janeiro de 1959, foi preso o gerente de um bar que ficava onde hoje é a Avenida W3 Sul, na área central de Brasília, por "venda de bebidas alcoólicas depois das 18 horas".

> Foi preso em flagrante delito, às 20,00 hs [sic], no interior do Bar Royal, pelo investigador José Ribeiro Filho, o sr Eduardo Baumam, gerente do citado Bar, por estar o mesmo vendendo cachaça depois das 18 hs, inclusive para o policial acima que fingiu comprar uma doze [sic], sendo o mesmo servido. Testemunharam a entrega do mesmo perante a autoridade, as testemunhas: José Rodrigues de Almeida e Geraldo Pereira Gomes (Geraldo Alves de Sousa).[6]

Já o registro policial do dia 16 de dezembro de 1959 apresenta um caso típico de prisão e indiciamento por vadiagem, com todos os elementos usados para justificar a repressão. O maranhense Aciole Menezes de Brito foi preso na zona do baixo meretrício, às

[6] Boletim de Ocorrência de 09.01.1959, Caixa Nº 776, NOV D.1001, ARPDF.

seis e meia da tarde, e conduzido para a delegacia, onde ficou por seis dias.

> [...] o indivíduo Aciole Menezes de Brito, brasileiro, solteiro, com 23 anos de idade, natural de Grajaú, Maranhão. O referido indivíduo que há 18 dias aproximadamente acha-se em Brasília, não tem trabalho nem residência certa, o condutor acusa o indiciado de estar sempre presente no baixo meretrício e próprio indiciado se intitula de desertor da polícia de Goiás. Quando convidado a comparecer a esta Delegacia, por se encontrar pronunciando palavrões no interior de um coletivo, revoltou-se contra o policial procurando desmoraliza-lo [sic]. E aqui chegando não se portou convinientemente [sic], só foi encontrado em seu poder uma carteira profissional, na qual não consta que o portador tenha sido empregado em alguma firma, 1 cinto e uma carteira de dinheiro vazia.[7]

Repetia-se em Brasília a tentativa de controle social de trabalhadores observada ao longo da história – a exemplo da Inglaterra do final do século XVIII e primeira metade do século XIX (analisado por E. P. Thompson nos três volumes de *A Formação da Classe Operária Inglesa*), e no Rio de Janeiro do início do século XX.[8] Aqueles que não se enquadraram no padrão foram presos e acusados pelo crime de vadiagem.

Para além disso, muitos também foram vítimas de acidentes de trabalho. Mesmo que ainda hoje esse seja outro tema proibitivo da história de Brasília, os boletins de ocorrência comprovam que houve acidentes fatais nos canteiros de obras da nova capital.

Um dos registros mais detalhados está no boletim de ocorrência de 13 de abril de 1960 (a uma semana da inauguração), às cinco e quinze da tarde, nas obras do IAPI, o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, atual Asa Sul. A vítima foi José Leone de Brito.

> A hora acima foi comunicada do IAPI que houvera um acidente e que resultara a morte do operário acima. Designei ao investigador Romildo que colheu o seguinte: que estavam cavando uma vala com 3 metros de profundidade sendo que a vítima e mais 2 outros; que 2 minutos antes os dois operários sairam [sic] para ir beber agua [sic] e ali ficou José Leone – que logo que iniciou o desabamento foi advertido por Vicente Rodrigues, mas já

[7] Boletim de Ocorrência de 08.01.1959, Caixa Nº 776, NOV D.1001, ARPDF.

[8] A análise sobre o controle social na primeira década do século XX, na cidade do Rio de Janeiro, escrita por Sidney Chalhoub, em *Trabalho, lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*, é referência sobre esse tema na historiografia brasileira.

> tardiamente – pois a avalanche colheu a vítima José Leone. Foram testemunhas do fato os seguintes operarios [sic] Claudimiro Reis do Nascimento, servente, com 28 anos, casado [ilegível] chapa 303 Aloj. 10 do IAPI que se encontrava dentro da vala, mas afastado do desabamento; Vicente Rodrigues Alves, servente com 36 anos – das obras do IAPI. Os mesmos acrescentaram que o desabamento foi verificado as [sic] 17 horas e as [sic] 18 foi retirado [sic] a vítima, já morta. O corpo foi removido para o Hospital do IAPI para Exame Cadavérico.[9]

Considerando-se que os registros de ocorrência policial são documentos oficiais, em nenhum momento as mortes de operários são citadas ou consideradas pela dita história oficial, como nos livros de memória do ex-presidente JK e do arquiteto Oscar Niemeyer.

Por isso, é indispensável esclarecer de que forma são estabelecidos os processos históricos de "apagamento", esquecimento, revisionismo, negacionismo, omissões da memória e estabelecimento de versões sobre determinados fatos e momentos. O historiador italiano Carlo Ginzburg (2007, p.230) lembra que "a memória e a destruição da memória são elementos recorrentes na história."

Peter Burke, em análise sobre a relação entre história e memória, levanta questionamentos decisivos.

> É importante fazer a pergunta: quem quer que quem lembre o quê e por quê? De quem é a versão registrada ou preservada? [...] É sempre esclarecedor abordar problemas por trás, virá-los pelo avesso. Para entender os mecanismos da memória social, talvez valha a pena examinar a organização social do esquecer, as regras de exclusão, supressão ou repressão e a questão de quem quer que quem esqueça o quê e por quê. Em suma, a amnésia social. Amnésia se relaciona a "anistia", com o que se chamava de "atos de esquecimento", a obliteração oficial de memórias em conflito no interesse da coesão social. (BURKE, 2006, p. 84-86)

O filósofo francês Paul Ricouer trabalha com a ideia de manipulação e imposição da memória, por meio da narrativa. As conclusões são semelhantes.

> [...] a memória imposta está armada por uma história ela mesma "autorizada", a história oficial, a história aprendida e celebrada publicamente. De fato, uma memória exercida é, no plano institucional,

[9] Boletim de Ocorrência de 13.04.1960, ARPDF.

> uma memória ensinada; a memorização forçada encontra-se assim arrolada em benefício da rememoração das peripécias da história comum tidas como os acontecimentos fundadores da identidade comum. O fechamento da narrativa é assim posto a serviço do fechamento identitário da comunidade. História ensinada, história aprendida, mas também história celebrada. À memorização forçada somam-se as comemorações convencionadas. Um pacto temível se estabelece assim entre rememoração, memorização e comemoração. (RICOEUR, 2007, p. 98)

Não por acaso, a versão oficial escrita por JK (1975, p. 79), segundo a qual "Brasília nascia, de fato, sob o signo da comunhão social", deixou de lado outro tema controverso, obscuro e praticamente desconhecido: os candangos que ajudaram a construir a cidade não puderam morar nela e foram empurrados para o que se convencionou chamar de "cidades-satélites".

No boletim de ocorrência do dia 16 de dezembro de 1960, portanto com a cidade já inaugurada, um homem chamado João Guilherme de Aragão prestou queixa na Delegacia e pediu reforço no policiamento na Superquadra 105 Sul, onde morava. O motivo?

> *De ordem superior* [grifo meu] foi determinado que se fizesse policiamento extra na S.Q. 105 Bloco 8 do IAPI. Este policiamento foi solicitado pelo sr. João Guilherme de Aragão, diretor do DASP, *como prevenção contra possíveis eventualidades de funcionários da Novacap*, *que exigem com ameaças que lhes sejam distribuídos apartamentos* [grifo meu]. O queixoso reside no bloco 8 S.Q. 105 Aptº 401, IAPI. Para atender esta solicitação foram deslocados para o local mencionado, os Cosme Damião [sic].[10]

Este boletim, mesmo sendo único e por isso mesmo uma preciosidade na série documental pesquisada, faz referência explícita à segregação do espaço, a quem pertencia o que, e quem poderia morar aonde.

O autor da queixa contra os candangos que exigiam apartamentos para morar no Plano Piloto, João Guilherme de Aragão, foi diretor do Departamento Administrativo do

[10] Boletim de Ocorrência de 16.12.1960, Caixa Nº 776, NOV D. 1001, ARPDF. O DASP foi criado por Getúlio Vargas em 1938 na tentativa de estabelecer regras para o ingresso no serviço público, criar uma burocracia no Estado brasileiro. O IAPI era o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, e um conjunto de apartamentos e casas foi construído na Asa Sul para que os funcionários dessa autarquia viessem do Rio de Janeiro para morar em Brasília. E "Cosme e Damião" é uma dupla de policiais militares que fazem ronda a pé.

Serviço Público (DASP) entre fevereiro de 1956 e janeiro de 1961. Ele é citado nominalmente no livro de memórias do ex-presidente JK como o responsável pela transferência dos funcionários públicos - "os pioneiros" - do Rio de Janeiro para Brasília, pouco antes da inauguração.

Diário de um candango

Entre os 60 mil migrantes que se transferiram para Brasília durante a construção, mas tiveram que se contentar com os bairros operários, estava o goiano de Ipameri, José Marques da Silva.

José Marques chegou em 1958. Acompanhou de perto o surgimento da cidade, quando trabalhou como caixa do Brasília Alvorada, o primeiro hotel de Brasília, projetado por Oscar Niemeyer. Passada a aventura da chegada e o sonho da construção, o migrante goiano, então com vinte e dois anos, foi demitido em 1961, mas resolveu ficar.

Comprou o *Bar e Restaurante São José*, na Vila Planalto, com o dinheiro que recebeu da indenização por ter sido demitido. A população crescia, as "invasões", bairros operários e "cidades-satélites" se consolidavam e a necessidade de serviços para atender a essas pessoas era cada vez maior[11]. A Vila Planalto, de alojamento de trabalhadores transformou-se em moradia para aqueles que permaneceram depois da inauguração. Era considerada oficialmente área de "invasão", conforme os registros de ocorrência policial.

Até aí seria uma trajetória comum a milhares de migrantes. Mas o anônimo José Marques da Silva decidiu escrever uma espécie de história do cotidiano de Brasília. Nos últimos três meses de 1961, anotou em um diário a repressão policial, costumes de migrantes nordestinos, relações de solidariedade, a instabilidade política gerada pela sucessão de Jânio Quadros para João Goulart, o aumento da inflação, e fez observações sobre a miséria, as desilusões e formas de resistência dos candangos.

[11] Depois da cidade inaugurada, a população total mais que dobrou. De acordo com o Censo do IBGE de 1960, eram mais de cento e quarenta mil habitantes, o que indica a fixação dos migrantes e o início da formação de famílias, de relações sociais mais estáveis e duradouras.

Relato biográfico único e publicado em 1963, o *Diário de um Candango* é muito provavelmente a fonte extraoficial mais rica sobre a história de Brasília vista de baixo.

No diário, o jovem goiano mistura os acontecimentos e desilusões da vida privada com anotações sobre o trabalho, os hábitos, a rotina, a religião, o modo de falar, as formas de agir, os gostos, dificuldades, os anseios dos moradores e frequentadores da Vila Planalto.

A condição de comerciante confunde-se com o que ele observa, presencia e depois escreve durante quase três meses. "Nessa solidão, penso, tudo planejo, tomo o propósito de escrever alguma coisa que no meu Bar ou na Vila suceder. É um diário, são as ocorrências, uma pobre crônica de um pobre dono dum botequim". (SILVA, 1963, p. 15)

O comércio deu a José Marques da Silva a condição de observador atento e privilegiado do cotidiano da Vila Planalto nos primórdios de Brasília. Na avaliação do historiador Sidney Chalhoub, que pesquisou conflitos e relações sociais travadas em botequins cariocas no início do século XX:

> […] a referência à venda como "observatório popular" sugere que este é um ponto privilegiado, uma espécie de janela aberta, para o estudo de padrões de comportamento dos homens pobres em questão. Com efeito, a venda ou botequim é cenário para o surgimento e desenrolar de rixas e conflitos pelos mais variados motivos, desde os problemas ligados ao trabalho e habitação, passando pelas questões de amor e de relações entre vizinhos, até as contendas por motivos mais especificamente ligados ao lazer, como os jogos, o carnaval ou a bebida. (CHALHOUB, 2001, p. 312)

Na capital recém-nascida, outros espaços de lazer e convivência eram praticamente inexistentes. Por isso mesmo, bares, botequins e vendas como o *São José,* na Vila Planalto, transformaram-se em pontos de encontro obrigatório para os operários, desde o período da construção.

A parte mais densa, contundente e detalhada do cotidiano descrito por Marques da Silva é a vida boemia, os momentos de diversão, lazer e tempo livre dos candangos. O álcool, a música, a dança, as casas noturnas e a zona do baixo meretrício marcaram o dia a dia da capital. O diário revela a experiência, a cultura e a identidade de pessoas comuns.

> [...] D. Justa chegava com os olhos curiosos. Aqui, na Vila, os candangos apelidaram a polícia de D. Justa; onde ela chega, tudo pára [sic] de uma vez. [...] Já tendo dormido um pouco, acordo com um barulho de pandeiros e tamborins; parece até terreiro de Umbanda. Escuto um silvo, fecha-se um círculo. A 'geladeira' chega, faz-se a fila. Vão dormir nos distritos policiais nada menos de 100 candangos que estavam a anarquizar o domingo. (SILVA, 1963, p.108-109)

"Experiência" e resistência

Mas os candangos não podem ser considerados apenas vítimas do processo de industrialização e modernização do país. Os migrantes que construíram Brasília também foram sujeitos dessa história, criaram e praticaram formas próprias de resistência.

O que o senso comum costuma definir e generalizar como cultura nordestina, por exemplo, estava presente no cotidiano da Vila Planalto, principalmente pela música, literatura de cordel, pelos repentistas, as formas de falar, os sotaques. Os nordestinos eram maioria entre os migrantes e é a eles que José Marques da Silva se refere na maior parte das anotações.[12]

Com precisão, descreve a resistência, em registro do dia 15 de outubro de 1961, o primeiro domingo como dono de bar na Vila Planalto. "E o candango? Jamais, mesmo passando fome e sofrendo privações, perde o bom senso e o humor que o caracterizam e o distinguem, como o sapateiro Baiano, que diz: - 'Ó senhor aí da sanfona, sapeque um baião de Luís Gonzaga, que nós queremos escutar!'" (SILVA, 1963, p. 21)

Cada elemento deste trecho sintetiza a discussão sobre "experiência" e resistência: um sapateiro baiano, portanto migrante, pede para outro homem provavelmente migrante nordestino também, que toque um gênero musical criado por um ícone da música popular do Nordeste (e hoje brasileira). E apesar das privações, da vida difícil que levavam, queriam tocar e ouvir música, se divertir.

Já no dia 6 de novembro, o comerciante transcreve um diálogo presenciado por ele,

[12] O conceito de cultura usado neste artigo aproxima-se da "descrição densa" de Clifford Geertz. Segundo o antropólogo norte-americano, a cultura deve ser encarada "não como uma ciência experimental à procura de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado." (GEERTZ, 2011, p.4)

que caracteriza de maneira ainda mais detalhada e específica a "experiência" de ser candango.

> Chego a um bar vizinho, onde me delicio com os "pingunços" cearenses. São candangos, candangos cearenses. Creio que não se deve confundir candango com candango cearense. Êste [sic] é o verdadeiro, enquanto aquêle [sic] já goza de certa influência na sociedade. O cearense anda maltrapilho, de tamanco, calças de brim coringa e, às vêzes [sic], com um chapéu, quase sempre de couro. Se têm dinheiro, muitos bebem; se não têm, bebem a prazo para pagar na primeira oportunidade. Ouvi um diálogo:
> - Antônio, vamo tumá uma?
> - Não, meu camarada, ti já tá paricendo pingunço...
> - Ora, sêo! Quem bebe, morre; quem não bebe, morre tamém...
> - Mas é feio a gente morrê tumado dela...
> - Vamo! Duas Ipioca, e uma Pitu, daquela que matou o guarda...
> - Então, chuta...
> - À saúde, à saúde dos cearenses fudido...
> É impossível ver um cearense triste, em Brasília. Passe o que passar, mas o bom humor jamais ele perde. (SILVA, 1963, p. 39)

Neste trecho percebem-se traços de identidade específicos dos cearenses, como a forma de vestir, de falar e uma alegria de viver identificada por José Marques. Além disso, o consumo de álcool (mesmo que inconscientemente) também como forma de resistência à exploração do trabalho, à repressão policial, à segregação urbana, à condição de candango.

Em 18 de novembro de 1961, o migrante goiano identificou outra manifestação tradicional da cultura popular dos nordestinos, e uma nova forma de resistência, traduzida nos versos de um repentista.

> Assim que regresso, conheço um trovador que reside em Taguatinga. Fala só em verso, tudo êle [sic] improvisa. Senti vontade de conhecer Pernambuco; lá parece que tudo é trova e poesia. No meu bar generalizou-se uma confusão de Estados. Gente de Goiás, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Bahia, Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Maranhão e Paraíba. A todos Severino Francisco enaltece o valor. Fico orgulhoso de representar meu estado nessa tertúlia. Êle [sic] me pergunta de onde sou. Respondo-lhe somente que sou do Estado que é banhado pelo Araguaia e Tocantins. Um verso guardo na memória:
> Deixo bem claro o aviso:

> Se você tiver juízo
> E não tiver profissão,
> Fique aí onde está
> Paraíba ou Ceará
> Pernambuco ou Maranhão,
> Lutando feito um leão
> Na sua terra natal!
> Deixe a coisa melhorar,
> Não venha a Brasília, não...
>
> Fico estupefato com o seu dom de improvisar; é um privilégio dos nortistas. Padecem os maiores sofrimentos e ainda têm tempo de rimar sua desgraça. (SILVA, 1963, p. 57)

Os trovadores e repentistas que vivem e se apresentam nas ruas e praças de pequenas e grandes cidades brasileiras tiram dali o sustento da família, numa mistura de arte e resistência. Assim como os versos muitas vezes carregados de crítica social, a própria forma de "ganhar a vida", com profissão e rimas improvisadas, demonstram resistência e afirmação de identidade.

A "experiência", a identidade e a resistência dos candangos foram sintetizadas de forma épica por José Marques da Silva, em um domingo, 26 de novembro de 1961.

> Vejo como são os candangos. Em todos os lugares por que passei, vi grupos de nortistas. Êles [sic] cantam falando, e falam cantando. É um homem o nortista; êle [sic] nasce com o germe da aventura no sangue, e com o demônio de fatalidade em sua vida. Se trabalha, é cortado do serviço; se é cortado, gasta o dinheiro, bebe com os amigos, e volta para suas plagas. Não tem temor. Sabe enfrentar a vida. Isso é que é ser candango! O homem que não se desemprega, não passa fome, não dorme ao relento, tendo por teto o céu, seu abrigo, não é candango. Homem é o cearense, o piauiense, ou de outro Estado qualquer do Norte ou do Nordeste, que sabe enfrentar o destino. Na desgraça, êle [sic] ri; na doença, despreza a tristeza, ao passo que, em Brasília o funcionário que vive em confortáveis apartamentos, ganhando salário superior aos do resto do Brasil, com suas famosas 'dobradinhas', ajudas de custo etc., não pode ser um candango. Isso não é ser candango, é ser crápula. Ser candango é viver em barracos, é enfrentar a vida com destemor. A vida do candango é um rosário de aventuras que ainda será narrada e escrita pela pena dum escritor. (SILVA, 1963, p. 69)

Toda repressão, exploração da força de trabalho e as condições adversas de sobrevivência não fizeram de sindicatos, associações, partidos políticos e da violência formas

relevantes de resistência dos candangos, como ocorreu em outros momentos da história. Prova disso é que o primeiro sindicato de trabalhadores da construção civil só foi legalizado pelo Ministério do Trabalho em julho de 1959, faltando menos de um ano para o término das obras.

Se antes as disputas sociais eram diretas, brutais e violentas, ao longo do tempo passaram a ser travadas no campo simbólico, das representações, da construção e negação de identidades, como observa Roger Chartier (2002, p. 222-224).

Dessa maneira, o consumo exacerbado do álcool também pode ser entendido como uma forma simbólica de resistir às tentativas de controle social. Apesar da repressão ao comércio e ao consumo (que continuou depois de 21 de abril de 1960), os candangos burlaram de todas as formas, inclusive consumindo durante o horário de trabalho e nos alojamentos das empreiteiras. No boletim de ocorrência do dia 8 de janeiro de 1959, foi registrado um dos muitos casos de prisão por embriaguez em acampamentos de construtoras.

> Deu entrada neste Distrito, embriagado – João de Souza e Silva, bras. [sic], natural da Baia [sic], casado, com 26 anos, profissão pedreiro, operário da Ecisa, que se encontrava em estado de embriaguez, provocando distúrbios dentro dos alojamentos do IAPB. […] Foi recolhido ao xadrez.[13]

Na concepção de Michel de Certeau, essa resistência ocorre com usos, táticas e bricolagens, maneiras diferentes de fazê-la, com criatividade.

> A ordem efetiva das coisas é justamente aquilo que as táticas "populares" desviam para fins próprios, sem a ilusão que mude proximamente. Enquanto é explorada por um poder dominante, ou simplesmente negada por um discurso ideológico, aqui a ordem é *representada* por uma arte. Na instituição a servir se insinuam assim um estilo de trocas sociais, um estilo de invenções técnicas e um estilo de resistência moral, isto é, uma economia do "*dom*" (de generosidades como revanche), uma estética de "*golpes*" (de operações de artistas) e uma ética da *tenacidade* (mil maneiras de negar à ordem estabelecida o estatuto de lei, de sentido ou fatalidade). A cultura "popular" seria isto, e não um corpo considerado estranho, estraçalhado a fim de ser exposto, tratado e "citado" por um sistema que

[13] Boletim de Ocorrência de 08.01.1959, NOV D.1001, ARPDF. O IAPB era o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários. Foi criado em 1934 e hoje é o INSS.

> reproduz, com os objetos, a situação que impõe aos vivos. (CERTEAU, 2011, p. 83)

Considerações finais

O que os boletins de ocorrência e o *Diário de um Candango* (1963) revelam, convergem no sentido contrário ao que se consagrou como história oficial, segundo a qual a construção de Brasília foi marcada por heroísmo, glória, prestígio, modernidade e audácia de alguns. Esses documentos indicam que a nova capital não pode ser explicada apenas e tão somente pelo nacional-desenvolvimentismo de JK e os projetos arquitetônico e urbanístico de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa.

Os registros policias e o diário deixaram rastros e vestígios documentais que ajudam a preencher lacunas e a traçar uma história do cotidiano de Brasília, vista de baixo, sob a perspectiva de trabalhadores e pessoas comuns. Para o historiador italiano Carlo Ginzburg (2007, p. 277), é "potencialmente mais rica a documentação mais improvável."

Tanto Ginzburg quanto Burke alertam, contudo, sobre os riscos de se trabalhar com registros judiciais, interrogatórios e julgamentos, já que os depoimentos de acusados, suspeitos ou réus contidos ali foram tomados em condições especiais. Ao referir-se especificamente aos processos da Inquisição, Ginzburg (2007, p. 287) afirma que "esses documentos não são neutros; a informação que nos fornecem não é nada 'objetiva'", e por isso devem ser lidos e decifrados com muito cuidado.

Já para o historiador britânico, a dificuldade é que muitas vezes há uma tentativa de reconstrução de "suposições cotidianas, comuns, tendo como base os registros do que foram acontecimentos extraordinários nas vidas do acusado" (BURKE, 1992, p.25). Por isso mesmo, ele defende que esse tipo de fonte seja lida nas entrelinhas.

Mas no caso específico dos boletins de ocorrência analisados, eles não representam o extraordinário na vida dos candangos. O cotidiano durante a construção e no início de Brasília era restrito ao trabalho e a poucas horas de lazer semanal nos bares e na zona do baixo meretrício, ZBM, como eles mesmos chamavam. O consumo de bebidas alcoólicas era

tão comum quanto o trabalho, mas não está registrado em outros documentos oficiais. Trabalhar e se embriagar não era a exceção, mas a regra.

Outro desafio quando se trabalha com o cotidiano e a história de pessoas comuns é "relacionar a vida cotidiana aos grandes acontecimentos, como a Reforma ou a Revolução Francesa, ou a tendências de longo prazo, como a ocidentalização ou a ascensão do capitalismo". (BURKE, 1992, p. 24)

Nesta pesquisa, o cotidiano dos candangos relaciona-se com fatos e processos decisivos da história brasileira e mundial: a transferência da capital da República para o interior do país – já aventada desde o século XVIII; a modernização, urbanização e a expansão do capitalismo em um país do então chamado terceiro mundo; a interiorização e a expansão para o oeste; o estabelecimento de um novo modelo de desenvolvimento no Brasil; a intensificação do processo de migração da mão-de-obra do campo para as cidades.

Consegue-se identificar também tendências de longo prazo no controle social dos trabalhadores, como a repressão aos momentos de lazer e especialmente ao consumo de álcool, que remontam à Revolução Industrial, como nos contou magistralmente E. P. Thompson.

José Marques da Silva (1963, p.149) avalia que "Brasília para nós [eles, candangos] foi uma ilusão". Mas o diário e os registros policiais impedem que haja um "apagamento", esquecimento, negação ou omissão da memória sobre o cotidiano dos operários que ergueram a cidade, como pretende a versão oficial.

Artigo recebido em 28 mai. 2019.

Aprovado para publicação em 08 jul. 2019.

Bibliografia

Livros

BOJUNGA, Cláudio. *JK, o artista do impossível.* Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

BURKE, Peter (org). *A Escrita da História – Novas Perspectivas;* tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

BURKE, Peter. *Variedades de história cultural.* 2ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 84-86.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: 1. Artes de fazer,* 17 ed.; tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre (orgs.). *A Invenção do Cotidiano: 2. Morar, cozinhar.* 9ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. 2ª ed. - Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: Entre Práticas e Representações.* Difusão Editorial, 2002.

CRULS, Luiz. *Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central: Relatório Cruls*: edição especial do Centenário da Missão Cruls – 1892-1992. Brasília: Codeplan, 1992, 396 p.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas.* Rio de Janeiro: LTC, 2011.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício.* São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os Vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição;* tradução Maria Betânia Amoroso. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.

HOLSTON, James. *A Cidade Modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia.* São Paulo: Companhia das Letras, 2ª Edição, 1993.

KUBITSCHEK, Juscelino. *Por que construí Brasília.* Rio de Janeiro, Bloch Editores, 1975. 370 páginas.

NIEMEYER, Oscar. *Minha Experiência em Brasília.* 4ª Edição, Rio de Janeiro: Revan, 2006.

RIBEIRO, Gustavo Lins. *O Capital da Esperança. A experiência dos trabalhadores na construção de Brasília*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2008. 275 p.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento.* Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007, p. 98.

SENRA, Nelson (org). *Veredas de Brasília: as expedições geográficas em busca de um sonho.* Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

SILVA, José Marques da. *Diário de um Candango.* Edições O Cruzeiro, Rio de Janeiro, julho 1963.

TEIXEIRA, Hermes Aquino. *No Tempo da GEB (1956 – 1960) – Trabalho e Violência na Construção de Brasília.* Brasília: Thesaurus, 1996, 72 p.

THOMPSON, Edward. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa. v.1 A árvore da liberdade.* Tradução Denise Bottman. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa. v.2 A maldição de Adão.* Tradução Renato Busatto Neto, Cláudia Rocha de Almeida. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa. v.3 A força dos trabalhadores.* Tradução Denise Bottman. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Dissertações

GUSMÃO, R. L. *História do Cotidiano de Brasília: A Vida na Nova Capital pelos Boletins de Ocorrência e um Diário.* Porto Alegre, 2011. Monografia (Especialização em História Contemporânea) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), 2011.

Documentos

Boletins de Ocorrência do Departamento Regional de Polícia de Brasília, registrados entre 1959 e 1961 – Caixas Nº 0775 e Nº 761, NOV D 1001 – NOVACAP/ARPDF.

Megatemplos Evangélicos: Linguagens híbridas e estéticas de consumo no espaço sagrado

Rita Cássia Alves[1]

Evangelical Megachurches: Hybrid and aesthetical of consumption in sacred space

[1] Doutoranda em Planejamento Urbano pela UFRJ. E-mail: ritaantropologia@gmail.com

Resumo

Este artigo apresenta algumas considerações sobre a monumentalização das igrejas evangélicas na forma de megatemplos. Observa-se que os megatemplos evangélicos são resultado de ações combinadas para fins estratégicos, que se caracterizam como elementos potencializadores de integração do cristianismo evangélico à cidade, ou mesmo se apresentando como elemento de "resposta" aos anseios da vida na metrópole. Procurei considerar essas práticas em seus aspectos mais expressivos, de modo a apreendê-las em sua racionalidade e no contexto da dinâmica urbana examinada. Apresento como objeto de análise o Templo da Glória do Novo Israel-IURD em Del Castilho/RJ, com um projeto arquitetônico pensado para proporcionar uma experiência de consumo estético agradável aos sentidos fisiológicos e espirituais.

Palavras-chave: Megatemplo, Consumo, Hibridismo.

Abstract

This article presents some considerations on the monumentalization of evangelical churches in the form of megachurches. It is observed that the evangelical mecgachurches are the result of combined actions for strategic purposes, which are characterized as potential elements of integration of evangelical Christianity to the city, or even presenting itself as an element of "response" to the yearnings of life in the metropolis. I have tried to consider these practices in their most expressive aspects, in order to apprehend them in their rationality and in the context of the urban dynamics examined. I present as an object of analysis the Templo da Glória do Novo Israel-IURD in Del Castilho / RJ, with an architectural project designed to provide an aesthetic consumption experience pleasing to the physiological and spiritual senses.

Keywords: Megachurches,ComsumptionHibridity.

Introdução

Desde finais do século XX observamos uma tendência relevante nas configurações urbanas, caracterizada pela projeção de megatemplos religiosos – especialmente evangélicos - nas grandes metrópoles brasileiras. Nos anos 1990, este modelo arquitetônico foi introduzido ao contexto evangélico brasileiro quando da inauguração do Templo da Glória do Novo Israel1, antiga sede mundial da Igreja Universal do Reino de Deus, construído no bairro de Del Castilho, zona norte do Rio de Janeiro. De lá para cá, diferentes correntes evangélicas – desde as tradicionais até as neopentecostais e alternativas - aderiram à construção de catedrais enquanto modelo de expressão da força e hegemonia de suas denominações. Sendo este um fenômeno cada vez mais recorrente na morfologia urbana, devemos pensar: o que caracteriza a produção dos megatemplos que combina com certas maneiras de ser e estar na cidade?

As transformações estruturais da sociedade brasileira - urbanização, industrialização, monetização, secularização da vida, entre outros fatores – indubitavelmente tiveram uma influência na transição religiosa do país e expansão das denominações do cristianismo evangélico. Com o aumento do poder econômico de alguns estratos da população brasileira, o qual possibilitou certa mobilidade social de indivíduos da classe D para as chamadas classes C e B nos anos 2003 em diante, verificou-se que os efeitos dessa transformação econômica também se fizeram presentes nas igrejas evangélicas. Entre os grandes estados brasileiros, o Rio de Janeiro é, de acordo com Diniz et. al. (2017), a Unidade da Federação mais avançada no processo de transição religiosa (com um crescimento de 61,5% no número de evangélicos de 2000 para 2010), sendo que "a difusão das filiações pentecostais tem um padrão muito peculiar - partindo da periferia da região metropolitana para o restante do estado, seguindo a rota das grandes rodovias e eixos viários metropolitanos" (DINIZ et. al., 2017, p. 222).

Em meio ao crescimento da população evangélica como um todo ocorre uma considerável flexibilização nos costumes estéticos, sociais e morais; passa-se a valorizar a arquitetura imponente, que exprima os avanços em termos de poderio econômico da classe de fiéis; e inicia-se, em contrapartida, um diálogo mais frequente entre o cristianismo evangélico e os conjuntos urbanos. Tal proposta passa a ser culturalmente orientada no atendimento às especificidades locais, de modo que as megaestruturas sagradas estejam vinculadas à vida das pessoas, reunindo estratégias bem concatenadas para o rearranjo das relações coletivas, no resgate da autoestima da comunidade para o encontro a um novo movimento existencial, de autoconhecimento e de qualidade de vida – social e espiritual.

[1] Também chamado de "Templo Maior", por ter sido uma das primeiras catedrais em grandes proporções e volumetria construídas pela IURD.

Deste modo, a produção de um espaço hegemônico e plural construído por igrejas evangélicas fortemente organizadas tem como um de seus principais referentes o megatemplo: um lugar de culto evangélico que condensa um conjunto de atividades de consumo, de produção de cultura e políticas sociais direcionadas a seus usuários. Os megatemplos caracterizam-se por projetos suntuosos, cuja arquitetura transita pelas releituras entre os estilos neoclássico ou modernista2. Podemos mensurá-lo não apenas por suas dimensões físicas – com santuários que comportam até 10 mil pessoas ou mais -, porém especialmente por sua extensão relacionada a outros serviços. Neste sentido, o megatemplo evangélico caracteriza-se como um espaço construído que condensa formas de fazer, pensar e agir do universo evangélico, qual seja: traduzir uma religião que produz sentidos de prosperidade e bem-estar social na cidade.

Segundo David Harvey (2008), uma das dimensões do ajuste espacial é atualizar as demandas do ambiente construído, dada a centralidade do território no espaço urbano coadunando-o com as formas capitalistas mais avançadas. Serviços que antes não existiam passam a aparecer, requeridos pela necessidade de acumulação no circuito primário. As formas pretéritas dos espaços de culto evangélicos impediam a constituição de um consumo aliado à modernidade. Neste sentido, coube aos megatemplos modernos atualizarem seu ambiente construído para melhor cumprir uma função social. Novos espaços e relações espaciais são produzidos para dar vazão a outros imperativos. O megatemplo evangélico contemporâneo não apenas cumpre a função aglutinadora de fieis: ele, além disso, inova e dinamiza sua oferta de serviços para atender a um público cada vez mais frequente, plural e global.

Reuniões que ocorrem nos sete dias da semana, em todos os turnos, é a característica mais fundamental de um megatemplo. E para garantir novos conteúdos, estes espaços são criadores de serviços como visitas guiadas, exposições, atividades sociais, desportivas e culturais, serviços de saúde e várias outras programações até então atípicas a um templo religioso. Sendo assim, o megatemplo evangélico trabalha com o capital cultural e de consumo, abrindo espaço a novos territórios híbridos, com equipamentos que vêm aumentar suas potencialidades comerciais. Ele tem: 1. Lugares para ver; 2. Lugares para socializar; 3. Lugares para experimentar. Esse microcosmo que é, na realidade, a própria atração.

Ao longo deste trabalho destacarei três aspectos importantes: a tendência histórica de monumentalização do espaço religioso evangélico; os modelos de racionalidade proposto pelos megatemplos evangélicos às crescentes demandas oriundas nas metrópoles; seus equipamentos de entretenimento e consumo. O case ilustrativo desse fenômeno será o Templo da Glória do Novo Israel, nosso objeto de estudo. A hipótese defendida é a de que este novo modelo de espacialização dos templos faz parte de uma estratégia de ampliação dos interesses da religião, uma vez que o cristianismo evangélico utiliza o megatemplo para produzir distintos arranjos que vão além do âmbito religioso. São diferentes serviços

[2] No item 2.1 irei expor com mais detalhes a transição entre os códigos estéticos que compõem a arquitetura dos megatemplos evangélicos atuais.

inerentes às demandas urbanas. Neste sentido, tais correntes evangélicas vão absorvendo os dispositivos que estariam dispersos na cidade, trazendo-os para dentro da religião.

Na primeira parte serão apresentadas reflexões sobre o cristianismo evangélico em sua possibilidade de habitar o espaço urbano a partir do megatemplo. No segundo momento trago uma abordagem teórica sobre o reacomodamento dessa estrutura religiosa em termos de suas escalas e racionalidades - estética, econômica e sociopolítica. Na terceira parte descrevo a emergência do Templo da Gloria do Novo Israel, da IURD, e apresento alguns exemplos de hibridismos que produzem a convergência de diferentes linguagens, garantindo novas estéticas de consumo no espaço sagrado.

Metodologia

Nossa metodologia principal de análise constitui-se na etnografia urbana, que inclui como ferramentas a observação participante, a coleta de dados primários e o levantamento de dados em fontes de pesquisa. Como dados primários serão elencados aqui parte das anotações do caderno de campo e do acervo fotográfico – ambos produzidos a partir de 2018. Como fontes secundárias foram examinadas as informações do portal da Secretaria Municipal de Urbanismo do Rio de Janeiro (SMU-RJ) e da base georreferenciada da mesma secretaria (App “Legislação Bairro a Bairro”3), assim como nosso levantamento bibliográfico em matrizes interdisciplinares como Comunicação, Antropologia e Planejamento Urbano. Destacamos como referenciais teóricos os trabalhos de Néstor Canclini (no campo do consumo cultural), David Harvey (nas análises do ordenamento socioespacial), Edlaine Gomes (sobre a historicidade do megatemplo IURD em Del Castilho) e as abordagens de Lucia Santaella (sobre hibridismos e linguagens de consumo).

1. Megatemplo: conceito e historicidade

Estudar a história de um conceito implica pensar em quais think tanks4 eles foram construídos ou reformulados. Com o objetivo de problematizar este objeto contemporâneo, busco entender como se dá a produção do megatemplo enquanto categoria analítica e metonímia de um discurso de potência da religião, que muitas vezes toma uma dimensão política, de uma estética da existência no cristianismo evangélico.

---

[3] Aplicativo digital disponível no endereço http://mapas.rio.rj.gov.br/#. Dispõe de base georrefenciada com diversas informações sobre zoneamento, áreas protegidas, parâmetros urbanísticos, entre outros.

[4] Os *think tanks* são interpretações teóricas através das quais se busca pautar o debate político de uma dada categoria por meio da publicação de estudos, artigos de opinião e da participação em ambientes da mídia. Pensar a realidade de um conceito de forma inovadora é a tarefa dos teóricos dos *think tanks*, no entanto, deve-se ressaltar a probabilidade em que esse debate assuma, muitas vezes, as tarefas de representação de diversos grupos de interesses.

Em nosso caso, uma breve revisão analítica indica que o megatemplo só passou a se tornar uma categoria discutível quando esse tipo de arquitetura escalar passou a ser difundida na América Latina. Uma das primeiras literaturas a trabalhar este conceito foi o livro Beyond Megachurch Myths: what we can learn from America's largest churches, ("Além do mito dos megatemplos: o que podemos aprender com as grandes igrejas da América"), dos autores Thumma Scott e Dave Travis (2007). No Brasil, o campo analítico sobre o megatemplo ainda se apresenta modesto, sendo a principal referência no tema das grandes catedrais religiosas o antropólogo Ari Pedro Oro, que iniciou suas reflexões sobre secularização na religião nos anos 2000 e, mais recentemente, estudou a presença das grandes catedrais nas cidades.

A hipótese de Ari P. Oro (2012) é a de que as edificações grandiosas evangélicas, vistosas e opulentas, estão contribuindo para uma ressignificação do religioso no espaço público, e isso constitui uma espécie de turning point na história do campo evangélico, brasileiro em particular. Para o autor, esse fenômeno vislumbra "uma mutação em andamento no campo da disputa pela legitimidade pública do protestantismo no Brasil" (ORO, 2012, p. 89), considerando a cidade como um lugar privilegiado para observar as reconfigurações existentes no campo religioso, em particular nas relações entre religião e sociedade.

Enquanto tendência arquitetônica, os megatemplos tiveram seu início nos Estados Unidos na década de 1970, quando da expansão do protestantismo às camadas médias e altas em decorrência da dispersão do discurso da Teologia da Prosperidade, por meio do Movimento Palavra de Fé – tido como fundamento do repertório carismático e das narrativas contemporâneas sobre o gozo de uma vida próspera na Terra. Kenneth Hagin, norte-americano, ministro da Assembleia de Deus em Oklahoma e fundador do Rhema Bible Training Center (espécie de escola de formação de negócios e ministérios protestantes) foi o precursor desse novo modelo de magnitude da estrutura e linguagem estética evangélica. A doutrina do Movimento Palavra de Fé era baseada em quatro pilares (Hagin, 2004):

A) Fé e autoridade: o crente através da sua posição em Cristo tem autoridade sobre os elementos deste mundo;

B) Salvação: o "novo nascimento" se faz necessário para a transformação do homem, e tal aspecto é realizado pelo poder do Espírito Santo;

C) Cura física: acreditam que sempre é a vontade de Deus que um crente seja curado fisicamente de qualquer doença ou enfermidade e, por essa razão, defendem que a cura estava disponível para todos;

D) Prosperidade financeira: acreditam que é sempre a vontade de Deus que cada crente seja financeiramente abençoado por meio da fé. Embora Hagin tenha enfatizado que a prosperidade material está inclusa na bênção redentora, em seus ensinamentos está presente a ênfase no trabalho árduo e nas sábias práticas empresariais. Em seu livro O toque de Midas (2004), Kenneth Hagin escreve de forma acentuada e corretiva sobre o evangelho da prosperidade, enfatizando o trabalho e o empreendimento.

Essa ideologia do próspero fez com que as igrejas evangélicas norte-americanas criassem grandes templos que comportassem não apenas uma massa de fieis, mas que também fossem um reflexo palpável dessa nova linguagem religiosa. Com o passar dos anos, esses templos descaracterizaram-se de um espaço estritamente religioso para adotar uma arquitetura e estética que conjugam espetáculo, fé e bem-estar. Em geral, as megaigrejas norte-americanas oferecem diferentes serviços, utilizando o espaço dos templos para dispor de escolas, programas educativos e culturais, e outros diferentes serviços sociais.

Sabemos que o capitalismo e a crescente onda de neoliberalização propiciaram uma intensa "mercadificação de tudo" (HARVEY, 2008): relações rápidas e descartáveis, onde a transformação das pessoas em mercadorias provoca processos de desarticulação social e de criação de um "mundo de inseguranças crônicas, perda de proteções sociais e trabalho debilitante, em meio ao desmonte das instituições coletivas que um dia proporcionavam um mínimo de dignidade e apoio" (HARVEY, 2008, p. 183). Diante da ausência das articulações sociais baseadas nas instituições democráticas, os indivíduos se voltam inevitavelmente para outras formas institucionais por meio das quais possa construir solidariedades sociais e exprimir a vontade coletiva.

Não é sem razão então que, no presente século, as igrejas evangélicas históricas e pentecostais brasileiras ganharam um novo padrão. *A monumentalização das igrejas, em referência a uma arqueologia da história do cristianismo evangélico no Brasil, seria o ápice desse movimento de uma religião que começa nos estratos mais baixos da população*, organiza-se depois numa associação religiosa muito forte, rica, com penetração grande em território nacional e internacional, e, no entanto, não perde totalmente a raiz que agrega suas comunidades de base. Seguindo essa disposição, os megatemplos integram-se a outras estruturas importantes do universo urbano possuindo como artérias extensivas da igreja centros psicossociais; serviços médicos e comunitários; centros educacionais e creches; comercio de vestuário e acessórios; livrarias; escritórios de mídia; museus; aconselhamento para relacionamentos, cursos sobre desenvolvimento de vida e liderança; programas de fortalecimento dos grupos familiares; entre outros serviços, assinalando a existência de demandas econômicas, estéticas e políticas por diferentes vias.

Estudiosos da religião evangélica (MARIZ, 1995; ORO, 1997; MAFRA, 2012, entre outros) afirmam que essas formas sociais alternativas surgiram para preencher o vazio deixado pelos poderes do Estado, por partidos políticos e outras formas institucionais, que ou se desmantelaram ativamente ou simplesmente se deixaram esgotar como centros de empreendimento coletivo e de relacionamento social. Podemos supor então que o megatemplo, com sua estrutura grandiosa de atuação em diferentes escalas – desde a religiosa até a de ação social, pedagógica e política – surge como "uma nova forma de a religião evangélica expressar a relação do homem com o mundo, considerando a máxima de que a forma como uma determinada religião se fixa no espaço explicita a auto-imagem por ela construída" (ORO, 1997, p. 99).

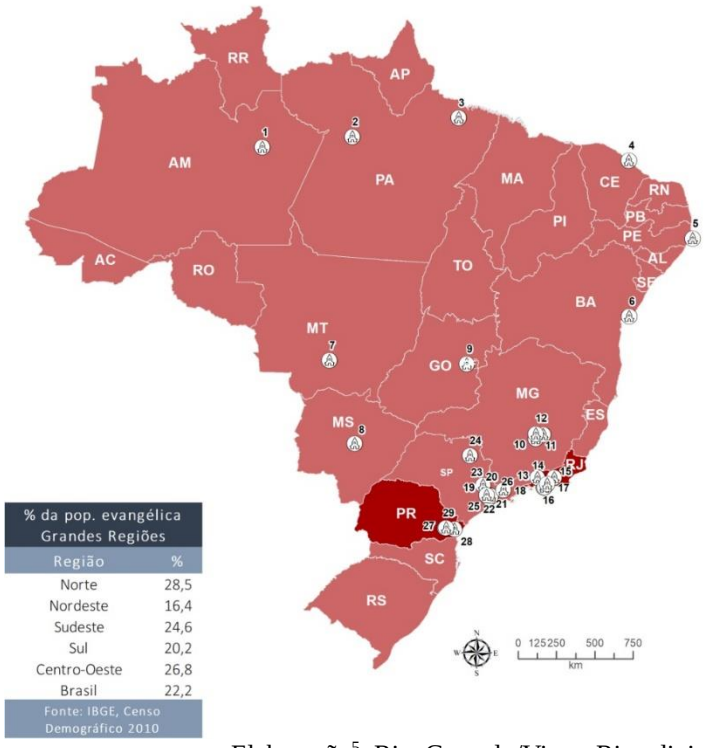
Em minha pesquisa, chamo de megatemplo o santuário de culto evangélico com capacidade entre 6 a 10 mil pessoas ou mais que, concomitantemente, condensa em seus

anexos um conjunto de atividades econômicas, de consumo, de produção de cultura e políticas sociais direcionadas a seus usuários.

Os megatemplos geralmente se localizam em áreas especificas da cidade, ligadas às principais estruturas de mobilidade urbana e com afluência aos principais fluxos viários – rodovias, ferrovias, linhas de metrô e vias expressas, pelas quais é possível trazer pessoas de todas as partes. Quanto ao zoneamento do entorno dos megatemplos, tem tido ampla presença em bairros de camadas médias, com tendência a ocupar áreas nobres das grandes capitais. Tais localizações pretendem atingir a um grupo especifico: aqueles que recorrem mais ao cristianismo evangélico (as camadas populares), mas também os frequentadores oriundos das classes médias urbanas simpáticos à "teologia da prosperidade". Percebe-se que os megatemplos querem se aproximar desse público e de suas demandas. As escolhas dos lugares e sua escala espacial têm, portanto, finalidades estratégicas.

Levantamento preliminar em base de dados (IBGE e SIRGAS) apontou, segundo nossos critérios, a existência de 29 (vinte e nove) megatemplos evangélicos nas regiões brasileiras (FIGURA 1). É possível afirmar que essa nova configuração do sagrado na cidade observa novas necessidades espirituais e materiais. No jogo de símbolos urbanos, o megatemplo aparece como mimesis potente da religião evangélica, impondo-se como referencial em disputa frente aos demais credos – especialmente o catolicismo.

FIGURA 1 – Principais megatemplos evangélicos (por região).



% da pop. evangélica Grandes Regiões	
Região	%
Norte	28,5
Nordeste	16,4
Sudeste	24,6
Sul	20,2
Centro-Oeste	26,8
Brasil	22,2

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

Principais Megatemplos Evangélicos (em território nacional)	
NORTE	
1	**Nova Igreja Batista** (Manaus)
2	**Igreja da Paz de Santarém** (Pará)
3	**Assembleia de Deus** em Belém
NORDESTE	
4	**Igreja do Senhor Jesus** (Fortaleza)
5	**Catedral IURD** Recife
6	**Catedral IURD** Salvador
CENTRO OESTE	
7	**Grande Templo Assembleia de Deus** de Cuiabá
8	**Igreja Sara Nossa Terra** (Campo Grande/MS)
9	**Ginásio Arena Sara Nossa Terra** (DF)
SUDESTE	
10	**Igreja Batista da Lagoinha** (BH)
11	**Catedral IURD BH** (Bairro Lourdes)
12	**Igreja Batista Getsêmani** (BH)
13	**Primeira Igreja Batista do Recreio** (RJ)
14	**Igreja Batista Atitude** (Barra da Tijuca)
15	**Igreja Evangélica Cristo Vive** (Campinho/RJ)
16	**Templo da Gloria do Novo Israel** (IURD-RJ)
17	**Assembleia de Deus Vitória em Cristo** (ADVEC Penha)
18	**Igreja da Cidade** (S. José dos Campos/SP)
19	**Igreja Batista Memorial de Alphaville** (SP)
20	**Igreja Mundial do Poder de Deus** (Brás-SP)
21	**Catedral Deus é Amor** (Brás-SP)
22	**Catedral IURD Santo Amaro** (SP)
23	**Catedral IURD Campinas** (SP)
24	**Grande Templo Assembleia de Deus** (Ribeirão Preto-SP)
25	**Igreja Bola de Neve** (Olympia-SP)
26	**TEMPLO DE SALOMÃO**
SUL	
27	**Primeira Igreja Batista de Curitiba**
28	**Templo Maior IURD** Curitiba
29	**Primeira Igreja Batista do Bacacheri** (Curitiba)

Elaboração[5]: Rita Gonçalo/Victor Ricardini (2018).

[5] O endereço de cada megatemplo foi georreferenciado e definidas as coordenadas geográficas para eles. A partir disso foi possível inserir as coordenadas em um programa

Fontes: IBGE, 2010; SIRGAS, 2018.

Em termos formais, um mercado religioso é constituído pela dinâmica entre três componentes analiticamente distinguíveis, a saber: a) os "produtos" comercializados; b) os agentes que projetam, desenvolvem, "manufaturam" e distribuem os produtos; e c) os "consumidores" dos produtos (Usarski, 2012). Do ponto de vista do consumidor, os bens oferecidos são adquiridos em situações nas quais seja possível, para a figura do ator, posicionar-se positivamente diante de uma oferta de consumo. Canclini (1996) traz para este debate a hipótese de que o consumo deve ser tomado como processo cultural, encarando-o como prática social que dá sentido de pertencimento. Para isso, no entanto, é necessária uma concepção de mercado não apenas como lugar de troca de mercadorias, mas como parte de interações socioculturais mais complexas. Afinal, o consumo não é mera posse individual de objetos isolados, mas apropriação coletiva - através de relações de solidariedade e distinção com os outros - de bens que proporcionam satisfação simbólica e que servem para receber e enviar mensagens.

O ethos do consumo moderno, segundo Colin Campbell (2002), se caracteriza por uma busca constante e incessante de realização ou possibilidade de realização de uma vida melhor, através de experiências de consumo variadas, com a finalidade de adquirir o que se quer e deseja como uma atitude positiva. O consumo interpõe-se entre a formulação do desejo e sua realização, acarretando uma interpenetração entre os prazeres dos sentidos com aqueles da realidade. Assim, este consumo possui uma "ética romântica", orientada pela busca de satisfações em níveis materiais, subjetivos e – por que não? – espirituais. Os megatemplos, enquanto agências religiosas produtoras de sentido oferecem, cada vez mais, "mercadorias" mágico-religiosas capazes de desencadear sensações prazerosas frente à possibilidade da realização da prosperidade abrangente. Neste sentido, o ato de comercializar não se constitui algo externo à fé.

Vejamos a seguir como os principais modelos de racionalidade propostos pelos megatemplos evangélicos colaboram às crescentes demandas oriundas nas metrópoles, e como seus equipamentos de entretenimento e consumo fortalecem o movimento de fieis nessas estruturas.

2. Escalas espaciais do megatemplo evangélico

2.1. Racionalidade Estética

digital de geoprocessamento (QGIS versão 3.4) para criação do mapa vetorial. Tendo as coordenadas geográficas de cada megatemplo, sobrepusemos com a base cartográfica contínua do IBGE de unidades da federação, criando assim um mapa dos principais megatemplos evangélicos brasileiros em sistema de referência geográfica SIRGAS. Vale destacar que para cada megatemplo foi definido um código para localização no mapa, exposto em tabela ao lado.

De acordo com Mafra (2007, p. 145), certa lógica concreta nos adverte que, "na medida que o templo religioso é o lugar do divino entre os homens, este deve guardar certas qualidades de longevidade, durabilidade, permanência, para, no retorno, corroborar seu vínculo com o transcendente". Mais múltipla e criativa que a lógica concreta citada, a estética oferece tanto a capacidade de incorporar como de divulgar idéias e significados das mais diversas tradições.

A racionalidade estética, neste sentido, se apresenta como possibilidade de um conhecimento de determinada tradição por meio dos sentidos, daquilo que nos afeta em nossa capacidade de perceber o mundo. Para Carlos Vainer (2010, p. 95), os argumentos a favor de uma estética monumentalista apontam para "um caráter de cunho instrumental com pretensos resultados", quais sejam: i) a estética faz parte da promoção do bem-estar e difunde a qualidade de vida na metrópole, e; ii) cria símbolos da cidade, favorecendo o marketing urbano e contribuindo, desta forma, para atrair investidores.

É tendência atual entre os megatemplos evangélicos recorrer a estilos arquitetônicos neoclássico (recuperando a antiguidade greco-romana, com grandes colunas e abóbadas) ou modernista (com design retilíneo e formas funcionalistas). A composição paisagística é também um valor central, e muitas denominações investem em jardins adornados com pedras, oliveiras, tamareiras e outras árvores especiais. A volumetria das edificações é geralmente legível no tom das vias urbanas – algumas delas ocupam mais de um quarteirão. No interior do santuário, a composição de diferentes luzes aliadas ao potente tratamento acústico, às confortáveis poltronas e aos estímulos estéticos sonoros e visuais, permite que o visitante experimente algo próximo da sensação de transcendência.

O conforto físico e estético proposto pelos megatemplos projeta-se, portanto, como uma espécie de "oásis" em meio aos turbilhões socioemocionais que vivemos nas grandes cidades. Ao aproximar questões de saúde emocional e riqueza material, o templos-monumentos difusos pelo Brasil parecem estar em sintonia com os desafios do mundo contemporâneo e da vida mental na metrópole.

2.2. Racionalidade Econômica

Para Harvey Cox (1990), o mercado tem sido capaz de determinar quais são as necessidades humanas, e as últimas tendências da teoria econômica miram-se na tentativa de estender cálculos mercadológicos a áreas que antes se supunha isentas, tais como o corpo, a vida familiar, as relações interpessoais. Pensar a racionalidade econômica das igrejas na produção de um ambiente de consumo implica, assim, perceber quais têm sido suas estratégias para expandir uma série de atividades que respondem a uma demanda de interesse mais geral. A produção do templo como ambiente construído cada vez mais tem sido vinculada a uma função de suporte ao capital. E a própria produção desse ambiente é, ela mesma, uma mercadoria.

Segundo David Harvey (2008), uma das dimensões do ajuste espacial é atualizar as demandas do ambiente construído dada a centralidade do território no espaço urbano, coadunando-o com as formas capitalistas mais avançadas. Serviços que antes não existiam passam a aparecer, requeridos pela necessidade de acumulação no circuito primário. As formas pretéritas dos espaços de culto evangélicos impediam a constituição de um consumo aliado à modernidade. Neste sentido, coube aos megatemplos modernos atualizarem o ambiente construído para melhor cumprir uma função social. Novos espaços e relações espaciais são produzidos para dar vazão aos imperativos da acumulação de capital. A ideia do megatemplo possibilita, então, o funcionando de uma miríade de ativos financeiros, cuja circulação do valor é fragmentada em diferentes escalas.

Neste sentido, destacamos como modelo exemplar desse tipo de consumo as lojas de artigos evangélicos, livrarias e vitrines presentes nos megatemplos evangélicos. Muitas delas oferecem roupas e acessórios idênticos àqueles usados por pastores, pastoras, líderes ou ícones do mercado fonográfico ligados às denominações destes santuários. Também é frequente o consumo de materiais impressos e digitais ligados ao ordenamento da vida espiritual, familiar e financeira. Tudo isso caracteriza um consumo com vistas a materializar um sentido cultural, estético e simbólico de referentes legítimos, dimensões nas quais o presente modelo de acumulação no meio evangélico está fortemente imbricado.

2.3. Racionalidade Sociopolítica

A questão de que tipo de cidade queremos não está divorciada do "tipo de laços sociais, relação com a natureza, estilos de vida, tecnologias e valores estéticos que criamos e desejamos" (HARVEY, 2012, p. 74). Neste sentido, quando tentamos encontrar razões a perguntas fundamentais, tais como: por que o Estado liberal não consegue atender às necessidades da sociedade? Por que aumenta a crise do sistema representativo? – os evangélicos operam em outro movimento. Vemos que as igrejas evangélicas administram hoje certas funções que se acreditou serem do Estado – como o cuidado com a saúde, educação, esportes, entre outros -, ministrando certas demandas individuais que passam a ser tratadas como coletivas.

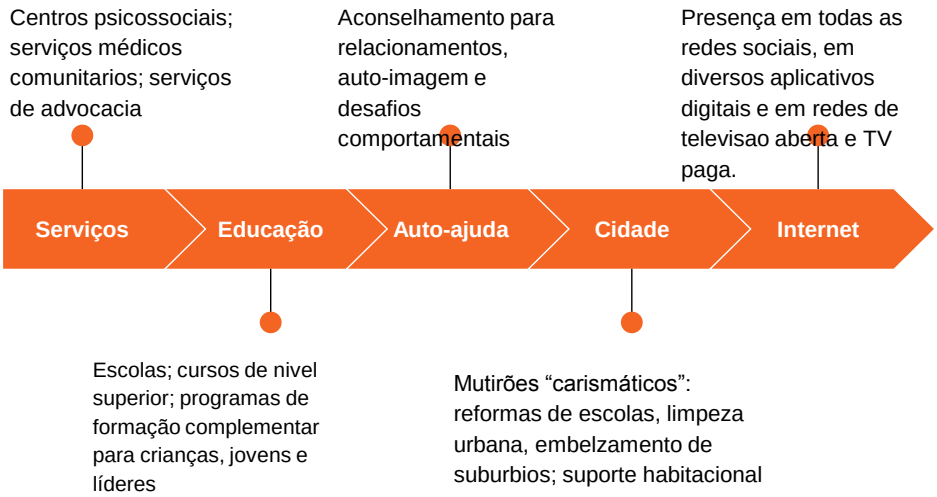
Essas ações podem ser entendidas como estratégias políticas de inclusão dos fiéis a um determinado exercício de cidadania. Para Elisa Reis (1998, p. 35), a ideia de inclusão é inerente aos diferentes conceitos de cidadania a partir da "incorporação política do estado de bem-estar social". A noção política de cidadania pode ser expandida ao incluir direitos, como o de educação e saúde, e na apropriação de outros bens em processos de consumo. O conceito também alimenta a noção de comunitarismo: práticas que atendem "ao apelo das virtudes cívicas, às metas comuns e à responsabilidade coletiva" (REIS, 1998, p. 40). Por isso, a função das igrejas - particularmente dos megatemplos – se insere nesses processos como um conjunto de atos de responsabilidade social, através dos quais tratam de participar dos arranjos da produção e da circulação de práticas de bem-estar social e de fortalecimento do comum.

A incorporação dessa nova ética corporativa da responsabilidade social ao modelo religioso corrobora a tese de Timothy Mitchell (2006), para quem os mecanismos institucionais na ordem política moderna nunca estão confinados dentro dos limites do que se chama formalmente de Estado. Isto significa dizer que certas ordens sociais se mantêm por meio da criação de certos mecanismos para gerar recursos de poder. A política social dos megatemplos evangélicos é um destes mecanismos institucionais, portanto, um lócus privilegiado daquilo que Mitchell chama de "efeitos de Estado".

Assim como o Estado possui sua racionalidade, a atuação da igreja também é feita de modo organizado, e os vínculos formados pela oferta de serviços têm o seu caráter estruturante de relações sociais entre as igrejas e os fiéis. Ao atuarem como "mediadores de demandas locais" e "interesses relacionados às suas redes políticas' (BEZERRA, 1999, p. 256), o que está em pauta é situar-se de um lado da sociedade – o de provedor das demandas de conforto da matéria e do espírito -, onde a manutenção dessas práticas aponta para a capacidade de renovação e força social das mesmas.

As modalidades de amparo que caracterizam o fazer evangélico no megatemplo contribuem para transformar a percepção dos crentes sobre o que é a vida do sujeito em suas sociabilidades e por dentro sua subjetividade, na escala micro. Uma vez que os megatemplos estão conectados a diferentes serviços inerentes à vida urbana - o que evidencia a religião evangélica operando nesses níveis -, interessa-nos em que medida o cristianismo evangélico quer construir esse indivíduo na sua subjetividade, que é, ao mesmo tempo, uma cidadania também. A FIGURA 2 estimula uma possível reflexão sobre o espraiamento dessas ações.

FIGURA 2 – Alguns exemplos das escalas de atuação e consumo do megatemplo evangélico.



Elaboração: Rita Gonçalo (2017). Fonte: Anotações de campo (2017).

Certamente esse arranjo tem algum impacto na vida urbana. Uma vez que os conceitos cristãos operam no mundo social continuamente, as regras de convívio que aparecem no funcionamento da cidade e no plano da subjetividade estarão mais ativas nos

crentes na medida em que eles se identificam com essas modalidades de amparo à vida que o megatemplo oferece. Lidar situadamente com os problemas, diluindo seus contornos, permite ao megatemplo evangélico se tornar uma ferramenta prática para sintonizar o "espaço comum" enquanto "potência de vínculo" entre cidadãos.

3. Hibridismo e consumo: o templo da glória do novo Israel

"Híbrido", "hibridismo", e "hibridização" *são os atributos que mais freqüentemente têm sido utilizados para caracterizar variadas facetas das sociedades contemporâneas. Essas palavras podem ser aplicadas às misturas culturais, à convergência das mídias, à combinação eclética de linguagens e signos (SANTAELLA, 2008).* No campo dos estudos culturais, o termo "híbrido" notabilizou-se desde que Néstor Canclini (1997) empregou-o para caracterizar os interstícios, deslizamentos e reorganizações constantes dos cenários culturais, a expansão dos mercados e a emergência de novos hábitos de consumo.

Ao pensar o megatemplo enquanto território híbrido perguntamos: de que se constitui este lugar que é, ao mesmo tempo, uma miríade de lugares? Seguindo o argumento de Santaella (2007, p. 217), entendemos o megatemplo enquanto espaços de intersticiais, porque eles têm a tendência de dissolver as fronteiras rígidas entre o físico, o social e o cultural, criando um espaço próprio e único. Outro fator importante é sua estrutura organizacional. Os megatemplos fazem uma gestão dos públicos entre as reuniões e as atividades parareligiosas, com uma preocupação crescente não apenas no aumento de público, mas também na sua fidelização. Como espaço de aprendizagens informais e não apenas lúdicos, os megatemplos reúnem, nestes serviços, o ponto-chave para a captação de públicos e, simultaneamente, para justificar sua manutenção e permanência.

Assim, os megatemplos evangélicos têm em comum a capacidade de figurar no imaginário coletivo como ícones religiosos e urbanos. Os novos megatemplos são edifícios para "serem vistos", cada vez mais um instrumento de valorização do cristianismo evangélico na cidade. O Templo Maior do Novo Israel. da Igreja Universal do Reino de Deus, mimetiza esses preceitos, como veremos a seguir.

3.1. Lugar para Ver

Quando de sua fundação, no ano de 1977, a Igreja Universal do Reino de Deus adotava o estilo "franquia", alugando galpões, cinemas, teatros ou espaços ociosos comumente utilizados para outras finalidades. Segundo Edlaine Gomes (2009), em meados da década de 90 a relação tensa e conflituosa estabelecida pela igreja com diferentes interlocutores – notadamente após o episódio do "chute à Santa6" -, assim como a questão

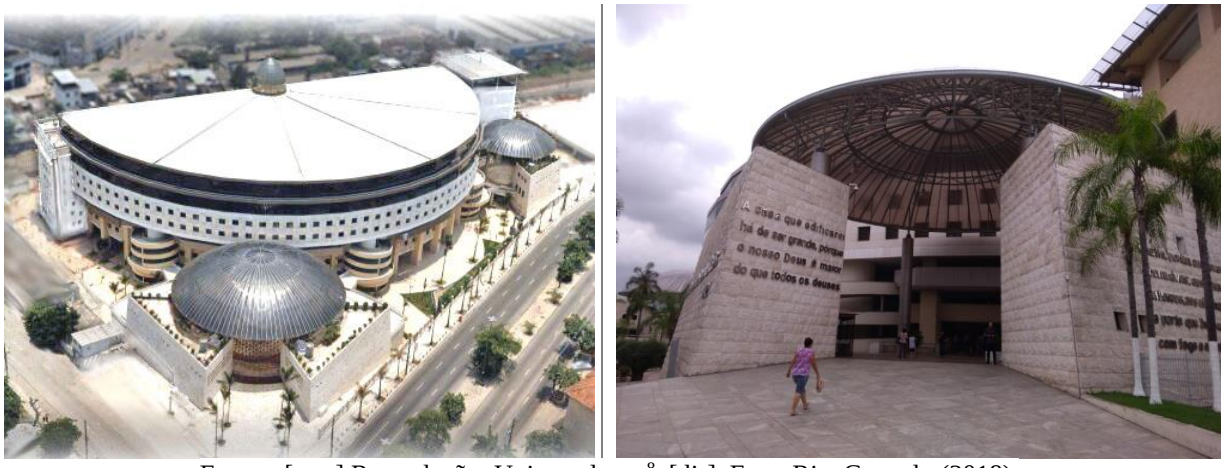
[6] Episódio televisivo ocorrido em 1995, quando Sérgio Von Helde (ex-bispo da IURD) proferiu insultos verbais e físicos contra uma imagem de Nossa Senhora Aparecida durante o programa matutino "O Despertar da Fé",

da autenticidade foram identificados como relevantes categorias para a compreensão da relação desta igreja com seus interlocutores, para desmistificar o caráter de "igreja-seita".

Nesse momento a IURD passou a buscar a "concretização material das idéias de permanência, continuidade, vínculo com uma memória e história" (GOMES, 2009, p. 114). Tais noções rompem com a imagem de fluidez e descompromisso com o tempo e espaço, sugerido pelo estilo franquia. A noção de autenticidade da IURD proporia, assim, uma originalidade que lhe fosse peculiar, especialmente o diálogo com a cidade - no sentido da intervenção na paisagem urbana com a instalação de novos monumentos e grandes concentrações em locais públicos.

A construção de uma sede com aspecto de um lugar de memória e ícone urbano, atua como o principal suporte da materialização do projeto de igreja da IURD. Inaugurado em 25 de abril de 1999, o Templo da Glória do Novo Israel, situado em Del Castilho, foi concebido e edificado para expressar uma identidade distinta e fortalecida. O imóvel tem 72 mil metros quadrados de área construída, sendo que apenas o santuário, onde são realizados os cultos, mede 45 mil metros quadrados (O GLOBO, 2012). O megatemplo tem quatro pavimentos, mas com dimensões correspondentes a um imóvel de dez andares (FIGURAS 3 e 4), sendo que a legislação da área permite até 14 pavimentos7. Del Castilho, bairro da zona norte do Rio de Janeiro, é uma região definida no Plano Diretor Municipal como Macrozona de Ocupação Incentivada — isto é, bairros mais antigos da cidade cuja ocupação deve ser estimulada para aproveitar a infraestrutura existente (SMU-RJ, 2018).

FIGURA 3 – Vista aérea do Templo Maior do Novo Israel (esq).
FIGURA 4 – Fachada do Templo (dir).



Fontes: [esq.] Reprodução: Universal. org[8]. [dir]. Foto: Rita Gonçalo (2018).

transmitido pela Rede Record. Na ocasião, Von Helde protestava contra o caráter do feriado nacional de 12 de outubro (dia de Aparecida, considerada pelos católicos como padroeira do Brasil). O acontecimento provocou forte repercussão na mídia e em grande parte da sociedade brasileira.

[7] Cf. O GLOBO-Rio. *A fé levanta paredes e legaliza megatemplo*. Disponível em https://oglobo.globo.com/rio/a-fe-levanta-paredes-legaliza-megatemplo-4645794. Acesso em: 14 ago. 2018.

[8] Disponível em: https://sites.universal.org/universal40anos/artigo/32-a-primeira-sede-mundial-da-universal. Acesso em: 14 ago. 2018.

A concepção de sua estrutura arquitetônica nos permite pensar que ali se encontraria o "centro do mundo iurdiano", seu lugar de memória. Desta maneira, o princípio que perpassa a sua construção é o de estabelecer uma distinção entre a IURD e os demais segmentos religiosos. Durante minha visita de campo9 no mês de março de 2018, em vários momentos os fiéis da congregação e outros transeuntes chamavam o conjunto de colaboradores da igreja de "nação". Este é um componente significativo para pensarmos de que maneira esse megatemplo indica a forma com a qual a IURD elabora sua identidade, em referência à nação de Israel, caracterizada pelo conceito de "terra prometida" e pela noção de crescimento e expansão. Percebe-se que o Templo da Glória do Novo Israel foi elaborado de acordo com essa mesma lógica – a de ser grandiosa e monumental, expressando materialmente o que é a IURD.

3.2. Lugar para Socializar

A capacidade da nave principal está em torno de 8.870 pessoas (oito mil, oitocentos e setenta) sentadas em poltronas confortáveis. Durante os encontros aos domingos, com intensa circulação de pessoas, essa capacidade ultrapassa a de 10 mil fiéis, que podem também assistir às reuniões na área externa ao templo, na nave auxiliar. As reuniões regulares, com um maior número de pessoas, ocorrem na nave principal. Já a nave auxiliar é utilizada com frequência para encontros mais fechados, dirigidos para orientação e formação de obreiros. O prédio da extremidade direita conta com um heliponto. No setor leste do pátio, ao lado da cúpula da entrada auxiliar, há um centro de evangelização que acolhe diariamente pessoas em busca de necessidades emergenciais - como comida, roupas, remédios - e/ou espirituais. Este local acolhe também desabrigados, populações de rua, pessoas em situações de risco ou em outras circunstâncias de escassez, desde que estes mantenham firme o compromisso de se converterem e servirem à IURD (conforme relato de um interlocutor10).

A utilização desse local como espaço de sociabilidade dos membros da IURD e moradores do bairro foi destacado pelos interlocutores que se referiram à importância do Templo Maior como local de passeio, principalmente para aqueles que não possuem outras alternativas de lazer nos finais de semana. Assim, poderiam cumprir ao mesmo tempo suas responsabilidades religiosas e encontrar diversão. Essa informação corrobora, em certa medida, com os dados que encontramos na base da Secretaria Municipal de Urbanismo: Del Castilho é um bairro carente de equipamentos culturais e de lazer (FIGURA 5). A única opção alternativa é o Shopping Nova América Outlet, cujas modalidades de diversão não são frequentemente acessíveis às camadas populares, devido ao preço. Além disso, o entorno do megatemplo é composto pelas favelas do Mandela, Rato Molhado, Comunal do Guarda e Bandeira Dois. Por essa razão, muitos se sentem seguros em ver no Templo Maior um lugar

[9] Com colaboração do professor e historiador Robert Pechman (IPPUR/UFRJ) e da arquiteta Fernanda Bonfante (UNESA).
[10] Anotações de campo, março de 2018.

para passear nos fins de semana, podendo usufruir da comodidade das instalações. No diálogo com colaboradores do megatemplo, todos partilham da mesma visão – a de que o templo seria uma espécie de "oásis" à zona cinzenta de Del Castilho - destacando sua beleza, grandiosidade, conforto e lugar de paz (FIGURAS 6 e 7).

FIGURA 5 - Adensamento do bairro de Del Castilho (principais edificações e entidades).



Legenda: Estação de metrô Shopping Nova América | Shopping Nova América Outlet[11] | Estação de trem Supervia | Conjunto IAPI | Arboretto Residencial | Condomínio Paulista | Rio Parque Condomínio Bairro.

Fonte: App "Legislação Bairro a Bairro"/SMU-RJ (2018).

FIGURAS 6 e 7 – Jardins do Templo da Glória do Novo Israel.



Fotos: Rita Gonçalo (2018).

3.3. Lugar para Experimentar

[11] No mapa o shopping está sinalizado como "Shopping Shopping Nova América". Já os pontos na cor rosa são motéis (Magnus Hotel Norte [à direita], Cartago Hotel [à esquerda]). Nomes omitidos pelo próprio mapa.

O Templo Maior não é somente palco de acontecimentos religiosos: foi concebido para receber membros e visitantes de todos os lugares e países, com a proposta de ser o único lugar do mundo fora de Israel que possui a Maquete de Jerusalém. O espaço, nomeado de Centro Cultural Jerusalém, integra o guia oficial de roteiro turístico e cultural do município do Rio de Janeiro, instituído pela PL nº 89/200912, da Câmara de Vereadores.

O centro cultural – que é anexo ao Templo da Glória do Novo Israel - possui uma entrada suntuosa que dá para a Av. Dom Helder Câmara, uma das principais vias de acesso que conecta as zonas Norte e Centro. Da entrada descemos dois lances de escada que dá acesso ao subsolo do estacionamento do Templo Maior, onde fica o salão do centro cultural. No hall de entrada há uma sala de leitura. Todas as instalações do centro cultural seguem um afastamento do cristianismo e uma apropriação dos elementos judaicos. Nos vidros da porta de entrada, da sala de leitura, da loja de souvenires e do coffee shop, por exemplo, há tradução de passagem da Bíblia no alfabeto hebraico (que se lê da direita pra esquerda).

Na sala de leitura é possível encontrar todos os livros da Bíblia traduzidos em braile, o que demonstra a acessibilidade do Centro a certos portadores de necessidades especiais. De acordo com Elaine Cristina, gerente-geral do Centro Cultural, a doação da biblioteca bíblica em braile foi feita pela Sociedade Bíblica do Brasil. Os textos traduzidos possuem a versão “Nova Tradução na Linguagem de Hoje”.

A construção do Centro Cultural teve início no ano 2000, sob a idealização de Marcelo Crivella, tendo sido inaugurado em 2008. O terreno onde está instalado foi cedido pela Igreja Universal13 embora o Centro Cultural Jerusalém possua um CNPJ diferente e total autonomia jurídica e administrativa.

A planta original da maquete data de 1965 e pertence à Universidade Hebraica de Jerusalém, que firmou parceria com o Centro Cultural para reproduzi-la aqui no Brasil. A maquete exibe a cidade de Jerusalém do séc. I depois de Cristo (FIGURA 8). O suporte técnico e acadêmico para a manufatura da maquete foi também oriundo da Universidade Hebraica, cuja equipe de pesquisadores realizou toda a implantação do relevo. O material que compõe a maquete são as pedras usadas nos kibutz da Galileia (semelhantes à pedra-

[12] Disponível em http://mail.camara.rj.gov.br/Apl/Legislativos/scpro0711.nsf/2482d8d6bb90c4420325764000555c15/18d1bb55f99d9fe4032576b3006f2fd8?OpenDocument. Acesso em: 03 mai. 2018.

[13] A área onde se encontra o centro cultural e a catedral do Templo Maior era de propriedade da antiga empresa Telerj, que veio à falência. Nos anos 1990, a IURD adquiriu o terreno, mas o licenciamento ainda está em andamento junto à Secretaria Municipal de Urbanismo, devido às modificações realizadas para a inclusão de estruturas complementares ao estacionamento do megatemplo. Tramita na Câmara de Vereadores o Projeto de Lei Complementar - PLC nº 78/2012, que fixa os parâmetros urbanísticos especiais para o terreno onde o templo foi erguido, bem como permite ampliações de áreas construídas para "estimular melhorias urbanísticas do bairro".

sabão), juntamente com o iberê (massa plástica, usada na colagem de granitos e mármores). A maquete levou cinco anos para ser finalizada.

FIGURA 8 – Maquete de Jerusalém no Centro Cultural Jerusalém.



Foto: Fernanda Bonfante (2018).

O sistema de iluminação da maquete alterna as fases do dia (FIGURA 9). As luzes reproduzem um ambiente diurno, vespertino e noturno. No fundo musical é tocada suavemente a música chamada tefilá - uma oração hebraica cantada. Diz-se que essa mesma oração toca todos os dias, às 18hs, em Jerusalém.

O Centro Cultural Jerusalém recebe, em sua maioria, pessoas da comunidade judaica do Rio e São Paulo. Entre os profissionais e pesquisadores, a maior parte é de arquitetos e arqueólogos, sobretudo dos programas de pós-graduação em Arqueologia. Os domingos são geralmente o dia em que se recebem os grupos turísticos, nos horários de 14h e 18h. É também frequente a visita de judeus brasileiros e internacionais14.

[14] Detalhamento feito por Elaine Cristina, gerente-geral do CCJ, durante a visita de campo [março de 2018].

FIGURA 9 – Interior do Centro Cultural Jerusalém: luzes que assemelham a luminosidade diurna, espaço de exposição e sala de apresentações.



Foto: Rita Gonçalo (2018).

O roteiro turístico de percurso da maquete é direcionado para diferentes públicos. Nossa guia e interlocutora Elaine relata que, especialmente para cristãos evangélicos ou católicos, judeus e árabes, a fala e abordagem do guia turístico deve ser diferente, porque eles têm interesses distintos no conhecimento sobre a maquete.

Como o próprio nome do centro cultural indica, a referência ao Israel bíblico é fundamental neste processo, estando presente simbólica e materialmente no local. A construção do museu apresenta uma especificidade: sua arquitetura é regida pela ideia de levar o pensamento a Israel, expressos não só no discurso dos guias turísticos, mas também na própria página oficial do Centro Cultural: “Conheça a Terra Santa sem sair do Brasil”.

Para Gomes (2009, p. 121), trazer Israel para o Brasil “funda-se na concepção de propiciar um contato dos membros da IURD com o poder espiritual da Terra Santa”. Uma vez que poucos são os membros da igreja que possuem condições financeiras para realizar uma viagem à Israel, observa-se um delineamento inverso: ao invés de conduzir seus membros a Jerusalém, trata-se de “transportá-la” para o Brasil, conferindo novos significados e convergindo essa demanda de fiéis para ela.

A impossibilidade do contato com a Terra Santa, da experiência vivida pela maioria de seus membros, não constitui um impedimento da concretização dessa necessidade. Objetos são utilizados como meio de contato com este lugar sagrado, seja nos itens de decoração do museu ou nos utensílios à venda na loja de souvenires (FIGURAS 10 e 11).

FIGURAS 10 e 11 – Objetos à venda na loja de souvenires do Centro Cultural Jerusalém (talit, kipá e candelabros).




Fotos: Rita Gonçalo (2018).

Podemos concluir que toda a arquitetura e atmosfera do Templo da Glória do Novo Israel e Centro Cultural Jerusalém foram pensadas para proporcionar uma experiência de consumo estético agradável aos sentidos fisiológicos e espirituais. Ambos os lugares cativam não apenas os cristãos evangélicos, mas também pessoas de outras religiões e o público em geral. A autenticidade da construção se apresenta na ideia de "trazer Israel" para os fiéis, redefinindo a experiência espacial e sensível com a Terra Santa. É desta forma que a IURD imprime o aspecto simbólico da Terra Santa em sua concepção religiosa.

Considerações Finais

Este artigo apresentou um estudo das relações e práticas produzidas a partir da monumentalização das igrejas evangélicas na forma de megatemplos – constituídas enquanto novas composições de lugares sagrados no cotidiano urbano em diálogo com questões relacionadas ao território, desenvolvimento local e consumo.

Destaca-se que os megatemplos evangélicos que se expandem pela topografia urbana nacional são um reflexo das mudanças ocorridas nas últimas décadas no campo religioso brasileiro, especialmente o fortalecimento e expansão do pentecostalismo. A extensão e força das denominações associadas ao atendimento das demandas no urbano decorrem dos distintos interesses que as igrejas evangélicas são capazes de articular.

Procurei considerar essas práticas em seus aspectos mais expressivos, de modo a apreendê-las em sua racionalidade e no contexto da dinâmica urbana examinada. Citei como objeto de análise o Templo da Gloria do Novo Israel, da IURD, pelo qual as observações de campo apontam um projeto arquitetônico pensado para proporcionar uma experiência de consumo estético agradável aos sentidos fisiológicos e espirituais. Vislumbra-se a tendência de os megatemplos atuarem enquanto espaço religioso, cultural e de consumo, criando um ambiente para novos territórios híbridos, com equipamentos que vêm aumentar suas potencialidades comerciais.

Para que possamos contemplar o megatemplo para além de determinada solução arquitetônica ou imagética é preciso reconhecê-lo naquilo que o mobiliza e dá forma - que são as novas sociabilidades por ele produzidas e a monumentalidade como estratégia do poder político. Construir megaestruturas possibilita a formação de grandes audiências, a coesão de novas tecnologias comunicacionais, o estabelecimento de novas relações de poder e autoridade entre líder e multidões, bem como novas dimensões da cidadania. Por isso a investigação sobre as possibilidades políticas que dão suporte à emergência dos megatemplos também se constitui como foco importante para análises futuras. Entender essa multiplicidade contribuirá para a leitura deste fenômeno social e religioso a contrapelo de suas informações típicas, o que significa mostrar que o megatemplo e o cristianismo evangélico estão, de fato, codificados em múltiplas escalas.

Artigo recebido em 04 de mai. 2019.

Aprovado para publicação em 03 de jul. 2019.

Referências

BEZERRA, Marcos O. Em nome das “bases”: política, favor e dependência pessoal. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/NuAP, 1999.

CANCLINI, Néstor. G. Consumidores e cidadãos - conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

_____. Culturas híbridas, poderes obliquos. In: CANCLINI, Néstor Garcia. Culturas Híbridas - estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP, 1997.

CAMPBELL, Colin. A ética romântica e o espírito do consumismo moderno. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

COX, Harvey. A cidade secular: secularização e urbanização na perspectiva teológica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

DINIZ, José Eustáquio et.al. Distribuição espacial da transição religiosa no Brasil. Tempo Social, São Paulo, n. 29, vol. 2, p. 215-242, ago.2017.

GOMES, Edlaine. Ser única e universal: materializando a autenticidade na cidade do Rio de Janeiro. In: MAFRA, Clara; ALMEIDA, Ronaldo (Orgs.). Religioes e Cidades. Rio de Janeiro e São Paulo. São Paulo: Terceiro Nome, 2009.

HAGIN, Kenneth. O toque de Midas: uma abordagem equilibrada para a prosperidade bíblica. Rio de Janeiro: Graça Editorial, 2004.

HARVEY, David. Direito à cidade. In: Lutas Sociais, São Paulo, n.29, p.73-89, jul-dez. 2012.

_____. O Neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

IBGE. Resultados do Censo 2010 – Características gerais da população e religião. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_religiao_deficiencia/caracteristicas_religiao_deficiencia_tab_xls.shtm. Acesso em 11 mai. 2018.

MAFRA, Clara. Casa dos homens, casa de Deus. In: Análise Social, vol. XLII (182), 2007, p. 145-161.

_____. Os Evangélicos. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

MARIZ, Cecilia Loreto. Perspectivas Sociológicas sobre o Pentecostalismo e o Neopentecostalismo. Revista de Cultura Teológica, n. 13, São Paulo, 1995, p. 37-52.

MITCHELL, Timothy. Society, Economy, and the State Effect. In: Sharma, Aradhana; Gupta, Akil. The Anthropology of the State: a reader. Oxford: Blackwell Publishing, 2006.

ORO, Ari Pedro. Religião no espaço público: atores e objetos. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.

ORO, Ari Pedro; STEIL, Carlos. Globalização e Religião. Petrópolis: Vozes, 1997.

REIS, Elisa Pereira. Sobre a cidadania. In: Reis, Elisa Pereira (Org.). Processos e escolhas. Estudos de sociologia política. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

SANTAELLA, Lucia. Linguagens líquidas na era da mobilidade. São Paulo: Paulus, 2007.

_____. A ecologia pluralista das mídias locativas. Revista FAMECOS, Porto Alegre, n. 37 • p. 20-24, dez. 2008.

SCOTT, Thumas; TRAVIS, Dave. Beyond Megachurch Myths: what we can learn from America's largest churches. New Jersey: Leadership Newark, 2007.

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO – RJ. Informações urbanísticas. Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/web/smu/informacoes-urbanisticas. Acesso em: 14 ago. 2018.

_____. Legislação Bairro a Bairro. Disponível em: http://mapas.rio.rj.gov.br/. Acesso em: 14 ago. 2018.

USARSKI, Frank. A mercantilização do dharma como desafio para a pesquisa sobre o Budismo no Brasil – reflexões sistemáticas. In: Maria Angela Vilhena; João Décio Passos (Orgs.). Religião e consumo: relações e sentimentos. São Paulo, Paulinas, 2012.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do. Planejamento Estratégico Urbano. In: Arantes, Otilia; Vainer, Carlos; Maricato, Ermínia. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2010.

Hortas urbanas como intervenções temporárias: Uma breve reflexão

Thais Yamamoto [1]
Cintia M. do A. Moreira[2]

Urban gardens as temporary interventions: a brief reflection

[1] Pós-graduada em Engenharia de Segurança do Trabalho pela PUC/RJ; possui MBA em Gestão Ambiental pela UCP. E-mail: tha_yamamoto@yahoo.com.br.
[2] Doutora em Educação e em Artes Visuais pela UFRJ. Profa. da Universidade Santa Úrsula. E-mail: mm.cintia@gmail.com.

Resumo:

Este artigo se propõe levantar a reflexão sobre a utilização de hortas urbanas como intervenções temporárias constituindo-se uma alternativa para revitalização de espaços urbanos. Para isso, serão levantados os conceitos que abordam a temática sobre intervenções temporárias e sobre hortas urbanas visando compreender como esses temas contribuem para a modificação dos espaços no sentido de ressignificar e transformar as áreas onde eles ocorrem através da criação de laços sociais. Pretende-se entender as relações existentes entre a sociedade e o espaço urbano através da intervenção temporária de uma horta urbana como uma forma de ampliar o olhar para uma cidade contemporânea que se torna cada vez mais efêmera e refletora de constantes transformações. O interesse em relação à temática proposta é se constituir como parte de um trabalho de pesquisa em desenvolvimento, que visa utilizar uma horta urbana como possível solução de intervenção temporária para terrenos públicos subutilizados existentes no meio urbano. Para reforçar e exemplificar os entendimentos teóricos levantados, este artigo realiza uma breve análise de um caso concreto de uma horta em comunidade no Morro da Formiga, na cidade do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Intervenções Temporárias, Hortas Urbanas, Espaços Urbanos, Cidades Contemporâneas.

Abstract:

This article proposes to raise the reflection on the use of urban gardens as temporary interventions constituting an alternative for the revitalization of urban spaces. To this end, the concepts that deal with the theme of temporary interventions and urban gardens will be raised, aiming to understand how these themes contribute to the modification of spaces in order to re-signify and transform the areas where they occur through the creation of social ties. It is intended to understand the existing relations between society and urban space through the temporary intervention of an urban garden as a way to broaden the look to a contemporary city that becomes increasingly ephemeral and reflecting constant changes. The interest in the proposed theme is to be part of a research project in development, which aims to use an urban garden as a possible temporary intervention solution for underutilized public land in urban areas. In order to reinforce and exemplify the theoretical understandings raised, this article makes a brief analysis of a concrete case of a community garden in Morro da Formiga, in the city of Rio de Janeiro.

Keywords: Temporary Interventions; Urban Gardens; Urban Spaces; Contemporary Cities

Introdução

As relações entre a sociedade e os espaços urbanos podem ocorrer de dimensões, temporalidades e formas de ocupação diferenciadas, possuindo uma ampla discussão teórica em relação ao tema. Como premissas, parto do princípio que a atmosfera pretendida é a relação existente do indivíduo em seu cotidiano com a própria cidade através de intervenções temporárias no espaço público, aos quais se tornam constituídas de relações sociais participativas e particulares na medida em que coexiste uma relação afetiva entre esses indivíduos e o espaço ocupado por essas intervenções. Com isso, essas intervenções extrapolam a eventualidade, se tornando ações sociais que perpetuam ao longo de um determinado tempo, mesmo sem ser essa intenção inicialmente. O entendimento de ações sociais pretendido neste artigo é no sentido de ações de iniciativa da sociedade e que possam revitalizar espaços urbanos. Sendo assim, foi recortada as hortas urbanas, pois entendo que são intervenções de iniciativa social que podem assumir um caráter temporário ou não e contribuir para serem modificadoras de uma realidade, principalmente no que diz respeito aos espaços urbanos, áreas verdes ou terrenos subutilizados ou obsoletos existentes nas cidades. As Hortas Urbanas são iniciativas de custo reduzido e que contribuem para tornarem as cidades mais sustentáveis, com melhoria na qualidade de vida e alimentação saudável.

Relações existentes nas intervenções urbanas e temporárias

As intervenções urbanas, segundo a autora Ana Letícia Knuth (2017), são ações de interferências no meio urbano na tentativa de alterar o resultado existente. Contudo, esta autora não se limita a uma definição sintetizada do termo, e apresenta um amplo embasamento teórico demonstrando um entendimento mais abrangente e alinhado a este artigo. Em destaque recorto o entendimento que as intervenções urbanas são possuidoras de um caráter de *ações sociais que ressignificam os lugares onde são realizados*. Sendo temporárias ou permanentes, constituem uma forma dos cidadãos se manifestarem ou expressarem sua opinião ou seus desejos e para transformarem a dinâmica urbana, participando assim, da produção do espaço urbano. Nessa perspectiva mais ampla, o termo é utilizado não apenas para designar manifestações artísticas, mas as práticas realizadas pelos movimentos coletivos e sociais.

Já para autora e pesquisadora Adriana Sansão Fontes, que possui consistente trabalho sobre este tema, as intervenções temporárias podem criar relações de conexões do espaço e das pessoas:

> [...] as intervenções têm o potencial de *'salvar' lugares***,** fundamentalmente os espaços desqualificados por muitas vezes criados pela própria dinâmica da cidade contemporânea, e, sobretudo, têm a potência de *criar conexões* pessoa espaço e pessoa pessoa, combatendo a passividade e contribuindo para a construção de cidades mais amáveis. (FONTES, 2013, p.47; grifo próprio).

As ações temporárias constituem atitudes de movimentos coletivos dentro do contexto urbano, como forma de transformação espacial e das relações entre os envolvidos. Com isso, essas intervenções temporárias deixam marcas permanentes nos lugares, ainda que de diferentes impactos e intensidades. Elas funcionam como catalisadores de relações de proximidade e intimidade, tanto com o próprio espaço, quanto na relação entre os indivíduos da *urbs.* (FONTES, 2013).

Esta autora defende que existem oito dimensões chaves para intervenções temporárias: o transitório, o pequeno, o particular, o subversivo, o ativo, o interativo, o participativo e o relacional. Neste trabalho recorto os que eu considero os mais significantes e agregadores para o caso de intervenções utilizando uma horta urbana.

Primeiramente parto da premissa que toda horta urbana é uma intervenção que pode possuir um caráter transitório no espaço que se propõem. Não apenas por ser de fácil implantação, mas principalmente por seu processo técnico e organizacional não ser complexo. O caráter particular de uma intervenção consiste como a particularidade que cada espaço urbano possui alinhado à especificidade que cada intervenção temporária pode assumir. A relação do espaço e de uma intervenção é única e possui características próprias que desencadeará processos de transformações específicos em cada local onde a intervenção ocorre.

A autora cita alguns autores que consubstanciam o conceito sobre particularidade e transitoriedade das intervenções, destaco a passagem sobre a formação da cidade através "experiência vivida" do cotidiano:

> [...] não existe um 'urbanismo cotidiano' universal, mas uma multiplicidade de respostas para lugares e tempos específicos**,** onde as soluções são modestas e pequenas em escala**,** contidas em calçadas, praças ou pequenos espaços. (FONTES, 2013, p.33).

Fontes (2013) acredita que pequenas intervenções possam ser "detonadoras de processos de transformação em longo prazo". Este é o direcionamento que pretendo dar a este trabalho e se alinha com esta autora, pois acredito que pequenas ações podem desencadear grandes processos de transformação social e urbano. Destaco ainda as relações do interativo, do participativo e do relacional. Estes conceitos estão ligados às relações existentes entre pessoas, espaço e intervenção. Não há intervenção sem participação social e sem a relação existente entre pessoas, assim como uma intervenção não acontece sem que haja interações das pessoas com as intervenções dentro no espaço urbano.

As intervenções temporárias não são estáticas, não são excludentes, ao contrário, elas são inclusivas em todos os sentidos, tanto na formação de grupos sociais que se reúnem para a realização de uma intervenção urbana, tanto na ressignificação desses lugares que incorporam novo uso, revitalizando-o no sentido de modificação daquele espaço. Para reforçar esse pensamento a autora Adriana Sansão (2013 p. 34), descreve: "Usos e ocupações temporárias são […] ferramentas de potencialização, revelando novas possibilidades dos espaços". A autora defende ainda que as intervenções ocupam ou se

apropriam de áreas vazias, visto que estão […] "à margem do planejamento das cidades". Justamente por não constituírem um instrumento de planejamento urbano formal, dentro dos moldes legais elas se tonam elásticas no sentido de apropriação dos espaços urbanos. Aprofundo ainda a reflexão que esta característica da voluntariedade dessas intervenções são as que tornam formadoras das "marcas permanentes" defendida pela autora.

O autor Aguiar (2013) resgata o conceito de urbanidade como espaços da cidade que acolhem pessoas tornando-se hospitaleiros. Neste sentido, as intervenções temporárias são potencializadoras de revitalização e transformação dos espaços e podem constituir elementos provocadores da transformação de locais inóspitos ou sem uso, de maneira à ressignificar esses locais dentro do contexto urbano. Esta é a ideia de urbanidade defendida pelo autor Aguiar, ou seja, elas precisam ser acolhedoras e hospitaleiras dentro do contexto urbano. Seguindo esta linha de raciocínio, retomamos a autora Adriana Sansão (2014), que defende as intervenções temporárias possuidoras de uma qualidade urbana que ela define como amabilidade.

A Amabilidade estaria relacionada com articulação de alguns elementos sendo eles: características físicas do lugar (dimensão física), as intervenções temporárias (dimensão temporal) que ocorrem neste espaço, e as pessoas (dimensão social). Acrescendo ainda que esses elementos devem acontecer em um espaço público ou entendido por sendo um espaço público. A figura abaixo resume esses elementos que compõe o conceito de amabilidade, incluindo o espaço público como um limitador espacial.

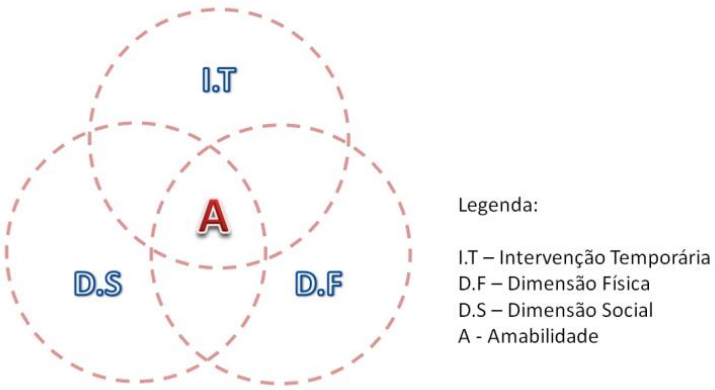


Figura 01– Amabilidade nas Intervenções Temporárias (IT).
Fonte: FONTES, 2014 adaptado.

A amabilidade torna-se um conceito que explica o porquê de algumas intervenções temporárias durarem mais tempo que outras. A transformação de um "espaço qualquer" para "aquele lugar", dependerá desses elementos e suas formas de conexão. A forma que o inter-relacionamento com que esses elementos irão se relacionar influenciarão no sucesso e temporalidade da intervenção. Com isso, a amabilidade se [...] "transforma em uma situação real quando ocorre sobre um espaço potencialmente atraente, tornando uma intervenção temporária bem-sucedida, um espaço amável". (FONTES, 2014).

Uma intervenção temporária se forma quando uma ou um grupo de pessoas se reúnem possuindo um ou mais interesses em comum, para realizar uma intervenção em determinado espaço, na intenção de alguma relação de troca. Dados realizados pelo Laboratório de Intervenções Temporárias e Urbanismo Tático (LabIT), do Programa de Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que se dedica ao estudo das ações temporárias como forma de transformação positiva na cidade do Rio de Janeiro, mostra que houve crescimento significativo de Intervenções Temporárias (I.T) na cidade. O Laboratório realiza, entre outros estudos, o mapeamento das intervenções temporárias na cidade do Rio de Janeiro. A figura 02 e 03 a seguir, mostra este mapeamento entre os anos compreendidos entre 1998 a 2018.

As cores representam as ações táticas em vermelho; as festas locais em laranja; as apropriações espontâneas em roxo, as intervenções de arte pública em verde.

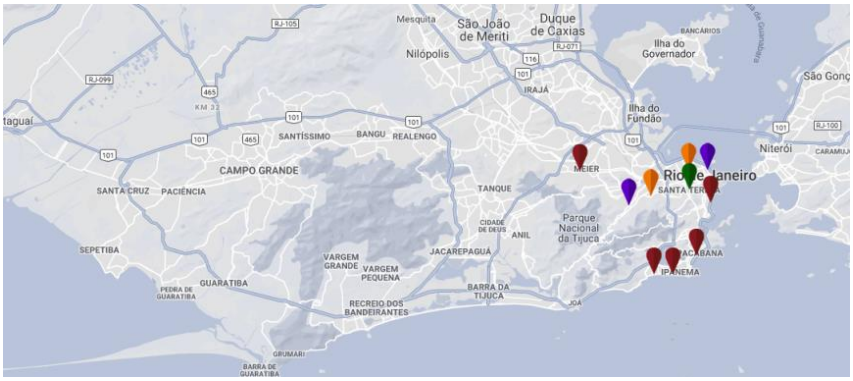


Figura 02 – Dados das I.T .existentes na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1998.
Fonte: LabIT do PROURB, UFRJ, 2019.

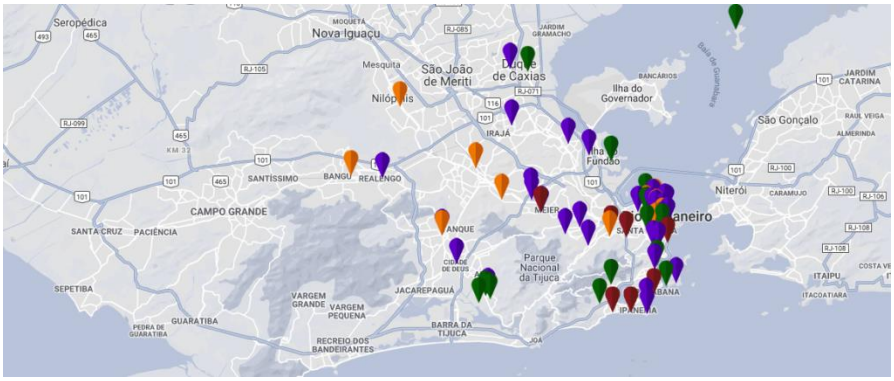


Figura 03 – Dados das I.T .existentes na cidade do Rio de Janeiro no ano de 2018.
Fonte: LabIT do PROURB, UFRJ, 2019.

Observa-se na comparação dos mapas, que no período de 20 anos, houve crescimento expressivo dessas ações na cidade do Rio de Janeiro. Essas intervenções temporárias constituem potencialidades alternativas de transformação de realidade dos espaços urbanos. Todos os tipos de intervenção temporárias mapeados pelo Laboratório de Intervenções Temporárias do PROURB da UFRJ possuem um ponto em comum: o de caráter possuidor de iniciativa social, urbano e efêmero.

A reflexão que proponho, e já consubstanciado os elementos teóricos citados, é justamente o motivo de algumas intervenções se tornarem bem-sucedidas e outras não.

Intervenções Temporárias possuem mais chances de se tornarem bem-sucedidas a partir do momento que englobam as qualidades de amabilidade e dos elementos das dimensões que as formam levantadas neste artigo. A partir dessa reflexão sobre Intervenções Temporárias, parto para a compreensão de como a implantação de uma horta urbana dentro de um espaço urbano pode se constituir um instrumento integrador das relações sociais e de transformação espacial no sentido de ressignificar terrenos públicos que estão obsoletos dentro da cidade.

As Hortas Urbanas

Para entender como uma horta urbana pode ser utilizada como uma intervenção temporária, primeiramente é necessário breve entendimento teórico sobre o tema: horta urbana. Não se pretende esgotar o assunto, mas contextualizar a relevância temática para justificar a escolha da horta urbana como instrumento de uma intervenção temporária, assim como esclarecer alguns entendimentos que muitas vezes são colocados de maneira equivocada nas reportagens e textos que circula sobre o assunto.

As Hortas Urbanas constituem variedade tipológica da agricultura urbana, segundo Teixeira (2016), integradas no sistema econômico e ecológico urbano. A autora corrobora com o entendimento de que as hortas urbanas apresentam a capacidade de promover um sentido de comunidade, gerando comunicação entre a população e compartilhamento de conhecimentos, sendo uma ferramenta de construção de coesão social, vitalidade, que fortalece o sentimento de segurança entre a vizinhança. Para a autora, estes locais agrícolas são encarados como que um “terceiro espaço”, para além da habitação e do local de trabalho e funcionam como um instrumento educativo para todas as pessoas “quer para aquelas que nunca tiveram contato com a natureza, quer para as que demonstram vontade de consolidar os seus conhecimentos na matéria”.

Os autores Valent, De Oliveira, et al. (2017), defendem que a agricultura urbana se enquadra como um projeto social, pois busca transformar a realidade do entorno onde está estabelecida, proporcionando uma identidade cultural, educação ecológica, segurança alimentar e economia solidária, o que abarca as hortas urbanas, Acrescenta-se que este evento é válido para os diversos modelos da agricultura, desde sacadas e coberturas de prédios, até hortas comunitárias em terrenos ou praças. Para esses autores os projetos são construções para prever o que um grupo de pessoas quer realizar para transformar boas ideias em práticas promissoras. Tais projetos podem transformar-se em ações exemplares que modificarão a realidade local e, até mesmo, a global. Em nível mundial, a agricultura urbana produz de 15% a 20% do suprimento mundial de alimentos. Esta prática agrícola refere-se à produção de produtos alimentares e não alimentares em áreas urbanas e periurbanas (CORBOULD, 2013).

O aspecto sustentável das hortas urbanas é incontestável. Segundo autora Ângela Maria Ribeiro da Silva Morais Abreu (2012), elas promovem inclusão e coesão social, e permitem estabelecer contato com a terra e com a natureza. A autora defende ainda que as hortas urbanas são vistas como meio de recuperarem a saúde física, psíquica e emocional, sendo promotoras de mudança na forma como observamos os espaços verdes, o ambiente e a vida da cidade. Ela aponta ainda diminuição da violência, geração fonte de renda como pontos positivos, conforme na passagem: "Os jardins urbanos têm sido implementados nas zonas mais desfavorecidas, onde a pobreza, as drogas e as práticas ilícitas são frequentes, como alternativas e solução para este tipo de problemas, proporcionando o emprego e a inclusão social" (ABREU 2012 apud FERRIS et al., 2001). A autora exemplifica diversas formas de implantação de hortas urbanas defendendo os aspectos positivos associados, destaco para os aspectos educativos proporcionados por projetos de hortas nas escolas, promovendo educação alimentar e ambiental. A autora cita ainda o exemplo de Portugal, onde as hortas urbanas estão presentes em mais de 23 cidades, possuindo como objetivo o apoio social, o contato com a natureza, melhoria da qualidade de vida da população e uma maior consciência ambiental.

No caso do Brasil, as hortas urbanas foram originalmente incentivadas pelo governo, fazendo parte da política nacional de redução da pobreza e garantia de segurança alimentar. O Ministério do Desenvolvimento Social de Combate à Fome do Brasil estabelece diretrizes para a agricultura urbana. Em 2008, foi incluído no Programa Nacional de Agricultura Urbana financiando, dentre de outras atividades como apicultura, avicultura e lavouras comunitárias, cerca de 700.000 pessoas. Nessa mesma década recursos estaduais e municipais também foram investidos nessa ação (CASTELO BRANCO e DE ALCANTARA, 2011).

A cidade de São Paulo é protagonista em projetos de hortas urbanas. Segundo Velleda (2017) a partir de 2004, as hortas urbanas começaram a ter visibilidade no meio acadêmico e despertar interesse da mídia. No ano de 2017, aproximadamente 20 hortas urbanas já existiam na cidade de São Paulo. Houve crescimento da agricultura urbana nesta cidade, no ano de 2011, com estímulo de Organizações Não Governamentais (ONGs) e criação do grupo Hortelões Urbanos. Este grupo possui como um dos seus objetivos "trocar experiências pessoais sobre plantio orgânico doméstico de alimentos". Segundo Velleda em 2017 o grupo tinha 65 mil pessoas como seguidoras em uma página de rede social de grande visibilidade na internet. No mês de maio de 2019, em visita a mesma rede social, o grupo atingiu 81.978 membros seguidores. Isso representa um crescimento de 20% de crescimento de interesse nesta temática, no período de dois anos. Dentre as hortas urbanas existentes na cidade de São Paulo, o projeto Horta das Corujas produz diversos tipos de hortaliças, em um espaço de 800 m² para consumo próprio, possuindo finalidade educativa e promove bem-estar para comunidade local.

Apesar de muitos aspectos positivos que uma horta urbana pode gerar, os agricultores urbanos podem enfrentar dificuldades para realização de uma horta urbana. Uma delas é a falta de reconhecimento oficial pelo Estado e dificuldade de obter apoio por meio de políticas públicas. As alterações no zoneamento do uso do solo nos planos diretores dos municípios sem o devido debate com a sociedade. Na região metropolitana do Rio de Janeiro, muitos municípios não reconhecem a existência de áreas rurais em seus planos

diretores, o que significa a desobrigação do Estado para com a atividade agrícola, bem como o aumento da carga tributária sobre a ocupação e o uso do solo (DE MENDONÇA, 2012).

Algumas cidades brasileiras enfrentam impedimentos vindos do poder público para execução das hortas urbanas. Ao exemplo da Horta Comunitária de Cristo Rei, em Curitiba, que no ano de 2016 foi notificada pela prefeitura para remoção de horta executada nos canteiros da calçada. A alegação da prefeitura é que somente grama seria permitido nessas áreas. A reportagem informa que mais de 100 pessoas envolvidas nas plantações de ervas e plantas alimentícias não convencionais (PANCS), se beneficiam dessas hortas (DE LIMA, 2017). Este é um dos exemplos que essas intervenções estimulam o inter-relacionamento comunitário, ressignificam lugares antes não notados pela população, neste caso os canteiros das calçadas, e são modificadores de uma realidade urbana. Infelizmente, nesse caso o poder público ainda não reconheceu que os processos urbanos sociais estão em evolução e vão além dos normativos municipais vigentes.

Uma horta urbana constitui uma intervenção que proporciona benefícios na esfera social e urbana. Como características, ela proporciona a recuperação ou revitalização dos espaços onde são implantadas, pois se apropriam do espaço público de maneira dinâmica, geram relações sociais e integram a comunidade com o contexto urbano. Elas podem assumir um caráter temporário, e são em sua maioria de iniciativas sociais, pois podem se iniciar a partir de uma única pessoa ou através de um grupo delas. As hortas urbanas revitalizam áreas subutilizadas, proporcionam interação social e assumem um caráter de melhoria na qualidade de vida da comunidade uma vez que fornece oportunidade de melhoria na alimentação e aumento de renda familiar aos envolvidos. São iniciativas que se caracterizam pela replicabilidade e baixo custo, viabilizando atingir as camadas sociais menos favorecidas. Por tudo isso, os conceitos relacionados com as dimensões temporárias e amabilidade, citados anteriormente neste artigo podem se apresentar relacionados às hortas urbanas. Para exemplificar será analisado um estudo concreto de uma horta urbana na cidade do Rio de Janeiro, na comunidade conhecida como Morro da Formiga.

Análise de uma horta urbana em comunidade no Rio de Janeiro

A horta urbana analisada se localiza em comunidade no Morro da Formiga, no bairro da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro. A iniciativa desta intervenção se deu pelo projeto Hortas Cariocas, realizada pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente, que utiliza terrenos do governo, localizadas em comunidades carentes para a implantação de hortas urbanas (SMAC, 2019). Como consequência, o projeto revitaliza uma área subutilizada, impedindo crescimento e avanços das ocupações irregulares e contribui para melhoria social dentro da comunidade, que a utiliza como uma opção de renda familiar. Em visita realizada no mês de maio de 2019 a esta horta urbana tive oportunidade de observar o seu funcionamento e como acontecem as relações sociais existentes.

Como característica da localização, a horta do morro da Formiga, se encontra em terreno onde passa uma rede elétrica de alta tensão. Devido à passagem desta rede e impossibilidade construtiva embaixo dela, forma-se um corredor sem habitações

constituindo um “vazio” ao meio urbano, dividindo a comunidade em dois segmentos, como ilustra o pontilhado laranja na figura 04, abaixo:



Figura 04 - Localização da horta urbana em comunidade no Morro da Formiga.
Fonte: Google Maps, 2019, modificado pelo autor.

A horta (H) está localizada na área marcada em vermelho, onde não há edificações. A horta serve de elemento conector entre a comunidade (C) em ambos os lados, o que antes se constituía um terreno sem utilidade. Além disso, existe na comunidade uma creche municipal (E) que se beneficia com parte da produção das hortas, por isso foi marcada em azul, como outro elemento onde a horta urbana se conecta. Por ser íngreme esta área, foram realizados platôs que são utilizados na plantação, modificando o espaço original.

As figuras 05 e 06 mostram a ocupação da horta urbana no local. Pode-se observar que os materiais são de fácil instalação e remanejamento, demonstrando ser uma ação que não necessita de grandes custos para sua implantação. Apesar de simples a ação, não diminui a importância desta intervenção.



Figura 05 – Fotografia de horta urbana, RJ.
Fonte: Registro próprio, 2019.



Figura 06 – Fotografia de horta urbana, RJ.
Fonte: Registro próprio, 2019.

No local, verifiquei também a dimensão social que abrange esta horta urbana, apesar do número de pessoas envolvidas no funcionamento da horta ser pequeno. Três pessoas da comunidade cuidam da horta, um deles exerce a função de encarregado local e recebeu treinamento do projeto Hortas Cariocas para gerenciar o funcionamento e informações técnicas. As outras duas pessoas cuidam diretamente da produção: plantio, colheita, rega, cuidados com a terra. Eles recebem treinamento do encarregado local, que dissemina o conhecimento para quem da comunidade interessar.

A princípio o projeto Hortas Cariocas era para atuar temporariamente, mas nesta horta acabou se estendendo ao longo dos anos desde 2008, mesmo a horta caminhando sozinha. Tive algumas impressões que se destacaram e coloco como importantes para existência e permanência desta horta. Primeiramente, foi o envolvimento do encarregado no projeto, o carinho, o orgulho ao mostrar o local, a sensação de pertencimento e o reconhecimento desta horta como parte de um trabalho em conjunto, importante e modificador da sua realidade e da realidade do outro.

Outro fator importante que destacamos é que parte da produção vai para a creche Municipal Dr. Ronaldo Gazolla localizada vizinha à horta, e parte é vendida para comunidade local. O envolvimento da comunidade no projeto é um dos elementos para que a horta se torne bem-sucedida e represente um “espaço saudável” diante de um contexto com diversos problemas sociais. O coordenador do projeto Hortas Cariocas explicou que quando não houver mais envolvimento comunidade local com a horta, ela morrerá. Isso já aconteceu em outros locais onde o projeto atua e por isso existe uma temporalidade que não há como definir previamente, podendo ser muito curta, 1 ano no mínimo ou até anos de existência.

A horta do morro da Formiga representa melhoria na qualidade de vida, através de alimentação saudável e possibilidade de renda extra na vida das pessoas da comunidade e, além disso, constitui uma ferramenta de aproximação social dentro da comunidade.

Remetemo-nos a esta análise ao conceito previamente levantado neste artigo sobre amabilidade em relação a esta horta do Morro da Formiga. Este exemplo está inserido nos conceitos de dimensão física, da dimensão temporal e da dimensão social. No aspecto das características físicas, ela ressignifica uma área, um terreno público, que antes estava "esquecido" pelo poder público. Na dimensão temporal, ela só existirá enquanto houver interesse da comunidade em continuar o projeto, não se tem como definir um tempo determinado. E, em sua dimensão social, conforme já citado, a horta funciona como integrador das relações sociais e melhoria na qualidade de vida da comunidade local.

Nesta horta ainda se conseguiu identificar as dimensões relacionadas à intervenção, destaco as seguintes: a temporalidade, definida através do envolvimento e interesse da comunidade local com a continuidade do projeto. Além disso, esta pequena ação iniciada por quatro pessoas (coordenador do projeto Hortas Cariocas mais 3 cuidadores locais) desencadeou um processo de transformação social, na medida que há identificação da comunidade com a horta urbana garantindo sua continuidade ao longo dos anos.

O caráter particular desta intervenção pode ser identificado na localização espacial da horta que integra os dois lados da comunidade e revitaliza um terreno sob a rede elétrica de alta tensão, conforme analisado anteriormente neste artigo. A participação social está refletida na implantação do projeto, onde envolveu a associação comunitária e a Secretaria do Meio Ambiente. E, por fim a dimensão relacional existente dentro da horta que integra as pessoas da própria comunidade num espaço verde e saudável através de uma ocupação produtiva, dentro do contexto urbano.

Considerações Finais

As Hortas Urbanas como Intervenções Temporárias podem representar uma alternativa eficiente na revitalização de espaços urbanos que estão obsoletos por um determinado período de tempo. Uma vez implantadas, elas constituem melhoria na qualidade de vida da comunidade envolvida e representam um instrumento de transformação urbana e social. Essas intervenções se contextualizam com os projetos sociais no sentido de serem idealizados por uma ou grupo de pessoas. As hortas urbanas possuem características de replicabilidade, podendo ser implantadas em diversos locais e se constituem como soluções flexíveis em áreas com dimensões variadas, desde pequenos espaços, ao exemplo de canteiros públicos, jardins verticais ou ainda extensões maiores com grandes áreas obsoletas ou inativas existentes nos centros urbanos.

Essas intervenções podem se tornar locais amáveis para comunidade se contemplar as dimensões físicas, sociais e temporais, como foi demonstrado neste artigo na análise da horta do Morro da Formiga. Por fim, ainda podem representar uma alternativa social ressignificando e revitalizando espaços urbanos, contribuindo para reaproximação da

comunidade através de estabelecimento de laços sociais e identidade cultural, promovendo ainda, vida saudável e consciência verde mais atuante na sociedade.

Artigo recebido em 20 mai. 2019

Aprovado para publicação em 25 jul. 2019

Referências Bibliográficas

ABREU, Ângela Maria Ribeiro da Silva et al. Hortas urbanas–contributo para a sustentabilidade. *Caso de estudo: "Hortas comunitárias de Cascais".* 2012. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências e Tecnologia.

AGUIAR, Douglas. *Urbanidade e a qualidade da cidade***.** Revista Vitruvius, 141.08, ano 12, mar. 2012. Disponível em: http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.141/4221. Acesso em: 24 de mar 2019.

CASTELO BRANCO, M.; DE ALCÂNTARA, Flávia A. *Hortas urbanas e periurbanas: o que nos diz a literatura brasileira?.* Embrapa Arroz e Feijão-Artigo em periódico indexado (ALICE), 2011.

CHAKUR, Pablo. Urbanidade: conceito e parâmetros. *Revista Vitruvius* 214.05, Cidades Contemporâneas, ano 18, mar. 2018. Disponível em: http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/18.214/6983. Acesso em: 24 de mar 2019.

DE LIMA, Juliana Domingos. Quais dificuldades hortas urbanas têm enfrentado para serem implementadas no Brasil. *Nexus Jornal*, 07 jul 2017. Disponível em: https/ www.nexojornal.com.br/ expresso /2017/07/03/Quais-dificuldades-hortas-urbanas-t%C3%Aam-enfrentado-para-serem-implementadas-no-Brasil>. Acesso em: 20 abr 2019.

DE MENDONÇA, Marcos Mattos. Semeando Agroecologia nas Cidades. *Revista Agriculturas*: experiências em agroecologia, v.9, n.2, setembro de 2012.

FONTES, Adriana Sanção. *Intervenções temporárias, marcas permanentes*. Apropriações, arte e festa na cidade contemporânea, p.34, 2013.

FONTES, Adriana Sansão. *Amabilidade urbana*: marcas das intervenções temporárias na cidade contemporânea, 2014.

TEIXEIRA, Diana Margarida da Costa Leite. *Hortas urbanas*: o contributo da arquitetura para a integração das hortas urbanas na (re)qualificação da cidade. 2016. Dissertação de Mestrado.

VALENT, Joice Zagna; DE OLIVEIRA, Letícia; VALENT, Vinicius Dornelles. Agricultura urbana: o desenvolvimento de um projeto social. *Desenvolvimento Regional em debate*: DRd, v. 7, n. 2, p. 4-19, 2017.

VELLEDA, Luciano. *Hortas Urbanas produzem 20% dos alimentos consumidos no mundo.* Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/ambiente/2017/03/hortas-urbanas> Acesso em: 6 de mar, 2019.

KNUTH, Ana Letícia. *Intervenções urbanas:* práticas alternativas e participativas de transformação dos espaços coletivos de Blumenau. 2017.

Fontes

Online

SMAC. Secretaria do Meio Ambiente. Prefeitura do Rio de Janeiro. Disponível em: < http://www.rio.rj.gov.br/web/smac/hortas-cariocas> Acesso em: 10 de mai 2019.

Iconográficas

Figura 01. Amabilidade nas Intervenções Temporárias (IT). Fonte: FONTES, 2014 adaptado.

Figura 02. Dados das I.T. existentes na cidade do Rio de Janeiro no ano de 1998. Fonte: LabIT do PROURB, UFRJ, 2019.

Figura 03. Dados das I.T. existentes na cidade do Rio de Janeiro no ano de 2018. Fonte: LabIT do PROURB, UFRJ, 2019.

Figura 04. Localização da horta urbana em comunidade no Morro da Formiga. Fonte: Google Maps, 2019, modificado pelo autor.

Figura 05. Fotografia de horta urbana, RJ. Fonte: Registro próprio, 2019.

Figura 06. Fotografia de horta urbana, RJ. Fonte: Registro próprio, 2019

A preservação do patrimônio cultural da humanidade como um direito subjetivo e exercício de cidadania

Edvaldo Rodrigues[1]

The Preservation of Humanity's Cultural Heritage as a Subjective Right and Exercise of Citizenship

[1] Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará. Técnico da área do Currículo Escolar da Secretaria Municipal de Educação de São Luís e Orientador Educacional do Centro de Artes Cênicas do Maranhão. E-mail: ecostarodrigues@yahoo.com.br.

A preservação do patrimônio cultural da humanidade como um direito subjetivo e exercício de cidadania

Resumo:

O patrimônio cultural pode ser entendido como o conjunto de bens materiais e imateriais que, além de possuírem valor histórico, artístico e científico remetem à memória e à identidade de um povo. Pela sua importância para a humanidade, esses bens precisam ser preservados, o que demanda interesse e responsabilidade tanto por parte do poder público quanto da sociedade civil. Nesse sentido, este artigo reflete sobre a preservação do patrimônio cultural das cidades históricas brasileiras como um exercício do direito subjetivo pelos cidadãos. Além disso, faz um alerta sobre a situação de São Luís do Maranhão, uma cidade histórica fundada em 1612, reconhecida pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade em 1997, e que atualmente tem seu patrimônio cultural material sob risco de desaparecer, gradativamente, se não for preservado.

Palavras-chave: Preservação, Cidades históricas, Patrimônio Cultural da Humanidade, Direito subjetivo, São Luís do Maranhão.

Abstract:

Cultural heritage can be understood as the set of material and immaterial goods that, besides having historical, artistic and scientific value, remind us of the memory and identity of a people. Because of their importance for humanity, these goods need to be preserved, which demands interest and responsibility both from the public and from civil society. In this sense, this article reflects on the preservation of the cultural heritage of Brazilian historical cities as an exercise of the subjective right by the citizens. It warns about the situation of São Luís do Maranhão, a historic city founded in 1612, recognized by UNESCO as a World Heritage Site in 1997, and which currently has its material cultural patrimony under risk of disappearing, if it is not preserved.

Keywords: Preservation; Historical cities; Humanity's cultural heritage; Subjective right; São Luís do Maranhão.

Introdução

O patrimônio cultural constitui a história da humanidade, pois em cada espaço geográfico podemos encontrar vestígios de nossos antepassados, possibilitando até a reprodução do ambiente físico e social em que viveram. Nesse sentido, as cidades históricas são exemplo disto, uma vez que nelas encontram-se monumentos e construções de séculos passados que contam a história das civilizações. Enquanto bens culturais, elas são "[...] capazes, no presente ou no futuro, de contribuir para a compreensão da identidade cultural da sociedade que o produziu" (GHIRARDELLO; SPISSO, 2008, p. 15). E, por essa razão, não são bens apenas dos moradores da localidade onde se encontram, mas sim um patrimônio cultural de toda a humanidade, cuja preservação não deve ser apenas de interesse e responsabilidade do poder público, mas também de toda a sociedade.

No Brasil, segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), existem cerca de 72 cidades históricas e núcleos urbanos tombados como patrimônio histórico nacional, espalhados pelas 5 regiões do país. Esse número tende a aumentar, considerando o volume de processos para tombamento que tramitam no IPHAN. O serviço de tombamento pode ser feito tanto pelo IPHAN quanto por órgãos municipais e estaduais, o que depende da natureza dos bens e de legislação específica. Isto porque, alguns bens são considerados patrimônios nacionais, locais ou mundiais, ainda que situados no mesmo espaço geográfico.

No cerne da questão, este texto coloca em relevo a questão da preservação do patrimônio cultural material das cidades históricas, tendo em vista que algumas vêm enfrentando desafios para manter viva a sua história, impregnada nos edifícios e monumentos históricos que correm o risco de desaparecerem. A esse respeito, citamos o caso de São Luís do Maranhão, uma cidade do Nordeste brasileiro que foi fundada por franceses em 1612. No ano de 1997, foi incluída pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) na Lista de Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. Atualmente, um de seus maiores desafios é a preservação do casario antigo que fica localizado no Centro Histórico da cidade, cuja maioria dos imóveis é de propriedade particular.

Esse Centro Histórico, fica localizado numa área urbana chamada de Praia Grande, sendo o espaço onde mais se encontram as construções históricas. É lamentável vermos que hoje, nos locais em que haviam imponentes imóveis, de propriedade particular, restam apenas um espaço vazio que vem servindo de estacionamento privado. Mais lamentável, ainda, é saber que outros já estão prestes a ruir e sem nenhuma solução emergencial. E nesse caso, inclui-se também, embora em pouca proporção, alguns imóveis de responsabilidade do poder público. É certo que questões financeiras e burocráticas são as que mais têm contribuído para essa situação, principalmente porque restaurar um imóvel histórico depende de toda uma logística, envolvendo profissionais especializados, cujas orientações constam em manuais específicos para cada obra (telhados, cantarias, jardins históricos, etc.), como é o caso do Manual de Arqueologia Histórica em Projetos de Restauração (IPHAN, 2002).

Mas esse cuidado com o patrimônio cultural não é de responsabilidade apenas do poder público, por isso mesmo, a Constituição Federal, em vigor no Brasil desde 1988, no seu título sobre os "Direitos e Garantias Fundamentais" e no capítulo sobre os "Direitos e Deveres Individuais e Coletivos", atribuiu também aos cidadãos o papel de zelarem pelo bem comum, podendo reclamar junto às autoridades competentes e cobrarem as providências necessárias no sentido de evitar, por exemplo, que um bem cultural de natureza material desapareça pela falta de cuidado.

Partindo dessas premissas, este texto, tem o objetivo de refletir sobre a preservação do patrimônio cultural material das cidades históricas do Brasil como um direito subjetivo e exercício de cidadania. Para tanto, faz uma análise sobre a situação da cidade histórica de São Luís do Maranhão. Um dos motivos para a escolha dessa temática reside na preocupação com o futuro dessa cidade que, além de ser nossa terra, é um patrimônio cultural da humanidade, ou seja, pertence à coletividade.

Noções de preservação e patrimônio cultural

Primitivamente, "a palavra patrimônio vem de *pater*, que significa pai. Tem origem no latim [...]" e "[...] passou a ser usada quando nos referimos aos bens ou riquezas de uma pessoa, de uma família, de uma empresa. Essa ideia começou a adquirir o sentido de propriedade coletiva com a evolução Francesa no século XVIII" (IPHAN, 2012, p. 12). Essa concepção talvez fosse uma resposta dos revolucionários aos desmandos da nobreza e do clero, principalmente porque as edificações e monumentos notabilizavam a história dos reis, do clero, dos nobres da corte francesa, invisibilizando os outros sujeitos históricos.

Martins (2006), destaca que o termo patrimônio cultural surgiu no século XIX em substituição ao termo "patrimônio histórico e artístico", já que a cultura seria também elemento influenciador da arte e da história. No século XX, esse termo ganha mais evidência, principalmente durante a II Guerra Mundial (1939-1945), momento em que vários monumentos foram destruídos e outros corriam o mesmo risco, o que alertou o mundo para que fossem tomadas medidas a fim de preservar a história e a cultura das nações e países envolvidos no conflito.

Contemporaneamente, podemos dizer que o "patrimônio cultural de um povo é formado pelo conjunto dos saberes, fazeres, expressões, práticas e seus produtos, que remetem à história, à memória e à identidade desse povo" (IPHAN, 2012, p. 12). Como se percebe, o conceito de patrimônio cultural, atualmente, vincula-se à noção de cidadania e coletividade. E nessa perspectiva, uma cultura local, aos poucos, vai se tornando uma herança coletiva, ou seja, não pertencerá mais a uma determinada população, mas a toda humanidade.

A Constituição Federal de 1988, no seu Art. 216, traz sua própria conceituação de patrimônio cultural brasileiro, destacando que:

> São os bens de natureza material e imaterial, tomado individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - Formas de expressão; II - Os modos de criar, fazer e viver; III - As criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - As obras, objetos documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 2016, p. 126).

O texto do artigo acima deixa evidente que o patrimônio cultural não diz respeito apenas à edificações ou monumentos de séculos passados, vai além disto, e pode ser classificado de acordo com a natureza dos bens que, por sua vez, assumem a dimensão material ou imaterial e "[...] guardam em si referências à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos sociais" (GHIRARDELLO; SPISSO, 2008, p. 13).

"Os bens culturais materiais (também chamados de tangíveis) são paisagens naturais, objetos, edifícios, monumentos e documentos" (IPHAN, 2012, p. 18). Já os bens imateriais se "manifestam através das ideias, da música, da literatura, das representações cênicas, das lendas, das tradições, das técnicas, da culinária, dos ofícios e tantos outros valores transmitidos de geração para geração" (BOGÉA, 2007, p. 10). Cabe destacar que os bens constituintes do patrimônio cultural de natureza material estão classificados de acordo com os quatros Livros do Tombo do IPHAN: 1) Arqueológicos, Etnográficos e Paisagísticos; 2) Histórico; 3) Belas Artes; e 4) Artes Aplicadas (SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1980). Como exemplo, tem-se o Centro Histórico de São Luís, a cidade de Paraty no Rio de Janeiro, dente outros.

Os bens imateriais também são registrados, o que foi determinado por meio do Decreto Federal nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, instituindo o Registro de Bens de Natureza Imaterial em livros específicos, de acordo com sua natureza, ou seja: 1) Saberes; 2) Celebrações; 3) Formas de expressão; e 4) Lugares (BRASIL, 2000). A exemplo tem-se a capoeira, o frevo, o samba de roda, o queijo minas e sua técnica de fabricação, o bumba-meu-boi, e mais recentemente a Pampulha, em Belo Horizonte, reconhecida pela UNESCO como a primeira paisagem cultural do patrimônio moderno mundial.

Ressalta-se que, partir da década de 1940, se intensificaram as preocupações por parte do governo federal quanto à preservação do patrimônio histórico do Brasil. Nesse sentido, coube ao IPHAN realizar os tombamentos de vários monumentos e conjuntos arquitetônicos urbanos pelo país. Em 1972, a Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, realizada em Paris pela UNESCO, durante a 10ª Seção Geral da UNESCO, também vai contribuir significativamente para as ações de preservação do patrimônio cultural pelo mundo, principalmente quanto aos subsídios para a elaboração de políticas públicas específicas. Essa Convenção[1] convocou "à coletividade internacional

[1] Antes dessa Convenção, ou seja, em 1959, houve o Tratado da Antártida, celebrado entre vários países em Washington, em que reconheceram "de interesse de toda a humanidade que a Antártida" continuasse "para

participar da proteção do patrimônio cultural e natural de valor universal excepcional, prestando assistência coletiva que, sem substituir a ação do Estado interessado, irá completá-la eficazmente" (IPHAN, 2008, p. 59).

Um pouco sobre a cidade de São Luiz do Maranhão

São Luís, capital do Estado do Maranhão, é uma cidade histórica que fica localizada na região Nordeste do Brasil. Neste ano de 2019, completará 407 anos, já sendo a 5ª cidade mais populosa do país. No censo de 2010 apresentou uma população com 1.014.837 pessoas, tendo estimado para 2018 um número em torno de 1.094.667 (IBGE, 2019). Historicamente, a cidade foi fundada por franceses, colonizada por portugueses e invadida por holandeses. Não se pode esquecer dos indígenas e africanos, pois não contribuíram apenas com a força de trabalho, mas igualmente para a formação do povo maranhense. Nesse sentido, passa-se a contar um pouco da história dessa cidade, partindo da história do seu próprio estado, o Maranhão, devido aos acontecimentos que culminaram com a fundação de São Luís.

Embora espanhóis, ingleses e outros povos tenham passado pelo Maranhão, a disputa pelo território foi decidida entre portugueses, franceses e holandeses, sendo que Portugal foi pioneiro em fixar-se em terras maranhenses. A esse respeito, Cardoso (2011, p. 319) destaca que "o Maranhão já aparece em 1535 como uma das 'capitanias donatárias', criadas pelo rei D. João III para incrementar a defesa e aproveitamento produtivo da costa luso-brasileira". Para esse autor, "originalmente o Maranhão faria parte de uma tríplice seção de terras que deveria ser administrada por João de Barros, famoso historiador da Índia portuguesa, Ayres da Cunha, antigo capitão-mor de Malaca, e ainda Fernando Álvares de Andrade" (2011, p. 320).

Em que pese o fato de que, até 1612, os portugueses imperavam tranquilamente no Maranhão, mas com a chegada de uma expedição francesa ao litoral onde hoje é a capital do estado e comandada pelo nobre Daniel de La Touche, senhor de *La Ravardière*, essa realidade foi se modificando. A primeira medida dos franceses, foi a fundação de uma cidade, pois o que havia até então era apenas uma colônia de povoamento, sem organização administrativa. Nascia, então, a cidade de São Luís. De acordo com o historiador Mário Meireles (1980) a escolha do nome foi uma homenagem ao rei da França Luís IX (1214 – 1270).

Após a fundação da cidade, começaram as batalhas entre portugueses e franceses pela posse da localidade, culminando com a vitória dos portugueses em 1614, durante a batalha de *Guaxenduba*, comandada pelo militar português Jerônimo de Albuquerque. Muitas lendas giram em torno dessa batalha, sendo uma delas a de que a tropa portuguesa,

---

sempre a ser utilizada exclusivamente para fins pacíficos e não se converta em cenário ou objeto de discórdias internacionais; com v (BRASIL, 1975, p. 1).

composta por soldados luso-pernambucanos e indígenas, era bem menor se comparada à dos franceses, mas, mesmo assim, conseguindo sair vitoriosos (CARDOSO, 2011, p. 326).

> [...] a vitória portuguesa foi milagrosa. Em meio à luta, faltando-lhes pólvora, uma Senhora de aparência diáfana e radiosa corria entre as fileiras lusitanas e, apanhando a terra do chão, servia-a, já transformada em explosivo, aos soldados para que municiassem suas armas. Era a Virgem, Mãe de Deus que depois os portugueses, em reconhecimento, fariam sob a invocação de Nossa Senhora da Vitória, a padroeira da freguesia matriz de São Luís. (MEIRELES, 1980, p. 92).

Mesmo tendo perdido a batalha, os franceses só sairiam definitivamente de São Luís no ano de 1615, deixando para trás um ambicioso projeto de colonização conhecido como França Equinocial[2]. Apesar de terem permanecido pouco tempo, os franceses conseguiram fascinar a sociedade maranhense, especialmente quanto à cultura e à educação. Tanto, que a elite passou a importar produtos da França e a língua francesa mais tarde foi inserida nas escolas. Ao deixarem São Luís, os franceses não tiveram mais outro retorno, provavelmente por conta de acordo político com a Espanha, que, objetivando criar uma grande potência católica com Portugal, precisava que os franceses deixassem de vez o território até então pertencente aos portugueses, já que isto era um entrave à organização dos casamentos luso-espanhóis (MEIRELES, 1982).

Atualmente, historiadores maranhenses questionam a autoria da fundação de São Luís pelos franceses. Por ora, alguns trabalhos têm sido lançados, como por exemplo, a obra *A fundação de São Luís e seus mitos*, da historiadora Maria de Lourdes Lauande Lacroix, publicada em 2001. De acordo com essa historiadora, as narrativas em torno da fundação de São Luís começaram a se disseminar no final do século XIX, constituindo-se numa estratégia para projetar a cidade no cenário nacional e atrair investimentos, mostrando-a como uma cidade civilizada, com traços culturais franceses – um local em que se respirava cultura e arte, que até recebeu o nome de *Atenas* do Brasil (LACROIX, 2008; LIMA, 2012).

Lacroix (2008) vai adiante com seus argumentos, sustentando que, na verdade, o ritual da possível fundação da cidade, em 1612, não passou da realização de uma missa em campo aberto e que dali seguiu a população em procissão pelas ruas de São Luís, o que não se constituía de fato na fundação dessa então cidade. Dentre os documentos que embasam essa tese da historiadora está a obra do também historiador Raimundo José de Souza Gayoso (1825-1900), *Compêndio Histórico-Político dos princípios da lavora do Maranhão*, que faz a seguinte explicação:

> Livre do Maranhão n'aquelle dia de toda a sugestão franceza, aplicou Jerônimo de Albuquerque todo seu cuidado na fundação de huma cidade n'aquelle mesmo sitio; dentro de pouco tempo adiantou consideravelmente a povoação, e reduziu a sua nova fundação á regular forma de república,

[2] Parte de um projeto mais amplo que objetivava explorar as riquezas naturais como o Pau-brasil e estabelecer núcleos urbanos em território português (MEIRELES, 1982).

> debaixo da proteção de Maria Santissima com o augusto título de N. S.ra da Victoria, em memória d aque tinha alcançado sobre os francezes. (GAYOSO, 1818, p. 73).

Até o momento, e enquanto não é dado um veredito final na questão da fundação de São Luís, continua valendo a história de que os portugueses começaram seu projeto de desenvolvimento do Maranhão realmente em 1615, povoando o território e ampliando a economia por meio da agricultura (LIMA, 2012). E como a paz era algo momentâneo no período da expansão mercantilista, logo, o Brasil foi invadido pelos holandeses. Primeiramente ocuparam a Bahia (1624-1625), sede da Colônia, e depois Pernambuco (1630-1654), centro da produção açucareira, o qual foi administrado por João Maurício de Nassau. Ao Maranhão, precisamente na capital São Luís, chegaram em 1641[3].

Talvez pelo fato de que, anteriormente, os holandeses tenham mantido relações comerciais com o Brasil, financiando a produção açucareira portuguesa e sendo responsável pela logística quanto ao refino e distribuição do açúcar na Europa; além do fim da União Ibérica (1580-1640)[4] entre Portugal e Espanha, sentiram-se confortáveis para a invasão ao território sob jurisdição de Portugal. De acordo com Cardoso (2011, p. 325) "essa ação militar, há muito temida, [...] sob o comando do almirante *Jan Corneiliszoon Lichthardt*" ficou "[...] praticamente restrita à ilha de São Luís, pouco atingindo a capitania do Grão-Pará". O historiador maranhense Carlos de Lima amplia essa visão destacando que os holandeses também estiveram em outra cidade maranhense, conhecida como Itapecuru (LIMA, 1981).

A Holanda já tinha notícias de que o Maranhão era propício para controlar a extração de "drogas do sertão"[5] e as regiões produtoras de açúcar, localizadas nos vales dos rios Itapecuru e Mearim. Os holandeses chegaram a São Luís, transportados em dezoito navios e com uma tripulação de mais de dois mil soldados. De imediato, mostraram-se violentos, causando medo a população, saqueando residências e igrejas. A primeira medida que tomaram foi a prisão do governador Bento Maciel, enviando-o a Pernambuco. No comando do governo foi instituído o holandês Pieter Bas. A população de São Luís, foi obrigada a fazer juramento público a bandeira Holandesa. Diferente do tratamento dado aos pernambucanos, a população de São Luís, foi hostilizada, violentada, tendo suas propriedades tomadas à força e sendo obrigada a seguir o Calvinismo (MEIRELES, 1982).

---

[3] Importa destacar que, quando os holandeses atracaram no litoral de São Luís, enviaram mensagem ao governador do Maranhão Bento Maciel Parente, informando que estavam apenas de passagem. Naquela época havia um costume que, quando naus amigas aportassem no Maranhão, eram saudadas com uma salva de tiros de canhões e responderiam da mesma forma, o que não ocorreu por parte dos holandeses. Mas isso não causou desconfiança por parte do governador, tendo em vista que havia recebido ordens para tratar bem os holandeses, tendo percebido tardiamente que não se tratava de uma visita amiga (MEIRELES, 1980).

[4] Unidade política que governou a Península Ibérica, como resultado da união dinástica entre Portugal e Espanha, após a morte rei D. Sebastião. Dentre algumas medidas estava a proibição de relações comerciais com a Holanda.

[5] Eram frutas, raízes, sementes, plantas e especiarias extraídas do sertão brasileiro que tinham finalidades medicinais e culinárias, destacando-se: cacau, cravo, guaraná, urucum, paiola e baunilha. Essas informações constam no artigo "Escravos do Atlântico equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII)", de autoria do historiador Rafael Chambouleyron, constante nas referências deste texto.

As ações dos holandeses foram causando insatisfação na cidade, tendo como primeira repercussão uma reunião entre jesuítas, indígenas e o sobrinho do governador deposto, Pedro Maciel Parente[6]. O clima de tensão acelerou os primeiros confrontos da população com os holandeses, tendo como principais articuladores os jesuítas Lobo de Couto e Benedito Amadei, os militares Antônio Muniz Barreiros Filho e Antônio Teixeira de Melo, e os indígenas Joacaba Mitagaí e Henrique de Albuquerque (CHAMBOULEYRON, 2006).

Aos poucos, a população foi recuperando os engenhos e vencendo as batalhas contra os holandeses, como a do convento do Carmo e a do Outeiro da Cruz. Os primeiros movimentos começaram em 1642 e culminaram em 1644, com a expulsão definitiva dos holandeses (MEIRELES, 1980). Após esse momento, os portugueses, na pessoa de D. Pedro I e D. Pedro II, governaram o Brasil até a chegada da República, quando então toma posse o brasileiro e militar alagoano, Marechal Deodoro da Fonseca, em 1889 (FAUSTO, 2001).

O Centro Histórico de São Luís: Patrimônio Cultural da Humanidade

Em 1966, o governo do Maranhão, preocupado com a preservação do patrimônio cultural do estado, tendo em vista o avanço do processo de urbanização, buscou junto à UNESCO orientações para execução de projetos de preservação do conjunto arquitetônico colonial, começando por São Luís. Em 1973, atendendo a esse pedido, a UNESCO envia dois consultores com formação em arquitetura: o francês Michel Parent e o português Viana de Lima. A principal missão seria realizarem um estudo sobre o conjunto arquitetônico colonial de São Luís (SILVA, 2009).

As orientações desses profissionais serviram de base para a montagem do projeto que o governo do Maranhão, com aquiescência da prefeitura de São Luís, enviou a UNESCO, solicitando a inclusão do Centro Histórico de São Luís na Lista do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural[7], o que foi atendido em 1997. Foi o nono monumento histórico-cultural a ser incluído nessa Lista, tornando-se patrimônio cultural da humanidade. À época, o Centro Histórico contava com cerca de 4.000 imóveis, a maioria deles de propriedade particular (ANDRÈS, 1998).

Cabe destacar que essa inclusão pela UNESCO se baseou em três dos dez critérios técnicos[8] da Convenção do Património Mundial de 1972. Os critérios foram pensados de

[6] Veio do Pará com um reforço de homens para ajudar na expulsão dos holandeses que já estavam por dez meses ocupando o Maranhão.

[7] O primeiro passo para a candidatura é que o bem proposto deve ser reconhecido nacionalmente mediante o seu tombamento federal ou outras formas de acautelamento (IPHAN, 2008).

[8] São eles: "(iii) fornecer um testemunho único ou excepcional, sobre uma tradição cultural ou uma civilização viva ou desaparecida; (iv) ser um exemplo eminentemente representativo de um tipo de construção ou de conjunto arquitetônico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre um ou vários períodos significativos da história humana; (v) ser um exemplo relevante de formas tradicionais de assentamento humano ou de utilização da terra ou do mar, representativas de uma cultura (ou de várias culturas), ou de interação do homem

modo a identificar o Valor Universal Excepcional das candidaturas (IPHAN, 2008). No caso de São Luís, identificou-se um testemunho sobre tradição cultural, uma ilustração de vários períodos significativos da história humana e um exemplo de assentamento humano tradicional de uma época (LOPES, 2008).



Figura 1: Vista panorâmica do Centro Histórico de São Luís e Avenida Beira Mar.
Fonte: Iphan, 2019.

Diante da imagem acima, ressalta-se que o bom estado de conservação do Centro Histórico de São Luís contribuiu sobremaneira para que recebesse o título de Cidade Patrimônio da Humanidade. Antes de ser incluído na lista da UNESCO, o Centro Histórico já havia sido tombado pelo Governo Federal em 1955, como patrimônio do Brasil. "[...] Com seus duzentos e vinte hectares é composto pelo núcleo primitivo da cidade, datado do primeiro quartel do século XVII, e dos espaços urbanos adjacentes datados dos séculos XVIII, XIX e XX". (BOGÉA, 2007, p. 13).

O projeto de urbanização foi idealizado pelo engenheiro-mor do Brasil, o português Francisco de Frias da Mesquita, em 1615, sendo "[...] decisivo para conferir a São Luís um aspecto de regularidade geométrica, talvez o primeiro do Brasil e que serviu para orientar o crescimento da cidade nos períodos subsequentes até o final do século XIX". (IPHAN, 2014, p. 5).

> Frias buscou adaptar o núcleo já existente aos padrões estabelecidos pelas *Leis das Índias*, dando-lhe 'nova forma e ordem, como tudo lhe foi ordenado pela Corte de Madri', a quem então obedecia a monarquia

com o seu meio, sobretudo quando este tornou-se vulnerável devido ao impacto causado por alterações irreversíveis". (UNESCO, 2008, p. 16).

> portuguesa. A esse código urbanístico, de origem renascentista, corresponde o traçado ortogonal dos arruamentos que serviu de diretriz para a malha de expansão da cidade, a largura constante das ruas, sem distinção de categoria principal ou secundária, e a orientação de acordo com os pontos cardeais. (SILVA FILHO, 1998, p. 22).

Dentre tantos monumentos que existem até hoje no Centro Histórico de São Luís, destaca-se a *Pedra da Memória*, construída em pedra de cantaria ou mármore português, inaugurada em 18 de julho de 1841. A construção desse monumento foi uma homenagem militar à Coroação e Sagração do Imperador D. Pedro II. À época, presidia a Província o senhor João Antônio de Miranda. Foi projetada pelo tenente-coronel José Joaquim Rodrigues Lopes, do Imperial Corpo de Engenheiros, cujo comandante era o coronel Francisco Joze Martins (MEIRELES, 1980).



Figura 2: Pedra da Memória.
Fonte: Bruno Lacerda, Jornal o Imparcial, 2016.

O Jornal Maranhense, um periódico de 1841 em São Luís, noticiou o acontecido, destacando que: “Na tarde do dia 15 houve nova e magnífica parada no campo de *Ourique*, para onde ainda concorrerão as pessoas mais gradas da capital, e immenso povo, ahi tive a honra ainda de lançar a pedra fundamental para uma *Pyramide*, que a corporação Militar inaugurou à Sagração de S. M. o Imperador” (JORNAL MARANHENSE, 1841, p. 1).

Em relação às ruas do Centro Histórico, algo curioso são os nomes que receberam, normalmente dados em função de alguma peculiaridade, utilização, acontecimento, características físicas ou naturais do local, menção comemorativa a algum feito histórico ou homenagem a alguma figura ilustre. Como exemplo, tem-se as ruas: do Poço, da Inveja, dos Afogados, das Cajazeiras, da Imprensa, da Saúde, Portugal, Candido Mendes, Afonso Pena;

além dos cantos da Viração, da Pacotilha e dos becos da Bosta[9], do Quebra-Bunda e do Caga-Osso, dentre outros logradouros (LIMA, 2011). O casario do Centro Histórico de São Luís chama atenção não só pela beleza, mas também pela diversidade de imóveis: solares, sobrados, sobradões, casas de moradas inteiras, meias-moradas e portas e janelas.



Figura 3: Casario na Rua do Giz, Centro Histórico.
Fonte: Iphan. Foto: José Paulo Lacerda, 2019.

O imponente casario da rua do Giz[10], hoje Rua 28 de Julho, começou a ser construído a partir de 1823, como resultado dos tempos áureos da economia maranhense, proporcionada pela lavoura do arroz e do algodão, além da indústria têxtil (LIMA, 2011). O aspecto físico e artístico destes imóveis, caracterizam,

> [...] o modelo de ocupação usualmente adotado pelos colonizadores – a 'Cidade Alta', administrativa, militar e religiosa, e a 'Cidade Baixa', marinheira e comercial, que, associada a tipologia dominante das edificações surgidas mais tarde, a partir do final do século XVII, conferem a São Luís, até os dias atuais, uma forte conotação lusitana que faz evocar, em diversos trechos de sua paisagem urbana, aspectos das cidades do porto e Lisboa (IPHAN, 2014, p. 6).

[9] Localizado nas proximidades do Centro Histórico, recebeu esse nome porque era o local por onde os escravos (chamados de tigres ou cabungos) carregavam os barris com excrementos de seus senhores, indo despejar na Av. Beira Mar. Os escravos ficaram conhecidos como tigres, devido aos excrementos escorrerem sobre seus corpos, manchando-os com listras amareladas (LIMA, 2011; REIS FILHO, 2000).
[10] Recebeu esse nome devido à abundância de argila na localidade. Em 1823 passou a se chamar de Rua 28 de julho, data em que o Maranhão reconheceu o Brasil como independente de Portugal (LIMA, 2011).

Reforça-se que, apesar da influência de outros povos, fica evidente, principalmente na parte do Centro Histórico de São Luís, uma maior influência do estilo colonial português na composição do conjunto arquitetônico da cidade. O estilo dos telhados, das portas, as pedras de cantaria utilizadas nas residências eram estilo e materiais típicos de Lisboa (MEIRELES, 1980). Silva Filho (1998, p. 17-18), contribui com essa explicação, fazendo a seguinte descrição sobre os imóveis que compõem o casario histórico:

> Autônomos na unidade urbana, pesados paramentos de pedra azulejados, vazados de gradis de ferro e de leves caixilharias de madeira e vidro determinavam a medida exata da convivência do formalismo europeu com o meio tropical. Transplantada do exotismo mourisco e entrelaçada de contingências autóctones, a casa maranhense expressa esse hibridismo de pedra do reino com madeira da terra, de espaço confinado com vãos iluminados, de cerimonial aristocrático com informalidade vernacular. Texturas do lioz lavrado, reflexos da faiança policromada, estruturas de madeira de lei e matizes da luz equatorial filtrada nas venezianas.

Os azulejos que revestiam as fachadas dos imóveis foram fabricados manualmente. Começaram a chegar a São Luís por volta do século XVIII, para ornamentar as residências e também amenizar o calor (LIMA, 2012b). Alguns elementos nas fachadas mostravam a classe social de seus moradores. Os telhados, por exemplo podiam ser “recobertos de telhas tipo canal, secção curva com beiras em beira-seveira, beira simples e beira e bica”. Uma residência cujo telhado não tinha beira, significava que ali residia uma família de poucas condições financeiras. Quanto ao piso, a maioria do pavimento térreo era revestido “de pedra lioz” ou “pedra cabeça de negro e do seixo rolado, formando desenhos geométricos”, além do “mosaico, ladrilho hidráulico ou cerâmico” (BOGÉA, 2007, p. 21-23).

Direito subjuntivo e cidadania na preservação do patrimônio cultural da humanidade

Preservação significa manter intacto o ambiente, ou seja, “É a manutenção de um bem no estado físico em que se encontra e a desaceleração de sua degradação, visando prolongar e salvaguardar o patrimônio cultural” (GHIRARDELLO; SPISSO, 2008, p. 14). O que difere de conservação, que é a utilização do ambiente de forma sustentável. A preservação de um bem material de valor histórico como edificações e monumentos, por exemplo, implica manter intactas suas características originais, sendo que qualquer obra de restauração deve passar por cuidadoso estudo, demandando o trabalho de profissionais especializados, como engenheiros, arquitetos, urbanistas, arqueólogos, historiadores, dentre outros. “O objetivo principal da preservação do patrimônio cultural é fortalecer a noção de pertencimento de indivíduos a uma sociedade, a um grupo, ou a um lugar, contribuindo para a ampliação do exercício da cidadania e para a melhoria da qualidade de vida. (IPHAN, 2012, p. 12).

Quando um bem histórico sofre degradação, precisa ser restaurado, o que difere de reformar. “A restauração é uma ação onde atuam especialistas de forma dirigida e integrada, movidos por uma intenção de valorização de um bem histórico e/ou seu sítio”. “[...] Promove e preocupa-se com a valorização dos estilos, da época de uma dada construção, das técnicas construtivas utilizadas e da ambiência do patrimônio entre outros importantes itens relativos ao bem histórico”. Já “a reforma não é necessariamente uma intervenção de especialistas em restauração; trata-se da simples transformação do objeto, adequando-o às necessidades contemporâneas” (GHIRARDELLO; SPISSO, 2008 P. 27).

Apesar de existir legislação específica para tratar do patrimônio cultural, a preservação ainda se constitui um desafio devido a vários fatores, dentre eles o efetivo envolvimento da sociedade civil. Nesse contexto, destaca-se que muitas pessoas não sabem que poderiam acionar os órgãos competentes e impedir a restauração irregular de um imóvel histórico. De igual maneira, podem denunciar outras irregularidades pertinentes. Esse é um exercício de cidadania que também pode ser chamado de direito subjetivo, o que difere do direito objetivo[11] que é o próprio ordenamento jurídico, ou seja, um conjunto de leis que regem um Estado.

No entendimento de Bobbio (2003, p. 84) o direito subjetivo, ou contemporaneamente chamado de direito em sentido objetivo, “é uma faculdade juridicamente protegida de fazer ou não fazer” alguma coisa. E parte de uma intencionalidade individual ou coletiva com base num direito constituído na sociedade. O que para esse autor, “a atribuição de um direito (subjetivo) e a imposição de um dever são momentos correlativos do mesmo processo: uma norma que impõe um dever a uma pessoa atribui ao mesmo tempo a outra pessoa o direito de exigir o cumprimento”, de igual maneira, “uma norma que atribui um direito impõe ao mesmo tempo aos outros o dever de respeitar o livre exercício ou de permitir-lhe a execução” (2003, p. 90).

Isto quer dizer que a todo direito subjetivo corresponde um dever de uma ou mais pessoas, conscientemente ou não. Em via de regra, o direito subjetivo “dá a alguém a possibilidade de agir” e atribui “um poder de querer” (REALE, 2002). E nesse contexto, a preservação do patrimônio cultural de uma cidade, por exemplo, pode ser resultado do exercício de um direito subjetivo e de cidadania. O que para Harvey (2013), o cuidado e o direito a cidade são frutos de um movimento social que desperta nas pessoas o sentimento de pertencimento ao ambiente em que vivem ou dele usufruem ainda que temporariamente. E quaisquer cidadãos podem procurar órgãos como o IPHAN, o Conselho

[11] A dicotomia entre o direito objetivo e direito subjetivo é característica apenas de alguns países, diferentemente por exemplo de países anglo-saxões onde não existe essa problemática. De acordo com Ferraz Junior (1994, p. 146, grifos do autor), essa diferenciação “[...] pretende realçar que o direito é um fenômeno objetivo, que não pertence a ninguém socialmente, que é um dado cultural, composto de normas, instituições, mas que, de outro lado, é também um fenômeno subjetivo, no sentido de que faz, dos sujeitos, titulares de poderes, obrigações, faculdades, estabelecendo entre eles relações. Assim, quando falamos no direito das sucessões significamos algo objetivo, quando mencionamos o direito à sucessão de um herdeiro, mencionamos que algo lhe pertence. Para clarificar, lembramos que o inglês tem duas palavras diferentes para enunciar os dois termos: *law* (direito objetivo) e *right* (direito subjetivo)”.

Regional de Arquitetura (CREA), o Ministério Público, a Defesa Civil, as secretarias de cultura, dentre outros para reclamarem e cobrarem providências sobre situações que representam risco ao patrimônio cultural.

O que é previsto na Constituição Federal em vigor desde 1988, no seu no Art. 216, § 1º, que ao tratar da cultura traz a responsabilidade mútua entre poder público e sociedade, em que: "O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas [...]" (BRASIL, 2016, p. 126). Em dissonância ao prescrito acima, a imagem abaixo mostra um problema cada vez mais presente no Centro Histórico de São Luís: o desabamento de prédios históricos.



Figura 4: Casarão desmoronado na rua Jacinto Maia, Centro Histórico de São Luís.
Fonte: agendamaranhao.com.br, foto de J. Silva, 2019.

Como se percebe na foto acima, o casarão ao lado também corre risco de desabar. Essa rua já foi uma das principais vias de comércio cujos imóveis começaram a ser erguidos por volta de 1627. É provável que os proprietários de imóveis nessa situação já se encontram acionados pela justiça federal, aguardando julgamento. Pelo Decreto-Lei nº 25, no seu Art. 6, os bens privados, pertencentes a pessoa natural ou jurídica, se reunirem os requisitos

específicos "para integrarem o patrimônio histórico e artístico nacional" serão tombados[12] "voluntária ou compulsoriamente" (BRASIL, 1937, p. 2).

E o imóvel uma vez tombado, se seu proprietário "[...] não dispuser de recursos para proceder às obras de conservação e reparação que a mesma requerer, levará ao conhecimento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a necessidade das mencionadas obras", sendo que a omissão resultará em "multa correspondente ao dobro da importância em que for avaliado o dano sofrido pela mesma coisa" (BRASIL, 1937, p. 5). O quanto antes informar ao órgão competente, mais chances terá, de garantir a preservação do imóvel, ou seja, que ele mantenha suas características originais.

Nesse sentido, importa destacar que preservar não é o mesmo que tombar, já que "a preservação pode existir sem o tombamento. O tombamento é uma imposição legal; porém, sem ele não há garantia real de preservação" (GHIRARDELLO; SPISSO, 2008, p. 15). E o bem tombado não necessariamente precisa ser antigo, tendo em vista que sua importância cultural não reside na idade. Em linhas gerais, o tombamento[13] torna a preservação definitiva, principalmente do ponto de vista legal. Embora sua efetivação não seja algo tão rápido devido a questões burocráticas, pois envolve recurso público.

O tombamento constitui um direito subjetivo e um exercício de cidadania, pois a solicitação para essa ação pode vir tanto por parte do proprietário de um bem particular quanto "[...] da sociedade, do conselho de defesa do patrimônio, de entidades, de toda e qualquer pessoa de direito público ou dos órgãos municipais/estaduais/ federais", sobre esse bem ou outro de natureza pública, sendo que o "pedido deve ser devidamente descrito mediante justificativas" (GHIRARDELLO; SPISSO, 2008, p. 20).

Por fim, é preciso reafirmar que o bem cultural é patrimônio de toda humanidade e que quando tratamos da preservação o seu sentido vai além do que é físico, pois "O ato de preservar transcende a condição material do bem – patrimônio arquitetônico, os equipamentos, símbolos, espaços livres, o traçado urbano, a paisagem da cidade, etc.", posto que "alcança também sua condição imaterial (significados históricos, sociais, culturais e afetivos)" (BOGÉA, 2007, p. 31).

Considerações Finais

Diante do que foi exposto, esperamos ter proporcionado a reflexão de que a preservação do patrimônio cultural é uma responsabilidade conjunta entre o poder público e

[12] O termo tombamento tem origem em Portugal e vem da Torre do Tombo, referindo-se a "um conjunto de ações, realizadas pelo poder público e alicerçado por legislação específica, que visa preservar os bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e afetivo, impedindo a sua destruição e/ou descaracterização" (GHIRARDELLO; SPISSO, 2008, p. 15).

[13] De acordo com o Decreto-Lei 25/39, o tombamento, antes de se tornar definitivo, passa por um período provisório e "tem início com a abertura do processo, garantindo a preservação do bem até a decisão final pelo Poder Público, e tem um prazo de 60 dias, consoante esse mesmo decreto-lei, pode ser ainda, quanto à duração, provisório ou definitivo, ou quanto à extensão, individual ou geral" (BRAGA, 2007, p. 68).

todos nós. E não basta que os bens sejam tombados se não forem preservados. Assim, ao poder público, cabe fiscalizar os bens que compõem o patrimônio cultural e verificar o estado de conservação e preservação. Cabe-lhe, também, promover campanhas educativas visando a conscientização da população. Além disto, deve notificar aqueles proprietários cujos imóveis apresentam problemas estruturais e, se for o caso, negociar a compra oferecendo um valor justo antes que os imóveis desmoronem e levem consigo a história de São Luís, do Maranhão e do Brasil.

A população, de modo geral, pode atuar como vigilante do patrimônio cultural da cidade, exercitando seu direito subjetivo ao denunciar e cobrar providências junto aos órgãos competentes. Inclusive solicitando a criação de um conselho de defesa do patrimônio cultural ou inserindo-se a um existente. A escola também tem um papel importante na preservação do patrimônio cultural, devendo desenvolver ações que promovam a conscientização dos estudantes sobre a importância da valorização dos bens culturais da cidade. O que deve ser feito por meio de uma educação patrimonial, afinal as pessoas precisam conhecer aquilo que vão preservar.

A educação patrimonial, não se trata de uma nova modalidade de ensino ou mais um componente curricular, mas sobremaneira um assunto que deve fazer parte do Projeto Político Pedagógico da escola, permeando as práticas educativas dos professores por meio de projetos educativos. Como exemplo passeios pelos locais históricos da cidade. E essa intencionalidade educativa também deve trabalhada pela família, educando os filhos para fazerem bom uso dos bens culturais não só de sua cidade. E os proprietários dos imóveis históricos particulares também precisam tomar consciência de que, se não têm condições de mantê-los, a melhor alternativa seria negociar a transferência para o poder público a fim de que não se desmoronem por falta de conservação.

Artigo recebido em 12 mai. 2019

Aprovado para publicação em 26 jun. 2019

Referências Bibliográficas

AGENDA MARANHÃO. Figura 4: Casarão desmoronado na Rua Jacinto Maia, Centro de São Luís. Disponível em: <http://agendamaranhao.com.br/2019/03/24/casarao-desaba-no-centro-historico/>. Acesso em: 8 maio 2019.

ANDRÈS, Luiz Phelipe de Carvalho Castro (Coord.). *Centro Histórico de São Luís-MA:* patrimônio mundial. São Paulo: Audichomo, 1998.

BRAGA, Pedro. *Manual de direito para engenheiros e arquitetos.* Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2007.

BRASIL. Presidência da República. *Constituição da República Federativa do Brasil:* texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal, 2016. 496 p.

BRASIL. Presidência da República. *Decreto nº 3.551*, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm>. Acesso em: 16 jun. 2019.

BRASIL. Presidência da República. *Decreto-lei nº 25*, de 30 de novembro de 1937**.** Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm>. Acesso em 15 jun. 2019.

BRASIL. Presidência da República. *Decreto-lei nº 75.963*, de 11 de julho de 1975. Promulga o Tratado da Antártida. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D75963.htm >. Acesso em: 17 jun. 2019.

BOBIO, Noberto. *Teoria da norma jurídica.* 2. ed. Tradução de Fernando Pavan Baptista e Ariane Bueno Sudatti. Bauru, SP: Edipro, 2003.

BOGÉA, Kátia Santos; BRITO, Stella Regina Soares de; PESTANA, Raphael Gama (Orgs.). *Centro Histórico de São Luís.* São Luís: IPHAN, 2007.

CARDOSO, Alírio. A conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica (1596-1626). *Revista Brasileira de História.* São Paulo, v. 31, nº 61, p. 317-338, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v31n61/a16v31n61.pdf>. Acesso em 12 abr. 2019.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Escravos do Atlântico equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII). *Revista Brasileira de História.* São Paulo, v. 26, nº 52, 2006, p. 79-114.

FERRAZ JUNIOR, Tercio Sampaio. *Introdução ao estudo do Direito:* técnica, decisão, dominação. São Paulo: Atlas, 1994.

GAYOSO, Raimundo José de Souza. (1818). *Compêndio Histórico-Político dos Princípios da Lavoura do Maranhão.* Pariz: Officina de P. N. Rougeron, 1818.

GHIRARDELLO, Nilson; SPISSO, Beatriz (Coord.). *Patrimônio histórico:* como e por que preservar. Bauru, SP: Canal 6, 2008.

HARVEY, David. O direito à cidade. *Revista Piauí,* n. 82, ano 7, jul. 2013. Tribuna livre da luta de classes. Disponível em:<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-direito-a-cidade/>. Acesso em: 16 jun. 2019.

IBGE. *População de São Luís.* Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/sao-luis/panorama>. Acesso em: 16 jun. 2019.

IPHAN. Instituto Histórico e Artístico Nacional. *Patrimônio Cultural Imaterial:* para saber mais. 3. ed. Brasília, DF: Iphan, 2012.

IPHAN. *Patrimônio mundial:* fundamentos para seu reconhecimento – A convenção sobre proteção do patrimônio mundial, cultural e natural, de 1972: para saber o essencial. Brasília, DF: IPHAN, 2008.

IPHAN. *Manual de Arqueologia Histórica em Projetos de Restauração.* Brasília, DF: IPHAN, 2002.

IPHAN. *Centro Histórico de São Luís.* Figura 1: Vista panorâmica do Centro Histórico de São Luís e Avenida Beira Mar. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/34. Acesso em: 12 maio 2019.

IPHAN. *Centro Histórico de São Luís.* Figura 3: Casario na Rua do Giz, Centro Histórico de São Luís. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/34. Acesso: em 8 maio 2019.

FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil.* São Paulo: Edusp, 2001.

JORNAL MARANHENSE. São Luís, anno I, n. 27, 1841, p. 1.

JORNAL O IMPARCIAL. Figura 2: Pedra da Memória. Fonte: Bruno Lacerda/Jornal o Imparcial. Disponível em: https://oimparcial.com.br/cidades/2016/05/pedra-da-memoria-um-monumento-desconhecido-por-muitos/.

LACERDA, Bruno. Pedra da memória: um memorial desconhecido por muitos. *Jornal o Imparcial*, São Luís, 19 maio 2016. Cidades. Disponível em:< https://oimparcial.com.br/cidades/2016/05/pedra-da-memoria-um-monumento-desconhecido-por-muitos/>. Acesso em: 12 maio 2019.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. *A fundação francesa de São Luís e seus mitos.* 3. Ed. São Luís: Eduema, 2008.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. (2012). *São Luís do Maranhão:* corpo e alma. São Luís: Eduema, São Luís, 2012.

LIMA, Euges Silva de. A fundação de São Luís: mitos e historiografia. *Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão,* São Luís, 2012. Disponível em: <http://ihgm1.blogspot.com/2012/10/a-fundacao-de-sao-luis-mitos-e.html>. Acesso em 08 maio 2019.

LIMA, Zelinda Machado de Castro e (Org.). *Inventário do Patrimônio Azulejar do Maranhão.* São Luís: Edições AML, 2012b.

LIMA, Carlos de. *Caminhos de São Luís:* ruas, logradouros e prédios históricos. São Paulo: Siciliano, 2011.

LIMA, Carlos de. *História do Maranhão.* Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1981.

LOPES, José Antônio Viana. *São Luís ilha do Maranhão e Alcântara:* guia de arquitetura e paisagem. São Luís: Servilla, 2008.

MARQUES, César Augusto. *Dicionário histórico e geográfico da província do Maranhão (1870).* 3. ed. São Luís: Edições AML, 2008.

MARTINS, Clerton. *Patrimônio Cultural:* da memória ao sentido do lugar. São Paulo: Roca, 2006.

MEIRELES, Mario. *França Equinocial.* São Luís: SECMA, 1982.

MEIRELES, Mario. *História do Maranhão.* 2. ed. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 1980.

REALE, Miguel. *Lições Preliminares de Direito.* 27 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil.* São Paulo: Perspectiva, 2000.

SILVA FILHO, Olavo Pereira da. *Arquitetura luso-brasileira no Maranhão.* Belo Horizonte: Formato, 1998.

SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA. *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil:* uma trajetória. Brasília: Sphan/Pró-Memória, 1980. (Publicações da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 31).

O desafio da educação popular na luta pela reforma urbana: o exemplo do Espaço Criarte Mariana Crioula (ECMC) na Ocupação Manuel Congo (MNLM-RJ)

Laura Rêdes[1]
Vinícius Neves[2]

The challenges of Popular Education in the struggle for Urban Reform: the exemple of Espaço Criarte Mariana Crioula at the Ocupation Manuel Congo

[1] Mestre em Planejamento Urbano e Regional do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ). E-mail: laura.redes1@gmail.com
[2] Professor de ensino básico. E-mail: profviniciusneves@gmail.com

Resumo:

O presente artigo discorrerá sobre a avaliação da prática pedagógica do Espaço Criarte Mariana Crioula na Ocupação Manuel Congo (RJ) na perspectiva da luta pela Reforma Urbana. Desta forma, pretendemos relacionar o tema da Reforma Urbana e da Educação Popular com as ações do Movimento Nacional de Luta pela Moradia do Rio de Janeiro (MNLM-RJ), especificamente sobre o processo da consolidação da Ocupação Manuel Congo e a construção do núcleo de educação popular Espaço Criarte Mariana Crioula.

Palavras-chave: Reforma Urbana, Educação Popular, Ocupação Manuel Congo, Espaço Criarte Mariana Crioula

Abstract:

The presente article discourses about the evaluation in the pedagogical practice of Espaço Criarte Mariana Crioula at the Ocupation Manuel Congo on the perspective of stuggle for the Urban Reform. Thus, we intend to relate the theme of Urban Reform and the Popular Education with the actions of the Movimento Nacional de Luta pela Moradia of Rio de Janeiro, specifically about the consolidation process of Ocupation Manuel Congo and the construction of the core of Popular Education at Espaço Criarte Mariana Crioula.

Keywords: Urban Reform, Popular Education, Ocupation Manuel Congo, Espaço Criarte Mariana Crioula.

O método de pesquisa

Quando se realiza uma pesquisa vários questionamentos são colocados em jogo. Desde a escolha do tema até a trajetória que o estudo irá tomar, já é possível afirmar muito acerca sobre como o pesquisador pensa. Ou seja, o pesquisador, intelectual, acadêmico é ao mesmo tempo, um indivíduo que experimenta, vive na sociedade e está inserido em um contexto político, econômico e social. Nesse sentido, muitas vezes, não podemos colocar a ciência como algo dissociada da ação política. Com uma atuação que vai além da comunidade acadêmica, a relação entre pesquisador, ciência e sociedade se cruzam para a definição de problemas sociais que demandam ações e políticas estatais e não apenas a busca pelo monopólio do conhecimento (BATISTA, 2017). Para que isso aconteça é necessário que a autoridade do pesquisador seja retirada e traga contribuições importantes no campo das pesquisas qualitativas, sobretudo aquelas que tratam sobre processos que relatam desigualdades sociais. Com isso, o método etnográfico[1] - ou a observação participante[2] - se tornou o mais pertinente para o estudo, tendo em vista a inserção dos pesquisadores como militantes do Movimento Nacional de Luta por Moradia – RJ.

Tanta casa sem gente, tanta gente sem casa: o processo de redemocratização e a luta pela Reforma Urbana[3]

Desde 1960 a disputa por reformas estruturais na questão fundiária está presente no cenário político brasileiro, sobretudo a necessidade de uma Reforma Agrária. A questão de democratização da terra urbana emerge ainda nessa década, mas assim como a Reforma Agrária é inviabilizada pelo regime político autoritário de 1964.

Nos anos 80 os temas que envolvem a Reforma Urbana reaparecem nos discursos dos movimentos sociais em um contexto de luta pela redemocratização do país e de deslocamento da classe trabalhadora do campo para as cidades que cresciam a passos largos sem uma infraestrutura adequada ao crescimento populacional. Assim, no meio urbano afloravam situações de extrema segregação espacial, com bairros periféricos sem nenhum investimento público - carência de transporte, saneamento, escolas, hospitais, moradia etc. – além da exploração dos trabalhadores nas indústrias das cidades brasileiras. Apesar das demandas terem sido expostas de forma mais sistemática e organizada desde o início dos

[1] "(...) fazer etnografia implica em: 1) preocupar-se com uma análise holística ou dialética da cultura; 2) introduzir os atores sociais com uma participação ativa e dinâmica e modificadora das estruturas sociais; 3) preocupar-se em revelar as relações e interações significativas de modo a desenvolver a reflexividade sobre a ação de pesquisar, tanto pelo pesquisador quanto pelo pesquisado." (MATTOS, 2011, p.49).

[2] "Etnografia é também conhecida como: observação participante, pesquisa interpretativa, pesquisa hermenêutica, dentre outras. Compreende o estudo pela observação direta e por um período de tempo, das formas costumeiras de viver de um grupo particular de pessoas: um grupo de pessoas associado de alguma maneira, uma unidade social representativa para estudo, seja ela formada por poucos ou muitos elementos (...)" (MATTOS, 2011, p. 51).

[3] Nesse tópico, utilizamos como fonte o artigo de Nelson Saule Jr. e Karina Uzzo, publicado no site http://base.d-p-h.info/pt/fiches/dph/fiche-dph-8583.html. Acessado em 15 de maio de 2019.

anos 80, foi em meados dessa década que emerge um movimento em escala nacional pela Reforma Urbana articulando diversas entidades e atores sociais.

Para além da questão da moradia, a luta pela Reforma Urbana abarcava uma cidade para todos os trabalhadores que dela participavam, construíam e usufruíam. Para isso era preciso assumir a crítica à cidade mercantilizada[4], dos lucros, da valorização imobiliária, da propriedade privada; a cidade dividida entre ricos e pobres, entre os que possuem acesso aos serviços públicos e os que não possuem.

Desta forma, as reivindicações feitas pelos movimentos de luta pela Reforma Urbana vão além das questões da democratização do solo urbano: elas espraiam para a necessidade de justiça social, participação popular na gestão das cidades – busca para acabar com a visão tecnocrática de construção do espaço urbano e, sobretudo, a relação entre "falta de desenvolvimento" e "justiça social" – e condições adequadas para o bem viver. Nesse sentido, o direito à cidade[5] se resume na sua democratização, na qualidade de vida dos seus habitantes, no acesso à terra como meio de moradia e de subsistência, transporte público, saneamento, no combate às desigualdades sociais e no direito de ir e vir. É, portanto, a desmercantilização de todos os bens e serviços que são essenciais ao pleno desenvolvimento da vida, é o direito para todas e todos que construíram a cidade independente de suas capacidades de pagarem por ela.

Nesse contexto o conservadorismo que habitava o Congresso brasileiro considerava alguns instrumentos utilizados pela Reforma Urbana - o usucapião e a função social da propriedade privada - como ameaças à ordem social e ao pleno desenvolvimento do país. Apesar da disputa se acirrar, os movimentos sociais não recuaram e avançaram significativamente na questão da participação popular na gestão das cidades com a autonomia dos municípios, com os referendos, os plebiscitos, os conselhos e as consultas públicas.

Diversas conquistas no que diz respeito à política urbana ocorreram pós-constituinte de 1988 como a formação do Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU) que emerge no intuito de pressionar o Congresso a regulamentar o capítulo da política urbana da Constituição Federal, culminando no Estatuto da Cidade em 2001 - onde são estabelecidas "normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio

[4]A noção de *cidade mercantilizada* foi inspirada pela leitura do livro "A cidade do pensamento único: desmanchando consensos" de Otília Arantes, Carlos Vainer e Ermínia Maricato, sobretudo do capítulo "Pátria, empresa e mercadoria" onde é colocado o projeto do planejamento estratégico no meio urbano: "É a constatação da competição entre cidades, que autoriza a venda das cidades, o emprego do *marketing* urbano, a unificação autoritária e despolitizada dos citadinos (...)" (2000, p.99).

[5] O direito à cidade é uma expressão inspirada no livro "O direito à cidade" de Henri Lefebvre, sobretudo pelo último capítulo "Teses sobre a cidade, o urbano e o urbanismo" (p. 137).

ambiental"[6] - e no Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), cujos recursos são destinados a provisão de projetos de habitação de interesse social.

Apesar dos avanços de mobilização popular e institucionais para o provimento do direito à cidade, a luta pela manutenção e pelo contínuo avanço nas questões referentes à política urbana e justiça social são constantes e devem estar nas pautas dos movimentos sociais e da população em geral para uma vida de qualidade para toda classe trabalhadora que constrói constantemente o meio urbano.

Remando contra a corrente: apontamentos sobre Educação Popular

Em diversos contextos socioculturais, militantes e educadores do mundo inteiro construíram durante muitos anos ao lado de operários, de sem terras e de movimentos urbanos que lutavam pela libertação colonial, uma prática pedagógica de recusa ao modelo civilizatório capitalista e portadora de propostas educativas radicalmente novas (OLIVEIRA & OLIVEIRA, 1985).

A educação popular nasce e se desenvolve como uma prática interessada, engajada com os interesses das classes populares (BETTO & FREITE, 1986), sobretudo, em um contexto que o analfabetismo era alto para um país que estava em pleno processo de desenvolvimento. A necessidade de intervenção na realidade social diante desse cenário surgiu com a formulação de pressupostos teóricos e metodológicos nesse campo. Um dos intelectuais brasileiros que conseguiu entender esse momento e reunir as questões e os desejos dos oprimidos e transformá-los em uma bandeira de luta foi Paulo Freire. Nesse contexto, a alfabetização de adultos também foi essencial para a mobilização da questão da educação no país (PINI, 2012).

Para Freire (1984), a tarefa pedagógica enquanto ato político envolve um posicionamento do educador. Respeitar os saberes dos educandos e aprender com eles não significa que o educador não tenha uma concepção de verdade, mesmo que temporária; faz parte da educação convencer o educando de determinados valores políticos. O conhecimento de educador e educando possui elementos diferentes e originais e não são necessariamente excludentes; muito pelo contrário: podem ser complementares na construção de um novo conhecimento que supere os anteriores. Assim, vivemos o convencimento mútuo como uma vitória *com* e não uma vitória *sobre* as classes oprimidas.

Concordamos com Freire (1984) quando afirma "que é a prática que ajuíza o discurso" (p.13). O ponto de partida sempre será a prática social dos educandos e não o saber do educador. A teorização deve refletir a prática (quem são os educandos, o que fazem, o que sabem, o que vivem, o que querem, que desafios encontram) de forma a

[6] A lei que estabelece as diretrizes gerais da política urbana pode ser acessada através do site do Planalto por meio do link http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acessado em 15 de maio de 2019.

instrumentalizá-la. Nesse sentido, a teoria não acrescenta nada ao real, mas o ilumina, permite compreendê-lo melhor e orienta a prática. Podemos então concluir que não é o discurso sobre a educação popular que tem caráter subversivo, mas sim a prática no cotidiano.

Elaboramos um esquema geral com as principais características da educação popular, assinalando algumas referências dessa perspectiva pedagógica:

1. A centralidade atribuída ao diálogo, à ética e democracia. A primeira palavra sempre está com as classes populares, tomando centralidade na construção do projeto educativo;

2. A Cultura das classes populares e sua prática, subjetividades e imaginários (percebido, concebido e vivido) são ao mesmo tempo o caminho e a caminhada de um horizonte emancipatório e a educação popular é um dos recursos de orientação em busca desse caminho em construção. (BRANDÃO, 1984).

3. Reconhecimento da prática de exercício da organização e da luta da vida cotidiana como espaço de aprendizagem;

4. A sistematização e reflexão constante da prática como elemento estruturante da práxis pedagógica.

Para nós, essas são as referências basilares da educação popular e é a partir desses elementos que refletiremos a prática realizada no Espaço Criarte Mariana Crioula (ECMC).

"Com luta, com garra, a casa sai na marra" – a Ocupação Manuel Congo (MNLM-RJ) e o Espaço Criarte Mariana Crioula (ECMC)

A decisão pela mobilização e organização para ocupar imóveis vazios em áreas infraestruturadas do centro do Rio de Janeiro pelo Movimento Nacional de Luta pela Moradia do Rio de Janeiro (MNLM-RJ) estava intimamente relacionada ao contexto mais abrangente da política nacional brasileira. A década dos anos 2000 foi marcada por uma forte institucionalização dos movimentos populares, fato que se intensificou com a eleição em 2002 de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), para a presidência da república.

A eleição de um presidente de origem popular, com trajetória política vinculada à luta dos trabalhadores, que chegou a ser presidente de um dos principais sindicatos operários do Brasil, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, através de um partido de esquerda com clara origem popular, provocou a abertura de espaços institucionais no governo federal para os movimentos populares. Estes acreditaram que era o momento de colocarem em prática todo o acúmulo construído ao longo de mais de vinte anos de lutas sociais. Com os movimentos urbanos não foi diferente.

Deu-se início a uma mobilização para a construção de uma cogestão das cidades entre os movimentos populares e o governo federal. Para tais movimentos era o momento de consolidação do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano (SNDU) e do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) - um fundo destinado à requalificação e construção de moradias, voltado à população de baixa renda, e da implantação de infraestrutura urbana complementares aos programas habitacionais de interesse social. Além disso, era preciso aprovar e sancionar o Estatuto das Cidades e criar um órgão federal capaz de articular as demandas dos movimentos e que estivesse preocupado com a elaboração de políticas urbanas.

Nesse contexto, que em 2003, foi realizada a I Conferência Nacional das Cidades com participação dos movimentos populares (União Nacional por Moradia, Central dos Movimentos Populares – CMP, Movimento Nacional de Luta Pela Moradia – MNLM, entre outros) estabelecendo um amplo debate com significativos avanços para a luta urbana, como a criação do Ministério das Cidades e a indicação de Olívio Dutra como Ministro da pasta, um antigo militante dos movimentos urbanos e um dos fundadores do MNLM.

Já em 2005 na II Conferência Nacional das Cidades, de acordo com a avaliação da coordenação estadual do MNLM, não foi feito uma boa avaliação da primeira conferência e pouca coisa do que foi acumulado foi posta em prática nos anos subsequentes. É preciso, mais uma vez, relacionar a luta urbana no Rio de Janeiro à conjuntura política nacional. Foi neste mesmo ano que escândalos de corrupção assolaram o alto escalão do governo petista. O pagamento de propina a parlamentares, conhecido como “mensalão”, garantia ao palácio do planalto a maioria no parlamento em votações consideradas prioritárias, o que viabilizava um governo sem grandes barganhas por cargos executivos em troca do apoio no parlamento em nome da “governabilidade”.

Tal situação teve consequências significativas para o Ministério das Cidades. Olívio Dutra, antigo militante popular e sindicalista, foi substituído pelo diplomata Marcio Fortes e, segundo a avaliação estadual do MNLM, os avanços vislumbrados na I Conferência Nacional das Cidades passaram a fazer parte do passado. Nesse sentido, uma importante parcela da liderança do MNLM chega à conclusão de que foi demasiado contemporizadora com a política do governo federal e que era preciso voltar a estabelecer um maior diálogo com a base e realizar atividades de rua.

Em 2006, longe de ser um consenso entre as lideranças do MNLM, a opção pela organização de famílias e militantes para ocupar imóveis na área central da cidade foi vitoriosa em relação à mobilização para escolher delegados para a III Conferência Nacional das Cidades. Todavia, a retirada do MNLM-RJ da conferencia não significa o total afastamento da via institucional: foi feita a avaliação de que seria através da mobilização e de atividades de rua que o movimento poderia acumular experiências e força política para avançar qualitativamente na política institucional partindo de outro patamar: o do retorno à mobilização e organização das classes populares.

O primeiro passo dado para a mudança da linha de ação política da via institucional consensual para atividades de rua foi estabelecer uma estratégia para ocupação que estivesse vinculada aos acúmulos feitos em direção à construção da Reforma Urbana. Dentre os eixos estratégicos, se destacavam:

• Ocupação de imóveis vazios, especialmente públicos, a fim de denunciar o enorme estoque de terras voltado para especulação fundiária no Brasil que não cumpria nenhuma função social;

• Ocupação de áreas infraestruturadas das cidades - preferencialmente os centros urbanos - denunciando o espraiamento urbano com o deslocamento dos mais pobres para as periferias das cidades, causando sérios impactos sociais e ambientais derivados da falta de infraestrutura;

• Promoção à integração entre trabalho, moradia e construção do sujeito coletivo com autonomia sobre a gestão do território.

O segundo passo foi encontrar imóveis vazios na cidade, além de encontrar parceiros nas lutas do MNLM que ajudassem a mobilizar as famílias. As reuniões eram mensais e todas as famílias que participavam se enquadravam dentro dos critérios relacionados ao déficit habitacional quantitativo e qualitativo. Em outras palavras, segundo a metodologia da Fundação João Pinheiro (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2011), o déficit habitacional (quantitativo) está relacionado à população que vive em habitações precárias, coabitação familiar, com ônus excessivo no aluguel e ao alto adensamento de moradores em domicílios alugados. Já a inadequação dos domicílios (déficit qualitativo), segundo a mesma fundação, estende-se aos domicílios com carência de serviços de infraestrutura (energia elétrica, esgotamento sanitário, abastecimento de água, coleta de lixo), inadequação fundiária urbana, inexistência de unidade sanitária domiciliar exclusiva, cobertura inadequada e o alto adensamento de moradores em domicílios próprios. Acrescenta-se a esses critérios a avaliação da vida cotidiana das famílias, como, por exemplo, a residência próxima a áreas controladas por facções criminosas e de conflito deflagrado.

Ademais, devido a parâmetros impostos pela política pública de habitação de interesse social, todas as famílias deveriam possuir renda familiar de 0 a 3 salários mínimos. Tal critério justifica-se pela grande concentração do déficit habitacional nesta faixa, correspondendo a 83,9% do déficit habitacional brasileiro[7]. Por outro lado, tal parâmetro quantitativo nacional é limitador, principalmente no que diz respeito ao atendimento do déficit qualitativo, pois não considera as discrepâncias regionais sobre o custo de vida e ao valor da terra. O déficit habitacional brasileiro, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional

[7] Os dados foram retirados do site da Câmara Brasileira de Indústria e Construção através do link http://www.cbicdados.com.br/menu/deficit-habitacional/deficit-habitacional-no-brasil. Acessado em 16 de maio de 2019.

por Amostra de Domicílios (PNAD)-IBGE[8] chega a mais de 6,355 milhões de domicílios, ao passo que até 2008 a quantidade de imóveis vagos nas áreas urbanas chegou a 5 milhões[9]. Grande parte desses imóveis vagos localiza-se em áreas urbanizadas que gozam de uma mínima infraestrutura urbana, em geral nas áreas centrais e consolidadas das grandes cidades, como no Rio de Janeiro, que conta com uma taxa de vacância de mais de 10% em todo município, sendo esse número maior na AP1 (Área de Planejamento 1) que engloba o centro da cidade, chegando a mais de 13% dos imóveis, cerca de 6,3% de todos os domicílios vagos na cidade (BIASOTTO, 2009). Esses dados serviram de base para a estratégia do MNLM-RJ de denúncia aos imóveis urbanos vazios, de ocupação desses imóveis e a sua destinação à habitação de interesse social. Nesse sentido, as reuniões que precederam a ocupação tinham como objetivo central a construção de um projeto coletivo.

A metodologia consistia em levar as famílias a pensar criticamente o seu local de moradia, o que gostavam e o que não gostavam, o que poderiam fazer para mudar e o que gostariam que fosse diferente no lugar para onde iriam. Foram realizadas dinâmicas de grupos, músicas, poesias, textos, relatos de experiência, atividades de trabalho coletivo, a fim de mobilizar, integrar os futuros ocupantes e construir uma carta de princípios. Também foram organizadas brigadas de infraestrutura, segurança, alimentação e escolhido o nome da ocupação: Manuel Congo. Tudo foi discutido coletivamente com a orientação da coordenação estadual do MNLM.

Segundo alguns entrevistados[10], foi criado um clima de forte empolgação entre as famílias à medida que se aproximava o dia da ocupação. A seleção do imóvel era tarefa da coordenação; por questões de segurança, as famílias que estavam sendo preparadas só conheceram o local da ocupação no dia da entrada no imóvel. Para identificação dos imóveis vazios realizavam-se atividades coletivas e "vaquinhas" para levantar recursos e pagar as certidões de ônus reais.

Dentre os diversos imóveis identificados, destacaram-se dois prédios, um público e outro privado, nas imediações da Cinelândia no centro da cidade do Rio de Janeiro. A área foi escolhida por ser um polo histórico cultural da cidade com prédios importantes como a Biblioteca Nacional, Teatro Municipal, Centro Cultural da Justiça Federal e Cinema Odeon, e estar próximo de uma das maiores áreas de lazer ao ar livre da cidade, o Aterro do Flamengo e junto à principal rua do centro, a Avenida Rio Branco. Sendo assim, ocupar prédios na

[8] Os dados foram igualmente retirados do site da Câmara Brasileira de Indústria e Construção através do link http://www.cbicdados.com.br/menu/deficit-habitacional/deficit-habitacional-no-brasil. Acessado em 16 de maio de 2019.

[9] Informação retirada através do site do IPEA pelo link http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=998:catid=28&Itemid=23. Acessado em 20 de junho de 2019.

[10] Uma atual moradora da ocupação Manuel Congo nos contou que todos estavam muito agitados para ocupar: "a gente sentia uma mistura de ansiedade e medo. Era algo imprevisível ocupar um imóvel, mas a possibilidade de realizar o sonho de ter a própria casa e ter acesso a transporte, lazer, saúde e educação, nos dava muita coragem". Outro morador nos falou a respeito da organização: "era tudo bem esquematizado, organizado. Os horários das reuniões, a participação das famílias nas atividades. Todos estavam muito comprometidos".

Cinelândia significou abrir possibilidades de conjugar moradia, trabalho e lazer em uma mesma ocupação.

A escolha do Cine Vitória envolveu diversas questões; dentre elas destacou-se a importância cultural do imóvel. Construído na década de 1940, o suntuoso cinema foi durante muito tempo um dos maiores cinemas da América Latina, marcando de forma indelével, o universo cultural carioca. Além desse fator, os anos de ociosidade do imóvel (mais de dez anos à época da ocupação) incomodavam os diversos militantes do MNLM-RJ.

Outra questão igualmente importante foi a projeção que a ocupação de um imóvel privado poderia dar às lutas urbanas no Rio de Janeiro. O MNLM-RJ acreditava que o ataque direto à propriedade privada abalaria de forma mais contundente as estruturas da sociedade, podendo oferecer maior visibilidade às denúncias sobre o descumprimento do Estatuto das Cidades, que oferecia uma série de instrumentos para que imóveis como o Cine Vitória fossem requalificados e transformados em moradia de interesse social.

As perspectivas de repercussão da ocupação como previra o MNLM-RJ se confirmaram: o caso foi tratado pelo próprio Comandante Geral da Polícia Militar, o Coronel Ubiratan Ângelo, e pelo Governador do Estado, Sergio Cabral Filho. A resistência durou 8 dias e graças aos esforços das lideranças do MNLM-RJ, a fibra e tenacidade das famílias buscou-se o entendimento de uma solução pacífica junto com o comandante, à revelia da vontade do governador.

No dia 8 de outubro deu-se início a uma longa peregrinação das famílias. Despejados do Cine Vitória, seguiram imediatamente em direção à Secretaria Estadual de Habitação a fim de pressionar o Estado a oferecer uma solução em curto prazo para alojamento. Sem avançar nas negociações, a coordenação decide ocupar outro imóvel vazio, na Rua Regente Feijó, para as famílias passarem a noite. Escoltados pela polícia, os militantes seguem até a Praça Tiradentes próxima ao prédio de destino. Simultaneamente, a coordenação e parceiros de diversos movimentos sociais dão andamento, junto à Secretaria de Patrimônio da União (SPU), ao processo de negociação para a compra do prédio do INSS no número 20 da Rua Alcindo Guanabara. O processo é lento e novamente as famílias são despejadas. Como combinado, ocorreu uma nova mobilização para ocupar o então prédio de número 20 da Alcindo Guanabara. Mais uma vez a ocupação foi bem sucedida, só que dessa vez em um imóvel público federal. As negociações passaram diretamente à instância federal com a SPU e com o INSS. Todavia, a Superintendência Estadual do INSS entrara com o pedido de reintegração de posse do imóvel. Com o iminente despejo, o MNLM-RJ decide ocupar a III Conferência Estadual das cidades realizada nos dias 19, 20 e 21 de outubro de 2007, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), denunciando a sua situação para os delegados estaduais dos demais movimentos urbanos, ONGs e organizações sindicais. O secretário de habitação do estado presente na conferência se aproveita politicamente do ato, se aproxima do movimento, se oferece para fazer a interlocução com o INSS e estabelece contato direto com o Diretor Nacional do Departamento de Logística e Patrimônio do órgão, que logo se demonstra disposto a avançar com as negociações. Quando o juiz responsável decretou a reintegração de posse do prédio, deliberou também

que seria necessária uma infraestrutura para o despejo das famílias - caminhões para levar os pertences, o que necessitaria da liberação de recursos da gestão central do INSS, que por sua vez alegou não ter verba para tal ação, demonstrando um claro racha entre a direção nacional do órgão e a superintendência do Rio de Janeiro. Esse processo foi fundamental para que o MNLM-RJ ganhasse tempo - cerca de 2 meses - para buscar novos aliados institucionais e promover novas mobilizações de rua que pudessem acelerar o processo de compra do prédio, evitando, assim, o despejo das famílias.

Na Conferência Nacional das Cidades realizada entre os dias 25 e 29 de novembro de 2007, a liderança nacional do MNLM articulada com diversos membros do Conselho Nacional de Reforma Urbana, entregou uma carta ao presidente da república, à época Luiz Inácio Lula da Silva, relatando a situação da ocupação Manuel Congo. Como era forte a mobilização política dos movimentos sociais em torno da ocupação, o presidente se compromete pessoalmente com a resolução do problema. As ações não pararam. No final do mesmo mês, dia 30, no lançamento do Projeto do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na comunidade do Cantagalo, mais uma vez o MNLM-RJ organiza um ato exigindo a manutenção das famílias da Manuel Congo no prédio e a imediata liberação de recursos do FNHIS para a compra do mesmo junto ao INSS. É entregue mais uma carta ao Presidente da República, indicando a liberação dos recursos do FNHIS para a compra do imóvel pelo Estado via Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ).

Somente 4 anos após a ocupação, o prédio de número 20 da Rua Alcindo Guanabara foi comprado pelo Estado do Rio de Janeiro junto ao INSS com recursos do FNHIS, a fim de destiná-lo à habitação de interesse social. O momento foi comemorado com a ocupação da sede da Caixa Econômica Federal no Rio de Janeiro, Agente Operador da Política Habitacional e dos investimentos sociais urbanos do Governo Federal. Todo esse processo de mobilização pela conquista do imóvel foi acompanhado da construção e organização do espaço coletivo da ocupação. Como um dos militantes do MNLM-RJ definiu, “no começo ficamos todos juntos como uma grande família”. Foram organizados mutirões e brigadas para a criação da cozinha coletiva, cuidados com a infraestrutura do prédio (luz, água, etc), zelo pela segurança com o estabelecimento de turnos na portaria do prédio, além de um grupo de mulheres para tomar conta das crianças enquanto os pais realizavam as tarefas coletivas.

A preparação para a obra também foi um momento de grande importância para a mobilização das famílias em torno do projeto coletivo. Tinha-se a consciência de que os recursos do PAC/FNHIS ou do Minha Casa Minha Vida – Entidades, destinados à requalificação eram muito baixos e que deveria ser construída uma proposta criativa de modo que garantissem a manutenção dos espaços coletivos e pudesse, ao mesmo tempo, produzir habitações próximas do que cada família havia imaginado. Foram diversas atividades e discussões até chegar ao resultado final.

Outro processo central para o MNLM-RJ é a construção do projeto de autogestão que possibilite a junção da habitação com trabalho, em local infraestruturado com garantia

de mobilidade e auto-organizado para emancipação. Desde o processo de preparação para a ocupação, o MNLM-RJ se preocupa em articular cultura, trabalho e moradia. O projeto começou a ser elaborado em 2006 pela coordenação com o estudo das expressões culturais populares, passando pela participação de todos que gostariam de trabalhar através de atividades que diagnosticassem os interesses, potencialidades e afinidades dos moradores.

Várias limitações com relação às políticas públicas foram superadas durante o processo. A Ocupação Manuel Congo e a ação do MNLM-RJ foram e são marcos nas lutas urbanas no Rio de Janeiro, seja pela localização do prédio no centro da cidade ao lado da Câmara dos Vereadores ou pelo pioneirismo na utilização do FNHIS para a compra de imóveis, na busca por financiamento para geração de renda e sustentabilidade do imóvel vinculado ao PTTS exigido pela Caixa e de ser o primeiro a realizar obras com a manutenção das famílias no imóvel. Nesse sentido, há indícios de que a avaliação feita pela coordenação do MNLM-RJ no final da II Conferência Nacional das Cidades foi sendo paulatinamente concretizada. A mobilização popular de rua proporcionou ao MNLM-RJ galgar novas conquistas institucionais para demandas dos movimentos urbanos, o que pode ser comprovado pela Ocupação Manuel Congo.

Hoje, a gestão coletiva do espaço continua sendo um dos princípios fundamentais que regem a ocupação. Existem espaços de uso coletivo como a sala da Assembleia - esta realizada uma vez por mês como instância deliberativa da ocupação -, a sala do Espaço Criarte Mariana Crioula (em processo de reconstrução) - núcleo de educação popular para as crianças e adolescentes da ocupação - a “casa de samba” – onde são realizados eventos e comemorações. A portaria e a limpeza ainda funcionam por meio de turnos. Há também a comissão de obras, responsável pela manutenção do prédio e pelo planejamento/acompanhamento da obra de requalificação do mesmo.

Um dos núcleos do MNLM com atuação mais presente na ocupação Manuel Congo é o coletivo de Pedagogia e Formação Política no Espaço Criarte Mariana Crioula. A preocupação com a educação de crianças e jovens foi um dos pilares da carta de princípios construída pela comunidade, apenas restava saber como e quem seria capaz de por em prática tais princípios. Foi assim que, no segundo semestre de 2008, iniciou uma organização para a implementação de um espaço de educação para as crianças, diferente da pequena creche organizada para que os pais pudessem participar das atividades coletivas. Este espaço nascia com a proposta de pensar a educação popular no contexto da cidade.

No início eram atividades preocupadas com o reforço escolar e com a convivência das crianças naquele espaço coletivo que estava sendo construído. Hoje, o Espaço Criarte Mariana Crioula já conta na sua história com a participação de diversos educadores populares comprometidos com a transformação da sociedade; há uma cartilha de princípios pedagógicos do Espaço e são realizadas atividades duas vezes na semana, conciliando o reforço escolar com atividades lúdicas que estimulem a criatividade das crianças e jovens e, que possibilitem, através de múltiplas experiências, que esses estabeleçam consciência de si e de sua inserção no mundo.

O desenvolvimento das crianças e adolescentes sempre foi uma preocupação dos militantes do MNLM. A necessidade de integrar a Educação Popular com a luta pela Reforma Urbana é um importante horizonte de combate e é desse desafio que nasce o Espaço Criarte Mariana Crioula na Ocupação Manuel Congo. Nesse sentido, o ECMC tem dois pontos de partida: surge da urgência de ter um espaço para pensar, propor e executar ações voltadas para as crianças e adolescentes das ocupações construídas pelo MNLM[11] e, vinculada a essa necessidade, está a construção e gestão coletiva da comunidade, o que passa pela compreensão de que todos são responsáveis pelo pleno desenvolvimento dos indivíduos do grupo, principalmente as crianças. Sendo assim, era e é fundamental que o MNLM criasse e crie mecanismos, espaços e atividades que possibilitem a edificação de uma proposta de educação coletiva, vinculadas aos seus princípios e suas práticas.

No processo de construção de um espaço pedagógico para a Ocupação Manuel Congo, a direção do MNLM buscou desde seu início o diálogo com professores e estudantes de pedagogia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, no sentindo de construir uma parceria com o MNLM para elaborar e realizar atividades voltadas para alfabetização das crianças da Ocupação. Contudo, o projeto não se consolidou, pois havia uma dificuldade de enquadrar a agenda da academia às necessidades do movimento e, ainda, era necessário que militantes do MNLM, principalmente moradores da ocupação, participassem da construção de qualquer projeto pedagógico que fosse ser implementado.

No segundo semestre de 2008, a iniciativa tão sonhada começa a tomar contorno. Uma das militantes mais antigas do MNLM, que havia participado de inúmeras experiências no campo da educação popular, iniciou as atividades com aulas de reforço para as crianças do primeiro seguimento do ensino fundamental. Entretanto, entendia-se que não se tratava apenas de criar uma extensão da escola formal, mas atender às demandas políticas do MNLM e do cotidiano da comunidade. Logo, são incorporadas atividades lúdicas vinculadas à construção do sujeito coletivo, à perspectiva revolucionária da classe trabalhadora, aos princípios do movimento e à luta pela Reforma Urbana.

Outra questão importante é o fato do ECMC fazer parte de um movimento popular. Tal fato vincula a experiência pedagógica às necessidades que extrapolam a relação entre educandos e educadores, pois está comprometida com a Reforma Urbana e a transformação da sociedade vigente. É uma experiência educacional para além da qualificação para a atividade laborativa: vincula-se à vida política e militante, formando crianças para que se tornem politicamente conscientes da cidade em que vivem, do papel que cumprem e podem cumprir na sociedade.

Um dos adolescentes que frequentava o ECMC desde o início das atividades tinha uma visão interessante acerca das semelhanças e diferenças do Espaço em relação à escola formal: “há diferença em tudo. Só não muda é que vocês ajudam em deveres e passam

[11] A Ocupação Mariana Crioula, na Gamboa e a Ocupação Solano Trindade em Duque de Caxias (ambas do MNLM) também estavam dentro do projeto do ECMC.

deveres porque de resto é bem diferente. Ambiente, modo de ensinar, modo de ajudar, modo de brincar, a gente sai quase todo fim de semana!". Pais e mães, em geral, não têm uma concepção tão abrangente das especificidades do ECMC em relação à escola formal. Em entrevista, uma das mães de crianças que frequentavam o ECMC, chegou a mencionar que não havia diferença entre tais espaços: "são feitas atividades da mesma forma que na escola". Porém, com perguntas mais específicas relacionadas à possibilidade de participação dos pais, foi percebendo algumas variantes significativas, chegando a mencionar o fato de todos os seus filhos frequentarem o mesmo espaço, independente da série na escola, o que acabava facilitando o acompanhamento feito por eles.

O caráter multisseriado é outra característica importante da estrutura de funcionamento do Criarte. As atividades são pensadas e realizadas para dois grupos distintos, sendo que, diferentemente da escola formal, a separação dos grupos não é feita a partir do nivelamento de conteúdo adquirido pelas crianças, muito pelo contrário: compartilhar experiências e conhecimento através da ajuda mútua é um dos pilares da prática pedagógica do ECMC. Os grupos são divididos por faixa etária e, desse modo, avalia-se que há um descompasso entre os interesses dos mais novos e dos mais velhos. Sendo assim, para dar conta das demandas específicas, os horários das atividades são divididos. Os mais novos (de 2 a 9 anos) iniciam as atividades mais cedo e, em seguida, os mais velhos (10 a 16 anos).

Apesar desses elementos alguns responsáveis seguiam compreendendo o ECMC como expansão da escola formal ou, até mesmo, recreação. Isso dificultou e dificulta a participação e a construção coletiva do projeto pedagógico, uma vez que a escola tradicional é marcada pela divisão e hierarquização do trabalho, no qual um grupo de especialistas "pensa" e planeja e outro executa. Podemos citar também a relação clientelista com os responsáveis pelas crianças, que recebem a educação dos seus filhos como um produto fechado, sem que haja a possibilidade da participação no planejamento e gestão do espaço escolar. Para entendermos esse processo é mister buscar compreender as relações de poder no âmbito da educação popular[12]. Para Garcia (1984), estas relações encontram-se em dois níveis: na disputa política no âmbito da totalidade da sociedade; e no interior da prática educacional, na relação educador/grupos populares.

Sobre o primeiro, entendemos que em uma sociedade de classes, os saberes e o conhecimento da classe dominante são os saberes e conhecimentos dominantes. Isso significa que toda e qualquer proposta de educação que valorize o conhecimento e saberes originários das classes subalternas tem caráter contra hegemônico. Ademais, não podemos conceber o saber dominante e dominado como se fossem isolados e independentes um do outro. São faces da mesma moeda, produto de uma sociedade de classes sociais antagônicas e o saber é uma das dimensões da luta de classes (GARCIA,1984).

[12] A relação de poder perpassa pela ausência de participação dos responsáveis tendo em vista a crença de que os educadores/militantes detém o conhecimento necessário a serem transmitidos para os seus filhos.

Para ser coerente com a proposta pedagógica libertadora que se propõe é fundamental superar esse sistema de poder e estabelecer uma prática que reforce o poder das camadas populares, partindo de seus interesses e estimulando o seu protagonismo na construção do projeto pedagógico.

Desse modo, a prática é a flecha norteadora das atividades desenvolvidas no ECMC. Os princípios foram construídos a partir da reflexão da prática cotidiana aliada a um olhar teoricamente informado, vinculado à tradição da educação libertadora, das lutas da classe trabalhadora. A metodologia foi construída a partir da relação com as crianças, com as concepções e princípios do MNLM, da luta pela Reforma Urbana e das necessidades mais imediatas da comunidade.

Se a realidade é sempre o ponto de partida da educação popular, tantas serão as práticas e métodos quantos serão as realidades socioespaciais em que se desenvolverá tal processo. Nas palavras de Brandão (1984, p. 129), "não há métodos nem sistemas pedagógicos rígidos, porque é cada passo da prática política que dita as regras de nossa didática".

É preciso dizer que não acreditamos em um messianismo do saber e da cultura popular. Tanto o educador quanto as classes populares reproduzem a ideologia dominante; não se trata de uma inversão: a verdade agora passa aos grupos populares e o educador passa a ser o portador da ideologia dominante. Mais uma vez vale ressaltar o caráter dialógico da educação popular, em que cada grupo e cada educador devem estar abertos a reinventar e reavaliar os seus conhecimentos.

Considerações Finais

Neste trabalho nos dispomos a analisar a prática pedagógica desenvolvida no Espaço Criarte Mariana Crioula (ECMC), na relação determinada/determinante face à produção do espaço da Ocupação Manuel Congo. Compreendemos que tal prática está condicionada por determinadas conjunturas espaço-temporais, sincrônica e diacronicamente. Isso quer dizer que as práticas hoje desenvolvidas são resultado de um longo processo civilizatório, vinculado à modernidade, ao surgimento e difusão do modo de produção capitalista e ao modelo de desenvolvimento a ele relacionado. Mas também está ligado a temporalidades de atores sociais diversos (movimento popular, Estado, grandes corporações, rentistas e especuladores fundiários, etc.) que ao mesmo tempo configuram uma realidade socioespacial específica, de ação multi e transescalar.

A Ocupação Manuel Congo é ao mesmo tempo produto e reação do modelo de desenvolvimento hegemônico da cidade mercadoria. É produto como resultado da precarização da vida urbana (déficit habitacional, problemas relacionados à (i)mobilidade urbana, violência, etc.), fruto de um modelo de cidade cada vez mais voltado para a reprodução ampliada de capital, no qual o próprio espaço urbano torna-se uma das

mercadorias privilegiadas do atual processo de acumulação. Também é reação quando algumas centenas de trabalhadores urbanos resolvem tomar protagonismo de suas vidas, mesmo que por alguns momentos, e se incorporam a um projeto coletivo e ocupam um espaço que, dentro da ordem estabelecida, não deveria ser apropriado por eles.

Evidentemente o processo de luta e resistência que resulta na Ocupação não se resume aos seus moradores. Está inserido numa estratégia mais ampla da luta da classe trabalhadora, em um movimento popular de abrangência nacional, o Movimento Nacional de Luta pela Moradia, que busca em sua missão conciliar as demandas mais imediatas da classe trabalhadora e um horizonte de superação radical da sociedade capitalista. Entendemos que essa dupla missão é construída dentro das ocupações do MNLM, atrelando a construção de espaços de autonomia, onde há o estímulo e valorização do sujeito coletivo, à luta mais ampla pela Reforma Urbana e pelo direito à cidade.

É nesse contexto que surge o ECMC como proposta de construção de um projeto pedagógico coletivo, no qual se compreende os indivíduos da comunidade como responsabilidade de todos, principalmente as crianças e adolescentes. Compreendemos a prática pedagógica do ECMC como um instrumento de construção do espaço vivido, no qual o indivíduo possa sair do automatismo da concepção hegemônica e construa uma consciência que possibilite a resistência e a transformação.

Dentre os desafios do ECMC (e porque não de todo o MNLM?) está o de construir as bases de edificação do poder popular, onde os indivíduos das classes populares possam ser protagonistas de suas vidas. Nesse sentido, resgata-se o desenvolvimento e a autonomia como referencial ético e político norteador de toda a prática pedagógica do Criarte. Para dar conta de tais desafios, é necessário refletir sobre os limites e as possibilidades da ação. Este trabalho buscou iniciar essa reflexão que, longe de ter uma resposta conclusiva, serviu para suscitar novas questões e horizontes. O ECMC é a busca de um sonho, a construção da autonomia e da emancipação humana.

Artigo recebido em 20 mai. 2019

Aprovado para publicação em 09 jul. 2019

Referências Bibliográficas

ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.* Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

BATISTA, Luana Braga. *Uma análise antropológica da representação do indígena brasileiro nos manuais didáticos de história.* Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em ciências sociais). Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, 2017.

BETTO, Frei; FREIRE, Paulo. *Essa escola chamada vida: depoimentos ao repórter Ricardo Kotscho.* São Pauo: Editora Ática, 1986.

BIASOTTO, Rosane. *Moradia é Central: inclusão, acesso e direito a cidade*. Rio de Janeiro: Instituto Polis, 2009.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A cultura do povo e a educação popular. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. et al. *A questão política da educação popular*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FREIRE, Paulo. Educação: o sonho possível. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. org. *O educador: vida e morte.* Rio de Janeiro, Edições Graal, 1984.

GARCIA, Pedro Benjamim. Educação popular: algumas reflexões em torno da questão do saber. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. et al. *A questão política da educação popular*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

MATTOS,CLG. A abordagem etnográfica na investigação científica. In: MATTOS, CLG., and CASTRO, PA., *orgs*, *Etnografia e educação: conceitos e usos [online]*. Campina Grande: EDUEPB, 2011, pp. 49-83. ISBN 978-85-7879-190-2. Available from SciELO books < http://books.scielo.org>. Acessado em 24 de junho de 2019.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. *Déficit habitacional no Brasil*. Secretaria Nacional de Habitação – Brasília: 2011. 140 p.

NABIL, Bonduki. *Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula.* arq.urb Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo: n. 1, 2008. Disponível em: http://www.usjt.br/arq.urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf. Acesso em dez de 2018.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de; OLIVEIRA, Miguel Darcy de. A reinvenção da educação: os movimentos sociais como contexto educativo. In: FREIRE, Paulo. et al. *Vivendo e aprendendo: experiências do IDAC em educação popular*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PINI, Francisca Rodrigues de Oliveira. *Educação popular e os seus diferentes espaços: educação social de rua, prisional e campo.* In: IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 4., São Paulo, 2012. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/pdf/cips/n4v1/32.pdf. Acesso em maio de 2019.

Patriotismo luso-brasileiro: a felicidade e o bem comum no imaginário ilustrado das primeiras décadas do século XIX

Wederson de Souza Gomes[1]

Luso-Brazilian patriotism: happiness and the common good in the illustrated imagery of the first decades of the nineteenth century

[1] Doutorando em História pela Universidade Federal de Ouro Preto. Professor de História da Minas Gerais Educação. E-mail: wedersong@live.com

Resumo:

O presente artigo busca analisar o conceito de *patriotismo* no Império luso-brasileiro entre o findar do século XVIII e primeiras décadas do XIX a partir da trajetória política e intelectual de José de Resende Costa Filho. Apesar da polissemia do conceito, cujo uso podia assumir acepções distintas, a noção de *patriotismo* estava alicerçada nos trabalhos para o engrandecimento do império e felicidade da nação. Destarte, analisar a trajetória de Resende Costa Filho é uma oportunidade singular para entrever como parte dessa geração oitocentista vislumbrava ser *patriota*. Um intelectual que esteve no cerne de importantes acontecimentos entre os séculos XVIII e XIX e que carregou em sua experiência de tempo elementos singulares para apreendermos as particularidades do conceito.

Palavras-chave: Resende Costa, patriotismo, inconfidência mineira, felicidade.

Abstract:

The present article seeks to analyze the concept of patriotism in the Luso-Brazilian Empire between the end of the eighteenth century and the first decades of the nineteenth century from the political and intellectual trajectory of José de Resende Costa Filho. Although of the polysemy of the concept, whose use could assume distinct meanings, the notion of patriotism was based on the works for the aggrandizement of the empire and happiness of the nation. Thus, analyzing the trajectory of Resende Costa Filho is a singular opportunity to glimpse as part of this eighth-generation generation glimpsed the patriot being. An intellectual who was at the heart of important events between the eighteenth and nineteenth centuries and who carries in his experience of time unique elements to apprehend the particularities of the concept.

Key words: Resende Costa, patriotism, mining inconfidence, happiness.

Introdução

> Conheço muito e muito que a Providência vê-lo sobre a sorte de Portugal, e que este será salvo, tendo a sua testa. O ardor da nação terá resultados espantosos, dirigido por uma mão tão hábil que tanto sabe conhecer os patriotismos para premiar e não vê-lo agonizante como um princípio de repulsão, como sucedia: Graças a Deus[1].

A felicidade e o patriotismo estiveram no cerne das reflexões de José de Resende Costa Filho e de uma geração de políticos e letrados, formados no bojo do Reformismo Ilustrado, no alvorecer do século XIX. Patriotismo era o vocábulo usado pelo intelectual para definir as ações de d. José António de Meneses e Sousa Coutinho – o Principal de Sousa –, irmão de d. Rodrigo de Sousa Coutinho, no trecho supracitado. O excerto é relevante para refletirmos como uma geração de políticos e intelectuais, que estiveram diretamente envolvidos no âmbito político e burocrático do Estado, vislumbrava o Império luso-brasileiro.

Proeminente político e intelectual, a trajetória de Resende Costa Filho se destaca por seu envolvimento na Inconfidência Mineira (1788-1792) e consequente exílio na porção africana do Império luso-brasileiro (1792-1803), bem como a sua agremiação como membro honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1839. Após seu envolvimento com a Inconfidência Mineira entre os anos 1788-1792, sua reinserção à administração do Império, em 1803, foi possível devido às boas relações que estabeleceu com d. Rodrigo de Sousa Coutinho, futuro Conde de Linhares, e seus familiares.

Após seu retorno ao Brasil, no ano de 1809, o burocrata buscou manter e fortalecer os laços com a família Sousa Coutinho. Em correspondências trocadas com os irmãos de d. Rodrigo, que permaneceram em Portugal após a transferência da Corte para o Rio de Janeiro, Resende Costa Filho os informava sobre os acontecimentos no Brasil, assim como explicitava sua visão acerca da administração imperial. Alocadas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, esse conjunto de missivas, trocadas entre os anos de 1810 e 1817, permitiu assimilar o posicionamento do burocrata ante aos distintos eventos que envolveram o império, assim como demonstrar a relevância que o patriotismo assumia para essa geração. A linguagem epistolar teve um papel fundamental durante o período colonial e havia, inclusive, manuais que demonstravam a forma como deveriam ser estruturadas. Era por meio de missivas que os administradores coloniais podiam transmitir informações de relevância ao soberano. Ademais, seu caráter informativo permitia transmitir suas ações, experiências, inquietações em torno dos acontecimentos (CONCEIÇÃO, 2005).

Interessa singularmente à proposta do respectivo ensaio sua acepção acerca do conceito de patriotismo, uma vez que ser patriota significava atuar pelo bem, pela felicidade e pelo fortalecimento das bases do Império. O patriota era, por essência, um agente histórico cujas ações eram condicionadas pelo prazer intelectual e pela felicidade, elementos inerentes

[1] ANTT. Conde de Linhares. Maço 74/32. "Cartas de José Resende Costa para D. Mariana de Sousa Coutinho", 1810.

à práxis patriótica (MOREL, 2007, p. 18). Nesse sentido, ao escrever sua Memória Histórica dos Diamantes, no ano de 1836, Resende Costa Filho definia o Conde de Linhares como a expressão máxima daquilo que considerava ser o patriotismo, e como as ações do ministro joanino foram substanciais ao engrandecimento do Império luso-brasileiro. O intelectual narrava o incansável trabalho realizado por d. Rodrigo para o restabelecimento da fábrica da lapidação de diamantes do Rio de Janeiro, e enfatiza que se tratava da promoção do bem e da felicidade do Império.

> El Rei, D. João VI, conhecendo as grandes vantagens que resultariam da introdução desta indústria nos seus reinos, sendo Senhor de um artigo de que a Europa se fornecia pela maior parte, e para não depender de estrangeiros a sua lapidação, com grande dispêndio procurou estabelecê-la mandando vir lapidários: mas, no decurso do tempo, e pelo desmazelo ordinário do Governo, foi reduzida ao maior abatimento, de que arrancou o gênio fervoroso e ilustrado *patriotismo* de d. Rodrigo de Sousa Coutinho, este grande Ministro de Estado, ao qual nada escapou para promover o bem e felicidade do seu país (COSTA, 1836, p.27-28).

Haja vista que uma das acepções de patriotismo oitocentista significava atuar pelo engrandecimento e fortalecimento do Império, cabe-nos explicitar como esses homens entreviam outros conceitos caros ao período como as noções de pátria e nação. Esclarecimentos concernentes a essa indagação requerem que contemplemos os debates historiográficos acerca dos vocábulos, levando-se em consideração que seus significados conceituais ainda não estavam plenamente delineados. Na transição que envolve os séculos XVIII e XIX podemos perceber a polissemia que o vocábulo pátria ainda possuía. Com contornos que por vezes se confundia com o conceito de nação, o vocábulo pátria, "no mundo ibérico, em especial no período que vai de meados do século 18 à metade do século 19", foi associado "às Revoluções Atlânticas e, mais especificamente, à conjuntura das guerras napoleônicas" (PAMPLONA, 2014, p.275).

Marco A. Pamplona destaca que durante a modernidade forjou-se um conceito de pátria baseado nos princípios de liberdade e bom governo. Diferente da dimensão religiosa do patriotismo antigo, a terra pátria[2] representava o espaço de origem e pertencimento, espaço esse que poderia haver leis e governança que contemplassem o bem comum. Os apontamentos de Pamplona reforçam aquilo que foi explorado em trabalhos anteriores como os de István Jancsó e João Paulo Garrido Pimenta. Os autores asseveram que a porção americana do Império luso-brasileiro era composta por um mosaico de pátrias e que monarquia portuguesa era o elo coesivo. Esse mosaico brasílico fazia parte daquilo que era a grande nação portuguesa, contudo, no plano regional era possível identificar as inúmeras identidades pátrias coexistentes, que se expressavam como pernambucanos, paulistas, Filhos das Minas, dependendo da região à qual pertenciam (JANCSÓ; PIMENTA, 2000, p. 69-80).

[2] Grifo do autor.

Como salientado anteriormente, entre o findar do século XVIII e primórdios do XIX, envolvidos em um contexto revolucionário, havia certa indefinição acerca dos significados de pátria e nação no mundo ibérico. Nesse sentido, François-Xavier Guerra (2003, p. 33-46) assevera que a pátria ocupava um lugar central na linguagem do século XVIII e, durante a era revolucionária, assumia a carga afetiva que o termo nação ainda não possuía. A pátria representava um patrimônio cultural e podia assumir diferentes sentidos de pertencimento. O patriotismo, por seu turno, representava mais que um amor à pátria, este assumia o desejo de servi-la, defendê-la, atuar em seu progresso e buscar sua liberdade e independência. A dualidade contida no conceito de pátria se expressa em escritos de Resende Costa Filho à irmã de d. Rodrigo, d. Mariana de Souza Coutinho, do ano de 1810.

> Tenho sido extremamente sensível aos lances em que se tem achado Vossa Excelência e os Excelentíssimos Senhor Principal e a Senhora de Pancas: eu tenho tido a maior satisfação em ver desenvolvido o carácter da Nação, e o heroísmo com que se tem distinguido o vosso Exército ainda mesmo naquelas ações parciais, em que não tem intervindo estrangeiros, a quem devemos na verdade muito: oxalá que eles reconhecidos se convencessem de verdade que talvez ignore o público, e de factos, de que tem resultado os fenômenos e estado, que admiramos.

No trecho supracitado o intelectual demonstra satisfação com as ações empreendidas pelo exército português diante das invasões francesas à península. Os súditos tinham se articulado em defesa do Reino de Portugal, mesmo sem a intervenção do exército britânico, uma valiosa aliança em meio à conturbada transferência da Corte. As ações representavam o heroísmo, a fidelidade e a resistência dos súditos, elementos essenciais para a preservação do Reino e o fortalecimento da nação em guerra. Ainda, na mesma missiva, Resende Costa Filho reforçava:

> Quem propôs a vinda dos militares Ingleses para a organização do nosso Exército? Quem deu os planos de fazenda então que deviam regular o Ministro Inglês em suas combinações dos Suprimentos, que se consignarão aos nossos? Quem em todos os e muito ocupado no bem da pátria e salvação da Monarquia antevia os acontecimentos e indicava os meios, que eram propostos por uma boca estranha? Ah, Meu Deus! Vossa Excelência, e eu que os copiava; é que o sabemos: Eu discorro sobre os acontecimentos presentes com uma agitação a maior possível: Eu vejo que o Excelentíssimo Senhor Principal tem feito quanto humanamente se pode fazer em benefício da Pátria[3].

Quando analisados os fragmentos apresentados é possível perceber que pátria e nação se coadunam no imaginário do intelectual, de forma que os trabalhos desenvolvidos pelo Principal de Sousa eram pelo bem da pátria e fortalecimento da monarquia, ou seja, tanto o Reino de Portugal quanto o próprio Ultramar. Tratava-se de um somatório de iniciativas que estavam salvaguardando a antiga sede da nação portuguesa diante da forçosa

[3]ANTT. Conde de Linhares. Maço 74⁄32. “Cartas de José Resende Costa para D. Mariana de Sousa Coutinho”, 1810.

ausência do monarca. Tal como asseverado por Guerra, nas primeiras décadas do oitocentos o vocábulo pátria incorporava a carga semântica que paulatinamente foi sendo transferida ao vocábulo nação. Assim, é importante à proposta deste ensaio uma breve citação extraída dos trabalhos de Jancsó e Pimenta ao analisar os conflitos envolvidos nas Cortes Gerais Constituintes4, e que elucidam a complexa imbricação existente entre os conceitos.

> Para eles, *pátria* não se confunde com *país*. Este é inequivocamente o Brasil aos quais os eleitos por Portugal querem impor uma "Constituição onde se encontram tantos artigos humilhantes e injuriosos". A *nação*, por seu turno, desloca-se para outra esfera, já que *pátria* e país não encontravam equivalência na abrangência que lhe corresponda. Bahia e São Paulo são suas *pátrias*, o Brasil é seu país, mas a nação à qual pertencem é a portuguesa (ISTVÁN; PIMENTA, 2000, p.391).

Outro aspecto essencial ao exercício da práxis patriótica refere-se à fidelidade e respeito aos monarcas. Resende Costa Filho tinha a preocupação de narrar detalhes que tangenciavam tanto o Império luso-brasileiro quanto os vizinhos hispano-americanos. Em várias de suas missivas pontuava suas inquietações acerca dos rumos que tomaram os conflitos entre as Províncias de Montevideo e Buenos Aires após a deposição do monarca espanhol, Fernando VII, por Napoleão Bonaparte. Seus apontamentos tinham um tom fortemente crítico aos habitantes de Buenos Aires, estes vistos pelo intelectual como pérfidos traidores de seu monarca5. Em contrapartida, os habitantes de Montevideo eram definidos como patriotas, uma vez que mantinham a fidelidade e respeito ao monarca espanhol, mesmo que deposto.

> Excelentíssimo Senhor, as circunstâncias tem inteiramente mudado; no Rio grande já se não mata carne ou gado para retirar o couro; a grande exportação quer de trigo, quer deste artigo para todo o Brasil, e mesmo colônias Hespanholas, os grandes suprimentos que dá aos *patriotas* de Montevideo, e ainda para Havana levanta os preços a tal modo, que por modo algum interessa a remessa de carne e trigo para Portugal, dando grande prejuízo ao [exportador], que por isso remete só o que lhe dá interesse[6].

A referência aos habitantes de Montevideo como patriotas é relevante inclusive para pensarmos como o intelectual vislumbrava os desdobramentos da Revolução Francesa

[4] A reunião em Cortes pela deputação portuguesa e seus membros do Ultramar é um desdobramento da Revolução Liberal do Porto desencadeada em 24 de agosto de 1820. Após a prolongada permanência da família real na porção americana do Império, políticos e membros da elite portuguesa exigiram o retorno do monarca e da Corte para Portugal. Não obstante o retorno, esses homens ensejavam a redação daquela que seria a Constituição do Império luso-brasileiro.

[5] ANTT. Maço: 0071⁄35. Conde de Linhares. "Carta de Resende Costa para o Principal de Sousa", 1813.

[6] ANTT. Maço: 0071⁄35. Conde de Linhares. "Carta de Resende Costa para o Principal de Sousa", 1815.

no continente americano, visto que havia diferentes percepções acerca do movimento revolucionário nas diferentes partes do Atlântico. Nas letras de Resende Costa Filho, os súditos da porção portuguesa do continente americano continuavam unidos e organizados, mas o mesmo não ocorria com os vizinhos hispano-americanos que permaneciam em seus intentos desorganizadores.

> Se estamos aqui tranquilos, os nossos vizinhos Espanhóis de Buenos Aires prosseguem nos seus passos desorganizadores, inteiramente desunidos com os seus irmãos de Montevideo, que os bloquearam não permitindo as embarcações subirem para aquela Capital[7].

Ao analisar o conceito de patriotismo nas letras do intelectual no contexto revolucionário das primeiras décadas do século XIX percebemos o imperativo de desnudar a forma como ele vislumbrava a própria noção de revolução. O advento revolucionário francês havia abalado, de forma significativa, as bases das monarquias ibéricas e seus reflexos se fizeram sentir nos domínios americanos. Na porção portuguesa, a Corte se encontrava exilada no Rio de Janeiro (MALERBA, 2000) com o objetivo de salvaguardar a figura do monarca, assim como suas possessões coloniais (SILVA, 2003, p. 183). Os vizinhos hispânicos, por sua vez, assistiram a deposição do monarca espanhol e buscavam lidar com o dramático esvaziamento do poder do rei constituindo juntas governativas (PIMENTA, 2006, p. 47). A revolução assumia, portanto, um caráter bastante negativo na visão daqueles homens do oitocentos, algo que se expressava de forma recorrente nas missivas de Resende Costa Filho aos irmãos de d. Rodrigo de Sousa Coutinho.

> Para Montevideo passaram 3$ mil homens; penso que a verem os 12$ [mil homens] que devem mandar o Consulado de Cádiz, sucumbirão os de Buenos Aires: os Espanhóis pasmos de que não podendo organizar um Exército na Península em termos de coadjuvar o Exército Anglo luso, se desertam tão largamente para longe: isto, porém me é de um grande bem a sufocar-se a hidra Revolucionária dos Buenaristas[8].

François Xavier-Guerra (2009, p. 12), buscando compreender as singularidades do contexto revolucionário hispânico, aponta que para os partícipes o que estava em curso era indubitavelmente uma revolução. O autor ressalta que algumas perspectivas historiográficas produzidas consideram que a experiência hispano-americana não poderia ser tratada como revolução, uma vez que os acontecimentos se resumiram apenas a um rearranjo político e econômico do poder por parte dos criollos. Guerra pondera sobre o caráter problemático dessa interpretação, visto que ignora a consciência dos próprios agentes, assim como daquilo que é refletido nas fontes documentais.

João Paulo Garrido Pimenta também se debruçou sobre os acontecimentos que envolveram a região do Rio da Prata – especial destaque aos conflitos entre as províncias de Buenos Aires e Montevideo – durante as guerras napoleônicas. Sua perspectiva é de que na conjuntura das primeiras décadas do século XIX o vocábulo revolução ainda não estava plenamente estabelecido em seu sentido moderno, especialmente no que concerne a um

[7] ANTT. Conde de Linhares. Maço: 0074⁄33. “Carta de Resende Costa para Maria Balbina de Sousa”, 1810.
[8] ANTT. Conde de Linhares. Maço: 74⁄32 “Cartas de Resende Costa para Mariana de Sousa Coutinho”, 1813.

movimento que subvertia a ordem estabelecida para constituir uma realidade inovadora. Nessa perspectiva, o vocábulo revolução podia assumir um caráter negativo quando promovia ou conduzia à guerra civil; e positiva quando a revolução era vislumbrada como um projeto reformador (PIMENTA, 2009, p. 57). No contexto luso americano9, Pimenta assevera que as experiências no continente a partir da década de 1810 fizeram com que o vocábulo revolução fosse atrelado prioritariamente à supressão da ordem vigente em detrimento de um indicador de reformas mais conservadoras. Todavia, o autor ressalta que essa compreensão se trata de uma tendência e não necessariamente uma postura absoluta.

Acerca das juntas governativas erigidas na região do Rio da Prata, Pimenta assevera que embora os súditos de Buenos Aires declarassem lealdade à monarquia espanhola no momento de sua edificação, o fato de tais juntas se constituírem a partir de novas bases e, em substituição às leis das Índias vigentes, o que se configurava era de fato uma revolução (PIMENTA, 2006, p.79). Mesmo declarando fidelidade ao monarca deposto, Fernando VII, e que atuavam na tentativa de preservar seus reais domínios, paulatinamente os buenaristas adotavam medidas que colidiam com os princípios do absolutismo. Com o fim dos conflitos peninsulares, esses mesmos revolucionários recusaram a soberania do monarca espanhol e deram início à ruptura política a partir do ano de 1815.

A referência ao governo de Buenos Aires como revolucionário se repete em outra correspondência de Resende Costa Filho, datada de 17 de novembro de 1813. A alusão de que os buenaristas eram revolucionários torna-se mais interessante por reforçar o aspecto negativo que o vocábulo revolução assumia para o intelectual e alguns coevos luso-brasileiros diante das experiências peninsulares e dos vizinhos hispânicos10. No continente europeu, a Revolução Francesa tinha abalado as bases das monarquias vizinhas e desestruturado o Reino de Espanha. Na porção hispano-americana, por sua vez, os revolucionários de Buenos Aires seguiam em seu intento de edificar uma junta governativa autônoma. Os montevideanos, de maneira oposta aos buenaristas, eram enunciados em suas letras como patriotas11. Patriotas por continuarem leais ao monarca espanhol, por demonstrar simpatia a uma possível aliança junto ao monarca português, d. João VI, e sua esposa, a princesa espanhola d. Carlota, além de seguirem firmes em sua fidelidade à dinastia bourbônica. Ademais, os posicionamentos observados nas missivas de Resende Costa Filho reforçavam a provisoriedade que o vocábulo revolução ainda representava naquele contexto.

O posicionamento crítico que o intelectual possuía acerca dos revolucionários é relevante para pensarmos a própria fidelidade que ele dedicava à nação e à monarquia portuguesa. Na perspectiva de Resende Costa Filho, as monarquias ibéricas passavam por profundas turbulências, cuja união entre os súditos era condição essencial para conseguir sobrepujar o inimigo e reforçar os laços entre a Mãe Pátria e suas filhas. Num momento de

[9] O autor remete especialmente aos eventos que envolveram os conflitos entre Buenos Aires e Montevidéu, bem como a Revolução Pernambucana de 1817.
[10] ANTT. Conde de Linhares. Maço: 74⁄32. “Cartas de Resende Costa para Mariana de Sousa Coutinho”, 1813.
[11] ANTT. Conde de Linhares. Maço: 71⁄35. “Cartas de Resende Costa para o Principal de Sousa”, 1813.

fragilidade do Império espanhol, o patriotismo dos montevideanos se reforçava pela lealdade que dedicavam ao monarca Fernando VII e à sua irmã d. Carlota. Compreendendo que se tratava de fidelidade a uma ideia imaginária mais ampla, neste caso, a monarquia espanhola. Os habitantes de Buenos Aires, no que lhe concerne, se aproveitavam das circunstâncias e agiam de forma desleal junto à monarquia espanhola. Em alguma medida, podemos depreender que no imaginário alguns intelectuais luso-brasileiros a acepção de revolução no despontar do XIX colidia com aquilo que eles vislumbravam como patriotismo, haja vista que, a revolução, naquela conjuntura, representava a desestruturação da ordem.

Sua fidelidade aos monarcas e à própria nação portuguesa torna-se latente ante a revolução desencadeada na capitania de Pernambuco no ano de 1817. Em missiva enviada ao Principal de Sousa durante o período da Revolução, Resende Costa Filho se referia aos envolvidos como "infames rebelados" 12. Os pernambucanos, por sua vez, se autodenominavam patriotas e consideravam legítimas suas reivindicações, especialmente a criação da República de Pernambuco. Entretanto, isso contrastava com aquilo que os contrarrevolucionários e demais contemporâneos adversos ao movimento consideravam como patriotismo. Ao proclamar um Governo Provisório em Pernambuco, que negava a soberania do monarca e defendia a soberania popular, os pernambucanos atentavam diretamente contra aquilo que os contrarrevolucionários entendiam como ações patrióticas. Os contrarrevolucionários compartilhavam da mesma perspectiva de Resende Costa Filho no que se referia ao patriotismo e, em razão disso, entendiam que os revolucionários pernambucanos eram pérfidos e traidores da nação portuguesa (VILLALTA, 2009, p.75), haja vista que a República de Pernambuco atentava contra a unidade luso-brasileira e negava a autoridade da Corte no Rio de Janeiro.

A acepção de que os revolucionários pernambucanos não seriam patriotas, construída por seus opositores, encontra alguns entraves, pois, como pondera Villalta, o discurso dos revolucionários, por vezes, apelava para o valor da descendência lusitana. Não havia no interior da Revolução Pernambucana diferenciação entre ser português, americano, brasileiro ou pernambucano, visto que todos pertenciam a uma mesma "mãe comum" (VILLALTA, 2009, p.74). A nação portuguesa ainda se apresentava como o tronco comum que unia as diferentes identidades políticas que começavam a ser delineadas no contexto da revolução, demonstrando que a ruptura definitiva ainda não se concretizara.

O brasileiro, enquanto identidade política, já aparecia nos debates do movimento pernambucano de 1817. É válido salientar que esta identidade política ainda não estava plenamente definida, por ainda estar atrelada à identidade portuguesa. Resende Costa Filho, por exemplo, utilizou o vocábulo raras vezes em suas correspondências e quando o fez tinha como objetivo diferenciar aqueles que haviam nascido em Portugal e os que haviam nascido no Brasil. Assim ocorre no caso em que ele diz:

> Os nossos Soberanos vivem com boa saúde; eles e a maior parte ou todos os que acompanharão suspirão por voltar a Portugal, voto que é o meu; e apesar de ser brasileiro, achei a minha constituição muito

[12] ANTT. Conde de Linhares. Maço: 71/35. "Cartas de Resende Costa para Principal de Sousa", 1817.

> análoga aos seus ares salutíferos e deliciosos, e em plena resolução de ainda ir ver o belo Arroios[13].

Ilmar Rohloff destaca que inicialmente o vocábulo brasileiro servia para designar uma profissão, anos mais tarde o brasileiro seria aquele português que após enriquecer no Brasil retornava à pátria de origem. Apesar de o vocábulo brasileiro aparecer nas correspondências de Resende Costa Filho e se repetir nos discursos dos revolucionários pernambucanos, enquanto uma identidade política que agrupasse diferenças sociais distintas (SLEMIAN, 2015, p. 91-120), assim como o pertencimento à nação brasileira, foi uma experiência que só se delineou após a ruptura política em 1822 (ROHLOFF, 2005, p.16).

Por fim, reforçava-se, com a eclosão do movimento pernambucano de 1817, o caráter negativo que a ideia de revolução representava para Resende Costa, assim como para os partidários da contrarrevolução. A Revolução Pernambucana representava uma ruptura com o modelo político vigente, ensejando instaurar uma nova ordem ou um novo pacto político e, em razão disso, era compreendida pelos contrarrevolucionários como infidelidade, desordem e anarquia. Tratava-se de um projeto político que feria o fortalecimento do grande Império luso-brasileiro (LYRA, 1994, p.162) e aviltava a carta de lei do ano de 1815 que elevou o Brasil à condição de Reino Unido de Portugal e Algarves (WEHLING, A; WEHLING, M. J; 2011).

Tais inquietações refletem não apenas o imaginário de Resende Costa Filho, mas de um grupo de reformistas ilustrados que buscavam fortalecer o enlace entre as distintas porções do Império, vislumbrando com isso uma política de complementaridade entre Portugal – a Mãe Pátria – e suas possessões. A felicidade e o bem comum da pátria dependiam diretamente de um nexo feliz entre as distintas partes do Império. Os intelectuais e políticos luso-brasileiros, capitaneados inicialmente por d. Rodrigo, propunham políticas que reforçassem esses laços (CARDOSO, 2001, p.79), especialmente após as sedições que aconteceram no final do século XVIII14. A política de complementaridade se alicerçava na lógica de que a porção americana do Império deveria investir naquele que era o seu maior potencial, a agricultura. Assim, os negociantes da colônia deveriam investir e explorar ao máximo o potencial agrícola, bem como deveriam evitar contrastar diretamente com Portugal. Cabia à porção europeia o investimento em fábricas e manufaturados, para que com isso fosse mantido o equilíbrio e o enlace entre as partes.

> O Brasil oferece ao presente o prospecto de uma grandeza imensa para o futuro: o comércio cresce com uma rapidez espantosa para o futuro; se o Negociante Nacional percebe menor interesse pela concorrência de estrangeiros a agricultura tem tido vantagens

[13] ANTT. Conde de Linhares. Maço: 74⁄32. “Carta de Resende Costa para Mariana de Sousa Coutinho”. A carta não continha a data de envio.

[14] José Joaquim de Azeredo Coutinho apresentava em seu *Ensaio Econômico* no final do século XVIII, apontamentos acerca da política de complementaridade, bem como o potencial de cada uma das partes do Império. Um conhecimento mais aprofundado desse imaginário pode ser encontrado em: COUTINHO, José Joaquim de Azeredo. *Ensaio Econômico sobre o Comércio de Portugal*. Academia de Lisboa, 1794.

> decididas: O Ex^mo. Senhor Conde de Linhares tem feito a aquisição de salitre; vai procurar iguais vantagens no Cânhamo; Penso ter-se descoberto uma mina de azougue [aos] poucos de Vila Rica, que a realizar-se é de resultados incalculáveis[15].

Resende Costa Filho enunciava e propunha quais as potencialidades do Brasil que deveriam ser exploradas, além de ressaltar as ações que vinham sendo empreendidas para o desenvolvimento fabril e agrícola da porção americana. Era um entusiasta das relações existentes entre Portugal e a Grã-Bretanha, bem como era responsável por intermediar as relações anglo-lusitanas no que concernia à administração da fábrica de lapidação de diamantes (COSTA, 1836, p. 26-27). Havia resistência entre diferentes segmentos do Império acerca dessas relações e isso incluía tanto os segmentos políticos quanto os grandes negociantes portugueses. O maior entrave para alguns desses negociantes eram os tratados de amizade, comércio e navegação selados no ano de 1810. As tratativas eram entendidas como prejudiciais aos interesses dos negociantes portugueses e um favorecimento aos negociantes ingleses, uma vez que os britânicos tinham menor taxação e maiores privilégios nos portos do Brasil (KIRSCHNER, 2010, p. 231). Resende Costa Filho enxergava positivamente os acordos selados em 1810, ponderando que "tantos bens [iam] de resultar à Monarquia", bem como fortalecer as bases do Império16.

Apesar de enxergar positivamente a aliança anglo-lusitana, o intelectual era crítico à exigência de abolição gradual do tráfico de escravos imposta pelos britânicos por meio dos tratados de 1810, uma vez que o comércio e a mão de obra escrava eram altamente lucrativos aos negociantes e a própria elite agrária (SAMPAIO, 2007, p.229).

> Os Ingleses têm tomado 19 embarcações Bayonezas na Costa da Mina e duas desta Praça, todas de comércio da escravatura: Assim se reverão no mundo o prazer e o desgosto; as glórias de uma aliança na Europa coroada de triunfos e vitórias com os desgostos de um proceder tão arbitrário[17].

Sendo a agricultura e o desenvolvimento agrícola o maior potencial do Brasil, Resende Costa Filho entendia que a abolição gradual da escravidão era um entrave aos interesses do comércio. Isso se explica pelo fato de que seu cunhado em Minas Gerais, Gervásio Pereira Alvim, estava envolvido com a escravatura, assim como seu amigo Manuel Jacinto Nogueira da Gama, que era membro de uma das famílias de negociantes de grosso trato mais abastadas do Rio de Janeiro desde meados do século XVIII, grupo ao qual Resende Costa Filho estava alinhado por laços familiares e políticos18. A manutenção do tráfico

[15] ANTT. Maço: 74/32. Conde de Linhares. "Cartas de José de Resende Costa para Mariana de Sousa", 1810.

[16] ANTT. Conde de Linhares. Maço 74/32. "Cartas de José Resende Costa para D. Maria Balbina de Sousa Coutinho", 1810.

[17] ANTT. Conde de Linhares. Maço 74/32. "Carta de José de Resende Costa para Mariana de Sousa Coutinho", 1812.

[18] Resende Costa Filho contou com o apoio de Manuel Jacinto Nogueira da Gama para estabelecer boas relações com o Conde de Linhares, assim como para as funções que desempenhou no Erário Régio de Lisboa. Nogueira da Gama atuava na burocracia estatal do império, bem como fazia parte da família Carneiro Leão, uma das mais proeminentes famílias de negociantes do Rio de Janeiro. Quando Resende Costa Filho chegou ao Rio de Janeiro, em março de 1810, ficou hospedado na casa de Nogueira da Gama e com ele manteve ótimas

negreiro era um imperativo para os negociantes de grosso trato, uma vez que eles controlavam o comércio transatlântico de escravos e eram detentores dos grandes latifúndios.

Destarte, a abolição gradual do tráfico negreiro foi uma discussão que movimentou o império na primeira metade do século XIX e se revelou bastante conflituosa junto aos mais distintos grupos que orbitavam no circuito palaciano do império. O debate acerca da instituição escravista se intensificou substantivamente com a eminência da ruptura política em 1822 e foi objeto das mais acaloradas contendas durante o Primeiro e Segundo Reinados. Com uma diversidade étnica tão grande espalhada em todo o território do Brasil, estadistas como José Bonifácio de Andrada já apresentavam inquietações acerca da questão em seus escritos.

> Foram os portugueses os primeiros que, desde o tempo do Infante D. Henrique, fizeram um ramo de comércio legal de prear homens livres, e vende-los como escravos nos mercados Europeus e Americanos. Ainda hoje perto de 40 mil criaturas humanas são anualmente arrancadas d'África e privadas de seus lares, de seus pais, filhos e irmãos, transportados às nossas regiões, sem a menor esperança de respirarem outra vez os pátrios ares (SILVA, 1827, p. 9).

A escravidão se apresentava, por vezes, nas palavras de Bonifácio, como um entrave ao progresso do Brasil e, nesse sentido, o estadista enunciava os malefícios do comércio de escravos, assim como enfatizava a crueldade da prática. Ademais, ele ressaltava que a escravatura não era propriamente lucrativa e válida à realidade do Brasil, visto que os custos envolvidos para a manutenção das terras e do cativo impactavam diretamente no lucro.

> A lavoura do Brasil, feita por escravos boçais e preguiçosos, não da os lucros, com que homens ignorantes e fantásticos se iludem. Se calcularmos o custo atual da aquisição de terreno, os capitais empregados nos escravos que o devem cultivar, o valor dos instrumentos rurais com que deve trabalhar cada um destes escravos, sustento e vestuário, moléstias reais e afetadas, e seu curativo, as mortes numerosas filhas do mau tratamento e da desesperação, as repetidas fugidas aos matos e quilombos, claro fica, que o lucro da lavoura deve ser mui pequeno no Brasil (SILVA, 1827, p. 9).

Ainda nas palavras de Bonifácio, a escravatura no Brasil resultava em enormes prejuízos ao Estado, "pois se os senhores de terras não tivessem uma multidão demasiada de

---

relações. A rede de sociabilidade estabelecida com o grupo de *negociantes de grosso trato* era decorrente de sua atuação burocrática em instituições responsáveis pela organização do comércio, além de seus interesses particulares, haja vista que seu cunhado era um importante negociante em Minas Gerais. Seu alinhamento aos projetos políticos dos negociantes contemplava tanto interesses da corporação quanto a defesa de interesses familiares. Um panorama pormenorizado acerca da questão pode ser encontrado no trabalho de Paula Chaves, 2014.

escravos, eles mesmos aproveitariam terras já abertas e livres de matos, que hoje jazem abandonadas como maninhas" (SILVA, 1827, p. 10).

Não é nosso intento enveredar pelo debate acerca da extinção ou manutenção do tráfico negreiro, contudo, por se tratar de uma querela que incidia diretamente sobre o projeto de um poderoso império luso-brasileiro, os posicionamentos contrastantes denotam as distintas visões de felicidade e bem comum que se desenhavam no limiar do XIX. Bonifácio de Andrada representava um dos segmentos existentes no Brasil oitocentista e que via negativamente a manutenção da prática escravista. Diametralmente opostos, tínhamos o segmento representado por homens como Resende Costa Filho e Nogueira da Gama, que não apenas defendiam a prática do comércio de escravos, como alguns deles tinham enriquecido de forma substantiva com o tráfico transatlântico desde o século XVII (FRAGOSO, 2001, p. 331).

Analisar os projetos políticos para o engrandecimento do Império luso-brasileiro e, mais tarde Império do Brasil, permite perceber os sentidos que patriotismo e, consequentemente felicidade, poderiam assumir aos políticos e intelectuais das primeiras décadas do oitocentos. Apesar de haver certo consenso de que o patriotismo se configurava nos trabalhos empregados pelo bem da pátria – nesse caso assumindo o sentido de nação –, os projetos políticos poderiam ser distintos entre esses homens. Isso porque, tal como assevera Reinhart Koselleck (2006, p. 305-327), a Modernidade representou uma nova experiência de tempo, um tempo histórico fortemente acelerado. Essa geração de homens do oitocentos estava sendo submetida às mais diferenciadas experiências e sua assimilação variava de acordo com os projetos políticos ensejados. Com um reduzido espaço de experiência, cada vez mais precisavam se adequar à realidade antes mesmo de compreendê-la corretamente19.

O que pode ser observado em uma análise acerca do conceito de patriotismo entre o final do século XVIII e as primeiras décadas do XIX é que ele podia ser vislumbrado em situações e formas distintas, mas a sua finalidade primordial era o bem da pátria. Pensemos, por exemplo, a noção de patriotismo defendida por Resende Costa Filho. Para o intelectual, o fazer patriótico representava o trabalho para que fosse edificado um poderoso Império luso-brasileiro. Um império em que a Mãe Pátria e suas filhas se entrelaçassem e avançassem cada qual em suas potencialidades. Isto posto, o patriotismo denotava um ardoroso trabalho para que as bases do império se tornassem cada vez mais sólidas. Atrelado a isso, o patriota era alguém cujo fazer intelectual era empregado ao bem comum e felicidade de sua pátria. Projetos que incorressem em separatismo ou ataque à unidade monárquica afrontavam diretamente essa noção de bem comum e felicidade, por isso sua visão crítica a respeito da Revolução Pernambucana.

Os revolucionários de Pernambuco, por sua vez, acreditavam que com o estabelecimento do Governo Provisório e, consequentemente da República, estavam trabalhando em favor da felicidade dos pernambucanos. Nesse sentido, estariam atuando

[19] Na esteira das proposições teóricas de Reinhart Koselleck acerca da aceleração do tempo histórico, os trabalhos de João Paulo Garrido Pimenta (2015) e Andréa Slemian (2006), basilares a essa pesquisa, trazem a perspectiva que as novas experiências tiveram papel singular nas ações desses homens do alvorecer oitocentistas. Não obstante, o processo de independência hispano-americana servia como um laboratório àqueles homens que entreviam o risco que estava posto desde a transferência da Corte para o Rio de Janeiro.

pela felicidade de sua pátria, a pátria pernambucana, e não necessariamente pela da nação portuguesa20. A revolução pretendida pelos pernambucanos não representava para eles uma traição, mas a edificação e o bem comum dos patriotas pernambucanos.

Salvaguardadas as especificidades de cada um dos acontecimentos, a felicidade da pátria era o objetivo maior desses homens e por isso lutavam, bem como defendiam seus projetos políticos arduamente. A revolução ocupava um espaço singularmente negativo no imaginário dos ilustrados luso-brasileiros das primeiras décadas do oitocentos, visto que o movimento revolucionário francês produziu a subversão da ordem europeia. As visões contrastantes sobre a escravidão demonstram que a felicidade da pátria poderia assumir contornos distintos quando pensada em suas singularidades. Mesmo que defendessem um projeto imperial para se constituir um poderoso império, esses homens podiam divergir quanto às ações e critérios a serem adotados. Apesar da ausência de consenso, a felicidade e fortalecimento do Império era o objetivo maior de todos, todavia a forma como ela se daria podia variar dentre os distintos segmentos e projetos políticos ensejados no período.

Artigo recebido em 20 de maio de 2019.

Aprovado para publicação em 09 de julho de 2019.

Referências

CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da. Lidas novamente... A escrita de cartas como prática do governo colonial (século XVIII). ANPUH – XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005.

FRAGOSO, João Luís. *Homens de grossa aventura*: *acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro*, *1790-1830*. Rio de Janeiro: Editora Arquivo Nacional, 2001.

GUERRA, François-Xavier. A nação moderna: nova legitimidade e velhas identidades. In: JANCSÓ, Istvan. *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec, 2003.

GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e Independencias: ensayos sobre las revoluciones hispánicas.* Madrid: Ediciones Encuentro, 2009.

[20] Reforçando o que anteriormente foi pontuado, para István Jancsó e João Paulo Garrido Pimenta em *Peças de um Mosaico*, pátria era um conceito polissêmico, mas, em geral, era empregado para designar o local de nascimento ou origem. A pátria para muitos era sua Capitania ou Província. A nação era portuguesa, mas ela englobava os pernambucanos, Filhos das Minas, dentre outros.

JANCSÓ, István e PIMENTA, João Paulo G. *Peças de um mosaico*: ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira. Revista de História das Ideias, Coimbra, v.21, 2000, p. 389-440.

KIRSCHNER, Tereza Cristina. D. Rodrigo de Souza Coutinho e os ilustrados da Corte de D. João. In: MOTA, Márcia (Orgs.). *1808: A Corte no Brasil*. Niterói: Editora da UFF, 2010.

KOSELLECK, Reinhart. Espaço de Experiência e horizonte de expectativa: duas categorias históricas. In: *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Puc-Rio, 2006.

KURY, Lorelai. Descrever a pátria, difundir o saber. In: *Iluminismo e Império no Brasil*: *O Patriota (1813-1814)*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A Utopia do poderoso império Portugal e Brasil: Bastidores da política 1798-1822*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

MALERBA, Jurandir. *A corte no exílio: civilização e poder no Brasil às vésperas da Independência (1808 a 1821)*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2000.

MOREL, Marco. Pátrias polissêmicas: Repúblicas das Letras e Imprensa na Crise do Império Português na América. In: *Iluminismo e império no Brasil*: *O Patriota (1813-1814).* Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

PAMPLONA, Marcos A. Pátria. In: FERES JÚNIOR, João. (Org.). *Léxico da história dos conceitos políticos no Brasil*. 2ª edição, Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014.

PIMENTA, João Paulo Garrido. Estado e Nação no fim dos Impérios Ibéricos no Prata (1808-1828). 2ª edição, São Paulo: Editora Hucitec, 2006.

PINTO, Paula Chaves Teixeira. *De Minas para a Corte. Da Corte para Minas: Movimentações familiares e trocas mercantis (c.1790 – c.1880)*. Tese de Doutorado. PPGHIS, UFF, Rio de Janeiro, 2014.

MATTOS, Ilmar Rohloff. Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política. *Almanack Braziliense*, n.1, pp.8-26, maio de 2005.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de Sampaio. A formação da comunidade mercantil carioca na primeira metade dos setecentos. In: In: *Conquistadores e Negociantes: História das elites e Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SILVA, Ana Rosa Cloclet da. *Inventando a Nação*: *Intelectuais Ilustrados e Estadistas Luso-Brasileiros na Crise do Antigo Regime Português (1750-1822*). São Paulo: Editora Hucitec LTDA, 2003.

SLEMIAN, Andréa. Portugal, o Brasil e os Brasis: a diversidade dos territórios e as disputas pela soberania na construção de um novo Império monárquico na América. Montevideo: *Claves Revista*, 2015.

VILLALTA, Luiz Carlos. Pernambuco, 1817, "encruzilhada de desencontros" do Império luso-brasileiro: Notas sobre as ideias de pátria, país e nação. *REVISTA USP*, São Paulo, n.58, 2003, p. 58-91.

WEHLING, Arno; WEHLING, M. J. Soberania sem Independência: Aspectos do discurso político e jurídico na proclamação do Reino**.** *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, v. 16, 2011, p.89-116.

Fontes Documentais

Correspondências: Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT).

Conde de Linhares. "*Carta de José de Resende Costa para Maria Balbina Sousa Coutinho*". Maço: 74/33_m0001 a m0012.

Conde de Linhares. "*Cartas de José de Resende Costa para Mariana de Souza Coutinho*". Maço 74/32_m0001 a m0074.

Conde de Linhares. "*Carta de Resende Costa para o Principal de Sousa*". Maço: 71/35_m0001 a m0052.

Documentos:

COSTA, José de Rezende. *Memória Histórica dos Diamantes*. Rio de Janeiro: Typ Imperial e Constitucional de J. Villeneuve E C, 1836.

COUTINHO, José Joaquim de Azeredo. *Ensaio Econômico sobre o Comércio de Portugal*. Academia de Lisboa, 1794.

SILVA, José Bonifácio de Andrada. Representação a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura. Paris: Typographia de Firmin Didot. Impressor D'el Rei, Rua Jacob, nº24. Biblioteca do Senado.

Edmundo de Macedo Soares e Silva: o agente público-privado, o estado do Rio de Janeiro e a companhia siderúrgica nacional

José Luis Honorato Lessa[1]

Edmundo de Macedo Soares e Silva: the public-private agent, the state of Rio de Janeiro and the national steel company

[1] Doutorando em História, Política e Bens Culturais no CPDOC/FGV. E-mail: honorato.lessa@gmail.com

Resumo:

Este trabalho analisa a atuação do agente Edmundo de Macedo Soares e Silva no projeto que deu origem a Companhia Siderúrgica Nacional e sua instalação do Estado do Rio de Janeiro. Articula-se ainda tal projeto ao contexto da indústria fluminense e à interventoria Amaral Peixoto entre 1937 a 1945.

Palavras-chave: Macedo Soares, Indústria Fluminense, Siderurgia.

Abstract:

This work analyzes the performance of the agent Edmundo de Macedo Soares e Silva in the project that originated Companhia Siderúrgica Nacional and its installation in the State of Rio de Janeiro. This project is also articulated to the context of the Rio de Janeiro industry and the Amaral Peixoto interventory between 1937 and 1945.

Keywords: Macedo Soares, Fluminense industry, Steel industry.

Os Macedo

O grupo familiar em tela protagonizou papel de destaque no meio circulante público-privado fluminense e nacional ao longo do século passado. O objetivo deste texto é especialmente analisar a atuação de Edmundo de Macedo Soares e Silva, de agora em diante, Macedo Soares, na condução dos interesses públicos e dos negócios privados. Daremos atenção à atuação deste agente no projeto originador da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), instalada no Estado do Rio de Janeiro (ERJ) na década de 1940.

Este artigo foi elaborado a partir de uma pesquisa bibliográfica. A reflexão central está ancorada nos depoimentos de Macedo Soares e de Amaral Peixoto ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), consubstanciados respectivamente nos seguintes livros - Um construtor do nosso tempo[1] e Artes da Política: diálogo com Ernani do Amaral Peixoto[2] -; no Dicionário da política republicana do Rio de Janeiro[3]; no Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930[4]; no trabalho CSN um sonho feito de aço e ousadia[5] e, por fim, na tese - "A modernização brasileira no pensamento do general Edmundo de Macedo Soares" de Alexandre de Sá Avelar[6].

É preciso destacar para o leitor um importante aspecto: a quase inexistência de trabalhos acadêmicos sobre o personagem Macedo Soares, exceção feita à tese acima. Muito embora este agente tenha tido atuação seminal para o advento da CSN no ERJ durante a Interventoria Ernani do Amaral Peixoto.

A Interventoria Amaral Peixoto e a indústria fluminense

Amaral Peixoto atuou enquanto Interventor Federal (1937/1945) e governador eleito (1951/1954). Parece-nos evidente que em ambos os períodos a administração amaralista esmerou-se pela renovação, modernização e recuperação da economia fluminense.

No campo da indústria, o Comandante[7] dialogou com múltiplas forças sendo elas econômicas, políticas, públicas e privadas. Somado a política interna, o ERJ contou com pesados investimentos federais, talvez em escala muito maior que outras Unidades da Federação. Assim, partimos de algumas premissas:

a) na escala estadual a administração Amaral Peixoto extraiu benefícios da modernização industrial em curso no país. Parece-nos evidente a concatenação de

1 SILVA, Edmundo de Macedo Soares e. Um construtor do nosso tempo: depoimento ao CPDOC / Lúcia Hippolito e Ignez Cordeiro de Farias (Organizadoras). Rio de Janeiro: Fundação CSN, 1998.

2 PEIXOTO, Ernani do Amaral. Artes da política: diálogo com Ernani do Amaral Peixoto. Aspásia Camargo, Lúcia Hippolito, Maria Celina D'Araujo, Dora Rocha Flaksman (Organizadoras). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. (Coleção Brasil século 20).

3 ABREU, Alzira Alves de; PAULA, Christiane Jalles de. (Coord.). Dicionário da política republicana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: FGV;CPDOC/FAPERJ, 2014.

4 ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer (Coord.). Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001. vol. v.

5 MOREIRA, Regina da Luz. CSN um sonho feito de aço e ousadia. Rio de Janeiro: Iart, 2000.

6 AVELAR, Alexandre de Sá. A modernização brasileira no pensamento do general Edmundo de Macedo Soares (1937-1987). 2006. 371p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense (UFF). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, 2006.

7 Alcunha pela qual era conhecido.

esforços entre os governos federal e estadual na instalação de uma indústria de base e diversas no território fluminense e que de algum modo complementasse os polos dinâmicos da indústria nacional. Neste aspecto, Amaral Peixoto insere-se como importante agente na formatação do complexo industrial fluminense ao longo da administração Vargas; b) defendemos que houve mudança na dinâmica ou na paisagem industrial fluminense em relação ao período anterior uma vez que durante o Estado Novo, o ERJ exerceu certo predomínio em termos de investimentos federais - marco de um novo tipo industrial fluminense. Dentre as empresas direcionadas pelo Estado brasileiro destacam-se as seguintes no ERJ: CSN (1941); Fábrica Nacional de Motores (FNM 1942) e a Companhia Nacional de Álcalis (CNA 1943).

No campo específico do governo estadual destaca-se a iniciativa de construção da Usina Hidrelétrica de Macabu (UHM 1945) a cargo da Empresa Fluminense de Energia Elétrica (EFE). Aliados a estes esforços, observamos incentivos estaduais concedidos às empresas do setor vidreiro, cimenteiro, metalúrgico, químico, têxtil, frigorífico, "pesqueiro" e de alimentos. Convém ainda indicar as tentativas de recuperação do setor agrícola fluminense (CASTRO, 1996.p. 255 a 264).

Não obstante, ainda há tempo para indicar o seguinte dado: a administração Amaral Peixoto cria um conjunto de agências. Estas desempenharam papel fundamental no diálogo do governo com setores privados com vistas a promover o desenvolvimento capitalista fluminense.

Todavia, esta situação não era completamente nova. Como veremos mais adiante, a partir de 1930 são criadas um elenco de agências pelo governo federal, portanto, de alcance nacional. É neste sentido que pretendemos demonstrar a atuação de Macedo Soares no enfrentamento da questão siderúrgica nacional. Este agente, militar e engenheiro metalúrgico, se tornou a principal autoridade brasileira no assunto. Em todas as comissões ocupou posição de proa na defesa de uma usina siderúrgica nacional. Macedo Soares foi um ferrenho defensor da modernização brasileira e de uma cultura educacional técnico-científica[8].

Macedo Soares

Nasceu em 9 de junho de 1901 na cidade do Rio de Janeiro. Militar do exército alcançou o posto de coronel (1944) e o de general de brigada (1952), empresário e engenheiro especializado em metalurgia, Macedo Soares integrou o movimento tenentista na década de 1920 cujos desfechos contribuíram para a ascensão de Getúlio Dorneles Vargas à Presidência da República no limiar da terceira década do século anterior. Exilado, cursou engenharia metalúrgica na França ocasião em que começa a ganhar leque neste campo da atividade econômica. Ainda no exílio estagiou em usinas

[8] Cf. AVELAR, Alexandre de Sá. *A modernização brasileira no pensamento do general Edmundo de Macedo Soares* (1937-1987). 2006. 371p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense (UFF). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, 2006.

específicas naquele país e na Itália. Já de volta ao Brasil, em passagem pela Itália (1932) estagia em dada empresa com ênfase em forno elétrico de aço. Debruçado sobre a questão metalúrgica este personagem foi requisitado em todas as comissões criadas no Brasil para viabilizar a empresa siderúrgica nacional, percorreu inúmeros países a estudo ou representando o governo brasileiro neste campo, como por exemplo, na obtenção do financiamento da CSN e lecionou metalurgia em diversas escolas técnicas no Brasil.

Macedo Soares foi o primeiro diretor-técnico (responsável pela construção da usina) da CSN (1941/1946), voltou à empresa em 1954 desta vez na condição de presidente da mesma, lá permanecendo até 1960. Ainda em 1945 foi nomeado para a Comissão de Planejamento Econômico do Conselho de Segurança Nacional, ligada ao Ministério da Guerra; Ministro da Viação e Obras Públicas no governo de Eurico Gaspar Dutra, no ano de 1946; eleito por uma aliança tripartite (PSD, PTB e UDN), exerceu a governadoria fluminense entre 1947 a 1951; no imediato 1951, torna-se membro cativo da Escola Superior de Guerra e um dos colaboradores da Companhia de Aços Especiais Itabira (ACESITA), tornando-o presidente da mesma; membro do Conselho Nacional de Minas e Metalurgia, ligado ao Ministério da Viação e Obras Públicas - assessorou o grupo alemão Mannesmann que instalou uma unidade siderúrgica em Minas Gerais de capital teuto-brasileiro (1952); no biênio 1953/1954 lecionou metalurgia na Escola Politécnica da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e, na condição de executivo da Comissão de Desenvolvimento Industrial, assessorou a Organização das Nações Unidas em parecer favorável à instalação de uma siderúrgica na Venezuela; no ano de 1959, presidiu o Conselho Consultivo da Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA) e torna-se "primeiro presidente do Instituto Latino-americano do Ferro e Aço." (ABREU, 2014, p.1239); no tenro limiar dos anos 1960 assumiu posições paralelas, vice-presidência da Mercedes-Benz do Brasil, um dos nomes (entre 1961/1967) do Conselho Consultivo da Comissão do Plano do Carvão e vice-presidente (1963) do recém-criado Instituto Brasileiro de Siderurgia em que galgou a presidência deste órgão de classe no ano seguinte (1964); já na fase da ditadura civil-militar e empresarial - chega a vice-presidência da Federação das Indústrias das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e presidente da Confederação Nacional da Indústria de 1964 a 1968; ao assumiu a pasta do Ministério da Indústria e Comércio no triênio 1967, 1968 e 1969 se manteve debruçado sobre o tema da siderurgia ao criar o Grupo Consultivo da Indústria Siderúrgica (CONSIDER) - empreitada que visava expandir o setor e reuniu uma frente ampla: Ministério do Planejamento, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, Banco do Brasil, CSN e Companhia Vale do Rio Doce. Observa-se uma figura de intensa atuação em diferentes esferas. Faleceu aos 88 anos em 9 de agosto de 1889.

Macedo Soares e a questão siderúrgica nacional

O Estado brasileiro pós 1930, associado a parcelas da burguesia empresarial nacional e internacional, dá vistas ao processo de industrialização do país através da utilização dos recursos nacionais com o fito de promover o advento de indústrias de bens de capital e do próprio processo da industrialização brasileira. Processo que ganhava forma a partir do tripé siderurgia, mineração e petróleo. Naquele momento, o marco desta presença do Estado brasileiro no setor produtivo enquanto um dos promotores do desenvolvimento capitalista possuía conotações mais estatizantes e menos nacionalistas bem como apresentava bases ou princípios estratégico-militares: soberania, defesa

nacional e controle dos recursos naturais. Sobre a formatação do projeto industrial e a campanha para a construção de uma siderurgia brasileira, Macedo Soares pondera:

> Havia um grupo de oficiais que só pensava na industrialização do Brasil e, a meu ver, este foi o motivo principal da campanha: tirar o país do marasmo em que se encontrava. Nós nos articulamos visando a esse objetivo; nosso ideal era que o Brasil se desenvolvesse de acordo com o que dizia aquele livrinho do Elísio de Carvalho, Brasil, potência mundial. (SILVA, 1998, p. 34)

Quanto à siderurgia, é verdade que o período pré-1930 fora marcado pela presença de diversas empresas do setor, vinculadas ao capital internacional, porém, ainda incipiente e com enormes dificuldades para suprir a requisição da demanda nacional. Após a chegada de Getúlio Vargas no governo federal esta questão será tratada de forma mais premente. É neste terreno que entenderemos melhor o nosso personagem:

> Durante os anos passados na Europa, Macedo Soares tornou-se um especialista em metalurgia, o que fez com que, ao retornar ao Brasil, fosse solicitado a participar de debates e comissões, a dar pareceres e elaborar projetos sobre o problema siderúrgico brasileiro. (ABREU, 2014, p. 1237)

Nessa esteira, Macedo Soares integrou a Comissão Militar de Estudos Metalúrgicos (1931) cujo objetivo precípuo era o de pensar o problema metalúrgico nacional inclusive para a fabricação de equipamentos bélicos, bem como, no mesmo ano, participou da Comissão Nacional de Siderurgia, integrada ao Ministério da Guerra varguista. Esta comissão passou a pleitear a construção de uma usina siderúrgica no país. No início da década de 1930, Macedo Soares passa a atuar também no campo do magistério, assume a cadeira de metalurgia da Escola de Engenharia do Exército entre 1932 a 1943 e é convidado para dar vários cursos nesta seara, como na Escola Politécnica do Rio de Janeiro.

O advento do Estado Novo demarcou, de forma premente, alternativas ao problema siderúrgico brasileiro. Neste contexto, há predominância de uma frente tripartite para enfrentamento desta questão: militares, industriais e técnicos. Em tela, um projeto estatal-privado com expectativas de fincar as bases do desenvolvimento industrial-nacional, ou seja, em termos finais, garantidor da nossa soberania e independência econômica, segundo seus idealizadores. Portanto, um elemento chave para a segurança nacional.

Dentre os vários órgãos de assessoramento criados pelo governo Vargas, coube ao Conselho Técnico de Economia e Finanças (1938) emitir pareceres e executar relatório quanto o tema aqui apresentado. Macedo Soares foi uma espécie de figura carimbada nos debates organizados pelo Conselho. Artur de Souza Costa, Ministro da Fazenda à época e cujo Conselho estava vinculado à sua pasta, solicitou a Macedo Soares o projeto de uma usina siderúrgica nacional. Personalidade influente pode-se afirmar que o projeto

organizado por este agente foi o rascunho mais bem acabado daquele que deu origem a CSN. Neste ínterim, o proponente sugeriu a aliança do capital nacional ao estrangeiro.

Por sua vez, o presidente Vargas submeteu o projeto a um segundo órgão do governo - Conselho Federal de Comércio Exterior (criado em 1934), bem como enviou Macedo Soares ao exterior, este percorreu, sem sucesso, a Europa e os Estados Unidos cujo fito principal era o de iniciar conversações e avaliar as possibilidades e condições de financiamento exógeno. Alheio a este fato, nos idos de 1939/40 Getúlio Vargas institui a Comissão Preparatória do Plano Siderúrgico: corpo técnico integrado ao Ministério da Viação e Obras Públicas, comandado à época por João de Mendonça Lima.

Da comissão preparatória à comissão executiva

A Comissão Preparatória consistia em um corpo misto formado por técnicos brasileiros e norte-americanos e cujos entendimentos caminhavam para a formação da companhia siderúrgica nos molde de uma sociedade anônima em que participariam o governo brasileiro, o empresariado nacional e a norte-americana U.S Steel – maior produtora de aço à época (MOREIRA, 2000. p. 25). Nomeado a presidir os trabalhos desta comissão, mais uma vez, Macedo Soares se notabiliza como uma das pontas de lança do projeto siderúrgico brasileiro. Não obstante, e mesmo com mediação do governo de Washington, o encaminhamento da associação com a U.S Steel foi frustrado diante do advento da Segunda Guerra Mundial.

Entre idas e vindas e das negativas de setores do capital externo em associarem-se ao Estado brasileiro neste projeto siderúrgico, conforme preconizara Macedo Soares, coube, definitivamente, ao presidente Vargas - como numa partida de golfe - a tacada final para a instalação da empresa siderúrgica nacional. Macedo Soares e o empresário Guilherme Guinle[9] foram designados a se debruçar sobre esta questão:

> Em fevereiro de 1940 o presidente recebeu o resultado deste trabalho, do qual constavam o orçamento, as normas gerais para a organização da usina e as recomendações para a elaboração do estatuto da nova empresa. Em 4 de março Vargas assinou o decreto-lei que criava a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional. (ABREU, 2014, p. 1238)

Nesta esteira, a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional (CEPSN) era - "A nona de uma longa série de comissões e conselhos que ao longo de dez anos foi incumbida de tratar da questão siderúrgica teria total autonomia e seria subordinada à Presidência da República." (MOREIRA, 2000. p. 26). Portanto, um órgão de governo

9

A família Guinle foi uma das mais ricas, poderosas e influentes no Brasil do século XX, detinha a concessão da Companhia Docas de Santos até a década de 1960, proprietária da Companhia Brasileira de Energia Elétrica, da Cia de Fósforos Cruzeiro, do Banco Boa Vista. A família também possuía fazendas, fábricas no setor têxtil, construtora de ferrovias, detinha a representação, no Brasil, de diversas empresas estrangeiras e atuou no setor de entretenimento e hotelaria, como o Teatro Phenix (SP) e a Cia. Hotéis Palace. Guilherme Guinle foi um agente muito prócere do presidente Getúlio Vargas e do interventor fluminense, Amaral Peixoto. Para uma melhor compreensão dos Guinle confira, HONORATO, Cezar. Os Guine: riqueza, poder e glamour. In: CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira e BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta (Org.). **Os donos do capital**: a trajetória das principais famílias empresariais do capitalismo brasileiro. Rio de Janeiro: Autobiografia, 2017. pp.51-77.

incumbido de pensar e levar a cabo uma usina nacional no setor. É então criada uma Subcomissão de Siderurgia da CEPSN e, como figura de cepa neste campo, Macedo Soares torna-se integrante desta subcomissão, enviado aos Estados Unidos, juntamente com Guilherme Guinle e Ari Frederico Torres[10], o trio, representando o governo brasileiro, consegue fechar acordo de empréstimo de 20 milhões de dólares junto ao Eximbank (Export Import Bank).

No desfecho desta questão, a 30 de janeiro de 1941 o presidente assina o Decreto-Lei nº 3.002 que autorizava a instalação da usina. À CEPSN coube dar ajustes finais as questões de ordem financeira (recursos), jurídica e organizativa (administração). Nascia assim, em abril de 1941, na atual cidade fluminense de Volta Redonda, a CSN - não associada ao capital estrangeiro e sim através de empréstimos diretos. Empresa de economia mista apresentava uma gama de acionista à época de sua instalação (MOREIRA, 2000. p. 37), porém, o Estado brasileiro se sobressaía no controle majoritário destas ações.

Guilherme Guinle ocupa a primeira presidência da CSN e Macedo Soares assume o cargo de diretor-técnico permanecendo na função até 1946, oportunidade que teve para acompanhar toda a fase de instalação e dos primeiros funcionamentos da CSN. Como uma das figuras orgânicas do capitalismo brasileiro e, este, articulado ao internacional, Macedo Soares, enquanto diretor da CSN acumulou a função de presidente do Sindicato Nacional da Indústria de Extração de Carvão e de Conselheiro Consultivo da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira.

O conceito de progresso industrial no Brasil pós 1930 e suas articulações com o caso fluminense: análise introdutória

A partir dos anos 1930 tanto no Brasil quanto em diversos países, torna-se mais incisiva a ação governamental nas questões econômico-financeiras e produtivas. Esta é, por exemplo, a análise da Revista Conjuntura Econômica de 1950 em sucinto artigo intitulado - *Agências econômicas e financeiras do governo federal*[11] em que delega esta ação do Estado às contingências das crises nos setores econômicos. Seja isso ou a ação originária do governo com vistas a garantir o desenvolvimento, o material apresenta importantes indicações quanto às intervenções do governo federal nas seguintes esferas: nas atividades monetária e creditícia (incluiu-se o setor bancário), siderurgia, petróleo, portos, ferrovias, sal e na produção de gêneros primários como: café, açúcar, mate, pinho, algodão, borracha, entre outros. Todos estes setores passam a ter agências específicas que não convém aqui sumariar. A fonte ainda cria três categorias ou esferas apresentadas

[10] Gaúcho de Porto Alegre, formado em Engenharia Civil fez curso de metalurgia e de metalografia na Europa. Entre 19 33 a 1935 presidiu o Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo. Para outros dados acerca deste agente, consulte ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer (Coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001. vol. V. p. 5767-5768.

[11] Estudos Especiais. Agências econômicas e financeiras do governo federal. **Revista Conjuntura Econômica**. Vol. 4. n. 11 Rio de Janeiro, 1950, p. 27-31. Disponível em <>. Consultado em 20 jul. 2018. Sem autoria. Foi mantida a grafia atual.

em organograma: esfera da economia com 40 unidades entre órgãos e empresas com uma gama bem diversificada de atividades relacionadas; esfera financeira em que são apresentadas sete agências e por fim, a esfera dos serviços públicos com 23 empresas ou agências, sendo estas basicamente atreladas ao serviço de infraestrutura ferroviária, marítima (portuária) e o lóide brasileiro[12].

É consenso na historiografia a guinada urbano-industrial que se verifica no Brasil pós 1930 e o papel decisivo do Estado neste processo sob a fórmula do nacional desenvolvimentismo. Em outros termos, o progresso da sociedade brasileira capitaneada pelo Estado atendeu pela política desenvolvimentista através de várias agências criadas com vistas à modernização da matriz capitalista no Brasil. Este, por exemplo, é o cerne da histórica e clássica análise de Ricardo Bielschowsky sobre o desenvolvimentismo[13].

Vemos assim, em Bielschowsky, que o desenvolvimentismo brasileiro entre 1930 a 1964 consistiu na ação planejada do Estado brasileiro com vistas a promover a industrialização via processo de cooptação de forças do setor produtivo. Considerando o Estado como promotor de mudanças estruturais e contrapondo a tradicional vocação agrária do país, ao menos em tese, argumenta-se que estava incutida na política desenvolvimentista a expectativa de que a industrialização brasileira seria uma etapa de superação da pobreza e de combate ao subdesenvolvimento, reduzindo as diferenças entre países ricos e pobres.

Há de se destacar uma variação no conceito de desenvolvimentismo que assume nuances interpretativas na formulação de propostas para o problema do desenvolvimento brasileiro e mobiliou “um campo amplo de interesses” (DRAIBE, 1985, p. 42). Mesmo assim, esta autora no informa que: “(...). As forças políticas eram heterogêneas mas não eram socialmente indeterminadas, e isso num sentido muito preciso: o dos conteúdos com que atuavam na luta política, mais ou menos próximos dos setores sociais estratégicos. (...)”. (DRAIBE, 1985, p. 42).

As diversas correntes desenvolvimentistas são assim identificadas por Bielschowsky: a) desenvolvimentismo privado - com interferência relevante da Confederação Nacional da Indústria e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo; b) desenvolvimentismo público não nacionalista - com defesa de participação do capital estrangeiro e interferência da Comissão Mista Brasil Estados Unidos e o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e, c) desenvolvimentismo público nacionalista - sob interferência também do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, somadas as interferências da Assessoria Econômica de Getúlio Vargas e do Instituto Superior de Estudos Brasileiros. Esta última corrente esteve mais próxima às ideias cepalinas - Comissão Econômica para a América Latina (BIELSCHOWSKY, 2004, p.242).

A gestação da política desenvolvimentista se dá com a ascensão de Getúlio Vargas ao governo federal, tal perspectiva de desenvolvimento alcançou maturidade na década de 1950. Como já dissemos, o desenvolvimentismo resultou da ação incisiva do Estado brasileiro com objetivos de promover a modernização capitalista de forma a cimentar, de acordo com determinados contextos históricos, interesses públicos nacionais

[12] Estudos Especiais. Agências econômicas e financeiras do governo federal. **Revista Conjuntura Econômica**. Vol. 4. n. 11. Rio de Janeiro, 1950, p. 28 e 29. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rce/article/view/52060/50855>. Consultado em 27 jul. 2018.

[13] BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 5.ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

(sob a forma de nacionalismo ou estatismo) e interesses privados ora nacional, ora estrangeiro: o conceito de progresso passava por estes vieses.

Sobre as origens do desenvolvimentismo, acompanhemos Bielschowsky:

> (...), a partir de 1930 e sobretudo durante o Estado Novo, foi criada uma série de agências voltadas para a administração de problemas de alcance nacional. Automaticamente seus técnicos civis e militares foram levados a pensar questões do desenvolvimento econômico nacional de uma forma integrada e abrangente, gerando a ideologia desenvolvimentista. (BIELSCHOWSKY, 2004, p. 78)

Neste sentido, pedimos licença ao leitor para a extensa lista ou o que Sônia Draibe chama de "constelação de organismos executivos ou diretivos, de políticas gerais ou setoriais" (DRAIBE, 1985, p. 90) - as principais agências nacionais criadas podem ser assim sintetizadas: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; Departamento Administrativo do Serviço Público; Conselho Federal do Comércio Exterior; Conselho Nacional do Petróleo, Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica; Conselho Técnico de Economia e Finanças; Coordenação de Mobilização Econômica; Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial; Comissão do Planejamento Econômico; Carteira de Crédito Agrícola e Industrial; Carteira de Importação e Exportação; Comissão Nacional de Gasogênio; Conselho Nacional de Minas e Metalurgia; Comissão de Indústria e Material Bélico; Departamento Nacional de Produção Mineral; Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional; Conselho Nacional de Política Industrial Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico; (BIELSCHOWSKY, 2004, p. 127; 129; 251; 254 e 257 e DRAIBE, 1985. p. 89 a 92).

Para voltar ao caso fluminense, Amaral Peixoto, como um dos agentes do desenvolvimento econômico fluminense não pode ser tomado como mero caudatário das formulações federais, ainda que seu governo tenha beneficiado da proximidade pessoal e familiar com Vargas. Por outro lado, é inegável que sua administração tenha extraído benefícios deste contexto:

> No Estado do Rio, Amaral Peixoto soube aproveitar-se com habilidade da situação excepcional a seu favor. Levou a efeito uma política pessoal que lhe assegurou prestígio popular, porque atendia tanto aos interesses imediatos dos correligionários como as questões locais do agrado destes. Realizou obras de vulto, contando com apoio do governo federal que nada lhe negou. (PINHEIRO, 1955, p. 191).

Desse modo, podemos retomar aqui a indicação do elenco de algumas das agências correlatas criadas pelo governo Amaral Peixoto para conduzir a modernização industrial-capitalista fluminense: Departamento das Municipalidades; Conselho Administrativo; Departamento Estadual de Estatística; reorganização da Secretaria de Finanças; Conselho Econômico e Financeiro do Estado; Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio; Comissão de Estradas e Rodagens; Caixa Econômica do Estado do Rio de

Janeiro; Companhia de Expansão Econômica Fluminense S.A; Comissão de Desenvolvimento industrial e a Comissão Especial de Abastecimento. Para antecipar aqui um ponto que será objeto de análise na sequência da pesquisa, nos apropriamos da premissa formulada por Honorato de que com tal direcionamento, isto é, a partir de algumas destas agências, "buscou-se atender às necessidades de uma maior reprodução do capital". (HONORATO, 1987. p. 134).

Uma das etapas da pesquisa consiste em estudar a homologia destas agências nacionais e fluminenses. Entender a correspondência entre estes órgãos, em especial, aqueles do ERJ, permitirá mapear o caminho seguido pelo Comandante para formular a política de desenvolvimento fluminense.

Breve reflexão: o Estado do Rio de Janeiro no contexto siderúrgico nacional

É importante requisitar a atenção do leitor para o seguinte aspecto: das empresas de iniciativa do governo federal implantadas no Estado do Rio de Janeiro (ERJ) durante a interventoria Amaral Peixoto houve sempre o destaque de um agente: é o caso de Macedo Soares para a CSN (Volta Redonda); do Brigadeiro Guedes Muniz para a Fábrica Nacional de Motores (Duque de Caxias) e de Gileno de Carli para a Companhia Nacional de Álcalis (Cabo Frio).

Na organização do seu governo, Amaral afirma que desejava ter Macedo Soares na Secretaria de Viação e Obras Públicas, impossibilitado porque este "ia ser secretário da Comissão de Siderurgia para organizar a Companhia Siderúrgica Nacional" (PEIXOTO, 1986, p. 159). Assim, Macedo Soares indica seu irmão, Hélio de Macedo Soares para assumir a pasta estadual. Na instalação da CSN em Volta Redonda, aproximemos um pouco mais deste terreno a partir do depoimento do próprio interventor:

> O Edmundo de Macedo Soares, que estava na Comissão de Siderurgia, um dia me pediu uma audiência e foi ao Ingá. Levou um desses mapas rodoviários vagabundos, que devo ter guardado até hoje no meu arquivo, e disse: "Nós chegamos a uma conclusão: a usina siderúrgica tem que ficar entre Cruzeiro e Barra do Piraí." Traçou um risco vermelho no mapa e continuou: "Aqui é o lugar do encontro do minério com o carvão, e o que é importante na localização da usina não é o transporte de minério nem do carvão, e sim o transporte do material acabado. O Rio de Janeiro e São Paulo consomem 90% do que a usina vai produzir. Tecnicamente, vou indicar este ponto." Nunca tinha me passado pela cabeça que a usina fosse ficar no estado do Rio de Janeiro. (...). Uma vez localizada tecnicamente a usina em Volta Redonda, o Edmundo me disse: "Agora faz a defesa política".[14] (PEIXOTO, 1986, p. 181)

Observe que Amaral Peixoto tenta naturalizar a opção pelo ERJ como se as decisões dos agentes públicos fossem desprovidas de quaisquer significados. Havia um estreitamento, inclusive familiar, entre os executivos federal e estadual. Embora Amaral Peixoto negue, o fato pode ter favorecido seu governo em termos de investimentos federais. Mais a frente, em seu depoimento e de forma indireta o Interventor fala de sua participação nas conversas internacionais, especialmente nas praças norte-americanas com o objetivo buscar investidores para a usina siderúrgica nacional. Ainda que no

[14] Aspas do original.

primeiro plano buscou-se aproximação com os alemães ou associação com o capital britânico, os rumos da guerra forçaram a opção pelos vizinhos do norte. (PEIXOTO, 1986, p. 209 a 213)

Considerações finais

O agente Macedo Soares percorreu variados setores da vida pública e privada, e, como vimos, em algumas delas, de modo concomitante. Este personagem transitou em agências do Estado restrito e da sociedade civil, portanto, um intelectual orgânico na matriz gramsciana. Para o pensador italiano intelectual é aquele que organiza, conduz e lidera uma dada ação de uma fração da sociedade. Ou seja, o intelectual aqui é aquele que exerce uma ação política, a persuasão, de modo a dar consistência, homogeneidade e consciência à própria ação [15].

Relembrar a circularidade deste personagem joga luz ou amplia os horizontes no que tange a relação entre o ERJ, setores do empresariado nacional e internacional e da relação entre agências e agentes. A inventividade, a capacidade de modernização, o espírito inovador e empreendedor do empresariado não são elementos suficientes para explicar a própria lógica da acumulação e da reprodução de riquezas. Falando em termos específicos do empresariado nacional, há um "aparelhamento" deste junto ao Estado não raro acompanhada de uma aproximação mais ou menos elevada ou sofisticada com o capital internacional. Com decisivo incentivo estatal, o capital endógeno articula-se ao exógeno, o inverso também é verdadeiro.

Como representante de uma parcela da sociedade civil e, ao mesmo tempo representante do Estado restrito, Macedo Soares circulou por diversas esferas: agências públicas e aquelas de interesse privado. Por fim, auxiliou a construção do consenso acerca da questão siderúrgica, que, por tabela estava associada a uma gama bem diversificada de empreendimentos empresariais e do desenvolvimento capitalista no Brasil. Logo, se tomarmos a atuação deste personagem reduzida em si em nada auxiliará na compreensão do problema. Sua ação antes de ser personalizada está plasmada, isto é, institucionalizada nas agências das quais participou o que reforça a atuação deste agente enquanto uma das lideranças do empreendimento metalúrgico no Brasil em sua concentração e reprodução de capital.

Artigo recebido em 11 mai. 2019.
Aprovado para publicação em 27 jul. 2019.

Documentação

CPDOC: Arquivo Ernani do Amaral Peixoto. Série Interventoria. 1937.11.11.

[15]Cf. GRAMSCI, Antônio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

Revista Conjuntura Econômica. Vol. 4. n. 11. Rio de Janeiro, 1950, p. 27 a 31. Disponível em < http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rce/article/view/52060/50855>

Referência bibliográfica

ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer (Coord.). Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001. vol. v.

_____ PAULA, Christiane Jalles de. (Coord.). Dicionário da política republicana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: FGV;CPDOC/FAPERJ, 2014.

AVELAR, Alexandre de Sá. A modernização brasileira no pensamento do general Edmundo de Macedo Soares (1937-1987). 2006. 371p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense (UFF). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, 2006.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 5.ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

CASTRO, Silvia Regina Pantoja Serra de. Amaralismo e Pessedismo fluminense: o PSD de Amaral Peixoto. 1996. 393p. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense (UFF). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, 1996.

DRAIBE, Sônia. Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

GRAMSCI, Antônio. Os Intelectuais e a Organização da Cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

HONORATO, Cezar. Os Guinle: riqueza, poder e glamour. In: CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira e BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta (Org.). Os donos do capital: a trajetória das principais famílias empresariais do capitalismo brasileiro. Rio de Janeiro: Autobiografia, 2017.

_____. O novo estado no Estado Novo: análise da interventoria Amaral Peixoto no Estado do Rio de Janeiro. 1987. 290p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense (UFF). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, 1987.

MOREIRA, Regina da Luz. CSN um sonho feito de aço e ousadia. Rio de Janeiro: Iart, 2000.

PEIXOTO, Ernani do Amaral. Artes da política: diálogo com Ernani do Amaral Peixoto. Aspásia Camargo, Lúcia Hippolito, Maria Celina D'Araujo, Dora Rocha Flaksman (Organizadoras). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. (Coleção Brasil século 20).

PINHEIRO, Eurico. Três anos de realizações do governo Amaral Peixoto no Estado do Rio de Janeiro. Niterói: Dias Vasconcellos, 1940.

SILVA, Edmundo de Macedo Soares e. Um construtor do nosso tempo: depoimento ao CPDOC / Lúcia Hippolito e Ignez Cordeiro de Farias (Organizadoras). Rio de Janeiro: Fundação CSN, 1998.

Capitalismo de Vigilância na Sociedade da Transparência: Um estudo discursivo sobre as bibliotecas da Universidade de Berkeley

Ana Elisa Sobral Caetano da Silva Ferreira[1]

Surveillance Capitalism in the Transparency Society: A discursive study on the libraries of the University of Berkeley

[1]Doutoranda em Linguistica na Universidade Federal de São Carlos.
E-mail: anaelilsaferreira@ifsp.edu.br

Resumo:

A reforma da biblioteca Moffitt (2016) da Universidade de Berkeley é o ponto de partida para o debate que propõe uma reflexão sobre os processos discursivos e sua materialização nos espaços urbanos. Tendo a Midiologia (DEBRAY, 1995) como aporte teórico-metodológico refletiremos sobre as possíveis influências do Capitalismo de Vigilância (ZUBOFF, 2019) e do *Homo economicus* (DEBRAY, 2019) na nossa proposta de atualização do conceito de assujeitamento (PÊCHEUX, 1995) do sujeito discursivo e seus desdobramentos nos objetos técnicos que o cercam na Sociedade da Transparência (HAN, 2017).

Palavras-chave: Capitalismo de Vigilância; Sociedade da Transparência; Midiologia.

Abstract:

The remodeling of Moffitt library (2016) at the University of Berkeley is the stepping stone to debate about discursive processes and how they are materialized in urban spaces. Using Debray's Midiology (1995) as our theory and method, we will reflect on possible influences of Zubboff's Surveillance Capitalism (2019) and Debray's *Homo economicus* (2019) on our suggested updated of Pêcheux's (1995) concept *L'assujettissement* and its influence on the technical objects in the Transparency Society by Han (2017).

Keywords: Surveillance Capitalism; Society of Transparency; Midiology

Introdução

As rachaduras seminais do discurso

> Enquanto eu olhava, essa rachadura rapidamente alargou-se [...].
> Meu cérebro vacilou quando vi aquelas maciças paredes caírem em pedaços.
> Houve o som de uma demorada e tumultuada gritaria,
> como o ruído de mil aguaceiros, e o lago profundo e frígido
> a meus pés se fechou sombria e silenciosamente
> sobre os destroços da "casa de Usher".
>
> *A queda da casa de Usher*
> Edgar Allan Poe

Régis Debray (1995), em seu livro *Manifestos Midiológicos,* introduz a Midiologia como uma possível metodologia para análise da transmissão simbólica no campo comunicacional. Ao entendermos que essa ciência estuda o poder das mediações, analisaremos a reforma da biblioteca Moffit, seus aspectos diacrônicos, ou seja, as histórias e as memórias que ela convoca, e seus aspectos sincrônicos: as relações que esse espaço estabelece com outros lugares compartilhando determinadas características marcadas pelo seu tempo. Nesse trabalho de "estabelecer ligações onde elas não existiam" (DEBRAY, 2004b, p. 143), investigaremos as marcas do *Homo economicus* (DEBRAY, 2019) e do Capitalismo de Vigilância (ZUBOFF, 2019) transformando memórias estabilizadas ao redefinir o que é, ou poderia ser, uma biblioteca.

Localizada na Califórnia, mais precisamente na Bay Area, a cidade americana de Berkeley tem seu nome devido à University of California Berkeley (UCB); pode-se até dizer que a luz do conhecimento chegou antes dos seus habitantes. UCB já contava com sua primeira biblioteca em 1874, porém o pequeno espaço no South Hall, depois transferido para Bacon Hall em 1881, não era suficiente para representar a grandiosidade que a universidade merecia, afinal, para muitos ela era a "Atenas do Oeste".

Uma Atenas precisa de seu Partenon, portanto, em 1911, o então presidente da universidade Benjamin Ide Wheeler convenceu Charles Franklin Doe a custear a biblioteca afirmando: "enquanto não tivermos uma grande biblioteca [...] não teremos uma grande

universidade"[1]. Foi assim que a Doe Memorial Library nasceu para abrigar mais de 13 milhões de volumes, com 100 mil usuários e quase 3 milhões de visitantes online. Para Joseph Rowell, diretor geral da biblioteca, era preciso "solidez e força para sustentar o nobre peso dos livros"[2], uma semântica que não imaginava um mundo do conhecimento na "leveza" das nuvens digitais.

A biblioteca tornou-se a mente e o coração de UC Berkeley, segundo o lema adotado pela universidade[3]. Com seu estilo neoclássico, guardava o saber entre paredes de mármore e silêncio sepulcral, porém um dos edifícios ligados ao prédio de Doe Library traria a rachadura seminal de um novo discurso.

Esse edifício é Moffitt Library que se conecta a Doe Library por um braço subterrâneo. Moffit, também conhecido como Undergraduate Library, destina-se aos jovens integrantes da universidade e passou por uma reforma em 2016 para atender aos anseios dos novos alunos. Espaços amplos, paredes de vidro, mesas comunitárias nas quais a conversa é incentivada a favor da sinergia, da construção em grupo, do almoço no meio dos livros, espaços destinados à soneca, uma biblioteca aberta *ad aeternum*[4]. Um lugar de onde não é preciso sair, a não ser para pegar o próximo ônibus para o escritório do Google.

A reforma pretendia tornar o quarto e o quinto andar de Moffitt espaços *interativos e dinâmicos*, retomando a famosa fala de Robert Gordon Sproul[5] (1930) de que bibliotecas

[1] O presidente Benjamin Ide Wheeler convenceu Charles Franklin Doe, um empresário e bibliófilo de São Francisco, a legar fundos para ajudar a pagar por uma nova instalação. Escreveu Wheeler, 'Enquanto não tivermos uma grande biblioteca...não teremos uma grande universidade.' As metas estabelecidas pelo bibliotecário-chefe Joseph Rowell, que serviu por 45 anos, incluíam um local central, luz abundante, salas retangulares e solidez e força necessárias para sustentar o grande peso dos livros. Disponível em: <https://150.berkeley.edu/story/university-library-mind-and-heart-berkeley>. Acesso em: 30 abr. 2019.

[2] As metas estabelecidas pelo bibliotecário-chefe Joseph Rowell, que serviu por 45 anos, incluiu uma localização central, luz abundante, salas retangulares e a "solidez e força necessárias para sustentar o grande peso dos livros.

[3] O lema é "The University Library: The mind and heart of Berkeley". Disponível em: <https://150.berkeley.edu/story/university-library-mind-and-heart-berkeley>. Acesso em 7 mai. 2019.

[4] Imagine uma biblioteca de 24 horas onde você pode escrever nas paredes, reorganizar os móveis, comer, beber, conversar acima de um sussurro, estender um tapete de oração, cochilar, realizar uma reunião, praticar para uma entrevista de emprego e usar a mais recente tecnologia - tudo com as majestosas árvores de Berkeley e a paisagem envolvente como pano de fundo. (KELL, 2016, s/p) (tradução nossa)

[5] Uma universidade não é primariamente um lugar para o parcelamento do conhecimento pronto, mas para esse novo pensamento que resulta em novos conhecimentos; que não existe apenas para transmitir fatos, mas para mostrar aos alunos como os fatos são descobertos; que não é um museu no qual pode ser encontrada apenas a sabedoria acumulada do passado, mas que é uma fábrica que vibra com a indústria e produz a mais

não são museus acumulando o antigo saber, mas sim fábricas que cantarolam ao som de indústrias produzindo o saber do futuro. Não é de se admirar, portanto, que a empresa contratada para tornar esse sonho realidade fosse a Gensler, responsável por projetos como as sedes do Facebook, do Instagram e do LinkedIn[6].

Doe Memorial Library não precisa ser derrubada para que se instale um novo entendimento sobre bibliotecas – as bibliotecas-fábricas – só é preciso que haja um novo espaço, ligado a ela, que ofereça em sua estrutura um outro discurso concretizado, especializado.

A notícia da reabertura de Moffitt depois da reforma (KELL, 2016), publicada no site da universidade, anunciava que um sonho se tornava realidade e que nesse espaço muito *especial*, onde não havia lugar para livros[7], os alunos teriam "dois andares inteiros para abarcar o ensino e o aprendizado do século 21" (KELL, 2016, s/p., tradução nossa).

A reforma missionária retoma o discurso do *self made man* enraizado na identidade estadunidense. Segundo Kell (2016, s/p, tradução nossa), "nossa missão enquanto biblioteca, diz MaKie-Manson, é ajudar as pessoas a encontrar, avaliar e usar fontes de informação para construir um mundo melhor. E ensinar nossos alunos a se tornarem seus próprios especialistas em informação"[8].

Esses são efeitos do processo civilizatório, do *self made man* que continua sua eterna jornada para o Oeste em busca da felicidade, descrito por Debray (2019), cujo espírito está no poder da transformação. "Uma civilização em progresso transforma seus entornos na sua própria imagem [...] quando uma sociedade se torna menos propositiva e mais receptiva" (DEBRAY, 2019, p. 22, tradução nossa). Receptiva, inclusive para uma biblioteca sem livros.

---

nova sabedoria do dia. Disponível em: <https://150.berkeley.edu/story/university-library-mind-and-heart-berkeley>. Acesso em: 30 abr. 2019.

[6] Disponível em: <https://www.gensler.com/projects>. Acesso em: 30 abr. 2019.

[7] Unlike traditional libraries, Moffitt no longer has shelves of books, which now are housed at the Main (Gardner) Stacks, a multilevel space with some 2.3 million volumes and an underground entrance accessible from both Moffitt and Doe libraries (KELL, 2016, s/p).

[8] Our mission as a library, says MacKie-Mason, is to help people find, evaluate and use information resources to build a better world. And to teach students to how to become their own information specialists (KELL, 2016, s/p).

A ficção de Bradbury, *Fahrenheit 451*, que foi escrita nos porões da biblioteca de Powell (UCLA) descreve um mundo onde era preciso queimar livros, porém nossa realidade não precisa de incendiários. De um modo mais sutil e incrivelmente eficaz, os livros passam a ser objetos técnicos obsoletos sem espaço nem mesmo em uma biblioteca.

Entendemos a técnica segundo definição de Debray, como

> Toda conduta ou atuação que não está inscrita no nosso programa genético. [...]. Acreditamos, a exemplo de muitos outros como o pré historiador André Leroi-Gouhan [1911-86], que o dom da prótese faz o humano do homem, o qual se humaniza mediante a exteriorização das suas faculdades num processo de objetivação sem fim e sem finalidade. O sujeito se constitui como humano com e no objeto. A invenção técnica permite a sucessão cumulativa a que chamamos de cultura (DEBRAY, 2004a, p. 22).

Esse processo de *objetivação sem fim e sem finalidade* está intrinsicamente ligado ao discursivo que transforma os espaços por meio da técnica. Em Moffitt, a queima de livros não exige fogo, pois vem acompanhada de mudanças imperativas na fluidez da pós-modernidade[9] (BAUMAN, 1998).

O objeto técnico *livro* dá espaço aos objetos da era digital. Segundo o site da empresa de arquitetura Gensler[10] um dos objetivos da reforma era transformar o espaço para proporcionar um aprendizado *tech-friendly*[11]. Com a saída dos livros, entram os computadores.

"O *design* cria uma experiência de biblioteca para alunos modernos[12]" que carregam o celular no bolso como uma extensão ou prótese do corpo humano (LEFFA, 2009), alunos que se reconhecem na teoria prostética da tecnologia digital.

> A ideia de que os artefatos técnicos representam extensões (projeções, amplificações) do ser humano e, o que não é menor, do corpo humano (os sentidos, os membros, o sistema nervoso, etc.) tornou-se um *topos* do pensamento moderno. Aquilo que poderíamos chamar de a teoria prostética da tecnologia foi formulada numa variedade de textos entre 1860 e 1870 (MARTINS, 2012, p. 15).

[9] O conceito de Pós-Modernidade será adotado segundo definição de Bauman que o faz em contraponto ao livro de Freud "O mal estar na civilização": "É sob esse título que o provocador desafio de Freud ao **folclore da modernindade** penetrou em nossa consciência coletiva" (BAUMAN, 1998, p. 7, grifo nosso).
[10] Disponível em: < https://www.gensler.com/projects/moffitt-library>. Acesso em: 6 mai. 2019.
[11] Uma possível tradução para Tech-Friendly seria amigável para tecnologia, tornando o espaço mais convidativo para objetos técnicos da era digital.
[12] Tradução nossa de parte do texto disponível no site da Gensler.

A fluidez exige que o sujeito seja móvel, que o conhecimento caiba no micro, dentro do chip ou armazenado na nuvem com a qual se conecta a um clique. Pesados livros prendem o sujeito pós-moderno que deve sempre estar em movimento, alternando o estar sentado e o estar de pé, a cada vez que seu relógio digital aponta que "é a hora do giro do tronco[13]". A biblioteca não é mais um lugar de permanência, mas uma passagem.

O *do it yourself*, ou faça você mesmo, é uma das máximas da nova civilização, cujo Capitalismo de Vigilância (explicado doravante), faz parte de um processo, não só econômico, mas identitário. O "Eu" passa a ser aquele que reconhece os objetos técnicos digitais como extensões do próprio corpo, que se filia ao espaço da exposição onde "já não é possível *habitar*"[14] (HAN, 2017, p.46) e que conserva a ilusão de autonomia ao não se questionar sobre seus vestígios[15] no ciberespaço, permitindo que algoritmos assumam o controle e tomem decisões, mascaradas como recomendações.

Assim como a análise que Orlandi (2010) faz da estátua de Fernão Dias Paes Leme, apontando que a identidade resulta de processos de identificação, as paredes transparentes de Moffitt encarnam a mesma *territorialidade* e evocam o discurso que ecoa do vale do Silício.

> E temos aí um sofisticado processo discursivo. O de uma estátua que nos faz pensar um corpo – o de Fernão Dias – que se materializa em um sujeito histórico, o Bandeirante, que institui caminhos e forma povoados, situa populações. Povoa o solo do Brasil. Transforma espaço em territorialidade, em acontecimento, em história. Em país. Em nação. Submete o chão ao Estado. E este, por seu poder, suas instituições, individua seus sujeitos desse chão. (ORLANDI, 2010, p. 10).

O mesmo processo discursivo sofisticado acontece na estrutura de Moffitt ao nos lembrar a quem o poder pertence. A submissão da Academia se dá às empresas de tecnologia que estão a aproximadamente 70 quilômetros de distância de Berkeley. As paredes, as cores, o *modus operandi* da transparência, "um abismo infernal do igual", que Han (2017) propõe, também é da ordem do espaço. Uma biblioteca de vidro, onde a porta

[13] Mensagem para que o usuário do relógio digital *Samsgung Gear S2,* modelo sm-r720, se movimente.
[14] "Habitar significa originariamente 'estar satisfeito, estar em paz, permanecer onde se está'. A permanente coação por exposição e por desempenho ameaça a paz, fazendo também desaparecer a *coisa* no sentido heideggeriano. Ela não é passível de exposição, pois está plena de *valor cultural"* (HAN, 2017, p.47)
[15] Tradução para o termo *surplus*, utilizado por Zubooff (2019)

mesmo fechada permite saber o que acontece do outro lado, prepara o indivíduo para a sociedade da transparência opaca na qual a informação existe por si e não pelo conhecimento.

> *Transparência não é transcendência*; a sociedade da transparência é *opaca*; não é iluminada por aquela luz que promana de uma fonte transcendente. [...] o *médium* da transparência não é a luz, mas uma *radiação opaca*, que em vez de *iluminar*, tudo penetra e torna tudo transparente (HAN, 2017, p. 63, grifo do autor).

Para o autor, a uniformização da transparência como ordem mundial "nivela o ser humano a um elemento funcional de um sistema (HAN, 2017, p. 10) e tal sistema não permite espaço para contemplação: "a alma humana necessita naturalmente de esferas onde possa estar *junto de si mesma*, sem o olhar do outro" (HAN, 2017, p. 10, grifo do autor). Entretanto, na sociedade da transparência tudo é iluminado, não há espaço para o privado. Nela tudo é resultado e tudo é opinião.

Opiniões sem consistência que, segundo o autor, levam à *democracia líquida* (do inglês, *liquid democracy*) um eterno mudar de cores para que o veredito seja sempre aquilo que "me agrada" (HAN, 2017, p. 17). Uma sociedade que tem aversão ao descontentamento e que usa os botões de curtir e o número de *likes* do perfil do Facebook como termômetro para vida social. Não à toa a reforma de Moffitt veio satisfazer os desejos da geração que cresceu dentro das mídias sociais.

Esse é o sujeito interpelado ideologicamente pela sociedade da transparência; aquele que naturalizou o uso dos objetos técnicos de sua era até não entender mais o que é corpo e o que é máquina; aquele que é guiado pela sugestão dos algoritmos, em suas rotas diárias, em suas escolhas de filmes ou mesmo amigos.

Não nos enganemos, pois a sociedade da transparência só se sustenta na transparência do sujeito interpelado ideologicamente. Essa lógica não se aplica às caixas pretas do vale do Silício, cuja existência é fundamental para que o vazio se estabeleça.

L'assunjettissement: o conceito de Pêcheux

Para que o vazio seja a ideologia vigente, é preciso que o deslizamento aconteça primeiramente no campo discursivo.

> A Análise de Discurso (AD) põe em questão sucessivamente as três hipóteses: a de uma língua que teria sido unívoca, a de um sujeito como unidade controlada pela razão e que fosse bem-sucedido em "dizer o que quisesse" e, finalmente, a de conjuntura uniforme porque as sociedades são (sempre foram) divididas em classes ou grupos (POSSENTI, 2004, p. 359).

Esse sujeito, ideologicamente interpelado, tem a ilusão de que é a origem do seu próprio discurso, ignorando que o funcionamento do processo discursivo se dá pelo inconsciente e pela ideologia (ORLANDI, 2015). "O homem faz história, mas esta também não lhe é transparente" (ORLANDI, 2015, p. 19), a história que antecede o sujeito é afetada pelo simbólico, nesse sentido não é possível conceituar o sujeito sem considerar o discurso no recorte histórico no qual ele circula.

Pêcheux concordava com Althusser ao dizer que as ideologias não têm origem no sujeito, mas sim "constituem os indivíduos em sujeitos" (PÊCHEUX, 1995, p. 129) já que, na concepção desse autor, o discurso antecede o sujeito.

A manutenção dos discursos acontece também por meio dos Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE), "um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas" (ALTHUSSER, 1998, p. 43), como igrejas, escolas e partidos políticos. A subordinação do homem tem seu percurso histórico passando por essas instituições distintas e especializadas. Orlandi (2015) explica que a subordinação passa da crença na Letra, a palavra divina, às Letras, a palavra do Estado e suas Leis.

O que propomos, e aprofundaremos doravante, é um novo passo nesse percurso: a subordinação aos algoritmos. De acordo com Orlandi (2015, p. 51),

> submetendo o sujeito mas ao mesmo tempo apresentando-o como livre e responsável, o **assujeitamento**[16] se faz de modo a que o discurso apareça como instrumento (límpido) do pensamento e um reflexo (justo) da realidade.

Se "o sujeito-de-direito é um efeito de uma estrutura social bem determinada: a sociedade capitalista" (ORLANDI, 2015, p. 51), quando existe uma mudança na ordem

[16] Grifo nosso

econômica, que entenderemos como Capitalismo de Vigilância, o sujeito-de-direito também é afetado por essa mudança.

Assim como o *Homo politicus* removeu o *Homo religious*, atualmente a subordinação se dá na ordem econômica do *Homo economicus* (DEBRAY, 2019).

> A revolução digital, que codifica todo e qualquer fato em uma noção binária, claramente tem um grande papel na virada do qualitativo para o quantitativo. Mas, se *data* e *big data* são atualmente a chave para os 'segredos finais', é preciso colocar isso em perspectiva. Não foi um *coup d'éat*, mas sim uma pancada contra do estado. *Homo economicus* destronou o *Homo politicus,* que por três séculos comandou nossas lendas e também a categoria de base, e removeu, na era do Iluminismo, o *Homo religious* do seu pedestal (DEBRAY, 2019, p. 33, tradução nossa)[17].

O *Homo economicus* é assujeitado pela ideologia da fluidez e da incerteza junto com seus objetos técnicos. O midiologista sabe que não existe mente sem a máquina (DEBRAY, 2019) e que a homogeneização do discurso também se dá por meio da técnica.

O homem que naturalizou a técnica digital não é capaz de questionar, por exemplo, o paradoxo dos espaços coletivos e o processo de identificação. A revolução desencadeada pelo Facebook transforma não somente o espaço virtual (*online*), mas também o espaço físico (*off-line*).

O site da empresa de arquitetura Gensler descreve os quarto e quinto andares Moffit como "espaços colaborativos, uns para estudo coletivo, outros para concentração e foco". A alternância entre o coletivo e o individual é apenas mais uma estratégia para resultados. Assim, não há espaço de reflexão fora: a biblioteca de acesso 24 horas, 7 dias por semana, tudo permite - comida, bebida, conversa, cochilo - desde que os resultados apareçam. Rapidamente, de preferência.

O paradoxo se estabelece nesse jogo de liberdade e submissão do sujeito discursivo. Ele é livre para dizer, mas a língua, a história e a ideologia o submetem ao assujeitamento.

[17] "The digital revolution, which codifies any fact whatsoever into binary notation, clearly plays a large part in this qualitative leap of the quantitative. But if data and big data are today the keys to the 'final secrets', this needs to be put into perspective. It is not a *coup d'état*, but a blow against the state. *Homo economicus* has dethroned *Homo politicus*, who for three centuries had headed our legends as well as the junior staff, and had himself, in the age of Enlightenment, remove *Homo religious* from his pedestal.

Uma nova ordem econômica? O Capitalismo de Vigilância

Não há nada novo sob o Sol,
e a eterna repetição das coisas
é a eterna repetição dos males.
Quanto mais se sabe, mais se pena.
E o justo como o perverso,
nascidos do pó, em pó se tornam.

A cidade e as serras
Eça de Queirós

A trajetória de Jacinto é narrada pelos olhos de Zé Fernandes com a finalidade de convencer o leitor de *A cidade e as serras*, como posto na epígrafe, que a vida simples do campo em Portugal é superior à vida cercada de tecnologia na cidade da Luz. O personagem principal da narrativa de Queirós era infeliz mesmo com toda tecnologia que o cercava e, apesar do livro ter sido publicado em 1901, ainda guarda questões pertinentes ao homem pós-moderno.

Sofremos de fartura, da mesma melancolia e angústia que Zé Fernandes usa para descrever seu amigo. A fartura vem do excesso de opção que gera FOMO (o medo de ficar de fora) como explica Dossey (2014):

> FOMO é considerada uma forma de ansiedade social – uma preocupação compulsiva sobre a oportunidade de estar perdendo uma interação social, uma experiência nova, ou algum outro evento que geralmente são publicados em redes sociais. FOMO reflete uma preocupação que os amigos possam estar experimentando algo que falta para aquele que observa (DOSSEY, 2014, p.69).

A vida e a felicidade continuam sendo pautas para ardentes debates e muitos empresários, como Mark Zuckenberg, acreditam que a inteligência artificial e a programação algorítmica apresentam respostas. Se temos demais, por que não deixar que uma linguagem matemática decida por nós? Porém, autores como Yuval Noah Harari[18] (2016) e Shoshana Zuboff (2019) discordam dessa proposição. Para Zuboff (2019), a personalização dos serviços no Capitalismo de Vigilância é equivalente a conquistar e subordinar os usuários às empresas que oferecem tais serviços.

Zuboff, professora emérita da Universidade de Harvard, cunhou o termo Capitalismo de Vigilância em seu artigo *Big Other*, publicado em 2015 no *Journal of Information and*

[18] Entrevista complementar: Mark Zuckerberg & Yuval Noah Harari in conversation. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Boj9eD0Wug8&t=4374s>. Acesso em: 6 mai. 2019.

Technology. Relacionando a teoria behaviorista de Skinner, a distopia de Orwell e a trajetória do Google, a autora aponta que essa nova ordem econômica utiliza experiências humanas como matéria prima para fins comerciais, em um processo de desapropriação dos direitos humanos básicos servindo como uma ameaça direta à democracia.

Longe do cliché "quando o serviço é de graça, você é o produto", Zuboff elabora uma metáfora na qual os usuários dessa nova ordem econômica não passam de carcaças abandonadas, como elefantes após a extração do marfim (ZUBOFF, 2019). Para a autora, as empresas de tecnologia digital comercializam o *surplus* de seus usuários, aquilo que deixamos como rastro na internet, para criação de produtos cada vez mais *personificados* que acabam guiando as escolhas de seus usuários. Zuboff dá exemplo de produtos como *Alexa*, um dispositivo da Amazon que responde a comandos de voz para funções como tocar música, regular a temperatura e a luz ambiente, fazer compras online, entre outras. Todos os dados são armazenados e estão à disposição dos engenheiros da Amazon, que trabalham para desenvolver o *voice-sniffer algorithm* que pretende interagir automaticamente às palavras gatilho como "comprar", "amar", "não gostar".

A Amazon não é a única empresa que desenvolve assistentes pessoais. Aparelhos celulares como o iPhone oferecem Siri, entretanto, a diferença do *voice-sniffer algorithm* é a autonomia da resposta diante das palavras gatilho[19]. Esse alto índice de personalização leva a um conhecimento da ordem do íntimo, daquilo que costumava ser inalcançável. Os algoritmos são capazes de prever e criar necessidades que o usuário desconhecia. Esse direcionamento esbarra necessariamente na questão da liberdade e do direito.

> Nós todos nos tornamos um pouco ciborgue. Nosso telefone é uma extensão de nossa memória; nós terceirizamos funções básicas para algoritmos; nós entregamos nossos segredos para serem armazenados em servidores e ocupados por computadores. O que precisamos é lembrar-nos que não estamos apenas nos fundindo com máquinas, mas com as empresas que operam as máquinas (FOER, 2017, p. 8, tradução nossa)[20].

Permitir que as empresas que operam as máquinas tomem decisões é uma das grandes questões que difere o Capitalismo do sujeito-de-direito do Capitalismo de Vigilância: por não haver uma lei que regule essas empresas, na maioria das vezes elas criam suas próprias

[19] Disponível em: <https://abcnews.go.com/Business/amazon-patent-reveals-voice-sniffer-algorithm-analyze-conversations/story?id=54175793>. Acesso em: 7 de mai. de 2019.

[20] "We've all become a bit cyborg. Our phone is an extension of our memory; we've outsourced basic functions to algorithms; we've handed over our secrets to be stored on servers and minded by computers. What we need to always remember is that we're not just merging with machines, but with the companies that run the machines"

políticas de privacidade e isso pode ter consequências gravíssimas para o sistema democrático. O caso *Cambridge Analytica*[21] é um exemplo de como o uso de dados pessoais impactaram nas votações do Brexit e na eleição presidencial estadunidense de 2016.

Zuboff afirma que a auto regulação faz com que as políticas de privacidade e os códigos de conduta dessas empresas se tornem documentos normatizadores. Utilizando a chegada de Cristóvão Colombo em Cuba como ponto de reflexão, a autora revela a importância da cenografia da conquista, que impõe uma nova realidade criando fatos que antes não existiam. "Declarações são inerentemente invasivas pois impõem novos fatos ao mundo social, enquanto seus declaradores criam maneiras para fazer com que as outras pessoas concordem com esses fatos" (ZUBOFF, 2019, p. 270, tradução nossa[22]).

A legitimação, no exemplo de Colombo, se dá de forma materializada no *Requerimiento*, decreto monarca de 1513 que estabelecia a ordem dos ataques nas vilas indígenas. A escolha de Zuboff (2019), nada aleatória, resgata a violência do exercício "cínico e cruel" durante o processo de invasão. Cínico, pois os nativos eram interpelados em uma língua que desconheciam, e cruel, já que eram obrigados a se render a um documento que deveria garantir a justiça. Os relatos de resistência eram chamados de revolta, legitimando o uso de força brutal de retaliação.

Por que trazer à memória algo que parece tão distante, não só cronologicamente, mas que a princípio não se relaciona com os procedimentos da era digital? Não há sangue, mas há violência. Uma violência silenciosa que guarda o cinismo do ataque *civilizatório* de 1513. Empresas de tecnologia digital, como Google, ao apresentarem suas próprias políticas de privacidade e contratos que podem ser mudados frequentemente[23] estabelecem o espaço no qual o Capitalismo de Vigilância se torna a nova ordem, retomando a cenografia da colonização de Colombo.

---

[21] CADWALLADR, C. My TED talk: how I took on the tech titans in their lair. In: The Guardian, 21 abril 2019. Disponível em: <https://www.theguardian.com/uk-news/2019/apr/21/carole-cadwalladr-ted-tech-google-facebook-zuckerberg-silicon-valley>. Acesso em: 22 abr. 2019.

[22] Declarations are inherently invasive because they impose new facts on the social world while their declarers devise ways to get others to agree to those facts.

[23] **We change this Privacy Policy from time to time**. We will not reduce your rights under this Privacy Policy without your explicit consent. We always indicate the date the last changes were published and we offer access to archived versions for your review. **If changes are significant, we'll provide a more prominent notice** (including, for certain services, email notification of Privacy Policy changes). < https://policies.google.com/privacy?hl=en-US#about >. Acesso em: 16 jun. 2019

Zuboff (2019) se refere à essa dinâmica como *conquista por declarações*, que dialoga com a ideia de processo civilizatório de Debray (2019). A nova ordem econômica transforma a cultura, modificando tudo para que se torne espelho dela mesma, inclusive os espaços urbanos.

O assujeitamento do sujeito no Capitalismo de Vigilância: uma atualização do conceito na era dos algoritmos

Entendemos que no Capitalismo de Vigilância, o sujeito não se constitui somente pela ordem do esquecimento daquilo que o determina (PÊCHEUX, 1995), já que tem a ilusão de ser origem de seu discurso, mas também pela ordem do direcionamento algorítmico que determina aquilo a que o indivíduo é exposto, em um gesto de policiamento dos enunciados e apagamento seletivo da memória já previsto por Pêcheux (2014).

Entendemos *indivíduo* e *sujeito* segundo o funcionamento da Ideologia e sua interpelação, como "processo natural e sócio-histórico pelo qual se constitui-reproduz o efeito-sujeito como *interior* sem *exterior*" (PÊCHEUX, 1995, p. 163). O sujeito do discurso tem a ilusão de que é a origem do que diz, sem a consciência de que o dizer possível se faz naquele recorte histórico ao mobilizar discursos outros que o atravessam.

A ordem do direcionamento algorítmico trabalha com os *resíduos do interior*, aquilo que Zuboff (2019) chama de *surplus*, para exibir um conteúdo cada vez mais personalizado para cada usuário, jogando com a ideia de autonomia. Aparentemente existe a liberdade de escolha, mas os algoritmos, ao escolherem um conjunto de possibilidades, assujeitam o usuário, assim como a língua, a história e a ideologia assujeitam o sujeito do discurso.

Zuboff (2019) ainda ressalta que o Capitalismo de Vigilância não pode ser reduzido à máquinas e sequências algorítmicas, pois o discurso que circula não é somente da ordem da técnica, mas também das relações de poder que se estabelecem nas instituições que produzem os objetos técnicos.

"Saber que não há neutralidade nem mesmo no uso mais aparentemente cotidiano dos signos" (ORLANDI, 2015, p. 9) ajuda-nos a entender que se a programação algorítmica é

tida como linguagem, ela também não é neutra. A própria definição de algoritmo é amplamente debatida dentro das ciências computacionais (MOSCHOVAKIS, 2001). Para Finn (2017), nossa confiança em sistemas computacionais, mais precisamente nas soluções que os algoritmos nos apresentam, está relacionada à história da matemática como linguagem perfeita do mundo natural,

> *Mathesis universalis*, uma linguagem da ciência que os filósofos Gottfried Wilhelm Leibniz, René Descartes e outros pressagiaram como uma forma de alcançar a perfeita compreensão do mundo natural. Esta linguagem perfeita descreveria exatamente o universo através de sua gramática e vocabulário, tornando-se um novo tipo de magia racional descreveria e seria o mundo para os cientistas (FINN, 2017, p. 25, tradução nossa[24]).

Dessa forma, algoritmos são associados à solução de problemas, como uma receita ou uma sequência instrucional para calcular um resultado lógico (FINN, 2017). Portanto, a confiança depositada na linguagem matemática, posta como um paradigma inquestionável, aponta para o funcionamento do processo de interpelação do indivíduo em sujeito discursivo, que segundo Pêcheux (1995, p. 163), "se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina".

Pode-se dizer que o capitalismo de vigilância tem como estrutura fundamental o jogo de identificações dessas formações discursivas que constituem o sujeito discursivo, principalmente em uma sociedade na qual a Ciência é um dos principais pilares.

Ao compararmos o direcionamento algorítmico à construção ideológica[25] feita por meio dos AIE, percebemos que o direcionamento trabalha com dados concretos (*surplus*) deixados pelos usuários durante a navegação no ciberespaço, transcendendo os ritos coletivos aos quais somos submetidos diariamente, como ir à escola, ao trabalho, à igreja, e que são responsáveis pela manutenção dos discursos que atravessam e transformam indivíduos em sujeitos discursivos.

[24] *Mathesis universalis*, a language of science that the philosophers Gottfried Wilhelm Leibniz, René Descartes, and others presaged as a way to achieve perfect understanding of the natural world. This perfect language would exactly describe the universe through its grammar and vocabulary, becoming a new kind of rational magic for scientists that would effectively describe and be the world.
[25] Segundo a definição de Aparelhos Ideológicos do Estado de Althusser (1998).

A possibilidade de acessar e cruzar dados pessoais de modo massivo e abrangente, como nunca feito por Aparelhos Ideológicos, faz com que o direcionamento algorítmico dialogue com o conceito de *psicopoder* na sociedade da transparência,

> Hoje uma nova mudança de paradigma se realiza. O panótico digital não é uma sociedade disciplinar biopolítica, mas sim uma sociedade da transparência psicopolítica. E no lugar de biopoder, entra o *psicopoder*. A psicopolítica está em posição para, com a ajuda da vigilância digital, ler e controlar pensamentos [...] o *psicopoder* está em condições de intervir nos processos psicológicos (HAN, 2018, p. 253, grifo do autor).

A interferência nesses processos psicológicos que Han descreve se inicia no controle do pensamento e se desdobra nos espaços. O *psicopoder* é responsável por remodelar estruturas estabelecidas – a biblioteca Moffitt, por exemplo – para que se tornem um "abismo infernal do igual" (HAN, 2018, p. 9) ou uma cópia das sedes das empresas de tecnologia digital.

A *não* biblioteca: consideraçoes finais

Muda-se a identidade daquilo que definimos como biblioteca. Os espaços que guardam os livros, a estrutura física, as práticas, os leitores e os bibliotecários. Tudo é afetado em um gesto que parece, simplesmente, uma reforma. Mas a técnica, segundo Santos (2017) só pode ser analisada dentro da sociedade que a utiliza e a significa nas suas práticas;

> a técnica é um elemento importante de explicação da sociedade e dos lugares, mas sozinha, a técnica não explica nada. Apenas o valor relativo é valor. E o valor relativo só é identificado no interior de um sistema da realidade, e de um sistema de referências elaborado para entendê-la, isto é, para arrancar o fato isolado da sua solidão e seu mutismo (SANTOS, 2017, p. 46).

Práticas que são em primeira instância discursivas. Não se reforma um discurso, outro toma seu lugar, portanto, o *(re)imaginar e revitalizar* Moffitt, como é descrito no site notícias da Universidade de Berkeley, vai muito além de reorganizar cadeiras e repintar paredes. É um exercício de desconstrução que antecede Moffitt, que apesar de ser chamada de biblioteca, nada guarda de sua irmã Doe Memorial.

McNamee (2019), ao falar sobre a obra 1984, de George Orwell, aponta que na ficção o Estado é o *Big Brother* responsável por controlar os sujeitos, enquanto na realidade isso está acontecendo por meio de companhias privadas cujo objetivo principal é o lucro. A

remodelagem da biblioteca é um indicativo sintomático das relações entre os processos discursivos, a construção da identidade do sujeito e seus desdobramentos no espaço urbano.

Moffitt não é apenas um espaço físico, é também uma *hashtag*, um perfil no Facebook e uma conta no Twitter. *Um quase lugar* de intersecção entre o *online* e o *off-line*, pois o desenho do espaço físico remete a todo instante à colonização do ciberespaço feita por empresas que definiram suas próprias leis e sua própria estética.

Um projeto civilizatório que não está relacionado com nações, mas com empresas privadas que trabalham para que o *surplus* de seus usuários sejam sempre ferramentas de controle, impondo o processo de assujeitamento direcionado pela linguagem algorítmica.

Harari (2016) alerta sobre os perigos de poucas empresas, que se auto regulam, definirem o que é *bom/certo* ou *ruim/errado* para uma grande parcela da população do ocidente. O principal perigo ameaça a democracia, pois, cada vez que seus usuários terceirizam suas decisões para seus smartphones na busca por agilidade e dinamismo, também permitem que os algoritmos determinem suas escolhas políticas e esquecem que o lema do Google "faça a coisa certa[26]" não diz respeito necessariamente ao cuidado com seus usuários, mas possivelmente com seu próprio lucro.

O direito aos espaços, sejam eles *online* ou *off-line*, é afetado pelo posicionamento das empresas que programam os algoritmos e o sujeito, submetido à ideologia que rege o paradigma digital, segue potencialmente oprimido na ilusão de liberdade.

Artigo recebido em 10 mai. 2019.

Aprovado para publicação em 08 jul. 2019.

Referências bibliografia

ALTHUSSER, L. *Aparelhos Ideológicos do Estado*. Lisboa: Presença, 1998.

[26] *Do the right thing*, lema adotado no código de conduta da Alphabet, empresa a qual o Google pertence. Disponível em: < https://abc.xyz/investor/other/code-of-conduct/>. Acesso em: 9 mai. 2019.

BAUMAN, Z. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

DEBRAY, R. *Civilization*: How We All Became American. New York: Verso, 2019.

_____, R. *Deus, um itinerário*: Material para história do Eterno no Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____, R. *Introdução à Mediologia.* Lisboa: Livros Horizonte, 2004.

_____, R. *Manifestos Midiológicos.* Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

DOSSEY, L. "FOMO, Digital Dementia, and our Dangerous Experiment". *Explore*: *The Journal of Science and Healing*, v. 10, março/abril, 2014, p. 69-73.

FINN, E. *What Algorithms Want*: Imagination in the Age of Computing. Cambridge: MIT Press, 2017.

FOER, F. *World Without Mind*: The existential threat of big tech. New York: Penguin Press, 2017.

HAN, B. C. *Sociedade da transparência*. Petrópolis: Vozes, 2017.

___, B. C. *No enxame*: Perspectivas do digital. Petrópolis: Vozes, 2018.

HARARI, Y. N. *Homo Deus*: uma breve história do amanhã. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

KELL, G. Reimagined and revitalized Moffitt Library opens Wednesday. *Berkeley News*, novembro 2016. Disponível em: <https://news.berkeley.edu/2016/11/01/reimagined-and-revitalized-moffitt-library-opens-wednesday/>. Acesso em: 30 abril 2019.

LEFFA, V. J. Vygotsky e o ciborgue. In: SCHETTINI, R. H., et al. *Vygotsky*: um revisita no início do século XXI. São Paulo: Andross, 2009, p. 131-155.

MARTINS, H. *Experimentum Humanum* - Civilização Tecnológica e Condição Humana. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

MCNAMEE, R. *Zucked*: waking up to the facebook catastrophe. New York: Penguin Press, 2019.

MOSCHOVAKIS, Y. N. What is an algorithm? In: BJORN ENGQUIST, W. S. *Mathematics Unlimited* - 2001 and Beyond. Berlin: Springer, 2001.

ORLANDI, E. *Análise de Discurso*: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes Editores, 2015.

PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso*: Uma crítica à afirmação do óbvio. 2ª Ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

_____, M. Ler o Arquivo hoje. In: ORLANDI, E. P. *Gestos de Leitura*: da história no Discurso. 4ª Ed. Campinas: Editora Unicamp, 2014.

POE, E. A. A queda da casa de Usher. In: *Edgar Allan Poe, Histórias extraordinárias*. Belo Horizonte : Cultrix, 2011.

POSSENTI, S. Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: BENTES, A. C.; MUSSALIM, F. *Introdução à Linguistica*: domínios e fronteiras. Vol. 2. São Paulo: Cortez, 2004.

QUEIRÓS, E. D. *A cidade e as serras*. Porto: Livraria Chardron, 1901.

SANTOS, M. *A natureza do Espaço*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017.

ZUBOFF, S. *The Age of Surveillance Capitalism*. Vol. 1. New York: PublicAffairs, 2019.

Judicialização desenfreada: as ações do Desastre de Mariana

Luciana Picanço de Oliveira Brandolin[1]

Unbridled judicialization: the lawsuits about Mariana´s Disaster

[1] Mestre em Direito pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Professora auxiliar das Faculdades Integradas Hélio Alonso. E-mail: lupioliver@hotmail.com

Resumo:

O presente trabalho possui o escopo de analisar o procedimento de judicialização de políticas públicas, levando como base o acontecimento do maior desastre industrial do Brasil – o rompimento da barragem de Fundão, no distrito de Bento Rodrigues, em Mariana/MG.
Com o intuito de aprofundar o entendimento sobre o assunto, primeiramente serão observados conceitos acerca da judicialização, sua legitimidade, independência e competência do Poder Judiciário. Serão pontuadas críticas e defesas sobre a atuação do Poder Judiciário como "*policy maker*", para consequentemente adentrar-se no estudo do acidente de Mariana. Por fim, serão observadas as conexões entre a falha na política pública de proteção ambiental e a atuação do Poder Judiciário de Minas Gerais, objetivando minimizar os impactos socioambientais gerados pelo desastre.

Palavras-chave: Rompimento da Barragem de Fundão, Limites da Judicialização, Judicialização de políticas públicas.

Abstract:

This article intends to analyze the procedure of public policies judicialization, considering the worst industrial disaster of Brazil – the rupture of Fundão´s dam, in Bento Rodrigues District, Mariana, Minas Gerais.
In order to deepen the knowledge of this subject, first we will observe the concepts of judicialization, its legitimacy, independence and the judiciary competence. Critics and defenses about Judiciary as a policy maker will be made, with the intention to study Mariana´s accident. Finally, the connections between the failures of the environmental public policy and Judiciary´s actuation will be considered, with the intention of minimizing the social-environmental impacts of the disaster.

Keywords: Rupture of Fundão´s Dam, Boundaries of Judicialization, Public Policies Judicialization.

Introdução

A judicialização das políticas públicas é um fenômeno mundial, em que se vê o crescente protagonismo do Judiciário para a resolução de questões políticas. Segundo Ernani Carvalho (2004, p. 316), ela “potencia a participação de membros do judiciário no policy-making". Através dos estudos de Vallinder e Tate, por meio do *The Global Expansion of Judicial Power*, introduziu-se o termo judicialização de políticas e tentou-se explicar "a expansão do poder judiciário no processo decisório das democracias contemporâneas" (idem).

Para melhor entender as particularidades da judicialização no Brasil, é preciso rever alguns conceitos primários. Inicialmente, os autores abordam que uma das causas desse fenômeno é a existência de regimes democráticos – que não necessariamente foi obrigatória. No entanto, nesses regimes prosperou a autonomia do Judiciário, ponto importante para judicialização. “Sobre a influência de grandes autores como Locke (1632-1904) e Montesquieu (1689-1755), a fórmula da separação de poderes difundiu-se no final do século XVIII como necessária à limitação de poder político do Estado e à defesa dos direitos individuais" (ARANTES, 2007, p. 80).

Nesse sentido, podemos apontar dois extremos que servirão de modelo para a judicialização brasileira. De um lado o sistema constitucional da França, com seu controle de constitucionalidade em abstrato, baseado numa constituição escrita. Em contraponto, o sistema norte americano de controle difuso, em que os magistrados podem opinar pela inconstitucionalidade de normas dentro do julgamento de casos concretos. Entre os dois extremos encontra-se o Brasil, adepto ao controle misto. Um país com Constituição rígida que, porém, adota tanto o controle em abstrato – por meio de Ação Declaratória de Inconstitucionalidade – quanto o controle difuso, utilizando o Supremo Tribunal Federal como corte de última instância para o julgamento de casos concretos.

Para Ernani Carvalho (2004) existem condições políticas para o surgimento da judicialização, como a democracia, a separação de poderes, os direitos políticos, o uso dos Tribunais pelos grupos de interesse ou pela oposição e a não efetividade das instituições majoritárias. Nesse sentido, os descontentes com o rumo das políticas utilizam o Tribunal como rota de manobra para conseguir atingir seus objetivos.

Nesse sentido, pautados na atuação política dos Tribunais, alguns autores apontam que para haver uma judicialização de políticas é necessária a existência de três requisitos: independência, capacidade e legitimidade. Críticos apontam pela ausência de legitimidade da Suprema Corte para o controle de normas, pelo fato de seus ministros não serem advindos de escolha popular. Outros entendem que a independência advém da separação de poderes e que esta restaria comprometida quando o judiciário entrasse em uma seara que não lhe pertencesse – apontando que o controle político transpassa a competência dos magistrados. Por fim, em relação à capacidade, entendem que os Tribunais não possuem recursos suficientes e necessários para um controle político de políticas. Outros críticos deste

fenômeno entendem que "no sentido constitucional, a judicialização refere-se ao novo estatuto dos direitos fundamentais e à superação do modelo da separação dos poderes do Estado, que levaria à ampliação dos poderes de intervenção dos tribunais na política". (MACIEL, 2002, p. 117).

Divergências à parte, o importante a se entender é que a judicialização das políticas no Brasil é real. Inúmeras são as decisões de cunho político feitas pelo Poder Judiciário. Seja por falha no sistema representativo, seja pela notoriedade da Corte Constitucional, a cada ano que passa novas decisões são tomadas gerando novos rumos em políticas públicas.

Na área ambiental, talvez pela nova constitucionalização da proteção ao meio ambiente, se consolidando apenas em 1988, ainda são singelas as decisões do Supremo Tribunal Federal, mantendo-se muitas vezes em silêncio ao se deparar com casos concretos. No entanto, apesar de singela participação da Suprema Corte, é notório o envolvimento das instâncias ordinárias quanto à proteção e gestão socioambiental. É neste sentido que será analisado o caso concreto em tela: o rompimento da barragem de Fundão, ocorrido no distrito de Bento Gonçalves, em Mariana/MG.

Sob a ótica da judicialização, do incremento do acesso ao judiciário, da atuação política dos Tribunais e da obrigatoriedade de decidirem as questões que lhes são confiadas, será feita uma pesquisa preponderantemente qualitativa por meio de análise de documentos – com uma breve pesquisa quantitativa elaborada no penúltimo tópico - observando o grande número de ações individuais propostas no Poder Judiciário de Minas Gerais, que ultrapassaram o impressionante número de setenta mil demandas.

A justificativa do presente trabalho é a melhor compreensão dos contornos da Judicialização rumo à proteção ao meio ambiente, baseada na hipótese de que os Tribunais Estaduais têm atuado massivamente para suprir a falha na política pública de proteção ao meio ambiente, a qual permitiu o acontecimento do maior desastre ambiental do Brasil, o Acidente de Mariana.

O fenômeno da judicialização no Brasil

A judicialização "decorre da atuação do Poder judiciário na garantia da efetivação dos direitos fundamentais, que deveriam ser concretizados por políticas públicas formuladas pelo Poder Legislativo e executadas pelo Poder Executivo" (AMARAL, 2012, p.1), sendo um processo consideravelmente recente no Brasil. Entende-se que antes do advento da Constituição Federal de 1988 (CRFB 88) a participação do Poder Judiciário não seria politicamente expressiva. No entanto, com as conquistas democráticas da Carta Magna e a ampliação do rol de garantias constitucionais, surgiu grande estímulo às decisões políticas de Tribunais. Entende-se que houve três concausas para o surgimento destas decisões: a redemocratização do país, com o advento da CF88; a constitucionalização dos direitos, aumentando o rol de garantias constitucionais; e, o advento do controle de

constitucionalidade.

Para Ernani Carvalho (2004), o fenômeno estudado ocorreu no Brasil porque as condições políticas locais foram favoráveis. Ao referir-se aos conceitos de Tate e Vallinder (1995), aborda que o país desenvolveu uma modalidade de controle jurisdicional *from without* – "a reação do Judiciário à provocação de terceiro e que tem por finalidade revisar a decisão de um poder político tomando como base a Constituição" (CARVALHO, 2004, p. 121) -, o que não ocorreu de maneira desordenada, mas observou as diretrizes já abordadas por outros autores em continentes diversos.

Segundo Carvalho (2004), o surgimento da democracia, a separação constitucional de poderes, o advento de direitos políticos à população, o uso de Tribunais por grupos de interesse e pela oposição política e a inefetividade das instituições majoritárias criaram as condições perfeitas para o desenvolvimento de uma cultura de judicialização da política. Nesse sentido, abordam Maciel e Koerner (2002):

> "Judicialização da política" e "politização da justiça" seriam expressões correlatas, que indicariam os efeitos da expansão do Poder Judiciário no processo decisório das democracias contemporâneas. (...) Se na ideia da política judicializada estão em evidência modelos diferenciais de decisão, a noção de politização da justiça destaca os valores e preferências políticas dos atores judiciais como condição e efeito da expansão do poder das Cortes. A judicialização da política requer que operadores da lei prefiram participar do policy-making a deixá-la a critérios de políticos e administradores e, em sua dinâmica, ela própria implicaria papel político mais positivo da decisão judicial do que aquele envolvido em uma não decisão (MACIEL; KOERNER, 2002, p.114).

Traduzindo os termos de Tate e Vallinder, Lucas Guimarães (2011) refere-se ao fenômeno como:

> (1) a expansão do campo dos tribunais ou dos juízes em detrimento dos políticos e/ou dos administradores, isto é, *a transferência de poder de decisão do legislador, do governo, ou da administração civil para os tribunais* ou, pelo menos, (2) *a propagação dos métodos da tomada de decisão judicial para fora do campo judicial propriamente dito*. Em resumo, podemos dizer que a judicialização envolve essencialmente uma transformação na direção do processo judicial. (GUIMARÃES, 2011, p.13, grifo nosso).

Grande parte dos estudos acadêmicos volta-se para a análise da judicialização por meio de decisões do Supremo Tribunal Federal, através do julgamento de Ações Diretas de Inconstitucionalidade, declarando a adequação de normas infraconstitucionais aos preceitos fundamentais da Constituição de 1988. Entretanto, o escopo do presente artigo é baseado na

"judicialização ordinária" – se assim podemos dizer -, ou seja, na atuação dos Tribunais Estaduais que, por meio de reiteradas decisões a respeito de uma matéria, atuam de maneira ativa no *policy making*, influenciando políticas públicas.

Sabe-se que a atuação política do Poder Judiciário não se restringe à declaração da Suprema Corte, nem tampouco de julgamento de ações constitucionais. Em seus procedimentos diários, magistrados "fazem políticas públicas" constantemente, adentrando em uma seara que tecnicamente não lhes pertence – mas que se faz necessária para a efetivação dos direitos individuais. É neste recorte que o presente estudo se concentra.

Inúmeras são as críticas a respeito da atuação política dos Tribunais. Parte da doutrina[2] alega que o Poder Judiciário não possui legitimidade para a tomada de decisão, pois não foram eleitos democraticamente. De mesmo modo, dizem que não possuem a capacidade necessária para decidir de maneira técnica – deixando de lado questões importantes como o orçamento destinado a determinada política, o repasse de verbas do governo, entre outras questões. Por fim, muitos alegam[3] que a judicialização adentraria no conceito de independência de poderes, posto que as decisões judiciais em muito interviriam em atos administrativos, compelindo o poder executivo a agir, como no caso de fornecimento de medicamentos, na internação de pacientes, admissão de crianças em creches públicas, entre outros exemplos.

Apesar de diversas críticas, é impossível não perceber os resultados da judicialização no Brasil. Todos os dias, o Poder Judiciário "faz política", intervindo em todas as etapas do ciclo de políticas públicas – de sua formulação até o seu monitoramento –, influenciando o rumo e desviando o curso de diversas políticas já pontuadas pelo Poder Legislativo; colocando em pauta "assuntos esquecidos" pelos políticos; garantindo o acesso da população a bens e serviços; compelindo o Poder Executivo a atuar positivamente. Diversas são as atuações judiciais em políticas públicas. A atuação dos magistrados não foi diferente no Acidente de Mariana, os quais se posicionaram com o intuito de minimizar os efeitos gerados pela falha na política pública de proteção ambiental.

Rompimento da Barragem de Fundão – o acidente de Mariana

No dia 5 de novembro de 2015, a barragem do Fundão se rompeu, liberando rejeitos de mineração no distrito de Bento Rodrigues, em Mariana/MG. Tamanha lama de rejeitos atingiu mais de 663 km de cursos de água, resultando em destruição de mais de 1.400 hectares de vegetação, alastrando comunidades, ocasionando mortes e destruindo a fauna local. A poluição alcançou dois estados, passando pelo Rio Doce – fonte de água de grande importância para a região – e tomando por completo inúmeras praias capixabas, eliminando diversos animais aquáticos – muitos deles vistos apenas nesta região.

[2] Assim como Rogério Bastos Arantes.
[3] Adeptos aos pensamentos de Hamilton Madison.

O alcance do leito do Rio Doce, que abrange 230 municípios entre Minas Gerais e Espírito Santo, possibilitou breve avanço dos rejeitos para o mar, chegando a atingir a Reserva Biológica de Comboios, unidade de conservação ambiental, pesquisa, proteção e reprodução de tartarugas marinhas, que possui uma das maiores bases de pesquisa do IBAMA. A chegada de rejeitos às praias impossibilitou a comunidade de pescadores da região de Regência a exercerem a atividade mais importante da comunidade, pois o pescado era o sustento de inúmeras famílias desta região. Estima-se que 1.249 pescadores artesanais foram diretamente impactados pelo acidente.

Entre os principais impactos socioambientais ocasionados, encontram-se:

- Mortes de trabalhadores da empresa e moradores das comunidades afetadas;
- Desalojamento da população;
- Destruição de estruturas públicas e privadas;
- Destruição de áreas agrícolas e pastos;
- Prejuízos à indústria e demais atividades econômicas locais;
- Interrupção da geração de energia elétrica e abastecimento de água;
- Interrupção da pesca regional;
- Desestímulo no turismo;
- Destruição de áreas de preservação permanente e da Mata Atlântica local;
- Mortandade da biodiversidade aquática e da fauna terrestre;
- Assoreamento dos cursos de água;
- Alteração dos padrões de qualidade da água doce, salobra e salgada (IBAMA, 2015).

A atividade mineradora é uma das maiores causadoras de impacto ambiental. A extração mineral pode ser feita por meio de exploração do subsolo ou garimpo. Com a proibição do garimpo, o uso de lavras é o método de exploração mais utilizado. "*No processo de beneficiamento do minério de ferro, o material extraído durante a atividade mineradora é separado: o minério segue para a produção das pelotas e a mistura de água, partículas de óxidos de ferro e sílica ou quartzo – chamada de rejeito – é descartada*" (SAMARCO, 2017). Nesse sentido, aborda pesquisa do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (1989) que:

> *... na exploração de minérios metálicos, mais de 90% do material retirado da mina é liberado como rejeito sob a forma de uma lama fina.* De forma análoga, os minerais ferrosos, na sua fase de beneficiamento para obtenção de minério de ferro, após a submissão a várias etapas e processos, geram *um rejeito fino que é lançado na fase líquida em barragens de decantação de rejeito para que a água possa ser liberada em condições adequadas.*
> Dessa forma, a intensa demanda por água é uma das fortes características da extração mineral por lavra, especialmente dos minerais mencionados.

> *Essa demanda acarreta rebaixamento do lençol freático, influenciando diretamente captações próximas a região de extração, bem como poderá ocasionar abatimentos ou deslizamentos no terreno* (PAVÃO, 2016, p. 37, grifo nosso).

O município de Mariana está localizado no Quadrilátero Ferrífero, região de maior concentração de minério de ferro do país. Sua geografia rica em minerais possibilitou a exploração e desenvolvimento local. Há mais de quatro décadas a empresa SAMARCO se encontra em Mariana, e, por meio de sua atividade industrial se tornou a principal causa do progresso regional. Somente no período de 2010 a 2013 o PIB da cidade aumentou para 6,59 bilhões, conforme dados do IBGE, sendo a atividade industrial – quase em sua totalidade baseada na extração de minério de ferro – a responsável por 70% do crescimento ocorrido:

> Enfim, Mariana se insere em um contexto nacional de intensificação da exploração de *commodities*. O Plano Nacional de Mineração 2030 (MME, 2011) estima que a produção de ferro brasileira passará de 353 milhões de toneladas em 2008 para 1.098 milhões de toneladas em 2030. Para tanto, previa-se que os investimentos em mineração e transformação mineral somariam US$ 260 bilhões entre 2010 e 2030 (PORTO *et al*, 2016, p. 24).

O desenvolvimento econômico trouxe consigo a melhoria da saúde e educação, a geração de empregos, a melhora na qualidade de vida da população, a redução da criminalidade e a simpatia dos locais. Logo após o rompimento da barragem as atividades da empresa foram paralisadas e, curiosamente - apesar de tamanho desastre - a população clamou pelo seu retorno, acreditando que esta era a riqueza e o propósito regional. Nos termos de ARAÚJO *et al* (2014, p.2):

> A indústria extrativa mineral é responsável por gerar um efeito multiplicador na economia, tanto na produção, como na geração de empregos, pois os bens que extrai fornecem insumos tanto para a indústria de transformação quanto para o setor de construção, e os seus empreendimentos geram, na sua esfera de influência, um amplo conjunto de atividades conexas de bens e serviços (ARAÚJO *et al*, 2014, p.2).

O crescimento da cidade desencadeou efeitos positivos ao longo das décadas que se passaram, aumentando a riqueza local e preconizando o destino da região: a dependência econômico-social da exploração mineral. Inegáveis são os progressos gerados pela atividade econômica, no entanto, é necessário refletir a respeito da regularidade e da sustentabilidade do empreendimento local e de suas consequências ambientais a médio e longo prazo.

Apesar do constante investimento em setores como saúde e educação, o Poder Público regional não angariou esforços significativos para a proteção ambiental. Conforme o Secretário do Meio Ambiente de Mariana:

> O município não possuía corpo técnico para fiscalizar a estrutura da barragem de Fundão, indicando que a fiscalização da utilização do meio ambiente parecia não ser prioridade da gestão municipal, ou pelo menos isso não se refletia na contratação de um corpo técnico para esses fins (PORTO e*t. al*, 2016, p.17).

Apesar do alto índice de servidores públicos, a ausência de corpo técnico disponível para fiscalização ambiental demonstra que o município de Mariana não envidou esforços para proteger e sim para explorar. Uma região baseada em extração mineral, atividade primariamente poluidora, não preconizou o planejamento ambiental regional, preocupando-se apenas na aferição de riquezas. Nesse sentido, cabe refletir: como uma cidade desenvolvida mediante atividade poluidora não teve o consequente investimento na gestão e fiscalização ambientais? "Entre os anos de 2011 e 2015, a Secretaria do Meio Ambiente foi responsável por menos de 1% das despesas municipais de Mariana, enquanto que as Secretarias de Obras, saúde e educação totalizam cerca de 70% das despesas" (Idem, p. 18). Nesse sentido, a respeito das falhas nos instrumentos de política pública ambiental, relata PAVÃO (2016, p. 48):

> No que se referiu ao prognóstico dos impactos referentes à Barragem, o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) apresentado ao órgão ambiental como subsídio ao procedimento de licenciamento ambiental da mesma, considerou-os de forma segmentada, tendência observada na maior parte dos estudos com finalidade de avaliação ambiental elaborados no Brasil.
> Nesse sentido, *o EIA não se prestou a analisar de forma aprofundada os impactos conjunturais referentes à instalação e operação da Barragem. Observou-se com o rompimento da Barragem que a escala dos impactos atingiu grande parte da bacia hidrográfica do rio Doce. Nesse caso, poderia ter sido considerado no estudo a escala da bacia hidrográfica para prognosticar impactos e situações de rompimento. Ao considerar a escala da bacia em que o empreendimento/atividade está inserido, é possível prospectar-se de forma mais abrangente os impactos potenciais de determinada atividade de forma sistêmica***.**
> *Outro aspecto do EIA referiu-se ao diagnóstico e prognóstico referente às comunidades do entorno da Barragem***.** Foi descrito no estudo que o povoado de Bento Rodrigues era a "única comunidade vizinha relativamente próxima ao empreendimento e, portanto, mais suscetível aos eventos da alteração de qualidade de água da operação do empreendimento, ou do fornecimento de mão de obra para a etapa de obra". *Comunidades como Paracatu de Baixo, por exemplo, não foram consideradas*, conforme aponta Poemas (2015). É possível afirmar, portanto, que ocorreu nos estudos uma subestimação dos possíveis impactos da barragem em relação às comunidades situadas no entorno do empreendimento (PAVÃO, 2016, p.48, grifo nosso).

A passividade do Poder Público em relação às medidas de segurança locais levou à existência de falhas na implementação das políticas públicas de proteção ambiental, mais precisamente, na Política Nacional do Meio Ambiente (Lei n. 6.938/1981) e na Política Nacional de Segurança de Barragens (lei n. 12.334/2010). Observando-se que a atividade exploratória fora exercida pela empresa SAMARCO, uma *joint-venture* formada pela VALE S.A. e BHP BILLITON, cabe a estas o zelo pela estruturação e manutenção dos diques, conforme os ditames da Lei n. 12.334/2010. Nesse sentido, de acordo com as diretrizes normativas, competia aos órgãos integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), ou seja, o IBAMA – em nível estadual – e o Departamento Nacional de Produção Mineral – órgão de nível federal, integrante do Ministério Minas e Energia – a fiscalização da manutenção e segurança da barragem de Fundão, de acordo com as diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA).

O presente artigo não possui a pretensão de aprofundar as duas políticas nacionais de proteção ambiental – tarefa a ser realizada em trabalho oportuno –, no entanto, tem o objetivo de referir-se a possíveis falhas na implementação destas, trazendo a debate a conexão entre a falta na política pública e sua judicialização por meio dos 70.000 processos em série, em sede de julgamento pelo Tribunal Estadual de Minas Gerais.

Desdobramentos administrativos e judiciais do desastre ambiental

Dispõe o preceito constitucional que "as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados".[4]

Diante de tamanho desastre, o governo federal, em parceria com os estados e municípios, passou a adotar medidas reparadoras, de modo a dirimir brevemente algumas de suas consequências, utilizando medidas como o reconhecimento do estado de emergência do distrito de Bento Rodrigues – Portaria 222 do Ministério da Integração Nacional – fornecendo distribuição de alimentos e realizando obras emergenciais; viabilizando a liberação de saque do FGTS para os afetados – Decreto 8.572/2015 -; e iniciando os estudos de impacto ambiental nas regiões de Minas Gerais e Espírito Santo – informando o IBAMA, em laudo preliminar, que o desastre ocorrido se classificaria em:

> Desastre de Nível IV, "desastre de muito grande porte", conforme classificação da Defesa Civil. Os desastres desse último nível são caracterizados quando os danos causados são muito importantes e os prejuízos muito vultosos e consideráveis. Nessas condições, esses desastres não são superáveis e suportáveis pelas comunidades, mesmo quando bem informadas, preparadas, participativas e facilmente mobilizáveis, a menos que recebam ajuda de fora da área afetada, como foi o caso. Nessas

[4] Art. 225, parágrafo 3º da Constituição Federal de 1988.

> condições, o restabelecimento da situação de normalidade depende da mobilização e da ação coordenada dos três níveis de governo (municipal, estadual e federal) e em alguns casos, até de ajuda internacional (IBAMA, 2015).

De grande prioridade foi a monitoração e o tratamento da qualidade da água, posto que o Rio Doce e seus afluentes são os responsáveis pelo abastecimento de vasta população. A penalização do infrator por meio de multas administrativas foi feita pelo IBAMA por meio de cinco autos de infração, totalizando o valor de R$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), responsabilizando a empresa SAMARCO MINERAÇÃO S/A por: lançar resíduos nas águas do Rio Doce, provocar perecimento de espécimes da biodiversidade, tornar área urbana imprópria para ocupação, causar poluição hídrica e provocar mortalidade de animais ao longo do rio, resultando em risco a saúde humana (IBAMA, 2015).

Na esfera judicial, ainda no ano de 2015, as Procuradorias Gerais da União e dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo ingressaram com ação civil pública[5] em face das empresas SAMARCO MINERAÇÃO S/A, VALE S/A e BHP BILLITON BRASIL LTDA., requerendo a condenação das demandadas a adotarem medidas urgentes que impedissem o avanço dos rejeitos para as demais fontes de água locais; a realização de avaliação da contaminação do pescado; a apresentação de um plano global de recuperação socioambiental da Bacia do Rio Doce e das populações atingidas – entre outros pedidos -, bem como o pagamento de multa diária para o descumprimento de quaisquer determinações solicitadas.

Quanto à atuação do Ministério Público, defensor da ordem constitucional, foram propostas vinte e duas (22) ações civis públicas (ACPs) e 2 ações criminais. Em março de 2016 as empresas Vale, BHP Billiton e Samarco assinaram um Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC)[6] em parceria com o Governo Federal, e os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo com a finalidade de "acelerar o processo de recuperação da Bacia do Rio Doce, regiões estuarinas, costeiras e marinha, em especial a qualidade e a quantidade de águas nos tributários e assim na calha principal impactada" (SAMARCO, TTAC, 2016, p. 3). Um dos compromissos pactuados pelas partes foi a contratação de equipe de especialistas para analisar o andamento de 41 programas socioambientais e socioeconômicos que haveria de realizar na área atingida. Conforme difundido na mídia, em decisão fundamentada, deferiu o juiz da 12ª Vara da Justiça Federal a disponibilização de R$ 2,2 bilhões para garantir o cumprimento das análises e financiamento dos programas de reparação, sendo R$ 100 milhões em aplicações financeiras, R$ 1,3 bilhão em seguro garantia e R$ 800 milhões em ativos da empresa SAMARCO S/A.

De acordo com o TTAC, fora criada a Fundação Renova, uma entidade não governamental sem fins lucrativos, custeada pelas empresas poluidoras, com a finalidade de reparar os danos causados pelo rompimento da barragem de rejeitos. Com o intuito de

[5] ACP n. 0069758-61.2015.4.01.3400.

[6] O acordo final do TTAC entre as empresas e os Estados obstou 46 processos, com 22 ACPs e 16 medidas cautelares, além de processos de execução e ações populares.

promover programas socioambientais e socioeconômicos, a Fundação visa a atuar com medidas de mitigação, compensação e reparação, objetivando tornar o meio socioambiental equivalente à situação anterior ao desastre, observando as normas e políticas públicas setoriais.

Foram convencionados sete eixos temáticos para a Fundação – constantes na cláusula 8 do TTAC – sendo estes: organização social; infraestrutura; educação; cultura e lazer; saúde; inovação; tecnologia e gerenciamento do plano de ações. Os referidos eixos foram remanejados em três: pessoas e comunidades; terra e água; e, reconstrução e infraestrutura. Importante observar que os eixos, ao serem desenvolvidos, irão interferir nas políticas públicas locais – tais como a política de proteção aos povos indígenas, urbanística, de proteção ao patrimônio histórico-cultural, de educação, saúde e proteção ao meio ambiente Resta indagar: a interferência da Fundação Renova nas políticas públicas locais será positiva a ponto de restabelecer ou melhorar a qualidade de vida da população?

Por fim, não menos importante, de acordo com depoimento do Presidente da Subseção de OAB em Governador Valadares, além das 22 ações coletivas, há cerca de 70 mil ações individuais na comarca de Minas Gerais, sendo 55 mil processos apenas na comarca de Governador Valadares. Entre os pedidos, elencam-se indenizações, cumprimento de ações emergenciais e pagamento de compensações de gastos.

É evidente que os 70 mil processos influenciarão o rumo das políticas públicas do governo de Minas Gerais. Em suas instâncias, magistrados publicarão decisões que deverão ser cumpridas não somente pela empresa, mas também pelo Poder Público local, tornando não somente matéria de Direito Privado, mas também de regulação e execução regional, impactando pontos importantes como o financiamento das políticas públicas, o orçamento público para a efetivação de ações emergenciais, entre outros pontos estratégicos ao desenvolvimento local.

Nesse sentido, nota-se que a formação de um ciclo: a falha na política pública gerou o acidente; o acidente impactou a população e o meio ambiente regional; os danos geraram a proposição de inúmeros processos judiciais; as demandas irão motivar os magistrados a tomarem decisões que influenciarão o rumo de políticas públicas – diante da massiva proposição, impactando no orçamento local e na execução das políticas em andamento -; a judicialização destas políticas poderá ensejar em novas falhas nas políticas locais, fechando um círculo vicioso que se retroalimenta automaticamente.

A interconexão entre a judicialização e as políticas públicas levanta novamente os questionamentos em relação à legitimidade, independência e competência de Poder Judiciário como *policy maker*. A massificação dos processos na região de Minas Gerais, além de influenciar as políticas locais, aloca ao Judiciário a função de reparar um erro que deveria ter sido fiscalizado e corrigido pelo Poder Executivo estadual. Nesse sentido, com o objetivo de averiguar o andamento das 70 mil ações, foram feitas três pesquisas no sistema do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG). Ao entrar no site, foi escolhida a modalidade “jurisprudência”, e seccionados os seguintes filtros: acórdãos, decisões

monocráticas, decisões da 1ª e 3ª vice-presidência, súmulas, decisões de turma recursal e, por fim, sentenças.

A primeira busca utilizou o termo "rompimento barragem Fundão", tendo como resultado 178 sentenças, 1 decisão da 3ª vice-presidência, 10 decisões monocráticas e 113 acórdãos. A segunda pesquisa utilizou os termos "barragem rejeitos Rio Doce", encontrando 1.498 sentenças, 7 decisões monocráticas e 118 acórdãos. Por fim, a última pesquisa, com os termos "Barragem Mariana" encontrou 1.531 sentenças, 12 decisões monocráticas e 26 acórdãos.

Conforme nota-se, ainda que somados os resultados das buscas, o número de decisões – principalmente em sede de segunda instância – não chegam sequer a 10% da demanda inicial, demonstrando que ainda há um longo caminho a ser percorrido e que o *policy making* do Poder Judiciário será consistente, porém demorado e custoso.

O limite da judicialização

Pouco se fala sobre os limites da judicialização de políticas públicas. Grande parte da doutrina se restringe a questionar a legitimidade do Poder Judiciário para a tomada de decisões políticas, enquanto outros entendem[7] que a sua capacidade advém de previsão constitucional quanto à necessidade de efetivação dos direitos constitucionais.

Entendemos que, apesar de adentrar na questão do limite dos Poderes, na atual realidade brasileira, o Poder Judiciário se faz necessário para conter a inércia do Poder Legislativo – legitimado para propor as políticas públicas – e do Poder Executivo – legitimado para executá-las. Levando em consideração que o Poder Judiciário não pode se abster de julgar, enquanto as demandas chegarem, será necessário tomar decisões. Nesse sentido, relatou o Ministro Celso de Melo:

> Embora inquestionável que resida, primariamente, nos Poderes Legislativo e Executivo, a prerrogativa de formular e executar políticas públicas, revela-se possível, no entanto, ao Poder Judiciário, ainda que em bases excepcionais, determinar, especialmente nas hipóteses de políticas públicas definidas pela própria Constituição, sejam estas implementadas, sempre que os órgãos estatais competentes, por descumprirem os encargos político-jurídicos que sobre eles incidem em caráter impositivo, vierem a comprometer, com a sua omissão, a eficácia e a integridade de direitos sociais e culturais impregnados de estatura constitucional (ARE 639337 AgR, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, Segunda Turma, julgado em 23/08/2011, DJe-177 DIVULG 14-09-2011 PUBLIC 15-09-2011 EMENT VOL-02587-01 PP-00125).

[7] Assim como o Min. Luís Roberto Barroso.

Em outros termos, entende-se positivamente pela atuação do Judiciário enquanto houver a inércia dos demais poderes, com o objetivo de resguardar as garantias fundamentais advindas da Constituição e suprir – ainda que momentaneamente e pontualmente – a passividade generalizada.

No entanto, ressalta-se a necessidade de ponderar a atividade judicial de modo a equilibrar "o que se chama de "mínimo existencial" desses direitos e os limites orçamentários do Estado" (AMARAL, 2012, p. 13). É neste sentido que se entende pela negatividade da atuação de juízes enaltecendo o "mínimo existencial" em detrimento à "reserva do possível" – entendendo que garantir um direito possui um custo, o qual deve ser levado em consideração ao ser tomada a decisão judicial no caso concreto.

Conforme mencionado ao longo do presente estudo, o fenômeno da judicialização se tornou usual, comum e diário. Enquanto os "poderes legítimos" não agirem positivamente, a população recorrerá ao Poder Judiciário para solucionar problemas. Fazendo um paralelo ao mundo hodierno, é como se as decisões judiciais "tapassem um buraco no terreno do vizinho", que não lhe pertence.

Em relação ao rompimento da barragem de Fundão, é evidente que o controle judicial se tornou uma necessidade, como se a exceção virasse regra. A massificação dos processos na região de Minas Gerais – com o expressivo número de 70 mil processos – necessariamente gerará custos para o poder Executivo local.

Nesse sentido, relembramos o círculo vicioso mencionado no tópico anterior: a falha levou à judicialização, que impactará na implementação das políticas públicas locais, que poderá levar a novas falhas, gerando mais judicialização.

Nesse sentido, questiona-se: Se o Poder Judiciário se abstivesse em solucionar os conflitos gerados pelo acidente, os Poderes Legislativo e Executivo agiriam de forma positiva para realocar a população atingida, indenizar as famílias por suas perdas, cumprir ações emergenciais, compensar vítimas pelos custos gerados? Sem a atuação do Ministério Público e do Poder Judiciário ao responder pelas 70 mil ações individuais, o Poder Executivo local agiria de maneira proativa para com a população e atenderia seus direitos básicos de saúde, alimentação, moradia e educação?

Em outras tintas, aborda Amaral (2012, p.16) que "não havendo o espontâneo cumprimento das políticas públicas constitucionais por parte dos poderes majoritários cabe ao Judiciário exigi-lo com intuito de consagrar a vontade do legislador constituinte".

É nesse viés que entendemos que, para refrear a judicialização, é preciso o fortalecimento dos poderes Legislativo e Executivo, de modo que seus representantes, legitimados a "fazer política pública", não se abstenham de seus papéis e atuem proativamente para o cumprimento dos preceitos constitucionais.

Caso o Poder Executivo local envidasse esforços para a efetiva fiscalização das

instalações da Barragem de Fundão, coagisse a empresa a elaborar um Plano de Contingência, observasse a falha na concessão da Licença Ambiental da Unidade de Germano – especialmente em relação ao Estudo de Impacto Ambiental (EIA) – possivelmente não ocorreria o desastre de Mariana. Caso o Poder Legislativo ouvisse a população local, fazendo audiências públicas, readaptando a política local de acordo com a opinião pública – nota-se favorável ao empreendimento enquanto gerador de riquezas, mas desfavorável à ausência de segurança -, provavelmente não se falaria no maior acidente ambiental do país. Enquanto houver omissão, haverá judicialização – ainda que ilegítima, desmedida ou incompetente.

Conclusão

O escopo do presente trabalho fora analisar os entornos da judicialização mediante o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana/MG. Com o objetivo de demonstrar um ciclo espontaneamente gerado – a falha na política pública gerou a judicialização; esta interferirá nas políticas em andamento, podendo ocasionar novas falhas e, por conseguinte, mais judicialização – que, na ausência de proatividade dos poderes Legislativo e Executivo locais, levou ao Judiciário o mais de 70.000 ações individuais.

Foram elencadas diversas críticas acerca do processo de judicialização no Brasil, desde seu início pós Constituição de 1988, demonstrando que se trata de um fenômeno recente, porém demasiadamente expressivo.

Após demonstrados os problemas advindos do processo de judicialização, chega-se à proposição de que para haver uma desaceleração, é preciso primeiro fortalecer os demais Poderes, os quais possuem legitimidade, capacidade e autonomia para agir. Enquanto não houver fortalecimento e fomento da atividade destes, o Judiciário se verá obrigado a responder às demandas que lhe forem confiadas, posto que – ainda que ilegítimo – não pode se manter inerte em relação aos litígios propostos.

Artigo recebido em 21 mai. 2019.

Aprovado para publicação em 8 jul. 2019.

Referências

ALMEIDA, Humberto Mariano de. *Mineração e meio ambiente na Constituição Federal*. São Paulo: LTr, 1999, p.94.

AMARAL, Marianne Gomes do. *Os limites da judicialização das políticas públicas: uma análise sob a ótica do direito fundamental social à educação na realidade pós-Constituição Federal Brasileira de 1988.* Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/cadernovirtual/article/viewFile/705/554. Acesso em: 14.12.2017.

ANTUNES, Paulo de Bessa. *Direito Ambiental*. 13. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

ARANTES, Rogério B. Judiciário: entre a Justiça e a Política. In: AVELAR, Lucia; CINTRA, Antonio O. (orgs.). *Sistema Político Brasileiro*: uma introdução. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Editora Unesp, 2007, p. 81-115.

ARANTES, Rogério B.; KERCHE, Fábio. Judiciário e Política no Brasil. *Novos Estudos*, São Paulo, CEBRAP, v.54, p. 27-41, 1999.

ARAÚJO, Eliane Rocha et al. Atividade mineradora gera riqueza e impactos negativos nas comunidades e no meio ambiente. In: FERNANDES, Francisco Rego Chaves et al. (eds.). *Recursos minerais e comunidade*: impactos humanos, socioambientais e econômicos. Rio de Janeiro: CETEMMCTI, 2014.

ASENSI, Felipe Dutra. *Indo além da judicialização: o Ministério Público e a saúde no Brasil.* Rio de Janeiro: FGV Direito Rio, 2010, p. 63-98.

BRASIL, Portal. *Confira documentos sobre o desastre do Rio Doce*. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2015/12/confira-documentos-sobre-o-desastre-do-rio-doce>. Acesso em 03.09.2016.

CARVALHO, Ernani. Em busca da judicialização da política no Brasil: apontamentos para uma nova abordagem. Revista de Sociologia e Política, n.23. Curitiba, UFPR, 2004. Pags. 115-126.

_____. Judicialização da política no Brasil: controle de constitucionalidade e racionalidade política. Análise Social, n.191, Lisboa, 2009.

_____. Revisão Judicial e judicialização da política no direito ocidental: aspectos relevantes de sua gênese e desenvolvimento. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 28, p. 161-179, 2007.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Nosso futuro comum. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991, p. 46.

GARAPON, Antoine. O juiz e a democracia: o guardião das promessas. 2. ed., Rio de Janeiro: Revan, 2004. Capítulos 6 e 12.

GUIMARAES, Lucas Zandona. A judicialização da política a partir do Supremo Tribunal

Federal: Súmula Vinculante n° 13 e Mandado de Injunção. 2011. 130f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Belo Horizonte. Disponível em: < http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUOS-8N2HFC/disserta_ao___lucas_zandona_guimar_es.pdf?sequence=1>

HOLMES, Stephen; SUNSTEIN, Cass. The cost of rights: why liberty depends on taxes. New York, London: W.W. Norton & Company, 1999. Introduction, Chapters 2 and 6.

IBAMA. *Laudo técnico preliminar:* Impactos ambientais decorrentes do desastre envolvendo o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, Minas Gerais. Disponível em: < http://www.ibama.gov.br/phocadownload/noticias_ambientais/laudo_tecnico_preliminar.pdf>. Acesso em 04.09.2016.

MACIEL, Débora A.; KOERNER, Andrei. Sentidos da judicialização da política: duas análises. *Lua Nova*, São Paulo, CEDEC, n. 57, p. 113-133, 2002.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Apontamentos sobre o controle judicial de políticas públicas. Apontamentos da exposição apresentada ao V Congresso do Instituto Mineiro de Direito Administrativo, 2007.

OLIVEIRA, Vanessa; NORONHA, Lincoln. Judiciary-Executive Relations in policy making: the case of drug distribution in the State of São Paulo. *Brazilian Political Science Review*, Rio de Janeiro, v. 2, n.5, p. 10-38, 2011.

PAVÃO, Bianca. Aspectos socioambientais da atividade mineradora em Minas Gerais: uma análise crítica sobre o rompimento da barragem de Fundão. In: FALCÃO, Joaquim; PORTO, Antônio José M.; ALCÂNTARA, Paulo Augusto F. de. *Depois da Lama*: Mariana e as consequências de um desastre construído. Belo Horizonte: Letramento, 2016.

POGREBINSCHI, Thamy. Judicialização ou representação: Política, direito e democracia no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

PORTO et al. Reflexões sobre a dependência mineral em Mariana. In: FALCÃO, Joaquim; PORTO, Antônio José M.; ALCÂNTARA, Paulo Augusto F. de. *Depois da Lama*: Mariana e as consequências de um desastre construído. Belo Horizonte: Letramento, 2016.

QUEIROZ, Maria do Socorro Azevedo de. Judicialização dos direitos sociais prestacionais: a efetividade pela interdependência dos direitos fundamentais na Constituição Brasileira. Curitiba: Juruá, 2011. Capítulo III.

RÊGO, Cristiane. Do Fenômeno da Judicialização. Disponível em: < http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=2a33b11cfa5f7f31>. Acesso em 05.12.2017.

RIBEIRO, José Cláudio Junqueira; MAGALHÃES, Gustavo Alexandre. Licenciamento ambiental e judicialização: o caso de Belo Monte. In: PINTO, Élida Graziane; MAGALHÃES, Gustavo Alexandre (org.). *Judicialização, orçamento público e democratização do controle de políticas públicas*. Belo Horizonte: Editora O Lutador, 2010, p. 143-167.

SANTOS, Boaventura de S. *et al*. Os tribunais nas sociedades contemporâneas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.30, p.29-62, fev. 1996.

SILVA, Virgílio Afonso. O STF e o controle de constitucionalidade: de liberação, diálogo e razão pública. *Revista de Direito Administrativo*, 250, p.197-227, 2009.

SOARES, José Luiz. A judicialização da política segundo a atuação do Ministério Público na área ambiental. In: MOTA, Maurício; MOTTA, Luiz Eduardo (org.). *O Estado Democrático de Direito em questão:* teorias críticas da judicialização da política. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

TAYLOR, Matthew. O Judiciário e as políticas públicas no Brasil. In: *Dados*, v.50, n.2, Rio de Janeiro, p. 229-257, 2007.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América*. São Paulo, Martins Fontes, 2001, p.111-126; 157-168; 274-282; 289-305.

VERÍSSIMO, Marcos Paulo. A Constituição de 1988 vinte anos depois: Suprema Corte e Ativismo Judicial à brasileira. *Revista Direito GV*, v.8, p 407-440, jul.-dez. 2008.

VIANNA, Luiz Werneck; BURGOS, Marcelo Baumann; SALLES, Paula Martins. Dezessete anos de judicialização da política. *Tempo social*, v.19, n.2, p.39-85, 2007.

VIEIRA, Oscar Vilhena. Supremocracia. *Revista Direito GV*, v.8, p 441-463, jul.-dez. 2008.

Entrevista de Cecilia Maria de Morais Machado Angileli

Concedida a Philippe Chaves Guedon[1]
Ícaro Jatobá[2]



Arquitetura e Urbanismo da UNILA, Universidade Federal da Integração Latino-Americana. É coordenadora do projeto que articula ensino, pesquisa e extensão – Escola Popular de Planejamento da Cidade, com metodologia desenvolvida ao longo de 18 anos, junto a mais de 400 favelas, ocupações e comunidades quilombolas. Atualmente, as linhas de pesquisa que desenvolve são: arquitetura da favela e arquitetura na favela; e universidades periféricas. Parte de suas experiências estão narradas em: http://paisagensperifericas.wordpress.com e http://arquiteturanafavela.blogspot.com.br.

[1] Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em História Política e Bens Culturais do CPDOC/FGV.
[2] Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em História Política e Bens Culturais do CPDOC/FGV.

Começo agradecendo em nome da Revista e do CPDOC. Você pode contar mais um pouco sobre sua trajetória?

Em síntese, eu vim de lugares onde bem cedo a gente aprende que a gente deve lutar para estudar, porém ao longo dessa jornada eu *ressignifiquei* muito essa afirmativa. Cada vez que eu tentei estar junto da academia, um lugar tão elitista, ultrapassando seus limites e restrições que foram a mim e a tantos impostos, eu tive essa nova oportunidade de estudar para lutar e é assim que eu entro nessa marcha e é desse lugar que eu falo. Sou arquiteta e urbanista, mestre e doutora em arquitetura e urbanismo, sempre com ênfase nos processos desiguais de construção das cidades, bem como também sobre os processos desiguais de construção de conhecimento sobre essas cidades, então são essas duas frentes. Os pós-doutorados foram em cima dos impactos sociais e ambientais dos grandes projetos urbanos, buscando não só pensar em ações para mitigar os impactos, como também pensar em outras formas de educação que fortaleça uma base popular para reação a esses processos. Então, em síntese, toda a minha graduação, mas em especial a pós-graduação, em todos os níveis que foram, foi trabalhando junto com as favelas de várias regiões do país, montando laboratórios com eles, muito mais do que estando dentro da universidade.

O que nos chamou atenção foi o nome da sua tese "chão". Um nome muito sucinto e a gente gostaria que você pudesse exprimir, primeiro, as motivações para esse nome e de que forma esse nome está associado ao conjunto da sua tese.

Só fazendo um comentário antes, quando eu fui apesentar na banca eles falaram que quem ia ler meu nome eram os geólogos e que nenhum arquiteto e urbanista ia chegar nessa tese. Na verdade, só para entender que, ao longo dessa trajetória, eu começo a estudar as favelas na Serra da Cantareira[3], isso nos anos 2000, como uma arquiteta recém-formada. Estudo mais de 100 favelas e percebo o quanto eu não sei e o quanto eu não fui formada para estar nesses espaços, mesmo sendo também uma pessoa periférica. No mestrado, que é a primeira inserção, eu faço todo um trabalho participativo para pensar essa paisagem periférica, só que, ainda assim, eu não consigo envolver efetivamente os moradores na construção dessas leituras. Eles participam, mas eles não são também construtores dessas leituras sobre as paisagens e aí possivelmente em ações. Há uma crítica a esse meu mestrado, que se aproximou, mas não fez parte daquele espaço efetivamente. Nesse contexto, é desenvolvida a tese "Chão". A tese mostra isso muito claro, que de processos participativos, nos quais eu não nego a realidade concreta... Mas, para processos colaborativos em que eu trabalho, tenho como base a educação popular e a fusão de saberes. Assim, eu posso dar um salto de pessoas envolvidas e que também se formam comigo nesse processo de doutorado. Então não é uma formação só minha, sobre os impactos dos grandes projetos nesses territórios, mas é uma formação coletiva, de muitas pessoas. E "chão" porque as pessoas, o tempo inteiro (até na época eu fiz um

[3] Localizada na zona norte da cidade de São Paulo.

diário de campo online, chamado “Arquitetura da favela e Arquitetura na favela – acho que ainda está disponível online) e nesse diário de campo as pessoas falavam muito do seu dia a dia, em Brasilândia[4], da importância daquele chão. Eles tinham um vínculo muito grande com aquele território, então por isso o nome “Chão”. No final [da tese], a gente pega no final da pesquisa um processo de remoção forçado bem forte no Jardim Paraná[5]. É impossível a gente reparar os danos de uma população violentado e sendo forçada a sair de um território em que os vínculos são históricos, culturais, de lutas de anos, coletivas, onde você já tem uma rede social formada e que isso não vai se replicar em conjuntos habitacionais. Então é nesse sentido o que representava esse chão, o vínculo dessas pessoas com esses lugares. A gente chegou até discutir “como pensar reparação de uma remoção forçada? ”. É engraçado que logo quando eu me formei como arquiteta e urbanista, nos anos 2000, eu comecei a trabalhar na Brasilândia e uma das propostas que a gente ia fazer era um plano participativo, habitacional, mas que tinha de fundo a implantação de um parque em uma área de risco, de baixada, com muita enchente, e que as famílias (eram mais de 3500 famílias), ficavam sobre o córrego Bananal, nos pés da serra. Então, quando vinha a água da serra da Cantareira, vinha muita água, então as pessoas estavam em uma situação de risco há anos, e nosso trabalho como jovens urbanistas era ajudar, achando que estava ajudando... Nosso trabalho era retirá-los e ir para outros lugares. Só que nesse meu processo de imersão de campo, ao não só pensar nos mapeamentos e levantamentos dos institutos de risco, eu passei a estudar as histórias de vida das pessoas e eu me deparei com histórias de luta e de resistência para estarem naquele lugar. Todas as vezes que as pessoas me falavam daquele lugar, nas suas histórias de vida, nunca aparecia o problema das enchentes, inclusive a dona Maria Bonfim, que é quem está na capa do meu mestrado “Paisagens reveladas no cotidiano da periferia” ela deixou muito claro isso, porque ela contava toda a vida dela e nunca falava “desse problema”. Fazendo os estudos eu fiz uma pergunta de corte na história de vida dela e perguntei “Tá, mas e as enchentes? ” e ela falou assim: “O que eu lembro das enchentes, que sim, são frequentes, é o momento em que esses lugares aqui são de todo mundo, não tem espaço público e privado nessa favela, todos se ajudam, todos estão ali um limpando o quintal do outro, nós somos uma única família aqui.” E isso me fez questionar muito a minha prática. De fato, qual era o grande risco deles? Tinha de fato um risco físico, de retirá-los dessa área de risco, que era a solução mais rápida, fácil, porém o risco da desestruturação dessa rede social, que é o que alimentava eles todos os dias na permanência, na luta diária, na metrópole de São Paulo, também configurava um risco muito grande. Então, a remoção não é uma solução nem em uma área de risco, ela precisa ser muito bem pensada, mesmo em áreas que são necessárias. Então, a partir dessas leituras, desses vínculos e desse respeito por essas pessoas que lutam para estarem nesses lugares, que esses trabalhos acadêmicos foram desenvolvidos, mas sempre a partir da metodologia de pesquisa e da educação popular, associando os dois sempre, associando a importância do saber local, alimentando uma universidade que pouco ouve esse saber local, pouco ouve o vínculo

[4] Distrito de São Paulo.
[5] Bairro de Brasilândia, em São Paulo.

das pessoas, e como elas constroem as cidades e a importância também em se pensar em uma pesquisa que não é para ficar em biblioteca, mas sim uma pesquisa para se pensar em ações. Então, o doutorado “Chão” foi muito nessa linha de pensar todas as ações que poderíamos fazer pensando conjuntamente com a população, interferindo nos processos que a gente estava percebendo que eram injustos. Conseguimos alguns bons resultados e outros não, mas foram aprendizados importantes para dar sequência a esse trabalho.

Observando a sua trajetória o tema “direito à cidade” é preponderante, gostaríamos de saber como que estão atravessados os trabalhos de “direito à cidade” no Brasil:

Na verdade o que a gente tem que pensar primeiro é a evolução do conceito, porque no primeiro momento quando o "Direito à cidade" passa a ser discutido na década de 90, pelo Lefebvre é pensado como o direito ao acesso amplo a essa cidade, a mobilidade, educação e cultura... Depois, posterior a isso em 2000, com Harvey ele vai puxar uma outra questão, que eu acho que é muito maior, e complementar essa ideia do Vainer em relação de fato a gente ter o direito para além de percorrer essa cidade historicamente desigual, mas o direito de pensar essa cidade e as suas formas de planejamento. E nesse sentido, eu não vejo possibilidade de a gente chegar a esse direito, sem repensar nas formas de planejamento hoje vigente em várias partes do mundo e em várias cidades do nosso país. Para a gente obter não só o acesso a essa cidade, mas poder pensar ela, a gente tem que ter outras formas de planejamento urbano. Desde a década de 90, mais ou menos, a gente tem um entendimento que a cidade é um canal de absorção do capital excedente, os processos de urbanização passaram a ser percebidos como altamente lucrativos, isso não é uma falta de planejamento urbano, é um tipo de planejamento urbano que a gente chama de "planejamento estratégico" vinculado a uma linha empresarial que entende a cidade como uma mercadoria - como fala o Vainer de uma maneira muito importante sobre isso - e com foco na competitividade entre as cidades. Então, não estou buscando um espaço para cidadãos, estou buscando construir espaços para atrair investidores. Isso é uma experiência que começa em Barcelona e é replicada em diversas partes do mundo e que os urbanistas vão falar muito mais quando a gente tem os grandes eventos esportivos e culturais, pois isso fica mais claro, mas não acontece só nesses momentos e nesses territórios onde acontecem esses eventos. O que é ruim, desse tipo de planejamento, ao longo dessas décadas, é que a forma de planejamento tradicional fica de lado, então, grandes temas como crescimento desordenado das cidades, os deslocamentos populacionais, o pensamento do uso do solo, ficam de lado. O que se pensa é "como é que eu vou competir com uma outra cidade do mundo, para atrair esse investidor?", independentemente do que e de quem mora nessa cidade. Então planejamento estratégico vai muito nessa linha, e nos distancia muito do direito à cidade. Mas isso é uma escolha de planejamento, não é a ausência de planejamento, isso tem que ficar bem claro, sempre. Quando eu penso a cidade como mercadoria, os vazios urbanos, bem como as áreas de favela, como era a Brasilândia, com mais de 100 favelas, como é a região que eu trabalho hoje aqui na fronteira *trinacional*, onde eu tenho as maiores ocupações do estado do Paraná, elas não são vistas como vazios

urbanos, elas são vistas áreas de reserva de valor, são estoques de terra que podem receber qualquer intervenção para esses investidores, e nisso eu tenho grandes impactos socioambientais, que são mascarados pelo marketing urbano, que tem como foco vender a cidade e deixar de lado os problemas sociais mais importantes. Esse planejamento estratégico vai focar na intervenção pontual de projetos no território, porque essa intervenção pontual ela pode gerar uma valorização imobiliária muito mais rápida do que em outras formas de planejamento. Em geral, essas intervenções pontuais elas vêm nesses vazios urbanos, que nem sempre são vazios urbanos, são regiões periféricas, lembrando que regiões periféricas são muito mais fáceis de ser removida. Nesse tipo de planejamento urbano também, por exemplo, a gente tem a valorização de empreendimentos como "parques industriais", "espaços tecnológicos", "agências de informação", "hotéis de luxo" que são empreendimentos que se repetem em São Paulo, em Foz do Iguaçu e em qualquer cidade do mundo, porque eu tenho o investidor que está buscando as mesmas coisas nessas cidades que são mercadorias, e todas as questões locais, específicas, necessidades desses territórios ficam em segundo plano. Um outro ponto importante desse planejamento, que eu acho que é mais grave e temos muitos autores que chamam atenção para a gente, pois vemos isso no dia a dia nas comunidades... É a participação direta dos empresários e dos interessados, desses atores que irão lucrar muito com essa cidade que está sendo vendida. Então, temos uma definição da hierarquia do poder local, temos um processo de despolitização constante, em diversas escalas, temos mais legitimação desses sujeitos e temos essa cidade, como uma cidade que se nega como espaço político. Eu evito os conflitos o tempo inteiro. Estando nesse cenário, a gente precisa entender que esse planejamento estratégico não está só nos espaços de gestão das cidades, ele é ensinado nas universidades. Então, a gente tem algumas resistências para buscar o direito à cidade, dentro e fora da universidade, porque a universidade que forma também esses planejadores urbanos. Como educadora, eu reforço muito o papel da universidade como fundamental na formação desses planejadores críticos, não sei se é possível, mas acho que seria muito importante fazer uma intervenção, aproveitando inclusive esse momento de questionamento das universidades, para falar desse papel estratégico delas em defesa do direito à cidade, ao mesmo tempo sendo criminalizada.

Como você vê o “fazer” interseccional entre movimento social e academia?

Na verdade, eu acho que é a grande ferramenta que temos. Primeiro, eu preciso formar planejadores urbanos que pensem a cidade a partir dela, pisando nesse chão de terra, revendo vários entendimentos que já se tem das cidades, das suas regiões periféricas... É o que eu falei, o que significou para mim, o quanto eu aprendi sobre o território a partir das histórias das pessoas... Então, não tem como pensar a cidade distanciada dos grandes focos de pressão dela. Então, o primeiro ponto é uma universidade que se permita para fora dos seus muros, embora isso não seja fácil. A gente tem cursos extremamente críticos, mas ainda assim dentro dos seus laboratórios, dentro da universidade. A gente precisa perceber que temos que pensar juntos com esses futuros planejadores, não só a partir do Estado. O povo precisa ser protagonista, nesse sentido, da construção de conhecimento e das formas de

planejamento. Então, eu entendo que o direito à cidade, esse amplo que a gente pensa, em especial reforçado pelo Harvey, ele passa pelo povo como protagonista nos espaços de construção de conhecimento, interferindo diretamente nas decisões do seu território e isso a gente está falando de conflito, a gente não está falando de negociações, porque os espaços universitários estão em disputa e as cidades também. Então, não é possível um planejamento fora da luta, e eu reforço que, para planejar para lutar, a gente precisa, além dos que já lutam para estudar, estudar para lutar também. Hoje estamos a passo de perder o que eu chamo de universidade periférica, uma universidade com função política clara e que se dá em especial nesse último período do REUNI. Uma universidade que chega em lugares distantes dos centros históricos de construção de conhecimento e que é composto por um público muito mais plural e articulado com os movimentos sociais. Eu tenho nessas universidades periféricas os refugiados, os negros, indígenas, os assentados do campo e da cidade, que são responsáveis sim por tencionar a universidade e o professor a fazerem outras escolhas na construção de conhecimento. Tanto imerso na realidade concreta, como buscando ser a ponte dos conhecimentos e das pessoas que estão fora dessa universidade. Então, essa universidade que hoje está em risco, ela é estratégica para a gente chegar em outras formas de cidade e em outras formas de planejar essa cidade.

Pensando nessa atuação, como você enxerga essa resistência de alunos, professores, políticos etc nessa relação da academia e movimentos sociais, no que tange o direito à cidade?

É muito complicado, mesmo. Porque temos, além dos cortes orçamentários, que é uma forma de ir sangrando as instituições lentamente... Os cortes não só afetam a parte da infraestrutura das universidades, influencia muito a parte da assistência estudantil. Eu posso ter um recurso específico PNAES que ainda não foi mexido, mas eu não tenho ampliação desse recurso e não tenho recurso para questões fundamentais para esse outro perfil de estudante que está na universidade, como os restaurantes universitários, as moradias estudantis etc. Se eu deixo de ter financiamento de pesquisa, eu deixo de ter estudantes que recebam bolsas para pesquisa. Então os cortes orçamentários, eles influenciam muito no perfil do estudante que vai conseguir se manter nesses espaços públicos. As políticas de balcão também, eu tenho grandes blocos de universidades públicas, tradicionais, que sofrem sim, com a redução dos recursos, mas eu tenho universidades novas, que ainda não tem seus Campus, que inclusive podem ser fechadas, porque não tem como manter-se em alugueis e não tem estrutura para se manter, e que também não tem apoio político suficiente, mesmo da sociedade, porque são desconhecidas. A UFRJ é muito importante para o país e sofre o que sofre. Agora imagine outras universidades, como a UNILA, pouco conhecida, e já questionada, por vários estigmas que carrega. Então são formas de passar por esse processo de sucateamento muito diferentes. Outra questão forte em relação a criminalização é diária, é na sala de aula, o *tencionamento* é constante. Para você ter noção, o trabalho que a gente desenvolve aqui na região *trinacional*, que se chama "Escola Popular de Planejamento da Cidade" é um trabalho que sempre associou, nos últimos 5 anos, a articulação entre ensino, pesquisa e

extensão, onde a promoção desse direito à cidade, se dava articulando disciplinas do curso de arquitetura e urbanismo, estudantes vinculados ao projeto de extensão e várias outras pesquisas de docentes. A nossa metodologia, que está em risco, é a partir do levantamento de todos os projetos previstos para a região, tanto os públicos, como os privados, depois colocamos isso sobreposto em um mapeamento de todas as áreas populares, como ocupações, favelas, regiões de favelas já com algum nível maior de infraestrutura, e começamos a fazer alguns estudos sobre quais são as áreas vulneráveis as remoções nos próximos 10 e 20 anos. Esse trabalho todo de pesquisa é alimentado também pelas disciplinas de graduação e isso é construído também em parceria com a população, identificada como vulnerável, pelos *extensionistas*. Então, uma articulação muito bacana. Nos dois primeiros anos desse projeto a gente teve quase 200 voluntários e pessoas de vários espaços da cidade, para além da universidade, que construíram conhecimento conosco, e fizemos várias ações de resistência contra as remoções forçadas. Inclusive, Foz do Iguaçu tem pouco mais de 260 mil habitantes e nós temos mais de 30 grandes projetos previstos para serem implantados aqui na região. Historicamente é uma região que naturaliza o impacto de grandes projetos, a exemplo da Usina de Itaipu, então é um território que já sofreu grandes remoções, já sofreu com grandes deslocamentos populacionais e, por isso, hoje não tem um histórico de resistência em relação a isso. É, portanto, um território historicamente vulnerável, em que a gente fez todos esses estudos e mapeamentos e percebemos uma grande concentração de investimentos aqui. Conseguimos algumas respostas importantes nesses anos de trabalho, mais de 4 anos: já fizemos mais de 100 ações, estamos em 10 comunidades. A principal ação que reverberou bastante foi conseguir a reversão da reintegração de posse da maior ocupação urbana do estado do Paraná, que fica aqui, a ocupação *Bubas. N*ós articulamos vários atores da cidade, várias comunidades e fizemos vários estudos conjuntos, com apoio da Defensoria Pública. Conseguimos fazer a reversão dessa reintegração de posse. Foi um trabalho universitário que teve apoio com 3 bolsistas e 200 voluntários que, embora não recebessem nada, acreditavam que estavam aprendendo a fazer um planejamento urbano participativo e estavam ali fazendo valer o direito à cidade. Foi um trabalho muito importante e é uma situação que a gente consegue interferir. Embora seja um projeto universitário, a gente tá interferindo em uma área, como a *Bubas*, está em uma área que é pensada naquela região o maior porto seco da América Latina, então ela não estava sofrendo apenas uma reintegração de posse pelo seu proprietário, ela estava sofrendo uma reintegração de posse por um projeto que é continental, que seria parte das estruturas da rota *bioceânica*, que fará a ligação entre os dois oceanos, como também, é um espaço que vai ter a única ponte de acesso à esse corredor, então a ocupação *Bubas* está em um lugar extremamente valorizado para o escoamento de mercadorias da América Latina para o mundo. Isso gera diversos impactos aqui na região e com um projeto universitário, articulado com movimentos sociais, com defensoria pública e vários voluntários, em mais de um caso nós conseguimos reverter as reintegrações de posse determinadas neste espaço que está sendo disputado por grandes investidores. É claro que não conseguiremos paralisar a obra da segunda ponte de acesso ao Paraguai, a obra da *bioceânica*, mas a gente pode colocar em

discussão quais são os impactos desses projetos e pensar em ações de redução desses impactos, porém, mais de uma vez, esse projeto que fazemos aqui, nos sentimos isolados, o que nos deixa em risco. Diferente dos grandes centros, como Rio de Janeiro, Ceará e em vários outros espaços, que temos grandes grupos de urbanistas que questionam as transformações urbanas e não estão sozinhos. Então, promovemos essas discussões aqui com o apoio da defensoria pública, mas ela fica em Curitiba, então resta à universidade, que ainda é plural, fomentar essas ações. Infelizmente, esse ano já começamos a perceber algumas intervenções no cotidiano da universidade, em que a gente vê que esse projeto está ameaçado de continuar. Hoje articular as disciplinas de arquitetura e urbanismo a esses projetos de extensão e às pesquisas está dificultado. Hoje, poder ser criminalizado por um estudante, a partir da ideia de "escola sem partido"... Isso não é um sentimento, a gente de fato recebe essas ameaças, nós somos denunciados o tempo inteiro, como se o que a gente fizesse não fosse pesquisa, não fosse ação de ensino. De ensinar os arquitetos a terem uma função social clara nessa estrutura desigual das cidades. Então o projeto da Escola Popular é um dos tantos projetos pelo país que pode parar, por conta desse processo, em especial, de criminalização.

Pensando nisso, como você vê a recepção dos movimentos sociais com a aproximação da academia e pensando do outro lado, como você vê a recepção da academia com a aproximação dos movimentos sociais?

Eu venho dos movimentos para a academia, não acho que exista uma abertura. Existe uma aceitação de alguns grupos, mas por vezes somos vistos como exóticos dentro da estrutura da academia que é extremamente elitista. Por mais que eu fale de "Universidade Periférica", fale de "pluralidade", eu tenho dificuldade ainda para romper com diversas estruturas internas que não entendem, por exemplo, a importância do saber popular, que não entendem que a universidade precisa e é necessário que ela saia dos seus muros. Então eu acho que tem sim uma resistência, embora tenha melhorado muito com o emprego de várias políticas para fortalecer a entrada de um outro perfil estudantil na universidade, mas ainda tem muita resistência. Para os movimentos sociais, eles desejam isso, porque eles entendem que a universidade é deles. Em várias falas que eu faço em alguns espaços, eu vejo os militantes me procurando falando "Olha, eu estou tentando entrar na universidade para fazer tais trabalhos, mas eu chego lá - não é um bloqueio direto, é indireto - e a professora que discute tanto a construção desigual das cidades só aceita falar comigo se eu levar os textos em inglês, o que já me tira do processo de construção de conhecimento". Não existe nenhum cuidado desse acadêmico elitista em pensar como pode ser essa construção de conhecimento. Tem intervenções que são diretas, que retira esse povo da universidade, e tem essas que são indiretas. É um problema, porque para a universidade é sempre importante a pluralidade, para ter acesso a conhecimento populares essenciais, para entender as reais dinâmicas dessas paisagens, que nos provoca enquanto pesquisadores, a problematizar a universidade, então é fundamental essa diversidade... E, para a população, eu falo bastante porque entendo que a importância de estarem nesses espaços, não só a população organizada

em movimentos, mas a população - o povo em geral - não só para ter acesso ao conhecimento que é produzido sobre eles, sobre seus territórios, é também produzir juntos com os pesquisadores esse conhecimento, porque isso fortalece eles. Os processos bruscos de transformação das paisagens, não acontecem só uma vez. Eu aprendi muito nessas favelas passei por centenas delas, construir com o povo o conhecimento sobre esses territórios é emancipador quando eles passam a construir o conhecimento sobre eles. Esse acesso fundamental a universidade, quer dizer que ele vai replicar isso no território, ele vai questionar e conseguir de fato pensar nesse território. E isso então não é uma "gentileza" da universidade, é um direito de eles falarem sobre eles. E a gente sabe muito pouco ainda sobre esses territórios. Eu, por ter passado pelos movimentos e estar com eles, ser formada pelas favelas, a Brasilândia em especial, eu sinto que, mesmo pós doutora, tem muitos bloqueios dentro da universidade para se chegar em uma gestão universitária, representando o que você representa, para estar debatendo com outros pesquisadores representando o que você representa... É uma luta, é uma disputa diária, por um espaço de fala nesse lugar elitista, mas que, se a gente tem espaço, a gente consegue construir muita coisa, como a Escola Popular de planejamento da cidade que eu tenho muito carinho.